

Universidade de Évora

**Papel das medidas Agro-Ambientais na
gestão da paisagem rural no concelho de
Marvão no PNSSM**



Filipe Barroso

Orientador: Prof.^a Dr.^a Teresa Pinto-Correia

Dezembro, 2006

"Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri"



Universidade de Évora

Dissertação Para Obtenção do Grau de Mestre em Biologia da Conservação

Papel das medidas Agro-Ambientais na gestão da paisagem rural
no concelho de Marvão no PNSSM

Filipe Barroso

Orientador: Prof.^a Dr.^a Teresa Pinto-Correia

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”



169808

AGRADECIMENTOS

Este espaço é dedicado àqueles que deram a sua contribuição para que esta dissertação fosse realizada. A todos eles deixo aqui o meu agradecimento sincero.

Em primeiro lugar, agradeço à Professora Teresa Pinto-Correia a forma como orientou o meu trabalho, e pela motivação que sempre me deu na realização desta dissertação, numa temática desconhecida por mim até então. Agradeço, desde já, a porta que me abriu, e a forma clara e rápida como me encaminhou para este tema, o seu ânimo, entusiasmo e saber transmitidos, foram um estímulo para aprofundar este tema. As suas críticas e sugestões foram sempre de grande utilidade. Estou grato também pela liberdade de acção, que foi decisiva para que este trabalho contribuísse para o meu próprio desenvolvimento.

Em segundo lugar, agradeço à Milena e Catarina Brandão, pela ajuda prestada, principalmente na fase de realização dos inquéritos e por me terem disponibilizado toda a informação em várias fases do trabalho. A ambas, pelo o apoio e a amizade proporcionada, o meu muito obrigado.

Agradeço aos professores coordenadores do mestrado António Mira, Isabel Ramos e Paulo de Sá Sousa, pela permanente disponibilidade e apoio, e pelos saberes transmitidos.

O meu agradecimento a todos os agricultores e técnicos inquiridos. A sua amabilidade, os seus ensinamentos, e interesse foram um incentivo. Aliás este trabalho não faria sentido sem eles.

Quero ainda deixar o meu agradecimento a várias pessoas que não estiveram directamente envolvidas neste período, mas que estiveram sempre presentes nos bons e maus momentos: aos meus amigos sintrenses tão importantes no meu crescimento enquanto pessoa e pela companhia em todos estes anos; aos amigos e amigas "aveirenses", pelo tempo que passámos juntos, marcando de forma positiva essa fase da minha vida; aos colegas do mestrado "eborenses" pela excelente relação pessoal que criámos e que espero que não se perca. Quero ainda deixar uma nota de apreço particular à Filipa Peste pelo incentivo amigo e pela companhia durante a realização do mestrado.

Finalmente, gostaria de deixar um agradecimento muito especial aos meus pais, pelo incentivo e apoio incondicional que sempre me deram em tudo o que fiz. Pela paciência e grande amizade com que sempre me ouviram, e pelo estímulo para fazer sempre 'mais e melhor'. À minha irmã que apesar dos quilómetros que nos separam, faz-me sempre sentir que posso contar sempre com ela.

Índice

Agradecimentos

Índice

Índice de Figuras

Índice de Tabelas

Resumo e Abstract	1
1 – Introdução e objectivos	2
2 – Metodologia	6
3 – Paisagem rural e políticas públicas para a agricultura e conservação da natureza	11
3.1 – Agricultura e as transformações da paisagem rural	11
3.2 – Evolução da PAC e das Medidas Agro-Ambientais	13
3.2.1 – De 1980 a 1992	13
3.2.2 – Reforma de 1992 e o Regulamento 2078	14
3.2.3 – Reforma de 1999 - Agenda 2000	15
3.2.4 – Reforma Intermédia de 2003	17
3.3 – Situação em Portugal	20
3.3.1 – Caracterização da agricultura portuguesa	20
3.3.2 – Evolução recente	23
3.3.3 – A Reforma Intermédia de 2003 e o futuro da agricultura portuguesa	23
3.3.4 – Ambiente e agricultura em Portugal	25
3.4 – O Programa Agro-Ambiental Português	27
3.4.1 – Problemas na Implementação do Programa Agro-Ambiental em Portugal	30
3.4.2 – Plano Zonal de Castro Verde – Um Caso de Sucesso	31
3.5 – Outros instrumentos de conservação e gestão da natureza e paisagens rurais portuguesas	32
3.5.1 – Áreas classificadas: Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000	32
4 – Medidas Agro-Ambientais: definição, divulgação, aplicação e impactes	36
4.1 – Definição dos Programas Agro-Ambientais	36
4.2 – Sensibilização e divulgação das Medidas Agro-Ambientais	38
4.3 – Impactes da aplicação das Medidas Agro-Ambientais	39
4.3.1 – Qualidade da Água, Ar e Solos	40

4.3.1.1 – Qualidade da Água	40
4.3.1.2 – Solos	41
4.3.1.3 – Qualidade do Ar	43
4.3.2 – Biodiversidade	44
4.3.2.1 – Diversidade Botânica	45
4.3.2.2 – Artrópodes	46
4.3.2.3 – Aves	47
4.3.2.4 – Peixes	49
4.3.2.5 – Mamíferos	50
4.3.3 – Diversidade Genética	51
4.3.4 – Paisagem e habitats	52
4.4 – Conclusões	54
5 – O Parque Natural da Serra de São Mamede	58
5.1 – Quadro Físico	58
5.2 – Flora	61
5.3 – Fauna	63
5.4 – Vulnerabilidade	65
5.5 – Importância da gestão agrícola e florestal na conservação das espécies e habitats do PNSSM	66
5.5.1 – Habitats	66
5.5.2 – Espécies da Flora	68
5.5.3 – Espécies da Fauna	68
5.5.3.1 – Aves	68
5.5.3.2 – Mamíferos	69
5.5.3.3 – Répteis e Anfíbios	69
5.5.3.4 – Peixes	70
5.5.4 – Conclusões	70
6 – Caracterização do concelho de Marvão	72
6.1 – Introdução	72
6.2 – Caracterização biofísica	73
6.2.1 – Clima – temperatura, precipitação e humidade	73
6.2.2 – Relevo e orografia	73
6.2.3 – Litologia	74
6.3 – Caracterização demográfica	75
6.4 – Actividades económicas	75
6.5 – Caracterização agrícola	76
6.5.1 – Caracterização das explorações	76

6.5.2	– Nível de instrução do produtor	82
6.5.3	– Formação profissional agrícola	83
6.5.4	– Estrutura etária	83
6.5.5	– Distribuição do uso do solo do concelho de Marvão	84
6.5.6	– Caracterização das culturas praticadas	87
6.5.7	– Pecuária	88
6.6	– Aplicação de Subsídios à agricultura do concelho de Marvão	89
6.6.1	– Medidas Agro-Ambientais aplicadas no concelho de Marvão	90
7	– Resultados dos inquéritos	91
7.1	– Chefes de exploração/Agricultores	91
7.1.1	– Caracterização do Inquirido	91
7.1.2	– Caracterização das explorações	92
7.1.3	– Usos e gestão	95
7.1.4	– Opinião face a multifuncionalidade	96
7.1.5	– Opinião sobre a Fronteira e sua abertura em 1986	97
7.1.6	– Opinião sobre o PNSSM	98
7.1.7	– Tendências e perspectivas de evolução da paisagem e da agricultura	98
7.1.8	– Subsídios e Medidas Agro-Ambientais	100
7.2	– Técnicos	106
7.2.1	– Usos e gestão	106
7.2.2	– Opinião face a multifuncionalidade	106
7.2.3	– Opinião sobre a Fronteira e sua abertura em 1986	107
7.2.4	– Opinião face ao PNSSM	107
7.2.5	– Tendências e perspectivas de evolução da paisagem e da agricultura	108
7.2.6	– Produtos certificados	109
7.2.7	– Subsídios e Medidas Agro-Ambientais	109
7.3	– Inquéritos - Conclusões	112
8	– Discussão e Propostas	117
8.1	– Medidas Propostas – Plano Zonal Agro-Ambiental	118
8.1.1	– Grupo I – Preservação do mosaico paisagístico resultante dos sistemas agrícolas tradicionais	120
8.1.1.1	– Medida 1.1. Cereais, leguminosas de sequeiro, forragens e pastagens naturais	120
8.1.1.2	– Medida 1.2. Soutos Tradicionais	121
8.1.1.3	– Medida 1.3. Manutenção dos hortejos tradicionais	122

8.1.1.4 – Medida 1.4. Produção de batata	123
8.1.1.5 – Medida 1.5. Plantas aromáticas, medicinais e condimentares	123
8.1.2 – Grupo II – Preservação de Elementos Naturais de Elevado Valor para a Conservação da Natureza	124
8.1.2.1 – Medida 2.1. Preservação de Matos	124
8.1.2.2 – Medida 2.2. Preservação de Maciços Arbóreos e/ou Arbustivos Autóctones Integrados em Explorações Agrícolas	125
8.1.2.3 – Medida 2.3. Manutenção e Recuperação de Bosques Naturais	125
8.1.2.4 – Medida 2.4. Controlo de Núcleos de Infestantes Lenhosas	126
8.1.2.5 – Medida 2.5. Preservação de Outros Elementos Naturais	127
8.1.3 Grupo III – Sistemas Agrícolas Tradicionais	127
8.1.3.1 – Medida 3.1. Olival Tradicional	127
8.1.3.2 – Medida 3.2. Montados de Azinho, Sobro e Carvalho Negral	128
8.1.3.3 – Medida 3.3. Incentivo à Produção de Produtos Certificados	129
8.1.4 – Grupo IV – Preservação do Património Construído	131
8.1.4.1 – Medida 4.1. Preservação do património construído	131
8.1.5 – Grupo V – Manutenção dos Sistemas de Pecuária Extensiva	131
8.1.5.1 – Medida 5.1. Manutenção dos Sistemas de Pecuária Extensiva	131
8.1.5.2 – Medida 5.2. Incentivo à Actividade de Pastoreio	133
8.1.5.3 – Medida 5.3. Conservação de Raças Autóctones	134
8.1.6 – Sistema de gestão do Plano Zonal	136
8.2 – Medidas e gestão da qualidade ambiental e biodiversidade	138
8.3 – Incentivo a novas funções da paisagem rural	139
8.3.1 – Função recreativa/turística	139
8.3.2 – Instrumentos de incentivo a outras funções e à dinamização da agricultura do concelho de Marvão	140
9 – Reflexões Finais	146
Referências bibliográficas	150

Anexos	161
Anexo 1 – Guião dos Inquéritos para os chefes de exploração e técnicos	162
Anexo 2 – Listagem dos Habitats da Directiva constantes do Sítio de São Mamede	167
Anexo 3 – Listagem das espécies da Directiva constantes do Sítio de São Mamede	168
Anexo 4 – Habitats dependentes da gestão agrícola e florestal que ocorrem no Sítio de São Mamede	170
Anexo 5 – Espécies da Flora e Fauna dependentes da gestão agrícola e florestal que ocorrem no Sítio de São Mamede	173
Anexo 6 – Valores dos parâmetros climáticos da Estação Climatológica do Marvão	184

Índice de Figuras

Figura 1. – Estrutura da Rede Natura 2000	33
Figura 2. – Localização do Parque Natural da Serra de São Mamede	58
Figura 3. – Localização do concelho de Marvão em Portugal continental, e freguesias do concelho	72
Figura 4. – Altimetria e Hipsometria do Concelho do Marvão	74
Figura 5. – Classes de áreas das explorações do Marvão	81
Figura 6. – Percentagem da área total por classes de área	81
Figura 7. – Número de explorações com contabilidade por tipo de registo em 1989	81
Figura 8. – Número de explorações com contabilidade por tipo de registo em 1999	81
Figura 9. – Nível de instrução do produtor agrícola do concelho de Marvão em 1999	82
Figura 10. – Idade do produtor agrícola no concelho de Marvão	83
Figura 11. – Uso do solo no concelho de Marvão	84
Figura 12. – Usos dos solos em número de hectares do Concelho do Marvão	86
Figura 13. – Percentagem de culturas temporárias	87
Figura 14. – Percentagem de culturas permanentes	87
Figura 15. – Nº de efectivos pecuários existentes no Marvão em 1989 e 1999	88
Figura 16. – Nº de explorações com efectivos pecuários no Marvão em 1989 e 1999	88

Índice de tabelas

Tabela I. – Medidas Agro-Ambientais em vigor, tipo de alvo e objectivos principais de cada medida	28
Tabela II. – Dados sobre a população residente no Alto Alentejo, no concelho de Marvão e nas quatro freguesias que o compõem	75
Tabela III. – Número de explorações agrícolas familiares, percentagem relativamente ao total, área de Superfície Agrícola Útil e média de SAU	

	por cada exploração para cada freguesia do concelho de Marvão em 1999 _____	77
Tabela IV.	– Sexo do produtor singular nos anos 1979, 1989 e 1999, no concelho de Marvão _____	77
Tabela V.	– Proveniência do rendimento do agregado familiar _____	78
Tabela VI.	– Actividade principal do produtor singular no concelho de Marvão em 1999 _____	78
Tabela VII.	– Explorações que têm actividades lucrativas não agrícolas no concelho de Marvão em 1999 _____	79
Tabela VIII.	– Superfície Agrícola Utilizada (SAU), numero de explorações e área média por exploração no concelho de Marvão em 1989 e 1999 _____	79
Tabela IX.	– Superfície Agrícola Não Utilizada, nº de explorações e área média por exploração, no concelho de Marvão _____	79
Tabela X.	– Dimensão da propriedade e número de explorações no concelho de Marvão em 1979 e 1999 _____	80
Tabela XI.	– Nível de instrução do produtor singular nos anos de 1989 e 1999, no concelho de Marvão _____	82
Tabela XII.	– Nº de produtores com Formação profissional agrícola _____	83
Tabela XIII.	– Idade do produtor singular nos anos 1989 e 1999, no Concelho de Marvão _____	83
Tabela XIV.	– Usos do solo, nº de explorações para cada uso, e respectiva área no Concelho de Marvão para os anos de 1989 e 1999 _____	87
Tabela XV.	– Tipo de subsídios e nº de explorações que os receberam em 1999 _____	89
Tabela XVI.	– Número de beneficiários inscritos, área inscrita e nº de efectivos pecuários inscritos para cada medida Agro-Ambiental da campanha 2005 para o concelho de Marvão _____	90
Tabela XVII.	– Idade dos chefes de exploração inquiridos _____	91
Tabela XVIII.	– Escolaridade dos chefes de exploração inquiridos _____	91
Tabela XIX.	– Distribuição das explorações dos chefes de exploração inquiridos por freguesia _____	91
Tabela XX.	– Número de inquiridos e percentagem conforme SAU _____	92
Tabela XXI.	– Principais produtos das explorações dos chefes de exploração inquiridos _____	93
Tabela XXII.	– Numero de culturas por cada exploração dos chefes de exploração inquiridos _____	94
Tabela XXIII.	– Tipo de uso do solo das explorações dos chefes de exploração inquiridos em número de hectares _____	94

Tabela XXIV. – Número de cabeças de gado dos diferentes tipos de efectivos pecuários, por exploração dos chefes de exploração inquiridos _____	94
Tabela XXV. – Usos não produtivos que se praticam na região e nas propriedades de cada inquirido _____	95
Tabela XXVI. – Outras funções para além da produção enunciadas para o espaço rural pelos chefes de exploração inquiridos _____	96
Tabela XXVII. – Três funções mais importantes para além da produtiva, enunciadas por ordem de importância para os vários chefes de exploração inquiridos _____	96
Tabela XXVIII. – Medidas e subsídios a que os inquiridos se poderiam candidatar e nº de inquiridos por cada medida ou ajuda _____	100
Tabela XXIX. – Razões enunciadas pelos chefes de exploração quanto à mais valia na aplicação das medidas Agro-Ambientais _____	102
Tabela XXX. – Razões enunciadas pelos chefes de exploração para a não candidatura às medidas Agro-Ambientais _____	103
Tabela XXXI. – Medidas consideradas em falta pelos chefes de exploração para o concelho de Marvão _____	104
Tabela XXXII. – Problemas apontados pelos chefes de exploração nas medidas Agro-Ambientais em vigor e numero de chefes de exploração _____	104
Tabela XXXIII. – Respostas dos chefes de exploração relativo ao conhecimento de medidas e subsídios aplicados em Espanha _____	105
Tabela XXXIV. – Usos praticados no concelho de Marvão de acordo com os técnicos inquiridos _____	106
Tabela XXXV. – Outras funções para além da produção enunciadas para o espaço rural pelos técnicos inquiridos _____	106
Tabela XXXVI. – Três funções mais importantes para além da produtiva, enunciadas por ordem de importância para os vários técnicos inquiridos _____	106
Tabela XXXVII. – Medidas consideradas em falta para o concelho de Marvão pelos técnicos inquiridos _____	111
Tabela XXXVIII. – Problemas das medidas Agro-Ambientais em vigor e razões da não candidatura dos chefes de exploração do concelho de Marvão de acordo com os técnicos inquiridos _____	111
Tabela XXXIX. – Incompatibilidades e acumulações entre as medidas propostas para o Plano Zonal do PNSSM e as medidas em vigor do Plano Nacional _____	137

Resumo

As paisagens rurais portuguesas construídas e mantidas ao longo dos tempos por sistemas agrícolas tradicionais, estão hoje ameaçadas por motivos tão diversos como o envelhecimento da população, o abandono rural, a intensificação, a homogeneização dos sistemas de produção e a perda de competitividade. Mas apesar destes problemas, estas paisagens agrícolas, suportam ainda várias funções não produtivas, nomeadamente, constituem, um importante suporte de biodiversidade, pelo que a sua manutenção é importante para a conservação destes habitats e espécies. Eventualmente novas formas de gestão destas paisagens devem ser criadas, nomeadamente com base na combinação de várias funções numa perspectiva de multifuncionalidade, através de uma adaptação e integração de políticas públicas. Estando actualmente em discussão o novo programa de Desenvolvimento Rural e a definição das futuras Medidas Agro-Ambientais, e a gestão e o financiamento da Rede Natura 2000, estamos portanto num momento crítico para decisões futuras, que terão forçosamente que interligar, a agricultura, o ambiente e desenvolvimento das zonas rurais portuguesas. Com o intuito de melhor compreender estas problemáticas, em particular, as transformações em curso na paisagem rural, o papel das Medidas Agro-Ambientais e apresentar possíveis soluções, foi efectuado este estudo de caso no concelho de Marvão, concelho típico das áreas marginais agrícolas do interior sul de Portugal.

Palavras-chave: Medidas Agro-Ambientais, multifuncionalidade, paisagem, sistemas agrícolas tradicionais, PAC, chefes de exploração

Abstract

Title - *The role of the Agri-Environmental Measures in the management of the rural landscape in Marvão Municipality in Serra de São Mamede Natural Park (PNSSM)*

The Portuguese rural landscapes built up and kept throughout the times by traditional agricultural systems, are today threatened by so diverse reasons as the ageing of the population, the agricultural abandonment, the intensification, the homogenization of the production systems and the loss of competitiveness. But despite these problems, these agricultural landscapes still support a multitude of non-commodity functions, and particularly they still constitute an important support of biodiversity and thus their maintenance is important for the conservation of these habitats and species. Probably new management forms must be created based on the combination of various functions and the adaptation and integration of public policies. Being currently in discussion the new program of Rural Development and the definition of the future Agri-Environmental Measures, and the management and the financing of the Natura 2000 Network, we are therefore at a critical moment for future decisions that will forcibly have to establish connections, between the agriculture, the environment and the development of the portuguese agricultural areas. With the intention of better understanding these problems and questions, , the transformations taking place in Portuguese peripheric rural areas, and in particular role of the Agri-Environmental Measures, and also for presenting possible solutions, a case study was analysed in municipality of Marvão, characteristic of the agricultural marginal areas of the interior Southern Portugal .

Keywords: Agri-Environmental Measures, multifunctionality, landscape, traditional agricultural systems, CAP, land owners

1 Introdução e objectivos

A actividade agrícola foi até há pouco tempo a principal actividade económica no espaço rural europeu, assim como a actividade estruturadora e transformadora das paisagens rurais. As estruturas física e ecológica que constituem as bases destas paisagens, foram modificadas ao longo de séculos pela acção do Homem, sobretudo através dos sistemas de uso do solo ligados à produção agrícola e florestal, numa forma geral. Nas últimas décadas, esta intervenção humana sofreu transformações a um ritmo claramente mais acentuado do que anteriormente, através de processos como a intensificação e concentração da produção agrícola, por um lado, e o abandono da agricultura e práticas agrícolas tradicionais, por outro, resultando ambos na alteração dos sistemas de uso do solo, e consequentemente do padrão da paisagem. Estas alterações exigem novas formas de gestão, que possam responder às questões que se põem actualmente ao sector agrícola, mas também à procura de multifuncionalidade na paisagem rural.

Desde o início dos anos 90, na chamada época do pós-productivismo, é reconhecido à agricultura europeia um papel fundamental não só na produção de alimentos, mas também como contributo para várias outras funções, como a preservação da qualidade dos recursos naturais, a conservação da natureza, o recreio, identidade cultural, etc. Estas correspondem a uma procura crescente por parte da sociedade, reconhecida e defendida nas mais recentes estratégias e documentos no âmbito da agricultura europeia, que resultaram na identificação do novo Modelo de Agricultura Europeia, na Agenda 2000. Estas outras funções, não produtivas, levantam exigências ao sector agrícola, mas podem também significar oportunidades, uma vez que podem vir a contribuir para a sua sobrevivência, em algumas áreas onde a produção tem menos condições para ser competitiva.

No âmbito do reconhecimento das funções não produtivas da agricultura, surgiram as Medidas Agro-Ambientais inseridas numa primeira fase nas chamadas Medidas de Acompanhamento, e mais tarde na Política de Desenvolvimento Rural, um dos pilares da Política Agrícola Comum (PAC). Estas medidas foram concebidas como um dos instrumentos mais fortes, no conjunto de medidas e instrumentos da política europeia, para a conjugação da agricultura com a conservação da natureza e gestão da paisagem rural. Pretendem promover e encorajar métodos de produção destinados a proteger o ambiente e manter o espaço rural, e contribuir ao mesmo tempo com um rendimento apropriado ao agricultor pelos serviços prestados à sociedade, como a conservação e preservação de espécies e habitats, controlo e prevenção de cheias, qualidade da água, combate à desertificação e minimização da erosão, e manutenção e preservação de paisagens de elevado valor natural e cultural. Estando actualmente em discussão o novo programa de Desenvolvimento Rural e a definição das futuras Medidas Agro-Ambientais, que devem entrar em vigor no próximo Quadro Comunitário de Apoio, que vigorará de 2007 a 2013, e estando ao mesmo tempo também em discussão a gestão e o financiamento da Rede

Natura 2000, que afecta decisivamente a conservação da natureza, e que será financiada pelo mesmo conjunto de fundos, estamos portanto num momento crítico para o futuro, que terá forçosamente que interligar, a agricultura, o ambiente e desenvolvimento das zonas rurais portuguesas.

Com o intuito de melhor compreendermos estas problemáticas, e que papel é que pode ser de facto desempenhado pelas Medidas Agro-Ambientais no contexto das áreas rurais portuguesas, foi escolhido desenvolver-se um estudo de caso numa área rural marginal, onde a agricultura de produção não terá de futuro possibilidades de se manter mas onde outras funções poderão ser valorizadas e desenvolvidas. Assim, foi efectuado um estudo de caso no concelho de Marvão, sendo que a escolha desta área se deveu à sua identidade particular e ao facto de muitas problemáticas agrícolas desta região serem típicas das áreas marginais agrícolas do interior de Portugal. O Concelho de Marvão é um concelho caracterizado pela sua diversidade em termos de sistemas de uso do solo, pela elevada multifuncionalidade da paisagem, localizado dentro de uma área protegida (Parque Natural da Serra de S. Mamede (PNSSM)) e integra a própria vila do Marvão, Sítio candidato a Património Mundial da Humanidade pela UNESCO. Esta área é caracterizada por uma paisagem específica, com um carácter definido e assegurando várias funções valorizadas pela sociedade (D'Abreu et al., 2004). Esta paisagem tem sido mantida ao longo dos tempos por sistemas agrícolas tradicionais, que se adaptaram a condições biofísicas específicas e às suas limitações e potencialidades, mas que estão hoje ameaçados por motivos tão diversos como o envelhecimento da população, abandono rural, florestação, intensificação, simplificação e homogeneização dos sistemas de produção e perda de competitividade da agricultura local.

É importante ressaltar que este trabalho foi integrado num projecto de investigação (Projecto ALEX: Cooperação transfronteiriça e desenvolvimento local no espaço rural do Alentejo/Extremadura) financiado pelo programa INTERREG, coordenado pela Universidade de Évora e com a colaboração da Universidade de Badajoz (2005-2006). O objectivo deste projecto é avaliar o papel da fronteira no desenvolvimento regional de áreas fronteiriças do Alentejo e da Extremadura espanhola. Para o estudo em Portugal, foram seleccionados quatro concelhos (Marvão, Castelo de Vide, Mourão e Moura), onde se pretendeu avaliar diversos factores que pudessem contribuir para o desenvolvimento destas regiões, e compreender o papel da fronteira, isto é, se esta tem influência, se existe uma cultura de cooperação, quais as potencialidades e barreiras, etc. Para esta avaliação foram estudados vários temas como as parcerias, a língua, os fluxos de pessoas e bens, etc., entre os quais a agricultura e paisagem rural, e a valorização desta para o desenvolvimento do turismo rural. Assim estando este trabalho final de mestrado contextualizado no projecto ALEX, houve um enquadramento, cooperação e a integração deste, neste projecto transfronteiriço.

Foram seleccionados quatro objectivos principais neste trabalho com o intuito de compreender as problemáticas associadas a estas áreas rurais e contribuir para a definição de possíveis soluções:

- **Compreender o papel fulcral da agricultura para preservação, da paisagem, habitats e espécies.**

Compreender o papel fulcral dos agricultores/da agricultura de produção extensiva e tradicional na preservação da paisagem, habitats e espécies, considerando a biodiversidade uma mais valia a ser tomada em consideração na distribuição das ajudas à agricultura.

- **Avaliar as tendências de transformação dos sistemas, tradicionais de uso do solo e da estrutura agrícola no Parque Natural de S. Mamede e os problemas que se levantam à sua manutenção.**

Estudo das dinâmicas do concelho de Marvão no sentido de conhecer e compreender as evoluções em termos demográficos e económicos e outro tipo de parâmetros sociais importantes. Entendimento da problemática que envolve as questões agrícolas, isto é, avaliação dos problemas enfrentam os agricultores do Concelho na gestão da sua exploração, quer na aplicação das medidas Agro-Ambientais quer noutras questões como a comercialização dos produtos, formação, relações com os diversos intervenientes, etc.

- **Avaliar a importância e o papel actual das medidas Agro-Ambientais**

Analisar o programa de medidas Agro-Ambientais português no seu conjunto, e a sua evolução, assim como o conjunto de medidas possíveis de aplicar no concelho de Marvão e a forma como têm sido alteradas desde o seu início. Compreender quais os problemas existentes na utilização e na aplicação das medidas neste concelho, do ponto de vista dos chefes de exploração. Avaliar o impacte da aplicação das medidas.

- **Propor novas medidas, pensadas como específicas e adequadas à área**
Realçar a importância das medidas Agro-Ambientais como instrumento integrado para a preservação e dinamização do espaço rural, manutenção da biodiversidade e fixação das populações. Apresentar possíveis medidas de gestão. Identificar/desenhar medidas mais específicas e que possam contribuir para objectivos do Parque Natural – eventualmente integrar num Plano Zonal.

Estrutura do trabalho:

Na concepção deste trabalho optou-se por estruturá-lo em quatro partes distintas, para além da Introdução e da Metodologia, assim como da Conclusão:

1. Primeiramente optou-se por fazer um enquadramento teórico-conceptual, com o desenvolvimento dos conceitos e problemáticas mais importantes para a agricultura, a multifuncionalidade da paisagem rural e o desenvolvimento rural, e mais especificamente as relações da agricultura com a conservação da natureza e desenvolvimento rural. Para facilitar a compreensão de algumas questões foram desenvolvidos temas tão importantes como: a Política Agrícola Comum (PAC); o nascimento e evolução das políticas de desenvolvimento rural da União Europeia (UE), e em particular as

medidas Agro-Ambientais; as diferenças de abordagem e de implementação destas políticas entre os diferentes estados membros da União Europeia; o possível impacte e eficácia da aplicação das medidas Agro-Ambientais, através da análise de exemplos concretos; o crescimento das relações entre as políticas agrícolas e ambientais em Portugal; e a análise do programa Agro-Ambiental português, procurando explicar os seus sucessos e problemáticas.

A avaliação e desenvolvimento e destes conceitos foram muito importantes para facilitar a compreensão e contextualização das questões e problemas que foram surgindo ao longo do trabalho.

2. Numa segunda parte é feita a caracterização do caso de estudo, tendo em conta os aspectos mais relevantes para o tema tratado no trabalho. São apresentados quatro tipos de abordagens, essenciais para a compreensão de toda a problemática que envolve as questões agrícolas e as várias funções asseguradas pela paisagem rural, no concelho de Marvão e PNSSM. A primeira abordagem refere-se à caracterização do PNSSM, em termos de valores naturais a preservar e suas relações com a gestão agrícola e florestal. Em segundo lugar é feita uma caracterização biofísica da área. Para a terceira abordagem é feita uma análise sócio-económica centrada nas questões agrícolas. Finalmente é feita uma análise das ocupações de solo, onde se pretende compreender as principais transformações que têm ocorrido naquela área.
3. Numa terceira fase, são apresentados os resultados obtidos mediante a análise dos inquéritos realizados a uma amostra de chefes de exploração e técnicos, e a partir dos quais se procurou obter um maior conhecimento agricultura actual na área de estudo. Foram sobretudo consideradas as tendências de mudança na gestão da exploração e as consequentes alterações nos sistemas de uso do solo, os factores para estas mudanças, os seus impactos, assim como a utilização de instrumentos da PAC, nomeadamente a utilização das medidas Agro-Ambientais.
4. Por fim a análise final, é baseada no cruzamento da informação relativa à pesquisa bibliográfica efectuada, aos dados sócio-económicos, à cartografia e aos inquéritos realizados. Esta análise, pretende conduzir ao entendimento da situação actual da paisagem rural e da agricultura no concelho de Marvão, e compreender os problemas referentes à definição e à aplicação das medidas Agro-Ambientais. Pretende ainda contribuir para a avaliação da forma como poderão estas medidas ser mais úteis e eficientes no futuro, e entender como potenciar as oportunidades providenciadas pela multifuncionalidade desta região. Com base nesta análise, irão ser perspectivadas possíveis medidas de gestão, assim como a construção de propostas de medidas específicas a aplicar no concelho quer a nível de Agro-Ambientais, quer de outras que possam ser úteis para o desenvolvimento rural e novas abordagens face à multifuncionalidade que se procura hoje na paisagem rural.

2 Metodologia

A complexidade que se enfrenta quando se trata de estudar a paisagem rural é muito elevada. Esta complexidade corresponde a um enorme desafio para a sua gestão, tanto ao nível da exploração como do conjunto da paisagem da região. Mas é também um enorme desafio para a investigação, onde novas abordagens metodológicas devem ser definidas e testadas, e novas combinações de fontes de informação e de dados são necessárias (Fry, 2001; Tress et al., 2005). Neste estudo, e para se prosseguir os objectivos definidos, foi necessário deixar os limites das abordagens metodológicas disciplinares, para se ensaiar uma abordagem interdisciplinar e multifacetada, que se define aplicada ao contexto em estudo. Esta contextualização da investigação corresponde a novas tendências dentro da ciência, que procuram melhor dar resposta às preocupações da sociedade, mas que se debatem ainda com alguma incerteza em termos conceptuais e também metodológicos (Nowotny et al., 2004). Tentou-se assim uma articulação de métodos e abordagens das ciências naturais e das ciências sociais, que foi motivante e levou a resultados que julgamos interessantes, mas se debateu com problemas sobretudo em termos de falta de informação, uma vez que no âmbito do estudo não foi possível recolher a informação de base que seria desejável para completar a análise, e se recorreu a informação mais geral da bibliografia, nomeadamente no que diz respeito às condições para a biodiversidade associadas aos vários sistemas de uso do solo.

Antes de apresentar a metodologia, deve ser salientado que a integração no projecto ALEX, referido anteriormente, possibilitou a troca e recolha de informação, análise de outras matérias, cooperação na realização de metodologias, troca de ideias e dados, possibilitando e facilitando a execução de metodologias e obtenção de dados e informações, que de outro modo se tornariam muito difíceis de conseguir.

Apresenta-se de seguida a metodologia tendo em conta os quatro objectivos principais deste trabalho.

O primeiro passo consistiu na participação numa reunião com os diferentes membros da equipa do projecto ALEX, através da qual foi possibilitado o enquadramento dos objectivos e funções de cada elemento envolvido. Foram definidas quais as metodologias a implementar, e a calendarização das acções a ter no futuro. Foram feitas posteriormente duas visitas ao concelho de Marvão em conjunto com outros membros da equipa do projecto ALEX, onde foi feito um reconhecimento do terreno, análise das principais características da paisagem e agricultura da área em questão, e obtenção de contactos para futuras visitas.

Em relação à metodologia desenvolvida para esta investigação propriamente dita, esta foi feita baseando-se essencialmente na recolha de informação documental e na realização de inquéritos aos chefes de

exploração e técnicos, sendo a análise final baseada no cruzamento dos dois tipos de abordagem e de informação.

Pesquisa bibliográfica e recolha de informação documental:

Esta pesquisa incidiu principalmente na recolha de informação sobre:

- ⇒ As medidas existentes, sobretudo as medidas Agro-Ambientais mas também outras relevantes para a paisagem rural;
- ⇒ Caracterização da área em termos socio-económicos e agrícolas;
- ⇒ Caracterização dos valores naturais mais importantes existentes no PNSSM e identificação dos problemas que se levantam à sua manutenção;
- ⇒ Informação cartográfica sobre o uso do solo;
- ⇒ Identificação dos objectivos de gestão das paisagens rurais numa perspectiva da sua multifuncionalidade;

• Medidas Agro-Ambientais e outros instrumentos

No sentido de perceber o Programa Agro-Ambiental português, e outros instrumentos que afectem a agricultura, foi feita uma pesquisa. Nessa pesquisa, procurou-se compreender quais os problemas encontrados na sua aplicação, definição, divulgação e aplicação. Esta pesquisa incidiu:

- ⇒ Informações e dados referentes às Medidas Agro-Ambientais aplicadas no território nacional e no concelho de Marvão em particular.
- ⇒ Compreensão dos objectivos de cada grupo de medidas e de cada medida específica.
- ⇒ Conhecimento das medidas aplicáveis no Concelho de Marvão
- ⇒ Outros instrumentos (ex. Indemnizações compensatórias, legislação do PNSSM, etc.) que afectem a agricultura do Marvão
- ⇒ Dados sobre o número de explorações com contratos Agro-Ambientais em vigor e número de beneficiários inscritos e área inscrita para cada medida Agro-Ambiental da Campanha 2005.

Para a obtenção destas informações foram feitos alguns contactos com técnicos do Ministério da Agricultura, Zona Agrária do Marvão e técnicos da Cooperativa Agrícola de Porto da Espada. Muita informação foi também recolhida através do INGA, IFADAP e do sítio da Comunidade Europeia.

Para uma análise dos exemplos existentes de medidas mais específicas a áreas específicas (ex. Plano Zonal de Castro Verde), fez-se uma pesquisa bibliográfica para seleccionar / compreender a definição das medidas Agro-Ambientais e sua aplicação noutras zonas, noutras países. Foi feita uma pesquisa no sentido de encontrar o maior número de estudos e artigos possíveis sobre estas questões.

- **Caracterização sócio-económica e agrícola**

A caracterização sócio-económica e agrícola baseou-se em dados referentes ao Recenseamento Geral Agrícola de 1979, 1989 e 1999, Censos da População de 1991 e 2001 e outros dados obtidos através do sítio do Instituto Nacional de Estatística (INE). Nesta caracterização foram recolhidos dados sobre:

- ⇒ Idade e nível de instrução do produtor;
- ⇒ Formação profissional agrícola;
- ⇒ Caracterização das explorações;
- ⇒ Caracterização das culturas praticadas;
- ⇒ Pecuária
- ⇒ Tipo de subsídios aplicados pelos chefes de exploração no concelho de Marvão.

A obtenção deste tipo de informação revelou-se de extrema importância pois ir-nos-á indicar as tendências e dinâmicas recentes da região e quais os problemas que esta enfrenta.

- **Conservação de espécies e habitats existentes no PNSSM e acções de gestão**

Em relação à conservação de espécies e habitats existentes no Parque Natural, foi feita uma pesquisa no sentido de conhecer as que mais dependem das práticas agrícolas. Sendo um dos objectivos das medidas Agro-Ambientais assegurar uma gestão sustentável das áreas rurais e contribuir para a conservação da biodiversidade, paisagens e habitats, então revelou-se de grande importância a reunião de informação de base sobre os valores naturais existentes no Parque Natural da Serra de São Mamede e Sitio Natura 2000 – São Mamede. Devido à complexidade de um estudo deste tipo, optou-se por utilizar apenas a informação referente aos principais elementos da fauna, flora e habitats da “Directiva Aves” e da “Directiva Habitats”, ocorrentes no Sitio de São Mamede (Anexo 2 e 3), independentemente do seu estatuto de conservação nacional. Foram considerados, os habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005 (Tipos de habitats naturais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de Zonas Especiais de Conservação), as espécies da flora constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02 (Espécies vegetais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de Zonas Especiais de Conservação), as aves constantes do Anexo I (Directiva 79/409/CEE) (Espécies de aves do Anexo A-I do Dec. Lei n.º 49/2005 que ocorrem naturalmente no estado selvagem no território da UE e cuja conservação requer a designação de Zonas de Protecção Especial) e finalmente espécies da fauna constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02 (Espécies animais (excepto aves) de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de Zonas Especiais de Conservação).

Para a aquisição de informação sobre as características individuais das espécies (apenas vertebrados) e habitats da Directiva ocorrentes no Sitio de São Mamede, no sentido de avaliar a importância da gestão agrícola e florestal na sua conservação, e atribuir possíveis orientações de gestão, recorreu-se essencialmente às fichas relativas aos valores naturais do

Volume II do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 do ICN (Fichas de caracterização ecológica e de gestão). Estas fichas indicam para as espécies: a protecção legal, estado de conservação, estatuto de ameaça, fenologia, biologia e ecologia, distribuição global e nacional, a abundância, ameaças, objectivos de conservação e orientações de gestão. Para os habitats as fichas indicam: protecção legal, distribuição global e nacional, diagnose, caracterização, bioindicadores, serviços prestados, grau de conservação, ameaças, objectivos de conservação e orientações de gestão. Para além destas fichas foi ainda concedida e utilizada alguma informação fornecida por técnicos do ICN e PNSSM. Após esta análise, listaram-se as espécies e habitats da Directiva que dependem da gestão agrícola e florestal e indicou-se também para cada espécie e habitat, as ameaças e orientações de gestão para minimização dessas mesmas ameaças (Anexo 4 e 5).

- **Caracterização Biofísica e Informação cartográfica**

Para uma melhor compreensão das características físicas da área em estudo, foi feita uma recolha de informação cartográfica, onde foram analisadas algumas cartas, recorrendo aos Sistemas de Informação Geográfica e ao “software” ArcView 3.2., as cartas analisadas foram a Carta de Ocupação dos Solos de 1990 (COS90), e a Carta de Altimetria e Hipsometria. Estas Cartas foram obtidas quer através de membros da equipa do projecto ALEX, quer do sítio da Internet do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e Instituto do Ambiente (IA).

Inquéritos: objectivos, amostra, guião do inquérito e análise

Para a construção dos inquéritos aos chefes de exploração e técnicos, após algumas reuniões com a equipa do projecto ALEX, optou-se por fazer inquéritos que englobassem os temas deste trabalho, mas também outros relevantes para o projecto. Nestas reuniões, foram definidos os objectivos e formulação das perguntas. Nos inquéritos, optou-se pela formulação de questões fechadas e de resposta directa, pois permitem entrevistas mais rápidas e de maior facilidade na posterior análise e comparação (Patton, 1990; Kvale, 1996), exceptuando algumas, de carácter mais aberto, permitindo aos inquiridos que exprimissem mais livremente a sua opinião (Kvale, 1996). Optou-se também por fazer inquéritos separados aos chefes de exploração e técnicos. Quanto à escolha e dimensão da amostra, foi decidido que esta devia ter um número mínimo de 30 inquéritos para os chefes de exploração, e deveria cobrir a maior diversidade possível, em termos das características e localização da exploração e o perfil do chefe de exploração. O número de trinta foi decidido tendo em conta a necessidade de obter uma amostra relativamente consistente, mas também diversificada (Patton, 1990; Kvale, 1996) e que representasse a realidade das explorações do concelho. Com os inquéritos aos chefes de exploração procurou-se que a amostragem efectuada correspondesse o mais possível à forma como os chefes de exploração / agricultores se distribuem no Concelho do Marvão segundo as seguintes categorias: grandes, pequenas e médias explorações; jovens e velhos agricultores; homens e mulheres; agricultores cuja

actividade principal fosse a agricultura ou não; distribuição por freguesias etc.

Quanto aos técnicos, foram entrevistados representantes de todas as entidades com um papel relevante na gestão da agricultura e da paisagem e conservação da natureza, no concelho de Marvão. Para os técnicos o objectivo era obter informação quanto à agricultura na área e aos problemas que enfrenta actualmente, por parte das entidades com mais importância e maior grau de influência na paisagem rural em questão.

Foram realizados 38 inquéritos, 30 a agricultores e 8 a técnicos. Depois de se terem realizados os 30 inquéritos a chefes de exploração, tal como previsto inicialmente, não se considerou necessário inquirir um maior número, visto que se verificou haver bastante repetição nas respostas, sobretudo entre os agricultores mais idosos e que são a maioria na região.

Os inquéritos tiveram como principal objectivo um melhor conhecimento da área de estudo, através do entendimento de toda a problemática que envolve a agricultura local, no que diz respeito ao uso dos solos, aos sistemas de produção agrícola, pecuário, florestal ou mistos, na aplicação das Medidas Agro-Ambientais, na avaliação do papel do Parque Natural e da fronteira no desenvolvimento da região, pretendeu-se ainda avaliar quais as perspectivas futuras para a agricultura da região e potencialidades proporcionadas pela multifuncionalidade da paisagem. Para além destes temas, para os chefes de exploração, foi feita uma caracterização da sua exploração.

Assim, o guião dos inquéritos (Anexo 1) era formado por uma estrutura com sete grupos de perguntas:

Assim a estrutura dos inquéritos resultou em sete grupos de perguntas:

- 1 – Caracterização do inquirido
- 2 – Caracterização da propriedade (só para os chefes de exploração)
- 3 – Opinião face a multifuncionalidade
- 4 – Sistemas de produção, usos do solo e gestão
- 5 – Relação com fronteira e Parque Natural
- 6 – Perspectivas futuras
- 7 – Medidas Agro-Ambientais

A realização dos inquéritos foi efectuada durante cinco saídas de campo nos concelhos de Marvão, Castelo de Vide e Portalegre, num período entre o Julho de 2005 e Janeiro de 2006. Os inquéritos aos chefes de exploração realizaram-se nas quatro freguesias que compõem o concelho de Marvão.

A análise dos inquéritos é baseada, tanto numa avaliação qualitativa, como numa análise de estatística descritiva simples, onde se procura salientar os aspectos mais marcantes quanto às questões em estudo, cruzando as respostas obtidas com as características dos chefes de exploração/agricultores e suas explorações. No caso dos técnicos, pelo seu reduzido número, os inquéritos foram avaliados qualitativamente, no seu conjunto.

3 Paisagem rural e políticas públicas para a agricultura e conservação da natureza

“O mosaico da paisagem deve ser visto como uma entidade holística, em que vários componentes se correlacionam para criar um todo” (Kidston, 2001).

3.1 Agricultura e as transformações da paisagem rural

Etimologicamente, o vocábulo paisagem traduz a entidade constituída pelo conjunto de elementos visíveis ou sensíveis (pelo sensorial humano) que integram e caracterizam um compartimento de território e o distinguem de outros (Araújo, 1994). A evolução da paisagem é baseada na interacção dinâmica entre a sua estrutura e funcionamento mas também na sua história, o que faz de cada paisagem, única (Antrop, 2000). Por outras palavras, a paisagem constitui um sistema dinâmico, onde diferentes factores (litologia, relevo, clima, solos, flora, fauna, ocupação humana) se influenciam mutuamente e evoluem em conjunto ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global (Forman & Godron, 1986; Naveh & Lieberman, 1994; Zonneveld, 1990 in Pinto-Correia, 2000a). A diversidade de paisagens rurais europeias reflecte assim a diversidade de condições no seu território, mas também a diversidade de sistemas agrícolas que se foram desenvolvendo em estreita relação com essas condições, criando um mosaico diversificado e com uma identidade específica, parte do nosso património cultural e histórico (Ribeiro 1986; Aalen 1996; Caldeira & Cary, 1997; Meeus et al., 1990; Pinto-Correia e Ramos, 2000 in Pinto-Correia, 2000a).

Na paisagem estão inscritos traços físicos do passado e sistemas há muito humanizados e nela prevalecem formas naturais de significativa biodiversidade (Teles, S.D.). A complexidade estrutural da paisagem resulta da constante presença interligada dos dois sistemas, natural e cultivado. Essa presença foi sendo construída e desenvolvida pela acção persistente de sucessivas gerações que iam recriando a paisagem na gradual e lenta adaptação ao meio e às circunstâncias da vida (Teles, S.D.). As áreas agrícolas europeias foram transformadas a partir de habitats naturais (selvagens) desde o momento que o Homem começou a utilizar os recursos disponíveis para produzir bens de primeira necessidade. Esta transformação ocorreu de uma maneira tão lenta, que permitiu a adaptação dos organismos vivos a esses habitats, como se de ecossistemas naturais em constante evolução se tratassem. Nalguns casos essa adaptação foi tão grande que se formaram comunidades totalmente dependentes das zonas agrícolas (como é o caso da abetarda (*Otis tarda*), das planícies cerealíferas da Península Ibérica) (Heitor, 2005). No entanto nas últimas décadas, com o processo de mecanização, concentração e especialização da agricultura, as paisagens rurais europeias têm registado transformações extremamente aceleradas e radicais, contrastando com as pequenas adaptações e mudanças progressivas registadas até meados do século passado (Vos & Meeke, 1994 in Pinto-Correia, 2000a), e em apenas algumas décadas a paisagem rural

mudou de uma maneira tão intensa que por exemplo muita da biodiversidade, simplesmente não teve tempo de se readaptar a estas novas condições. Em resposta a estas mudanças, as populações de muitas espécies, foram diminuindo, pois havia uma menor oferta de recursos (habitat disponível). Esta diminuição foi tão acentuada que, algumas delas desapareceram e outras tornaram-se raras (Heitor, 2005). A riqueza e a sustentabilidade da paisagem dependem hoje, da biodiversidade (complexidade biológica) e das diferentes intervenções culturais que se objectivam na existência de uma estrutura natural contínua. A complexidade biológica exigida pela estabilidade física e equilíbrio ecológico dos sistemas naturais assentes nas leis da natureza, deverá estar sempre presente na paisagem rural (Teles, S.D.).

Nos 40 anos que se seguiram à segunda guerra mundial, mudanças na tecnologia e nas políticas agrícolas tiveram graves consequências ambientais, numa dimensão nunca registada anteriormente (Hodge, 2001). O padrão da agricultura actual enfatiza a alta produtividade, cujos interesses se sobrepõe aos muitos problemas sociais e ambientais que ocorrem nas áreas agrícolas. Estas transformações levaram a maiores níveis de produção, mas também, a uma homogeneização dos sistemas e à sua menor adaptação aos recursos naturais, resultando numa degradação ambiental, numa homogeneização e simplificação da paisagem e consequente perda de multifuncionalidade (Pinto-Correia, 2000a; Gulinck, 2003). Segundo o relatório Bründtland, o desenvolvimento sustentável define-se como sendo "Progresso económico, social e político que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às delas." (Bründtland, 1987). Este conceito de desenvolvimento sustentável integra as componentes sócio-económicas e ecológicas atribuindo a dimensão transgeracional das políticas de ambiente. É necessário o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura como resposta aos objectivos gerais de sustentabilidade. Face às funções que se esperam hoje em dia da paisagem rural, a agricultura não deve apenas assegurar funções de produção, mas também funções de conservação, equilíbrio ambiental, preservação do património, recreio e turismo, qualidade estética da paisagem, etc. (Pinto-Correia & Vos, 2004). Um dos maiores desafios para a gestão actual da paisagem rural passa pela recuperação e reinvenção da sua multifuncionalidade. Os desafios da multifuncionalidade do território rural que assim se colocam, levantam também novas exigências, assim como novas oportunidades ao sector agrícola, que podem significar a sua sobrevivência, em algumas áreas, embora com outras funções que não a produtiva (Pinto-Correia et al., 2006). Outros modelos de exploração agrícola podem assim emergir, modelos que combinam produção com outras funções, ou mesmo cujo principal objectivo não seja a produção mas sim contribuir para uma ou várias das outras funções do espaço. Nem todos os espaços rurais serão no futuro espaços produtivos, mas outras funções que não a produção podem justificar a manutenção da agricultura (Pinto-Correia et al., 2006). As recentes mudanças ocorridas no contexto da produção agrícola (principalmente sobre-produção e abandono das terras) lançam uma nova luz nas relações entre

agricultura e ambiente. A agricultura já não é vista apenas como um sistema de produção de alimentos com os consequentes efeitos nefastos no ambiente como poluição, destruição de habitats, etc., mas também como um factor de participação na gestão dos recursos ecológicos (Park, 1988 in Baudry, 1989). Por outro lado, o desenvolvimento da ecologia da paisagem salienta a importância da compreensão da paisagem ao nível dos processos ecológicos, como a dispersão de plantas e animais e fluxo de água e de nutrientes. A agricultura é a principal fonte de controlo da dinâmica da paisagem, e como tal é útil um desenvolvimento de conceitos e métodos para a compreensão das interacções entre a agricultura e os sistemas ecológicos ao nível da paisagem (Krummel & Dyer, 1984; Gulink, 1986 in Baudry, 1989). Sendo a agricultura a actividade económica que em termos territoriais, ocupa uma maior percentagem do território europeu, ela é responsável em grande parte pelas alterações registadas nas características ambientais da Europa, mas também pelas mesmas razões poderá constituir-se como factor determinante na preservação e conservação dessas características (IDRHa, 2004). O incentivo à introdução ou manutenção de métodos de exploração compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética, bem como da preservação da paisagem e do espaço natural, terá nos próximos anos, uma importância cada vez maior, face ao aumento crescente das exigências da sociedade em matéria ambiental (IDRHa, 2004).

3.2 Evolução da PAC e das Medidas Agro-Ambientais

Mudanças na sociedade, nos mercados e na tecnologia, irão continuar a provocar mudanças na agricultura e áreas rurais, assim como nos mecanismos que suportam a agricultura. A PAC como mecanismo de suporte à agricultura europeia não pode ser um mecanismo fixo, tem que ser um mecanismo dinâmico capaz de se adaptar às contínuas mudanças na sociedade e mercados europeus (Ploeg J. et al., 1998).

3.2.1 De 1980 a 1992

A PAC foi concebida nos anos 50 e 60 para uma Europa ainda com recordações muito vivas, da falta de alimentos e da pobreza rural. O seu objectivo era, por isso, erradicar estes problemas de forma definitiva (Comissão Europeia, 1999a). Até fins dos anos 80, a política ambiental da Comunidade Europeia desenvolveu-se independente das políticas agrícolas da mesma (Buller H., 1999). Com o aumento dos problemas ambientais, sociais e da crise de excedentes agrícolas causados pela agricultura durante os anos 80, o sector agrícola europeu ficou finalmente aberto à redefinição dos objectivos e estratégias da PAC no início dos anos noventa (Pinto-Correia, 2002). No entanto, ainda no início dos anos 80 já alguns estados membros tinham introduzido medidas Agro-Ambientais, tanto como resultado da legislação precedente (como o regulamento 797/85), como de modo independente a nível nacional mas esta introdução manteve-se como opcional para os estados membros (Comissão Europeia, 2005a).

3.2.2 Reforma 1992 e o Regulamento 2078

Em 1992, com a primeira reforma da CAP, a componente ambiental foi definitivamente introduzida também na gestão do sector agrícola (Pinto-Correia, 2000a). Assim, no âmbito desta reforma foram criadas para todos os Estados Membros as Medidas de Acompanhamento (Medidas Agro-Ambientais, Florestação de Terras Agrícolas e Reforma Antecipada) da reforma da PAC, sendo o regulamento (CEE) 2078/92 o que diz respeito às medidas Agro-Ambientais (Pinto-Correia, 2002; Comissão Europeia, 2005a). Tornou-se assunto de delicadas negociações, e a todos os estados membros foi exigido a introdução das medidas Agro-Ambientais durante cinco anos (1993-1997), devendo o programa ser apresentado até 30 Julho de 1993 (Comissão Europeia, 2005a). O regulamento 2078 surgiu então como instrumento harmonizador para os esquemas já existentes, e também como uma base de apoio para aqueles que iriam elaborar novos programas e medidas Agro-Ambientais (Buller H., 1999), e que passariam a ser obrigatórios para todos os Estados membros mas de aplicação facultativa para os chefes de exploração. As medidas Agro-Ambientais foram criadas para apoiar métodos de produção agrícola compatíveis com a protecção do ambiente e a manutenção das características específicas e diversificadas da paisagem rural europeia (Pinto-Correia, 2000a). O objectivo deste programa seria combinar os efeitos benéficos sobre o ambiente com a redução da produção agrícola, e contribuir para apoiar a diversificação do rendimento agrícola e o desenvolvimento rural. Para atingir estes objectivos, foi criado um sistema de financiamento para apoiar práticas agrícolas compatíveis com a protecção e melhoria da qualidade do ambiente, dos recursos naturais, da paisagem, do solo, da diversidade genética, da gestão do espaço agrícola para abertura do acesso ao público e incremento das actividades de recreio, educação e formação dos chefes de exploração e técnicos (Comissão Europeia, 1999a; Pinto-Correia, 2002). A premissa fundamental era que os chefes de exploração têm um papel fundamental na gestão do ambiente e paisagens rurais por isso devem ser dados incentivos de modo a compensá-los por eventuais perdas de rendimento, pelos custos de implementação e pelo serviço prestado (Hodge, 2001; Comissão Europeia, 2005a).

Os agricultores cuja participação é voluntária, teriam de assinar um contracto com a administração quanto a uma ou mais medidas comprometendo-se por cinco anos a respeitar certas práticas agrícolas mediante o pagamento anual de uma soma estabelecida (Pinto-Correia, 2000a). Os programas Agro-Ambientais tinham primeiro que ser submetidos para aprovação da Comissão e uma vez aprovados, os programas seriam então co-financiados pela UE (Buller H., 1999).

A regulamentação da aplicação das medidas Agro-Ambientais permite que cada Estado Membro da Comunidade Europeia conceba e aplique um conjunto de medidas próprio, adaptado às especificidades e necessidades do seu território (Pinto-Correia, 2000a). Dentro do contexto do espaço europeu, tais políticas abrangentes confrontam-se com os perfis nacionais e sub-nacionais muito variáveis, não apenas no que diz respeito às práticas agrícolas, seus métodos de produção e suas evoluções recentes, mas também no que diz respeito ao ambiente e tradições rurais. Na verdade, tal como a

comissão europeia reconheceu, a PAC conseguiu um certo grau de harmonização das estratégias agrícolas nacionais, de qualquer maneira ainda é na suas características rurais e agrárias que as nações europeias continuam a exibir as suas maiores e mais fundamentais diferenças (Buller H., 1999). A Comunidade Europeia (CE) luta por um lado, por obter padrões ambientais comparáveis dentro do espaço europeu, enquanto, por outro lado, tenta manter a diversidade rural, agrícola e ambiental e sua multifuncionalidades que são tão características dentro do espaço rural europeu (Buller H., 1999). Os estados focaram as suas acções políticas subsequentes, baseadas essencialmente na gestão da paisagem, dos recursos naturais, protecção da natureza e aumento do acesso público, mas estes mesmos estados membros trouxeram a estas acções a sua própria e distinta maneira de ver as preocupações agrícolas, rurais e ambientais, incluindo distintos conceitos sociais, políticos e administrativos (Buller H., 1999; Pinto-Correia, 2000b). No entanto, as expectativas da época eram que as medidas Agro-Ambientais iriam levar a um ambientalização da PAC, e que isso iria ter consequências positivas em relação às condições sociais nas regiões rurais (Potter & Lobley, 1993; Robinson & Ilbery, 1993; Baldock, 1994; Réus et al., 1995; de Putter, 1995 in Buller H., 1999). Pelo ano de 1997, cerca de 150 programas Agro-Ambientais tinham sido aprovados pela Comissão (EC, 1997^a in Buller H., 1999). Nesse ano, com cerca de 17% da Superfície Agrícola Útil (SAU) sobre contrato e cerca de 19% dos chefes de exploração envolvidos, as medidas Agro-Ambientais claramente passaram a ser um elemento importante na agricultura europeia e nas políticas ambientais (Buller H., 1999).

3.2.3 Reforma de 1999 – Agenda 2000

No entanto no final dos anos 90, e em resposta ao criticismo crescente dado os desequilíbrios estruturais e regionais que tinham lugar, e também devido à maneira como os suportes à agricultura eram distribuídos entre os agricultores na altura (apenas 20% dos agricultores europeus recebiam 80% dos suportes financeiros da PAC (Ploeg et al., 1998)), a CE reconheceu que uma redução nos gastos significaria mudanças na maneira como as ajudas à agricultura eram repartidas, o que obrigaria a uma redefinição das políticas agrícolas. Entre os factores mais importantes para uma nova reforma da PAC incluem-se a crescente procura mundial de alimentos, a evolução rumo a um ambiente comercial global mais liberal e o desafio do alargamento da União Europeia a leste (Comissão Europeia, 1999b). O risco muito real de uma repetição dos desequilíbrios de mercado em alguns sectores; a entrada em vigor a 1 de Maio de 1999 do Tratado de Amesterdão, que assinala o compromisso da União Europeia relativo ao desenvolvimento sustentável e leva à elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentável; o processo de integração de Cardiff iniciado pelos chefes de estado europeus em Junho de 1998, exigindo que a União Europeia desenvolva estratégias globais que permitam integrar os aspectos ambientais nos diferentes sectores, incluindo o da agricultura; a crescente necessidade que a PAC estivesse à altura do desafio colocado pelo maior interesse dos consumidores na segurança e qualidade dos alimentos e no bem-estar dos animais; e por

último o facto da PAC dever responder à necessidade de uma melhor administração, maior descentralização, maior transparência e regras mais simples foram também temas que obrigaram à reforma da PAC (Comissão Europeia, 1999b; Comissão Europeia, 2003b).

Então, a 26 de Março de 1999, no final do Conselho Europeu de Berlim, os Chefes de Estado e de Governo concluíram um acordo político sobre uma segunda reforma da PAC – a Agenda 2000. A Agenda 2000 designa um programa de acção cujos principais objectivos consistem em reforçar as políticas comunitárias e dotar a União Europeia de um novo quadro financeiro para o período de 2000-2006, tendo em conta a perspectiva do alargamento (Comissão Europeia, 1999b). A nova reforma teria como objectivos ajudar a desenvolver um sector agrícola genuinamente multifuncional, sustentável e competitivo, que ajudasse a garantir o futuro das regiões rurais mais frágeis. A União Europeia manteve o seu compromisso de ajudar a garantir que os agricultores continuassem a obter um rendimento razoável. Para alcançar este objectivo, manteve-se os pagamentos directos aos agricultores, pagamentos esses que foram aumentados, para ajudar a compensar a redução dos preços garantidos.

A Agenda 2000 consolidou a importância do Desenvolvimento Rural (DR) ao considerá-lo como segundo pilar da PAC (LPN/SPEA, 2002; Bignal, 2002). Procurou reforçar as provisões ambientais da PAC e integrá-las nas políticas de desenvolvimento rural (Bignal & Jones, 2003; Comissão Europeia, 2005a). O 2º pilar da PAC surge então sob a designação de políticas de Desenvolvimento Rural, integrando, não só as políticas de estruturas agrícolas, introduzidas desde o início da PAC, como as chamadas Medidas de Acompanhamento que tinham surgido no decorrer da reforma de 1992 (Avillez, 2004).

Nos seus planos de Desenvolvimento Rural, os estados membros têm que designar quais as suas necessidades e a sua visão para as áreas rurais, usando uma série de instrumentos possíveis para atingir determinados objectivos. Florestação de Terras Agrícolas, Medidas Agro-Ambientais e Indemnizações Compensatórias para Zonas Mais Desfavorecidas (ZMD) são os instrumentos disponíveis para atingir um conjunto de parâmetros ambientais, sociais e económicos (Comissão Europeia, 1999a). A integração de disposições ambientais na PAC e o aprofundamento do papel que os agricultores podem desempenhar na gestão dos recursos naturais e na preservação da paisagem são objectivos cada vez mais importantes. As medidas Agro-Ambientais procuravam em parte apoiar o desenvolvimento sustentável das zonas rurais e responder à crescente procura de serviços ambientais por parte da sociedade, incentivando os agricultores a utilizarem práticas agrícolas compatíveis com a protecção do ambiente e a conservação dos recursos naturais (Comissão Europeia, 1999a). Como medida adicional para ajudar a tornar a PAC mais “verde”, as Indemnizações Compensatórias de apoio à agricultura nas Zonas Mais Desfavorecidas (ZMD) foram alargadas a áreas em que a agricultura se encontrava limitada pela existência de restrições ambientais específicas (Comissão Europeia, 1999a). A silvicultura, por seu turno, foi reconhecida como parte integrante do Desenvolvimento Rural, desempenhando uma função ecológica, económica e

social (Comissão Europeia, 1999a). A nova política de Desenvolvimento Rural desta nova PAC procurava estabelecer um quadro coerente e sustentável para o futuro das zonas rurais da Europa. Ela complementava as reformas dos mercados com outras acções que promovem uma agricultura competitiva e multifuncional, no contexto de uma ampla estratégia de Desenvolvimento Rural (Comissão Europeia, 1999a). Com os agricultores envolvidos na gestão de perto de metade da superfície da comunidade europeia, obviamente a agricultura representa um papel muito importante na minimização dos impactes da economia no ambiente (Comissão Europeia, 1999a).

3.2.4 Reforma Intermédia de 2003

No entanto estas reformas da PAC continuaram sujeitas a muitas críticas, principalmente no que respeita a ligação da parte mais importante dos subsídios, correspondente ao I Pilar à produção encorajando a intensificação e sobre-produção, direccionando a maioria do orçamento para as áreas e explorações mais produtivas e competitivas (Beaufoy, 2005) e criando grandes assimetrias a nível europeu e nacional. De notar que nesta altura apenas 4% das explorações recebia 40% das ajudas evidenciando que grande parte do dinheiro ia para as grandes explorações (AEFPR, 2003). Questões como: a crise da BSE que levou muitos a propor uma agricultura menos intensiva e mais respeitadora dos mecanismos naturais; a questão orçamental; os custos do alargamento a leste; as incertezas quanto aos resultados das negociações no âmbito da OMC; e finalmente o modo como a estrutura de incentivos criadas pelas anteriores reformas impediam a reorientação da agricultura europeia no sentido da competitividade, da qualidade e da sustentabilidade, foram algumas das principais questões que levaram a uma nova reforma da PAC (Santos, 2001).

Na sequência destes problemas, em 22 de Junho de 2003, os Ministros da Agricultura da União Europeia adoptaram uma reforma (Reforma Intercalar ou Intermédia) profunda da Política Agrícola Comum (PAC) que iria alterar completamente a forma como a União Europeia apoiava o seu sector agrícola. A Agenda 2000 já previa uma reforma intermédia da mesma para 2002 para eventualmente adaptar as medidas em vigor à evolução dos mercados, no entanto a Comissão Europeia aproveitou e foi mais longe na sua proposta (Martí, 2004). A reforma consolidou uma nova política de apoios materializada em três novos instrumentos (a dissociação, a condicionalidade e a modulação das ajudas) (Comissão Europeia, 2003a; Martí, 2004). A nova PAC orientava-se para os consumidores e os contribuintes e deixava aos agricultores a liberdade de adaptarem a sua produção às necessidades do mercado. A dissociação das ajudas directas da produção para o produtor (“Decoupling”), consiste na atribuição de uma ajuda única ao rendimento dos agricultores por exploração, independentemente da cultura que o agricultor pretenda instalar, podendo mesmo este optar por apenas manter a terra em boas condições agrícolas e ambientais (Santos, 2001; LPN/SPEA, 2002; Comissão Europeia, 2003a; Comissão Europeia, 2004; Kristensen & Primdahl, 2004). O desligamento das ajudas faces às áreas de actividade agrícola concretas e ao número de

cabeças de gado permite uma maior liberdade empresarial para o produtor, uma maior eficiência no uso dos recursos e uma maior orientação para o mercado, beneficiando ao mesmo tempo da necessária estabilidade do rendimento (Santos, 2001). Para se poder beneficiar destas ajudas seriam atribuídos aos agricultores direitos a pagamento em número igual à média dos hectares ou cabeças de gado sobre os quais o agricultor beneficiou das ajudas directas integradas no pagamento único num período de referência, triénio 2000/2001/2002 (Avillez, S.D., Comissão Europeia, 2004). Para evitar o abandono da produção, os Estados-Membros podiam optar por manter uma ligação reduzida entre os subsídios e a produção, em condições bem definidas e dentro de limites claros. Mas, para que exista uma correcta aplicação desta dissociação é obrigatório para todas as explorações o cumprimento de critérios objectivos de eco-condicionalidade (“Cross-compliance”), como o respeito de normas ambientais, de segurança alimentar e de bem-estar dos animais (LPN/SPEA, 2002; Comissão Europeia, 2003a; Comissão Europeia, 2004; Kristensen & Primdahl, 2004). Outra consequência importante da reforma intercalar da PAC foi a modulação do valor anual da totalidade das ajudas directas aos produtores (Comissão Europeia, 2004). Esta modulação corresponde a 3% em 2004, 4% em 2005 e 5% em 2006 e seguintes até 2013, do valor total das ajudas directas aos produtores (desligados e não desligados) (Avillez, S.D.; Comissão Europeia, 2003a). Esta modulação é aplicada apenas aos produtores agrícolas com um valor anual de ajudas directas superior a 5000 euros (Avillez, S.D., Comissão Europeia, 2004). As poupanças orçamentais geradas por este mecanismo deverão ser aplicadas em medidas de Desenvolvimento Rural. Portanto, em consequência da redução dos pagamentos directos às maiores explorações, passariam a estar disponíveis mais recursos financeiros para os agricultores participantes em programas relacionados com o ambiente, a qualidade e o bem-estar dos animais (Santos, 2001). Acrescente-se a isto, a regra de cada Estado-Membro receber, pelo menos, 80% dos fundos gerados pela aplicação do mecanismo da modulação no seu território (AJAP, 2006). As medidas de Desenvolvimento Rural aprováveis nos termos da Reforma Intercalar de 2003 são classificadas em dois grupos: Medidas de Acompanhamento da reforma de 1992 (Reforma Antecipada, Medidas Agro-Ambientais e Florestação de Terras Agrícolas, bem como o regime relativo às Zonas Desfavorecidas) e Medidas de Modernização e Diversificação das Explorações Agrícolas (Investimento nas Explorações Agrícolas, Instalação de Jovens Agricultores, Formação, Apoio aos Investimentos nas Instalações de Transformação e Comercialização, Ajuda Complementar à Silvicultura e Promoção e Reconversão da Agricultura) (Comissão Europeia, 2005a). É ainda de notar que um dos grandes desígnios da reforma se prende com a tentativa de conter a despesa global da PAC abaixo dos tectos acordados no horizonte de 2013, e que estão neste momento já muito próximos, apesar de, no entretanto, a agricultura da comunidade crescer 45% na área agrícola, 74% no número de explorações e duplicar a mão-de-obra agrícola, com o alargamento de 15 para 25 países. Para respeitar os estritos limites orçamentais fixados para a UE-25 até 2013,

os Ministros acordaram em introduzir um mecanismo de disciplina financeira.

Esta reforma reforçava também o poder de negociação da União Europeia nas conversações em curso no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) (AEFPR, 2003). Contudo, como a União Europeia não conseguia competir no mercado internacional com muitos produtos, nomeadamente com os cereais e a carne, teve de encontrar novos modos de subsidiar os agricultores para os tornar competitivos. Mas estas medidas de política têm de estar em consonância com chamadas medidas da “caixa verde” do mercado internacional, isto é, medidas que não distorçam o mercado. O conceito de multifuncionalidade parece ser a solução europeia encontrada para resolver este intrincado problema. A agricultura, no processo de produção de alimentos e fibras, produz, simultaneamente, outros bens e serviços, de natureza pública e privada, pelos quais os agricultores devem ser compensados. Nomeadamente, o emprego, a disponibilização de meios de recreio (passeios natureza, caça, etc.), a protecção da terra, a captação e infiltração da água das chuvas, a captação e fixação do CO₂ atmosférico, a preservação da biodiversidade, a preservação das culturas, tradições e paisagens do mundo rural, estão entre os bens e serviços desta natureza, mais frequentemente referidos. A ideia de multifuncionalidade é uma tentativa de pôr em contraste a agricultura da UE com a agricultura industrializada da Austrália e dos Estados Unidos (AJAP, 2006).

Os diversos elementos da reforma entraram em vigor em 2004 e 2005. O pagamento único por exploração entrou em vigor em 2005. A transição da PAC actual para o novo modelo de política agrícola e rural tem um calendário previsto, assim 2003/6 é a primeira fase do período de transição, 2007/10 será a segunda fase do período de transição e finalmente a partir de 2011 espera-se que o novo modelo já esteja em pleno funcionamento (Santos, 2001).

A União Europeia prepara-se para adoptar, para o período de financiamento de 2007-2013, um novo sistema de apoio ao Desenvolvimento Rural, reforçado e simplificado, com base num único instrumento de financiamento (Serrano, S.D.). Em 2004, foram propostas algumas alterações na política europeia de Desenvolvimento Rural, de forma a que os programas sejam mais bem concebidos, mais ambiciosos e mais simples. O novo programa está actualmente ainda a ser discutido devendo entrar em vigor no próximo Quadro Comunitário de Apoio, que vigora de 2007 a 2013. Reflectindo a crescente importância que o Desenvolvimento Rural tem vindo a adquirir no âmbito das políticas de apoio ao sector agrícola e ao meio rural, esta proposta visa a implementação de um fundo específico para este sector, denominado Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADR). Este fundo agrupará todas as medidas existentes sob um único instrumento de financiamento de programação, dando muito maior liberdade aos Estados-Membros para procederem à afectação de verbas consoante as suas especificidades próprias e privilegiando uma abordagem da base para o topo, dando maior destaque aos agentes locais, públicos e privados (Serrano, S.D.).

O Fundo estará dividido em três eixos, correspondendo aos três objectivos fundamentais da nova política de Desenvolvimento Rural:

⇒ **Aumentar a competitividade do sector agro-florestal**, através de: uma melhoria e criação de infra-estruturas relacionadas com o desenvolvimento e a adaptação da agricultura e da silvicultura; apoio aos agricultores que participam em programas de melhoria da qualidade dos alimentos; instalação de jovens agricultores; apoio aos agricultores que praticam uma agricultura de semi-subsistência dos novos Estados-Membros, para que se tornem competitivos.

⇒ **Melhorar o ambiente e o espaço rural** através de: pagamentos aos agricultores das Zonas de Montanha e Zonas Desfavorecidas como contrapartida pelas desvantagens naturais; pagamentos a título da Rede Natura 2000; medidas Agro-Ambientais; e pagamentos a título do bem-estar dos animais.

⇒ **Fortalecer a qualidade de vida nas zonas rurais e promover a diversificação de actividades económicas** através de: diversificação para actividades não agrícolas; apoio à criação de microempresas; promoção do turismo; e recuperação de aldeias.

⇒ Incorporará ainda, num quarto eixo, a iniciativa LEADER que contempla especificamente acções de Desenvolvimento Rural não relacionadas com a agricultura (Avillez, 2004).

3.3 Situação em Portugal

3.3.1 Caracterização da Agricultura Portuguesa

Ao longo do tempo, e à semelhança do que tem acontecido noutros países industrializados, o peso da agricultura na economia nacional tem vindo a diminuir, sendo no entanto esse valor ainda elevado quando comparado com a média europeia. A diminuição da importância da agricultura na economia nacional é-nos dada pela diminuição do peso do sector no PIB de 5% em 1988 para 2,8% em 1999, e pela perda de importância do emprego no sector primário, o qual diminuiu 21% em 1988 para 10% actualmente (AJAP, 2006). Em Portugal, 40% da população reside em zonas predominantemente rurais o que torna importante manter a competitividade nessas áreas. Aqui os sectores agrícolas e agro-industriais têm um papel muito importante a desempenhar (AJAP, 2006).

A agricultura em Portugal é caracterizada por paisagens muito diversificadas devido às variações geológicas, climáticas e topográficas significativas que se encontram no pequeno território que é Portugal, assim como séculos de acção humana diversificada, aproveitando de formas diferentes e específicas para cada região, as potencialidades e restrições naturais. A zona norte do território é influenciada por um clima atlântico com níveis de precipitação entre 400 a 3,000 mm, enquanto o sul é caracterizado por um clima mediterrânico com níveis de precipitação entre os 350 a 600 mm (Eden & Vieira, 1999).

A estrutura das propriedades apresenta variações consideráveis por todo o território, com o norte mais caracterizado por pequenas propriedades familiares com um tamanho médio de 5 ha, usualmente praticando

policultura, com uma pequena área irrigada, vinha, algumas zonas de pomar e pecuária. A estrutura das propriedades no sul é consideravelmente maior com uma média de 20 ha e com muitas propriedades com mais de 500 ha. As produções tradicionais no sul incluem cereais, olival, vinhas e sistemas agro-silvo-pastoris constituídos pelo montado de sobro e/ou azinho (Eden & Vieira, 1999). Embora a dimensão média das propriedades nacionais seja ainda bastante baixa (9,3 ha), verificou-se nos últimos anos uma diminuição do número de explorações com menos de 5 ha e um ligeiro aumento do número de explorações com mais de 50 ha. Regra geral são explorações do tipo familiar, com uma intensidade de utilização do trabalho elevada e margens brutas baixas (AJAP, 2006).

Segundo dados da Eurostat, em 2001 cerca de 1/3 (3 milhões de ha) da área total nacional estava coberta de floresta, ocupando a SAU 3.838 milhões de ha, ou seja, cerca de 42% da área total nacional e 3% da SAU da UE. A maior parte da área agrícola está localizada em zonas menos favorecidas (85%), e dessa área 28,7% está em zona montanhosa. Este facto sempre constituiu um obstáculo natural importante à intensificação da agricultura portuguesa principalmente no interior. Quanto à ocupação florestal, o sobreiro e azinheira constituem os povoamentos predominantes (1.174.390 ha), seguindo-se o pinheiro-bravo (976.069 ha) e o eucalipto (672.149 ha). O pinheiro-bravo é a espécie dominante nos povoamentos submetidos a regime florestal, isto é, terrenos onde a vertente de protecção assume primordial destaque. Uma parte destes terrenos está incluída nas áreas designadas para a conservação da natureza (Silva et al., 2002). A expressão da área florestal no território continental tem crescido, tendência, que se vem verificando desde o séc. XIX. Apenas os distritos de Viana do Castelo, Guarda e Viseu têm registado tendência inversa (Silva et al., 2002).

Nos anos 90 a SAU diminuiu quase 6%. Verificou-se uma diminuição da terra arável na ordem dos 46% e um aumento da área de pastagens permanentes de cerca de 62%, sendo que não houve quase alteração na área correspondente às culturas permanentes. Na pecuária registou-se um acréscimo dos encabeçamentos e da concentração pecuária. Diminuiu o número de explorações e dos efectivos, com excepção dos ovinos que não registaram variação e das aves que aumentaram, aumento este particularmente significativo no Alentejo (AJAP, 2006).

Metade da SAU é ocupada com sistemas produtivos que sustentam habitats semi-naturais, dos quais se destacam as pastagens, os pousios e o olival. Por outro lado 20 % da superfície total das explorações agrícolas está ocupada por matas e florestas sem aproveitamento agrícola no sob-coberto.

A agricultura constitui o sector de actividade económica que tem maiores necessidades de água, o que contribui para elevados consumos deste recurso, gerando simultaneamente retornos significativos. 16% da SAU é regada (AJAP, 2006).

A contribuição do sector agrícola para as emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) é apenas de 15%. No entanto, fazendo uma análise por tipo de gás, o sector contribui com 45% para as emissões de metano e 71% para as emissões de óxido nitroso (AJAP, 2006). As taxas de aplicação de nitratos e fosfatos em Portugal são consideravelmente mais baixas do que dos países

da Europa central e do norte e em geral, não constituem um problema. Contudo, em regiões localizadas, ocorre poluição das águas superficiais e subterrâneas com origem agrícola, sendo a sua localização particularmente difícil. (IDRHa, 2004).

Os produtos tradicionais, associados a sistemas de produção extensivos e o modo de produção biológico têm visto crescer a sua importância relativa. Na carne de borrego, 10% dos abates provêm destes sistemas. No modo de produção biológico estão afectos 2% da SAU (AJAP, 2006). De acordo com os dados disponíveis do RGA-99 é, ainda muito diminuto o número de explorações agrícolas que declaram recorrer a práticas agrícolas valorizadoras do ambiente. É também muito pequena a percentagem de explorações integradoras de actividades lucrativas não-agrícolas relacionadas com a agricultura (turismo rural, artesanato, transformação de produtos alimentares, transformação de madeira, aquacultura, produção de energias renováveis, aluguer de equipamentos, etc.) (Avillez, 2004). No que diz respeito às actividades lucrativas não agrícolas relacionadas com a agricultura, pode-se concluir dos dados do âmbito do RGA-99, que, apenas, 8,1% do total das explorações, declaram desenvolver actividades lucrativas não agrícolas. A transformação de produtos alimentares assume, neste contexto, uma posição predominante, uma vez que constitui 88% do número total de explorações com actividades não agrícolas, correspondendo 36% a produtos certificados e o restante a não certificados. As outras actividades lucrativas não agrícolas têm uma expressão muito menor, representando apenas 6% no caso do aluguer de equipamentos, 2% no caso da transformação da madeira e, apenas 1% no caso do turismo rural e do artesanato (Avillez, 2004).

Os solos na maior parte do território do português, não têm aptidão agrícola, pelo menos para uma exploração intensiva de culturas anuais, estando a Reserva Agrícola Nacional, que agrupa os solos com maior potencial agrícola, reduzida a 11% dos solos, ainda que só metade possam ser cultivados sem limitações. O risco de erosão juntamente com a ocorrência de anos de seca e uma destruição do coberto vegetal frequente com mobilização do solo determinam que uma parte importante do território nacional tenha um índice de susceptibilidade à desertificação moderado (60%), enquanto cerca de 11% apresenta um índice elevado, com destaque para as áreas do interior sul, envolventes do vale do Guadiana (IDRHa, 2004). Os incêndios caracterizaram-se, na última década, por um aumento da incidência em áreas ocupadas por matos e uma diminuição da incidência em áreas ocupadas por povoamentos florestais. A par desta evolução registou-se um aumento dos fogachos. O fogo recorreu sobretudo nas áreas ocupadas por matos, pastagens e incultos.

As explorações agrícolas portuguesas caracterizam-se por apresentar condições estruturais muito desfavoráveis e estarem associadas a um tecido empresarial muito envelhecido, com um baixo nível de qualificação profissional e com uma muito reduzida capacidade de gestão empresarial (Avillez, 2004). Do ponto de vista dos respectivos resultados económicos, a grande maioria das explorações agrícolas caracteriza-se por um nível muito

reduzido de competitividade e rendimento obtidos dentro das respectivas explorações (Avillez, 2004).

A agricultura em Portugal permanece em geral relativamente extensiva, e pouco especializada, resultando em baixos níveis de auto-suficiência.

3.3.2 Evolução recente

Quando da adesão à CEE em 1986, o Portugal rural já tinha entrado numa crise como resultado de mais de 40 anos de isolamento político e económico (Williams, 1992; Syrett, 1995 in Eden & Vieira, 1999). Desde os anos 60, a economia rural sofreu muito e de um modo crescente com decisões políticas mal conduzidas, resultando num êxodo das populações rurais para as zonas costeiras mais industrializadas ou para o estrangeiro (Eden & Vieira, 1999). Quando em 1977, Portugal pediu adesão à então Comunidade Económica Europeia, a agricultura era o sector que maiores preocupações suscitava às autoridades portuguesas. As áreas rurais foram particularmente afectadas pelos eventos socio-políticos resultantes da reforma agrária de inspiração colectivista resultante da revolução de 1974. O sector agrícola encontrava-se económica e tecnicamente estagnado e sofria de profundas carências estruturais (Pinto, S.D.). A produtividade da terra e do trabalho era incomparavelmente mais baixa do que a verificada nos restantes países da Europa Ocidental, o investimento era escasso, as infra-estruturas muito insuficientes, a estrutura fundiária muito limitativa (área média de 5 ha) e os rendimentos evoluíam de forma muito pouco satisfatória (Pinto, S.D.). O acesso à CEE e à PAC era então visto como um factor de esperança para ajudar a contrariar as anteriores décadas de declínio na agricultura. A adesão, providenciou a oportunidade de ganhar acesso aos fundos da CEE, e de melhorar as infra-estruturas, tecnologia e acesso a novos mercados, mas no entanto a adaptação a estas novas condições revelaram-se extremamente difíceis para os agricultores portugueses. Houve muitas dificuldades jurídicas e administrativas para se proceder à harmonização com a mais integrada e complexa política comunitária, como o impacto da confrontação competitiva com os restantes países europeus, mais desenvolvidos, com melhores estruturas produtivas e com produtividades físicas médias 3 a 5 vezes superiores às de Portugal (Pinto, S.D.). Esta forte competição com outros países europeus causaram o colapso de muitos mercados internos, acentuaram as diferenças entre as zonas urbanas e rurais, e muitas das pequenas explorações tornaram-se impossíveis de suportar (Eden & Vieira, 1999). O resultado destes desenvolvimentos na agricultura portuguesa foi o contínuo decréscimo da população activa ligada à agricultura, que baixou de 26% em 1981, para 17% em 1991 e para apenas 12% em 1996, e com tendência a manter-se. Entre 1989 e 1997, mais de 400.000 pessoas abandonaram o sector agrícola (Eden & Vieira, 1999).

3.3.3 A reforma Intermédia de 2003 e o futuro da agricultura portuguesa

A reforma intermédia de 2003 vai trazer grandes desafios e consequências para nossa agricultura, pois como é sabido, tem sérios problemas de ajustamento estrutural, fraca competitividade e dificuldade na orientação da produção para o mercado (Avillez, 2004).

Apesar da tendência para uma diminuição da população agrícola, dada a idade média muito elevada da maioria dos chefes de exploração e falta de captação de jovens agricultores, esta representa ainda 12% da população do Continente. O conjunto das actividades agrícolas e florestais representa 17,8% do emprego. Do total de explorações existentes, 90% classificam-se como pequenas ou muito pequenas, dependendo quase exclusivamente de mão-de-obra familiar (AJAP, 2006).

O impacto negativo que a nova PAC poderá ter na agricultura europeia far-se-á sentir, concerteza, com maior intensidade no nosso país. Isto porque, a nossa agricultura é, à partida, mais frágil que a média europeia. A predominância no âmbito da PAC até hoje em vigor, de medidas de política directamente ligadas à produção e o elevado nível de suporte por elas geradas, são possivelmente a razão principal para a posição dominante, de sistemas agro-comerciais e subsidio-dependentes, isto é sistemas baseados em actividades de produção agro-florestais predominantemente orientados para a colocação no mercado de bens alimentares e matérias-primas agro-florestais mas dependentes das transferências de rendimento geradas pelos subsídios à produção (Avillez, 2004). No entanto as novas orientações decorrentes do processo de reforma da PAC iniciado em 2003 irá tornar inviável, a prazo, a manutenção deste tipo de sistemas (Avillez, 2004). Outra dificuldade resultante do processo de desligamento das ajudas da produção é o aumento do risco de abandono de muitas culturas, uma vez que as ajudas directas resultantes da reforma de 1992 e da agenda 2000 constituíam um desincentivo ao abandono do território (Avillez, 2004; Kristensen & Primdahl, 2004). Com a reforma de 2003 as condições de apoio mudam radicalmente: os produtores agrícolas deixam de ter a obrigação de as ocupar com o tipo de produção actualmente dominante para poderem vir a receber os pagamentos ou ajudas únicas às explorações agrícolas, o que poderá levar ao respectivo abandono (Avillez, 2004). Além do referenciado anteriormente, a maior parte dos produtos para que Portugal tem vocação (fruta e hortícolas, batata, vinho e azeite) não recebe apoios e não são concorrenciais no mercado. Assim, os agricultores ao deixarem de produzir espécies apoiadas, como consequência do desligamento ficam sem alternativas e "deixam a actividade". O desligamento das ajudas pode levar ao desaparecimento de muitos sistemas agrícolas, sobretudo os com características mais tradicionais, muitas vezes de elevado valor em termos de conservação da natureza e paisagens rurais.

Mas, naturalmente, que nem tudo é negativo. Dentro dos aspectos positivos que se vislumbram no contexto de aplicação desta nova PAC, que se prolonga pelo período do novo Quadro Comunitário de Apoio (2007-2013) destacam-se os seguintes: proporcionar aos agricultores um horizonte temporal estável de dez anos (2003-2013) capaz de lhes permitir um adequado planeamento das suas actividades futuras; constituir um incentivo à adopção de soluções produtivas mais eficientes e sustentáveis e disponibilizar meios orçamentais adicionais para financiar políticas mais coerentes de apoio à multifuncionalidade da agricultura. A modulação pode também ser vantajosa uma vez que retira alguns montantes de ajudas aos

maiores beneficiários da PAC para que possam ser redistribuídos para outros fins, ligados ao reforço do Desenvolvimento Rural.

É urgente resolver os problemas económicos, sociais e ambientais das áreas rurais portuguesas através de um reforço do Desenvolvimento Rural e da mudança para uma agricultura sustentável, mais próxima do Homem e do ambiente (IDRHa 2004). O programa de Desenvolvimento Rural para Portugal tem por objectivo melhorar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, desenvolver a natureza multifuncional e promover a qualidade e inovação das explorações agrícolas, e fomentar o potencial das áreas rurais para um apoio do desenvolvimento económico e da diversificação da economia.

Na próxima década Portugal enfrenta um enorme desafio que irá no essencial, consistir no processo de reconversão dos sistemas agro-comerciais e subsidio-dependentes, em sistemas de produção agrícola baseados em processos produtivos economicamente eficientes, mas principalmente ecologicamente e socialmente sustentáveis isto é, sistemas baseados em actividades de produção agro-florestais orientadas, predominantemente, para uma ocupação do solo e para técnicas agrícolas capazes de assegurar uma adequada conservação da natureza e um desejado ordenamento do território; baseados em actividades económicas diversas produtoras de bens e serviços comercializáveis ou valorizadoras dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, orientadas predominantemente para a viabilização do tecido económico e social das comunidades locais em que se inserem (Avillez, 2004). Este tipo de sistemas e sua viabilidade poderá vir a ser socialmente sustentada, pelo efeito conjunto das ajudas únicas às respectivas explorações e das medidas Agro-Ambientais e outro tipo de instrumentos e apoios em vigor no contexto do 2º Pilar da PAC.

3.3.4 Ambiente e agricultura em Portugal

Portugal não tem o mesmo tipo de problemas ambientais que os países do norte da Europa, como a poluição proveniente do uso excessivo de fertilizantes e agro-químicos. Os problemas ambientais em Portugal são antes causados por uma má gestão de habitats de grande valor, principalmente como resultado de mudanças socio-económicas que têm acontecido no passado recente. Apesar de tudo, Portugal continua a ter no seu território muito importantes habitats ricos em biodiversidade que foram moldados durante séculos por práticas agrícolas extensivas e ambientalmente sustentáveis (Eden & Vieira, 1999).

Em Portugal, o debate sobre as relações entre o ambiente e a agricultura começaram tarde, e só ganharam algum relevo a partir de 1990 com a aproximação da reforma da PAC de 1992. Antes da adesão à CEE em 1986, os partidos políticos, as organizações relacionadas com agricultura e os agricultores, eram completamente indiferentes à necessidade de integrar o ambiente nas políticas agrícolas (Eden & Vieira, 1999). Antes da aplicação do Regulamento 2078/92 a Portugal, não havia no país nenhuma tradição de preocupações ambientais na sua relação com a agricultura, nem na cooperação entre o sector agrícola e o sector ambiental. Em Portugal até



1992, nunca existiram contratos ambientais entre o Estado e os Agricultores (Poeta & Marta, S.D.).

A entrada de Portugal na CEE em 1986, causou mudanças fundamentais na agricultura, principalmente através da sua intensificação, e na introdução de novos tipos de culturas muitas vezes menos adaptadas que as culturas tradicionais às condições ambientais (Eden & Vieira, 1999). A força motriz destas mudanças foram os apoios ao investimento no âmbito do programa específico de apoio à agricultura portuguesa, os subsídios da PAC para determinados produtos, a abertura das fronteiras e competição com outros países europeus. Aumentou dramaticamente o uso de variedades cerealíferas muito exigentes do ponto de vista ambiental como a produção de girassóis, diminuindo as colheitas menos exigentes. Como resultado houve uma grande intensificação na produção de cereais, resultando num aumento no uso de fertilizantes herbicidas e fungicidas, e as rotações tradicionais de 3-5 anos foram substituídas por uma produção contínua. As áreas irrigadas aumentaram devido a subsídios de apoio às variedades de irrigação. Houve um grande aumento do uso de água, um bem escasso em muitas zonas de Portugal, e também um aumento da poluição das águas superficiais e subterrâneas (Eden & Vieira, 1999). Ainda no que diz respeito à intensificação, as alterações reflectiram-se também na diminuição da duração dos pousios, na intensidade do pastoreio, na frequência das mobilizações e aumento da potência da tracção e alfaias utilizadas e, em termos gerais, na simplificação do meio com supressão de muros, sebes, árvores e maciços arbóreos (IDRHa, 2004). Um dos impactes resultantes desta intensificação e mudanças de uso dos solos foi a degradação de alguns importantes habitats tanto ao nível do coberto como das fontes de alimentação e, mesmo, da tranquilidade com consequente perda de biodiversidade. Esta degradação do habitat tem particular influência essencialmente nos animais que utilizam as áreas agrícolas abertas para alimentação, como é o caso de muitos micromamíferos, quirópteros, o lince, aves estepárias, algumas aves de rapina, e muitas aves invernantes (Eden & Vieira, 1999).

Outro problema tem sido a importação de raças exóticas que têm vindo a aumentar substancialmente, aumentando o cruzamento com as raças locais com o objectivo de aumentar a produção e os ganhos financeiros, resultando numa depleção genética das raças autóctones (Eden & Vieira, 1999).

Apesar do referido anteriormente, o maior problema ambiental em Portugal não são tanto problemas de poluição e erosão, como acontece nas regiões de agricultura intensiva, mas sim os problemas derivados da desertificação humana (Poeta & Marta, S.D.; Pinto-Correia, 2000a). Este problema reveste-se da maior acuidade em vastas áreas do Interior Norte e Centro, no Alentejo e na serra do Algarve, com os problemas ambientais associados, como a simplificação do padrão da paisagem e perda de biodiversidade e a invasão de formações arbustivas correspondentes às fases degradadas das sucessões que se instalam, iniciando, com frequência, o ciclo tradicional de mato-fogo-mato, com consequências graves em termos de erosão do solo e de dificuldade na reabilitação do ecossistema (IDRHa, 2004).

Nas áreas com sistemas agro-silvo-pastoris constituídos por montado de azinho e/ou sobre onde se pratica a agricultura e pastorícia sob coberto das árvores, o abandono leva, com frequência, à sua invasão pelo mato com consequências fatais para o coberto arbóreo, principalmente nas zonas com solos mais degradados e índices de aridez mais acentuados. O funcionamento da pecuária que incorpora os matos e resíduos florestais nas camas do gado permite a limpeza das manchas florestais existentes na exploração, sendo um garante da prevenção contra incêndios florestais. Estes sistemas permitem, nas áreas florestadas, a manutenção de alguma diversidade paisagística, garante de inúmeras espécies de orla e diversas espécies florestais que dependem, em termos de alimentação ou disponibilidade de água, de áreas abertas. A manutenção do pastoreio em sistemas forrageiros é a única forma de preservar as características fitossociológicas próprias e a diversidade botânica em presença (IDRHa, 2004). Os pomares tradicionais e olivais, muitas vezes associados a pequenas explorações sofreram também um duro revés com a competição dos mercados e consequente abandono. No caso dos olivais, o abandono está muitas vezes associado à falta de recursos humanos e de mecanização na apanha da azeitona. O abandono destas áreas de olival tem um impacto grande num grande número de aves (nomeadamente, da família *sturnidae*) uma vez que o olival tradicional é um importante recurso alimentar por frutificar numa época do ano em que as fontes de alimentação são escassas (IDRHa, 2004).

Em Portugal tal como noutros países mediterrânicos a sobrevivência desta riqueza de biodiversidade e paisagens, passa pela manutenção dos sistemas tradicionais seculares (Eden & Vieira, 1999). O facto de muitos dos sistemas agrícolas tradicionais terem sobrevivido até aos nossos dias, permitiu a sobrevivência de alguns dos mais importantes habitats e espécies, ainda que alguns destes estejam ameaçados pelas rápidas mudanças nas práticas agrícolas (Beaufoy et al., 1994; Eden & Vieira, 1999).

Os políticos terão que reconhecer que a chave na manutenção destes importantes valores naturais e culturais, está na conservação destas diferentes práticas agrícolas tradicionais. E para essa manutenção, são necessárias ajudas, providenciando um rendimento para as populações locais, mas também o desenvolvimento de estruturas comerciais (incluindo estratégias de mercado), treino, formação e apoio técnico aos agricultores e chefes de exploração, para garantir uma gestão sustentável das suas explorações. Até certo ponto o programa Agro-ambiental português deveria poder contribuir para dar resposta a muito destes problemas.

3.4 O Programa Agro-Ambiental Português

Na implementação das medidas Agro-Ambientais, previstas no Capítulo VI (artigos 22º a 24º) do Regulamento do Desenvolvimento Rural, haverá uma certa continuidade relativamente à estrutura base actual das medidas do Reg. (CEE) n.º 2078/92. No entanto, efectuaram-se ajustamentos no sentido de melhor objectivar e aumentar o contributo dos sistemas tradicionais de agricultura para a protecção do ambiente e preservação do

espaço natural, dado que "os compromissos agro-ambientais devem ir além da mera aplicação das boas práticas agrícolas" (MADRP/IDRHa, 2003).

As Medidas Agro-Ambientais, previstas no Regulamento (CE) n.º 1257/1999, integram o Plano de Desenvolvimento Rural, denominado RURIS. Este regime comunitário de ajudas é co-financiado pelo FEOGA-Garantia e comporta mais 3 intervenções: Indemnizações Compensatórias, Florestação de Terras Agrícolas e Reforma Antecipada (Cessação da Actividade) (MADRP/IDRHa, 2003).

Em Portugal, a elaboração das medidas Agro-Ambientais foi assegurada por uma unidade de gestão nacional, conjuntamente com unidades de gestão regionais (uma unidade por cada Direcção Regional de Agricultura) (Poeta & Marta, S.D.). As medidas propostas foram definidas pelo Ministério da Agricultura, e na sua maioria são medidas horizontais, aplicáveis a todo o território ou a regiões definidas, procurando dar resposta a problemas concretos da agricultura de cada região e apoiar os sistemas tradicionais extensivos, que correspondem a uma paisagem específica. Desde que preencha as condições estabelecidas, qualquer chefe de exploração pode candidatar-se a uma ou mais medidas (Pinto-Correia, 2002). No início da implementação do programa Agro-Ambiental em Portugal apenas uma área foi contemplada por medidas verticais, com características específicas: a área do Campo Branco, em Castro Verde, onde se aplicou um Plano Zonal, com o objectivo específico de manter a paisagem tradicional de forma a possibilitar a preservação da abetarda (Pinto-Correia, 2002). Neste momento já existem mais 8 novos Planos Zonais para áreas sensíveis.

A informação sobre os diferentes esquemas é feita do topo para a base. As delegações locais do Ministério da Agricultura, ou associações de chefes de exploração reconhecidas e cooperativas locais apoiam o preenchimento dos formulários e recebem as candidaturas. A decisão de aceitabilidade das candidaturas também é feita a nível regional pelas extensões do Ministério da Agricultura. O Ministério publicou uma pequena brochura de apresentação destas medidas (MADRP/IDRHa, 2003).

O programa de Medidas Agro-Ambientais, com aplicação a Portugal Continental até hoje, contempla um conjunto de medidas estruturadas em seis grandes grupos, com objectivos específicos.

Tabela I – Medidas Agro-Ambientais em vigor, tipo de alvo e objectivos principais.

Código	Medidas Agro-ambientais	Tipo de alvo	Objectivos
Grupo I – Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água			
Medida 09	Redução da Lixiviação de Agro-Químicos para os Aquíferos	Horizontal	Controlo do uso de agro-aquímicos nas explorações
Medida 10	Sistemas Arvenses de Sequeiro	Horizontal	Manutenção de habitats que suportam uma importante comunidade faunística
Medida 11	Luta Química Aconselhada	Horizontal	Controlo do uso de agro-aquímicos nas explorações
Medida 12	Protecção integrada	Horizontal	Limitar a aplicação dos produtos fitofarmacêuticos
Medida 13	Produção Integrada	Horizontal	Correcta utilização de adubos e minimização de impactes ambientais.
Medida 14	Agricultura Biológica	Horizontal	Introdução ou continuação de praticas agrícolas biológicas
Medida 15	Sementeira Directa e ou Mobilização na Zona ou na Linha	Horizontal	Reduzir ou eliminar processos de erosão ou degradação do solo;
Medida 16	Técnicas de Mobilização Mínima	Horizontal	Reduzir ou eliminar processos de erosão ou degradação do solo;

Código	Medidas Agro-ambientais	Tipo de alvo	Objectivos
Grupo I (continuação) – Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água			
Medida 17	Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes	Horizontal	Reduzir ou eliminar processos de erosão ou degradação do solo.
Medida 18	Sistemas Forrageiros Extensivos	Horizontal	Reduzir ou eliminar processos de erosão do solo e diminuir encabeçamentos pecuários
Medida 19	Cultura Complementar Forrageira de Outono/Inverno	Horizontal	Reduzir ou eliminar processos de erosão ou degradação do solo; manutenção da paisagem
Grupo II – Preservação da Paisagem e das Características Tradicionais nas Terras Agrícolas			
Medida 23	Vinhas em Socalcos do Douro	Horizontal	Manutenção da forma tradicional de exploração da vinha
Medida 24	Hortas do Sul (Alentejo e Algarve)	Horizontal	Manutenção de paisagem rural humanizada
Medida 25	Sistema Vitícola de Colares	Horizontal	Manutenção da forma tradicional de exploração da vinha
Medida 26	Preservação de Pastagens de Montanha Integradas em Baldios	Horizontal	Preservação da paisagem característica das áreas serranas
Medida 27	Apoio à Apicultura	Horizontal	Manutenção de um elemento de paisagem característico
Grupo III – Conservação e Melhoria de Espaços Cultivados de Grande Valor Natural			
Medida 31	Sistemas Policulturais Tradicionais	Horizontal	Manutenção de um sistema tradicional de produção; contrariar o abandono rural
Medida 32	Montados (Azinho e Carvalho Negro)	Horizontal	Manutenção de um sistema tradicional importante para a biodiversidade
Medida 33	Lameiros e outros Prados e Pastagens de Elevado Valor Florístico	Horizontal	Preservar a diversidade florística de certos prados e pastagens
Medida 34	Olival Tradicional	Horizontal	Manutenção de um sistema tradicional importante para a biodiversidade
Medida 35	Pomares tradicionais	Horizontal	Manutenção de paisagens rurais de elevado valor natural e interesse turístico
Medida 36	Plano Zonal de Castro Verde	Vertical	Preservação de importante habitat para a avifauna estepária
Grupo IV – Conservação de Manchas Residuais de Ecossistemas Naturais em Paisagens Dominantemente Agrícolas			
Medida 41	Preservação de Bosquetes ou Maciços Arbustivo/Arbóreo com Interesse Ecológico/Paisagístico	Horizontal	Preservação de maciços arbóreos autóctones inseridos no espaço agrícola
Medida 44	Arrozal	Horizontal	Manutenção de um importante ecossistema de alimentação/refúgio para muitas espécies
Grupo V – Protecção da Diversidade Genética			
Medida 51	Manutenção de Raças Autóctones	Horizontal	Preservação do património genético
Grupo VI – Planos Zonais			
Medida 60	Plano Zonal do Parque Nacional da Peneda-Gerês – Apoio às Explorações Agrícolas	Vertical	Contribuir para os objectivos do Parque. Manutenção da População rural e das práticas tradicionais.
Medida 61	Plano Zonal do Parque Nacional da Peneda-Gerês – Gestão Integrada de Áreas Comunitárias	Vertical	Contribuir para os objectivos do Parque. Manutenção da População rural e das práticas tradicionais.
Medida 62	Plano Zonal do Parque Natural de Montesinho	Vertical	Contribuir para os objectivos do Parque. Manutenção da População rural e das práticas tradicionais.
Medida 63	Plano Zonal do Parque Natural do Douro Internacional	Vertical	Contribuir para os objectivos do Parque. Manutenção da População rural e das práticas tradicionais.
Medida 64	Plano Zonal do Parque Natural da Serra da Estrela	Vertical	Contribuir para os objectivos do Parque. Manutenção da População rural e das práticas tradicionais.
Medida 65	Plano Zonal do Parque Natural do Tejo Internacional	Vertical	Contribuir para os objectivos do Parque. Manutenção da População rural e das práticas tradicionais.
Medida 66	Plano Zonal do Parque Natural das Serras d’Aire e Candeeiros	Vertical	Contribuir para os objectivos do Parque. Manutenção da População rural e das práticas tradicionais.
Medida 67	Plano Zonal do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	Vertical	Contribuir para os objectivos do Parque. Manutenção da População rural e das práticas tradicionais.
Medida 68	Plano Zonal do Douro Vinhateiro	Vertical	Contribuir para os objectivos do Parque. Manutenção da População rural e das práticas tradicionais.

Fonte: MADRP/INGA, 2006 – <http://www.inga.min-agricultura.pt/ajudas/agroamb.html>

3.4.1 Problemas na implementação do Programa Agro-Ambiental em Portugal

Apesar do programa Agro-Ambiental português ser bastante ambicioso, pode considerar-se que a sua taxa de sucesso é bastante baixa (Eden & Vieira, 1999).

As políticas Agrícolas em Portugal são muito afectadas pelo tratamento desigual entre os agricultores. Enquanto que agricultores de pequenas explorações agrícolas do norte e centro são pouco organizados, os chefes de exploração das grandes explorações agrícolas do sul, são mais organizados e exercem maior influência política (Eden & Vieira, 1999). De notar que estas grandes explorações (essencialmente do sul de Portugal), tomaram uma posição muito conservadora no contexto das reformas da PAC, fazendo pressão sobre a administração portuguesa no sentido das medidas Agro-Ambientais servirem mais como um suporte financeiro com as mínimas obrigações ambientais possíveis. Esta situação teve influência na forma como o plano Agro-Ambiental foi desenhado desde o início, e como foi depois implementado no terreno. O actual regime de ajudas Agro-Ambientais significa grandes injustiças sociais, pois um terço do montante para as medidas Agro-Ambientais é canalizado apenas para mil agricultores (4% do total) que em média recebem perto de 20 mil euros/ano. Note-se que a média por agricultor a nível nacional não ultrapassa os 1400 euros/ano. Em verdade só estes 4% de agricultores comprometeriam cerca de 70% da verba do Quadro Comunitário de Apoio para as medidas Agro-Ambientais em Portugal. As actuais medidas Agro-Ambientais são desadequadas e injustas perante os objectivos da política agrícola nacional, e complexas na sua aplicação (MADRP, 2006a). A aplicação é significativa sobretudo para as medidas aplicáveis em grandes extensões na região do Alentejo, tais como o apoio aos “Sistemas Forrageiros Extensivos” e ao “Montado de Azinho”. Estas medidas tal como várias outras do programa, apoiam os sistemas extensivos existentes e pretendem contribuir para evitar o seu abandono e degradação (Pinto-Correia, 2000a). A sua aplicação não podia deixar de ser popular, uma vez que constituem um apoio significativo ao rendimento dos agricultores, sem exigir uma mudança efectiva de práticas (Pinto-Correia, 2000a). De notar ainda que muitos dos esquemas tem pouca aplicação, e a área elegível não foi executada em muitos dos esquemas devido a restrições no orçamento. Por exemplo apesar de oito novos Planos Zonais Agro-Ambientais terem sido aprovados apenas um foi verdadeiramente implementado (Plano Zonal de Castro Verde). Similarmente apesar do esquema “Manutenção dos Sistemas Policulturais Tradicionais” ter como objectivo alvo uma área (69,000 ha) bastante vasta do norte e centro de Portugal na urgência da necessidade de financiar as comunidades rurais e prevenir o abandono, no entanto não existem mecanismos que sejam capazes de gerar actividades económicas nestas áreas, impossibilitando o sucesso do esquema. Este esquema é portanto hipotético e não realista (Eden & Vieira, 1999). Assim, e embora esse aspecto não apareça claramente na formulação dos objectivos, o pacote de medidas proposto visa sobretudo o apoio ao rendimento ao maior número possível de chefes de exploração, com o mínimo de obrigações ambientais (Eden e Vieira, 1999;

Pinto-Correia & Vos, 2004). Este aspecto, associado à falta de tradição agro-ambiental, explica provavelmente a falta de investimento no processo de sensibilização e motivação dos chefes de exploração, e não menos dos técnicos (Pinto-Correia, 2002). As administrações locais lidam principalmente com problemas burocráticos, deixando os agricultores com muito pouco apoio técnico e organizacional. Apesar do aumento de comunicação entre diversos actores, as políticas agrícolas continuam a ser caracterizadas por serem muito centralizadas. A maioria da responsabilidade pelo desenho e administração das políticas agrícolas e do programa Agro-Ambiental continua nas mãos do Ministério da Agricultura em Lisboa (Ministério da Agricultura, 1994 in Eden & Vieira, 1999). Esta estrutura hierárquica que concentra as decisões políticas tem importantes implicações na aplicação do Programa Agro-Ambiental, dando muito pouca flexibilidade para adaptações das políticas específicas para determinadas especificidades locais ou regionais.

Exceptuando o Plano Zonal de Castro Verde, nunca foi definido um sistema de divulgação das medidas ou de explicação das mesmas aos chefes de exploração. De facto, a circulação da informação fez-se por canais informais, chegando aos chefes de exploração a informação de que havia um financiamento para determinada prática, mas nunca lhe sendo explicado com que objectivo, ou em que espírito (Pinto-Correia, 2000a). Assim, até agora a aplicação em Portugal deste instrumento não corresponde a uma lógica de longo prazo, não se articula com as necessidades de conservação, nem fomenta projectos integrados a nível local (Pinto-Correia, 2000a)

A PAC e as Agro-Ambientais em particular, não se devem limitar a um mero papel passivo intervindo apenas para subsidiar, mas sim definir objectivos estratégicos orientadores de uma política de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, com uma produção agrícola compatível com a preservação ambiental (LPN/SPEA, 2002). No entanto por incrível que pareça, em Portugal os apoios ao desenvolvimento rural sustentável estão a diminuir, em contradição com o que preconiza a nova PAC (Sequeira, 2003).

3.4.2 Plano Zonal de Castro Verde – Um caso de sucesso

O Plano Zonal de Castro Verde demonstrou ser uma Medida Agro-Ambiental com a adequação territorial necessária, e provou ser um modelo de sucesso tanto a nível nacional como europeu, contribuindo de uma forma decisiva para a preservação ambiental e conservação da natureza na região, nomeadamente na protecção de espécies globalmente ameaçadas, como é o caso da Abetarda, o Sisão, o Cortiçol de Barriga Negra, o Alcaravão, a Calhandra, o Rolicheiro, o Peneireiro e a Águia Caçadeira entre outras (Pinto-Correia, 2000a). Pensado numa lógica de integração, o Plano Zonal Agro-Ambiental para Castro Verde tinha na altura da sua implementação, uma comissão organizadora composta por representantes do Ministério da Agricultura, do Ministério do Ambiente, Unidades de Gestão do território, associações de agricultores locais e pessoas ligadas à câmara municipal. Foram ainda consultadas universidades agrícolas, ONGs relevantes como a SPEA, etc. (Eden & Vieira, 1999).

Com o advento das reformas da PAC, os agricultores de Castro-Verde enfrentaram uma redução dos preços do cereais levando muitos a abandonar a sua produção. No entanto muitos agricultores cedo verificaram que o Plano Zonal seria uma importante ajuda na manutenção e melhoramento das suas práticas. O colapso no sector agrícola nesta região foi travado em 1995, após a aprovação do Plano Zonal. Participaram no arranque cerca de 150 agricultores, e a área beneficiada pela medida Agro-Ambiental chegou a abranger 30 mil hectares (Dias C., 2006).

A área correspondente ao Plano Zonal de Castro Verde é fundamental como suporte de vida para uma avifauna muito rica e variada que, na sua maior parte se tornou dependente dos sistemas cerealíferos abertos, característicos da grande planície do sul ao longo de séculos. São cerca de 160 espécies que o Plano Zonal ajuda a proteger. Destas espécies, 84 vão ali nidificar e 22 têm o estatuto de conservação vulnerável, tanto a nível nacional como comunitário, sujeitas a medidas de protecção no âmbito da directiva /9/409/CEE. De entre as espécies da avifauna do Campo Branco a Abetarda era o objectivo primordial. O número de efectivos desta espécie, quando o Plano Zonal começou a ser aplicado estava a decrescer. Calcula-se que, neste momento, os efectivos desta ave de grande porte cheguem ao milhar de exemplares (Dias C., 2006).

No entanto nos últimos anos com a falta de verbas, o ecossistema que se pretendia preservar em Castro Verde está de novo em risco. Já no ano de 2000 houve uma forte redução nas ajudas, e como consequência muitos agricultores deixaram de aderir ao Plano Zonal, tendo sido muito difícil conseguir que alguns voltassem quando a situação normalizou. Agora, depois da seca de 2005 o Ministério da Agricultura decretou o fim de mais candidaturas à Medida 36, Grupo III, que dá suporte à “Conservação e Melhoria dos Espaços Cultivados de Grande Valor Natural” onde está inserido o Plano Zonal de Castro Verde. Cerca de um terço dos agricultores terminou o seu contrato, não podendo apresentar nova candidatura, uma decisão cujas consequências não deixarão de se fazer sentir. Apesar de todos estes problemas, o Plano Zonal continua a ser um excelente exemplo de uma integração possível de diferentes interesses e políticas para a conservação da natureza (Dias C., 2006).

3.5 Outros instrumentos de conservação e gestão da natureza e paisagens rurais portuguesas

3.5.1 Áreas classificadas: Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000

As primeiras áreas protegidas foram estabelecidas na China em 1122. No entanto, é comum situar o início da sua história com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, em 1872, o qual serviu, muitas vezes, de modelo para a criação de outras áreas protegidas nos EUA e noutros países (Allart, 2001). Algumas décadas após a criação deste Parque foi criado o primeiro Parque Nacional Europeu. Já em 1959, uma resolução da ONU reconheceu a importância dos parques nacionais e reservas pelo seu valor para as gerações futuras (*generational heritage*). A sensibilidade à natureza,

à cultura e ao bem-estar, assim como aos valores ecológicos, económicos e científicos foram elementos valorizados para a promoção das Áreas Protegidas (ICN/ISCTE, 2004). A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) define áreas protegida como: “ Uma área terrestre ou marítima especialmente dedicada à protecção e manutenção da diversidade biológica, e dos recursos naturais e culturais, e gerida através da legislação e outros meios eficazes” (Chape et al, 2005). Hoje, aproximadamente 5% da superfície terrestre está legalmente protegida. Existem 7 000 áreas protegidas em cerca de 130 Países (Allart, 2001). Em Portugal a primeira área protegida nasce a 8 de Maio de 1971 com a criação do Parque Nacional Peneda-Gerês (PNPG). É também a única área protegida a possuir o estatuto de Parque Nacional. O PNPG foi reconhecido pela UICN, que entendeu que o conteúdo natural e cultural do Parque assumia um valor notável. Desde a criação deste a rede de área protegidas aumentou significativamente. Em Portugal, a rede nacional de Áreas Protegidas, compreende 32 áreas correspondentes a cerca de 670 mil hectares (727 mil hectares incluindo a área marítima), ou seja 7,6 % do território continental, constituídas por 1 Parque Nacional, 12 Parques Naturais, 9 Reservas Naturais, 3 Áreas de Paisagem Protegida, 3 Monumentos Naturais e 4 Áreas Protegidas de Âmbito Regional/Local. Deste modo, a rede nacional de Áreas Protegidas é composta por 25 Áreas Protegidas e 7 locais classificados.

Perturbações sucessivas nos ecossistemas que se têm traduzido na degradação de habitats e paisagens, na extinção de espécies ou em alterações dos regimes hídricos e da qualidade de vida das populações, têm conduzido a uma crescente consciência ambiental colectiva. Este panorama assumiu uma preocupação primordial na política ambiental comunitária, levando à criação de uma rede ecológica europeia denominada "Natura 2000". A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica resultante da aplicação das Directivas n.º 79/409/CEE (Directiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Directiva Habitats), de acordo com o sintetizado no quadro seguinte e que tem como objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados membros da UE, tomando simultaneamente em consideração as exigências económicas, sociais e culturais (ICN, 2006a).

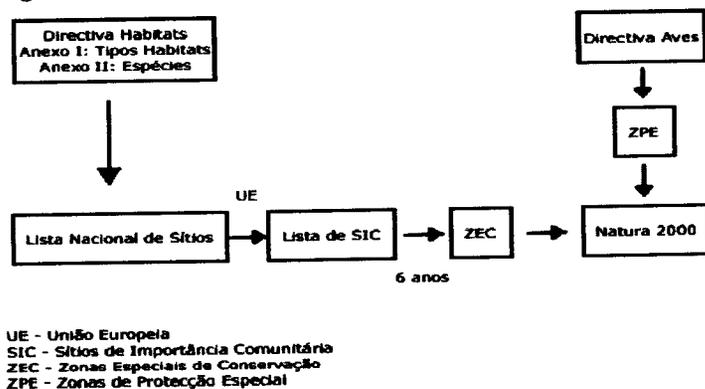


Figura 1. Estrutura da Rede Natura 2000 (Fonte: www.icn.pt)

A Rede Natura 2000 é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas

quais as actividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social (ICN, 2006a). Os Estados Membros devem manter as espécies e habitats ocorrentes nestes sítios num "estado de conservação favorável" (Moreira et al., 2004).

Apesar da sua reduzida dimensão, Portugal possui 43% da fauna de vertebrados terrestres existentes na União Europeia, Noruega e Suíça. É o quarto país Europeu com maior número de endemismos vegetais e o terceiro em espécies ameaçadas. Possui ainda 75% do território incluído nos apenas 1,4% do planeta considerados necessários para salvaguardar 44% das plantas vasculares e 35% dos vertebrados a nível mundial (Araújo, 2004).

No território continental português, abrangido por duas regiões biogeográficas (Atlântica e Mediterrânica) acrescem às áreas protegidas, as 29 Zonas de Protecção Especial (ZPE) classificadas ao abrigo da Directiva Aves, e que envolve 822.011 ha, correspondentes a 8,4% do território nacional, e as áreas relativas aos 60 Sítios da Lista Nacional de Sítios (Sítios Natura) estabelecidos em cumprimento da Directiva Habitats, com uma área de 1.572.899 ha, abarcando 17,7% do território. Deste modo, a área classificada em Portugal Continental, após serem consideradas as áreas de sobreposição por inclusão quer na Rede Natura quer nas Zonas de Protecção Especial, totaliza 1.904.113 ha de área terrestre, o que corresponde a 21,47 % da superfície terrestre de Portugal Continental (não incluindo a área marinha) (União Europeia | FEDER, 2003; ICN, 2006a).

Nestas áreas classificadas (Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas), residem cerca de 1 200 000 habitantes, e são áreas caracterizadas pela sua debilidade económica, abandono social, população envelhecida e de fracos recursos económicos, e que coincidem na maioria dos casos com territórios deprimidos, onde as populações viveram e vivem na sua maioria, de actividades agrícolas rudimentares e de subsistência, continuando a ser territórios pobres, periféricos e resultando daqui a ameaça de desertificação humana através da migração e emigração. Estes são os números e factos que há que ter em conta quando se avalia a complexidade das questões e a dimensão e natureza dos conflitos de interesses, que o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) tem de gerir no terreno. O ICN é actualmente o organismo responsável pelas acções de conservação da natureza e gestão das áreas protegidas nacionais e Rede Natura 2000, responsabilidade que é repartida com as autarquias. A gestão destas áreas deve, devido às diferentes actividades que nelas interagem, estar sujeita a um processo de planeamento e de coordenação integrado de forma a gerir os diferentes recursos existentes. Neste sentido, o conceito de gestão integrada deve ser entendido como um processo dinâmico, no qual se desenvolve e implementa uma estratégia coordenada para gerir recursos ambientais, sociais, culturais e institucionais, com o fim de alcançar a conservação e o uso múltiplo sustentável das áreas classificadas nacionais. O desenvolvimento sustentável destas áreas, é um dos desafios que se põe no início deste século face ao reconhecimento internacional da importância vital de uma gestão integrada e um desenvolvimento sustentável (Oliveira & Cunha, 2002). A conservação da natureza, não pode ser encarada como um

luxo, um privilégio de alguns, ou a má sorte para quem reside nas áreas protegidas. Trata-se antes de um desígnio nacional, com inquestionáveis benefícios ambientais e mais valias económicas e sociais, reais ou potenciais, que precisa ser abraçado por todos, para que as gerações vindouras possam usufruir de um património natural pelo menos tão rico como aquele que nos foi legado pela história do nosso território e das suas gentes (Correia, 2005). As áreas classificadas têm potencialidades para gerar benefícios sociais e económicos reforçando os valores recreativos, incentivando a investigação e o emprego, nomeadamente nos sectores do turismo, da agricultura e da silvicultura, em zonas frequentemente rurais e periféricas. A Rede Natura 2000 representa ainda, uma importante contribuição na conservação global da natureza, permitindo cumprir o compromisso comunitário relativamente à Convenção da Diversidade Biológica. Constitui ainda um modelo da cooperação internacional no desenvolvimento sustentável e um pilar básico do Desenvolvimento Rural. Assim, a fixação das comunidades humanas locais, e o incremento de actividades económicas nestas áreas classificadas é considerado como um elemento essencial para a conectividade da paisagem e integridade ecológica e, portanto, para a conservação e a protecção da herança natural. Estas tendências são particularmente importantes para as áreas classificadas do sul da Europa onde a densidade populacional (por comparação com as países nórdicos) é muito superior. Podemos então concluir que a conservação da biodiversidade, das Áreas Protegidas, da Rede Natura 2000 e de outras Áreas Classificadas está condenada ao insucesso, se não houver envolvimento das populações e das autoridades locais (ICN/ISCTE, 2004). A necessidade de preservar a natureza e a biodiversidade, quer através das áreas protegidas quer da implementação da Rede Natura, não poderá desprezar a estreita dependência entre as actividades do mundo rural e a biodiversidade. Estas áreas na sua maioria resultam da acção do homem, que através de actividades como a agricultura e a caça, as foram explorando e moldando, tornando-as locais de grande interesse ecológico (ICN, 2006a). Os ecossistemas agrícolas e florestais constituem em Portugal, um importante suporte de biodiversidade, sendo 61% da Rede Natura 2000 constituída por área agrícola e florestal. Assim as medidas políticas que incidem sobre estes territórios devem ter como objectivo apoiar a manutenção sustentável destas áreas e ser coerentes e estruturantes em termos do seu desenvolvimento, de forma a assegurar, com eficácia, os objectivos inerentes à própria “Rede Natura 2000”. No quadro de uma gestão integrada do Desenvolvimento rural, as medidas Agro-Ambientais deverão apoiar a manutenção dos sistemas agrícolas e silvícolas que constituem suporte aos valores “Natura 2000”, compensando eventuais perdas de rentabilidade económica daí resultantes (MADRP, 2006b).

Para que todo este potencial possa ser utilizado, terá que haver uma clara definição dos mecanismos de financiamento, permitindo a participação harmonizada de organizações conservacionistas e económicas, e a repartição justa dos custos de preservação da biodiversidade entre todos, dada a estreita dependência entre as actividades do mundo rural e a biodiversidade que evidenciam a necessidade da sua co-existência (Rosas, 2006).

4 Medidas Agro-Ambientais: definição, divulgação, aplicação e impactes

4.1 Definição dos Programas Agro-Ambientais

Desde o seu início, a flexibilidade do Regulamento Europeu que definia a criação dum programa de medidas Agro-Ambientais a nível nacional, permitiu que cada um dos países da União Europeia o utilizasse como achasse mais conveniente, nem sempre considerando da mesma forma todos os objectivos deste programa nem as suas potencialidades. As orientações seguidas têm assim sido várias, e sobretudo a implementação dos programas a nível nacional assumiu formas muito diversas, não só nas medidas definidas mas também na forma como estas foram apresentadas e propostas aos chefes de exploração. Este programa não foi aplicado em cada país da mesma forma. Os programas nacionais ou regionais são definidos de acordo com as características e problemas específicos de cada país ou região (Baldock e Lowe 1996; Onate et al 1998; Pinto-Correia, 2000b). Em consequência, os resultados alcançados, tal como os impactes esperados tanto a curto como a médio prazo, são também diferentes (Pinto-Correia, 2002).

Existem grandes diferenças na proporção de implementação de cada programa nos diferentes países, chegando a acontecer, uma medida apenas, abranger mais de 40% da área total coberta pelos programas Agro-Ambientais. Além disso, geograficamente os programas são implementados de uma maneira desigual pelos territórios, com grande número de candidaturas em áreas de agricultura extensiva e baixo número em zonas de agricultura intensiva (Emerson & Gillmor 1999; Buller & Brives, 2000; Grafen & Schramek, 2000 in Kleijn & Sutherland, 2003). Isto demonstra que a participação dos chefes de exploração em áreas de agricultura extensiva está associada a baixos custos e encargos na adaptação às medidas, isto é são necessárias poucas mudanças nas suas práticas para atingir os requisitos obrigatórios, enquanto em zonas de agricultura intensiva são necessárias grandes mudanças e um aumento dos encargos para conseguir os requisitos necessários para a participação nos programas (Kleijn & Sutherland, 2003).

Como já foi dito anteriormente, a grande variedade de climas e condições do solo por toda a união europeia, juntamente com um desenvolvimento diferente dos sistemas agrícolas, levou basicamente a uma dicotomia entre os estados do norte e sul da Europa. No sul da Europa prevalecem sistemas agrícolas menos intensivos enquanto no norte este tipo de sistema já há muito desapareceram, onde há uma combinação de sistemas agrícolas e pecuários em regime intensivo (Whitby, 1996a in Oñate et al., 1998). Os problemas ambientais, são por consequência também diferentes, havendo a necessidade de manter sistemas extensivos e seus valores naturais nas zonas de agricultura menos intensiva, enquanto nas zonas dominadas por uma agricultura mais intensiva há uma maior preocupação por uma redução dos impactes ambientais da agricultura no ambiente como a poluição da água e solo por uso de pesticidas e fertilizantes

(Buller, 1992 in Oñate et al., 1998). Também a consciência das questões de qualidade ambiental e das suas relações com as práticas agrícolas, tem nos vários países europeus diferente importância e relevância na definição das políticas ligadas à agricultura (Eden & Viera, 1999). Assim existem diferenças na aplicação das medidas Agro-Ambientais, nas estruturas que as administram, no desenho dos programas e nos objectivos. (Oñate et al., 1998). Os programas Agro-Ambientais reflectem uma combinação de problemas essencialmente ambientais, ecológicos e socio-económicos associados à agricultura, e também a situação política de cada país (Kleijn & Sutherland, 2003). Os principais objectivos dos programas nos diferentes estados membros são a redução da emissão de nutrientes e pesticidas, protecção da biodiversidade, restauração das paisagens tradicionais ou manutenção de paisagens culturais de qualidade, e prevenção do abandono rural.

Na Suíça, Holanda e no Reino Unido, por exemplo, os programas definidos têm sobretudo em conta a conservação da vida selvagem e dos seus habitats. Na Dinamarca e Alemanha a maioria das medidas têm como objectivo reduzir as emissões de agro-químicos, enquanto em França o programa roda em grande parte em torno, da prevenção do abandono rural nas zonas agrícolas marginais. Na Irlanda e Áustria, os objectivos dos programas oscilam entre a protecção ambiental, conservação da biodiversidade e manutenção e recuperação de paisagens (Kleijn & Sutherland, 2003). Em Portugal, Grécia e em partes de Espanha os temas dominantes dos programas Agro-Ambientais são o combate aos efeitos ambientais e socio-económicos derivados do abandono rural mantendo e suportando as actividades agrícolas onde estas estão ameaçadas pela marginalização e pelo declínio socio-económico das comunidades rurais (Buller et al., 1999). A Suíça e a Finlândia são os únicos países que têm apenas programas aplicados de um modo horizontal, apesar da maioria dos programas na Alemanha, Irlanda e Suécia serem também horizontais. Por contraste a maioria dos esquemas no Reino Unido e Espanha são aplicados de uma maneira zonal. No entanto a maioria dos países têm uma combinação dos dois tipos de aproximações (Kleijn & Sutherland, 2003). Em Portugal as medidas horizontais têm muito mais importância. Até há pouco tempo só em Castro Verde existia a aplicação de uma medida zonal. No entanto estas parecem estar a crescer em termos de importância pois neste momento já existem mais Planos Zonais a ser aplicados. De qualquer maneira ainda assim, estas têm ainda pouco peso.

Pode-se concluir que diversos factores contribuem para a definição e aplicação do programa Agro-Ambiental: a) as condições naturais e a estrutura fundiária, b) os principais problemas ambientais relacionados com a agricultura, c) a experiência e a sensibilização já existentes, quanto à perspectiva agro-ambiental, e d) os objectivos definidos nacionalmente e as estratégias de implementação seguidas. Estes factores ligam-se num sistema complexo, e dificilmente podem ser compreendidos separadamente (Pinto Correia, 2002).

De notar também que os programas Agro-Ambientais foram dotados de orçamentos muito diferentes segundo as regiões (Bernard, 1998b in Poeta

& Marta, S.D.). Assim por exemplo em França na região de Rhones-Alpes, a maior parte dos detentores do projecto Agro-Ambiental nessa região parecem ter a possibilidade de financiar várias operações locais (que correspondem a pequenos planos zonais), enquanto na Catalunha as dificuldades financeiras são um obstáculo à realização e à execução do programa (Bernard, 1998a in Poeta & Marta, S.D.). Segundo Barua e Massot, em 1998 devido aos constrangimentos financeiros, entre 13 programas só um estava realmente a ser aplicado na Catalunha (Poeta & Marta, S.D.).

4.2 Sensibilização e divulgação das Medidas Agro-Ambientais

Em alguns países, a adesão tem sido elevada, mas sobretudo em medidas que não implicam na realidade nenhuma mudança nas práticas e atitudes dos chefes de exploração (Schramek et al., 1999; Pinto-Correia, 2002). Nos casos em que a adesão é baixa, vários estudos (Comissão Europeia 1999a; Schramek et al., 1999; Pinto-Correia, 2002) defendem que o baixo interesse dos chefes de exploração se prende com a falta de extensão rural eficiente e o baixo nível de informação e conhecimento sobre as questões agro-ambientais, tanto por parte dos próprios chefes de exploração como dos técnicos que os aconselham. Não há transferência de informação nem mecanismos de motivação que os levem a procurar essa mesma informação. A falta de informação e conhecimento é muitas vezes a maior barreira na implementação de novas estratégias e práticas, por vezes até maior que os constrangimentos económicos que podem advir da implementação dessas novas práticas e estratégias (Jacobson et al., 2002). Providenciando a informação necessária sobre como actuar no terreno, e explicando o porquê de tais acções, conduz a um grande aumento na aceitação e compreensão por parte dos chefes de exploração. Os agricultores necessitam informações precisas sobre como actuar, por exemplo saber onde e quando fazer, e que tipo de acções necessitam para atingir determinado objectivos (Jacobson et al., 2002).

Num estudo feito sobre a importância do envolvimento a nível local, na implementação das medidas em vários países europeus até ao fim dos anos 90 (Pinto-Correia, 2002), verificou-se que as operações locais francesas, o Plano Zonal de Castro-Verde e os projectos aplicados a áreas específicas desenvolvidos na Dinamarca eram os casos de maior sucesso, quer na promoção e envolvimento de todos os actores, quer na integração, participação e envolvimento dos chefes de exploração. Para além de levarem ao reconhecimento de um futuro e responsabilidades comuns na área em questão, estes projectos promovem as capacidades de intervenção e de “governância” locais, sendo todas estas qualidades consideradas fundamentais à verdadeira transição para a sustentabilidade (O’Riordan & Voisey 1998 in Pinto-Correia, 2002).

Para que se possam de facto integrar várias perspectivas nas políticas para as áreas rurais, é necessário que estas comunidades se envolvam e que possam responder de forma flexível às diferentes pressões a que estão sujeitas, definindo os seus próprios objectivos de desenvolvimento a nível local (Cloke et al 1998; Visser 2000 in Pinto-Correia, 2002). O

desenvolvimento de projectos a nível local e o envolvimento dos técnicos é uma perspectiva nova que exige mais tempo e recursos, mas que resulta de uma forma muitíssimo mais eficiente para o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais (Pinto-Correia, 2002).

4.3 Impactes da aplicação das Medidas Agro-Ambientais

A produção agrícola influencia a qualidade da água, ar e solos, influencia os ecossistemas e biodiversidade, e molda as paisagens agrícolas (OECD, 2003). As actividades agrícolas podem ter impactos negativos, mas também podem ser responsáveis por benefícios ambientais. Estes incluem o valor estético da paisagem, a acumulação e suprimento de água, reciclagem e fixação de nutrientes, formação de solo, protecção da biodiversidade, no controlo de cheias e sequestração de carbono pelas árvores e solos (OECD, 2003). As medidas Agro-Ambientais vêm exactamente tentar potenciar estes benefícios e minimizar os malefícios da agricultura principalmente nas áreas mais sensíveis.

É difícil comentar sobre o sucesso relativo de determinados programas e medidas, pois pouca informação existe sobre os impactes que estes tiveram, e se os objectivos para que foram criados foram conseguidos ou não (Eden & Vieira, 1999; Schmid & Sinnabel, 2004). É notável que desde a sua adopção pelos estados membros, ainda não tenha sido decidido fazer uma monitorização consistente sobre os efeitos e eficácia das medidas Agro-Ambientais. Apenas nos países com alguma tradição na aplicação das políticas agro-ambientais tem sido feito alguns estudos e monitorizações. Muitos programas e medidas foram estabelecidos sem estudos base, ou sem suficiente reflexão. Correntemente, a maioria dos estudos, avaliação e monitorização feitos têm em conta apenas os padrões de implementação dos diferentes esquemas nos vários programas. No entanto, a implementação dos esquemas por si só, não garante que os objectivos dos esquemas sejam atingidos. Os objectivos ambientais, de biodiversidade e paisagísticos são raramente definidos como valores a ter em conta na avaliação, e monitorização para se entender se as medidas e programas estão a atingir os objectivos para os quais foram delineados (Schramek, 2001 in Kleijn & Sutherland, 2003; Schmid & Sinnabel, 2004). Foi apontado que esta negligência deriva principalmente do facto de, na maioria dos estados as medidas Agro-Ambientais serem mais uma componente da política agrícola do que da componente da política ambiental (Kleijn & Sutherland, 2003). Existe assim uma necessidade urgente de aumentar o número de estudos e avaliações sobre os possíveis efeitos das medidas Agro-Ambientais. Em Portugal apenas o Plano Zonal de Castro-Verde teve um acompanhamento e monitorização, em que se pode verificar que os objectivos para os quais foi criado o programa estavam a ser atingidos. Para além disto também existe pouca informação sobre as reacções dos agricultores aos programas e medidas existentes (Eden & Vieira, 1999). A monitorização e outro tipo de dados referentes às medidas Agro-Ambientais, não providenciam na maioria das vezes uma base suficiente para analisar de uma forma rigorosa os impactes das medidas. No entanto, em muitos casos isto pode ser conseguido através de resultados de projectos de investigação e estudos relacionados

com temas específicos e áreas específicas, que podem depois ser extrapolados como um possível impacte noutras locais (Comissão Europeia, 2005a).

Nos tópicos seguintes procura-se mostrar um pouco do possível impacte da agricultura no ambiente e a importância que as medidas Agro-Ambientais podem ter de acordo com várias experiências europeias. Procura-se mostrar com exemplos de estudos, os possíveis efeitos que as medidas Agro-Ambientais podem ter na preservação das várias componentes ambientais (água, solos, biodiversidade, paisagem e habitats).

4.3.1 Qualidade da Água, Ar e Solos

4.3.1.1 Qualidade da Água

A água potável é um recurso que tem vindo a tornar-se cada vez mais escasso à medida que a população, a indústria e a agricultura se expandem.

Ainda que os consumos da água sejam variáveis de país para país, estima-se que o regadio utilize, aproximadamente, 70% das águas retiradas dos sistemas hídricos, tais como rios, lagos e aquíferos, estando os restantes 30% distribuídos pelos outros usos, dos quais se destacam a industrial, o doméstico e a energia (Silva et al., 2002). Actualmente, a rega é uma técnica cultural utilizada em 17% das áreas aráveis do planeta, sendo responsável por 40% da produção mundial de alimentos, e estima-se que, até ao ano 2025 a área irrigada deverá ocupar entre 20 a 30% da superfície arável, acompanhando as necessidades alimentares e a evolução da população.

A utilização de água induz sempre alterações no regime quantitativo e qualitativo do meio hídrico, com maior ou menor intensidade. O retorno da água ao meio, após a utilização na rega, pode provocar alterações das características da qualidade da água, sejam estas águas superficiais ou subterrâneas (Silva et al., 2002). A agricultura é hoje em dia uma fonte significativa de poluição da água.

No esquema seguinte podem observar-se algumas formas de contaminação da água cuja origem é atribuída à actividade agrícola.

Poluente	Efeito Principal	Actividade agrícola responsável
Nutrientes (nitratos e fosfatos)	→ Eutrofização e impedimento de consumo humano	→ Fertilizações (azoto e fósforo) e estrumes.
Contaminações tóxicas (metais pesados e pesticidas)	→ Nocivo para a vida aquática e impedimento de consumo humano	→ Protecção das culturas (pesticidas). Distribuição de lamas (metais pesados)
Sedimentos do solo	→ Prejudicial para a vida aquática e sistemas de transporte de água (água turva)	→ Conservação do solo inadequada (erosão do solo eólica e hídrica)
Matéria orgânica	→ Prejudicial para a vida aquática - desoxigenação da água	→ Matéria orgânica proveniente das pecuárias
Substâncias ácidas	→ Acidificação da água	→ Pecuárias (volatilização da amónia)
Contaminações biológicas	→ Bactérias e virus patogénicos (impedimento de consumo humano)	→ Descargas fecais directas da pecuária
Sais minerais	→ Impeditivo de consumo, de rega e prejudica a vida aquática (salinização da água)	→ Uso do solo inapropriado desflorestações e práticas de irrigação

Fonte: (Silva et al., 2002)

A aplicação de fertilizantes na agricultura e efluentes provenientes do pastoreio são responsáveis por mais de 40% das emissões de nitrogénio e 30% de fosfato nas águas superficiais em alguns países da OCDE, contribuindo de uma forma significativa para a eutrofização e depleção do oxigénio na água (OECD, 2003). O uso de pesticidas na agricultura também

contribui para a deterioração da qualidade da água potável e para a biodiversidade dependente dela. Estes problemas estão na sua maioria relacionados com a intensificação agrícola, e são um dos problemas prioritários dos países do norte da Europa. A intensificação agrícola resultou num aumento dos problemas ambientais nas últimas décadas, como o risco de cheias e efeitos na qualidade da água (Sutherland, 2002 in Kleijn & Sutherland, 2003). Além disso a lixiviação de nutrientes, com particular destaque para o fósforo e azoto, especialmente em zonas com fortes níveis de fertilização, é responsável pela eutrofização dos sistemas lênticos (naturais como lagoas costeiras, pauis e sapais ou artificiais como as albufeiras) e lóticos, com conseqüente empobrecimento ou completa destruição das formas de vida mais evoluídas (IDRHa, 2004).

Existem em muitos dos Estados-Membros, medidas Agro-Ambientais cujo objectivo é melhorar ou proteger a qualidade da água. É de notar que os impactes na qualidade da água podem levar muito tempo a serem notados. No caso de aquíferos subterrâneos os impactes podem demorar 40 anos para que sejam visíveis (Comissão Europeia, 2005a). No entanto em algumas regiões já foram feitos alguns estudos que podem depois ser extrapolados. Por exemplo em Umbria (Itália) foi feito um estudo sobre o impacto das medidas para redução de nitratos para o período de 1994-98. Constatou-se uma redução média de 54 kg/N/ha/a, verificando-se que a medida teve um impacte anual para o período de 2000-2003 entre 2,6 milhões e 3,1 milhões kg/N/a. Alguns estudos sobre o impacte de certas medidas de protecção à erosão dos solos e contaminação, também indicaram efeitos positivos na qualidade das águas (Comissão Europeia, 2005a). No aspecto da produção de água potável, tanto a floresta como a vegetação ribeirinha exercem papéis importantes na filtragem dos poluentes que se dirigem para os cursos de água contribuindo desta forma para a manutenção de água potável. Um outro papel importante associado a este tipo de ocupação do solo é o de funcionar como uma barreira de protecção e mesmo de retenção das massas de água (Silva et al., 2002). As medidas Agro-Ambientais podem desempenhar um importante papel na promoção deste tipo de ocupações dos solos.

Existem também algumas medidas em Espanha, França, Itália e Portugal cuja a finalidade é a preservação das reservas de água. No entanto, até à data tem-se notado um relativo desinteresse dos agricultores por este tipo de medidas, talvez porque foi desenhado para uma redução de utilização da água o que leva muitas vezes a mudanças substanciais nas práticas agrícolas. Os agricultores continuam a ver a água como um bem privado, em vez de um bem público, e não têm uma noção do seu valor ambiental. Nestes casos é necessária uma aproximação diferente, podendo as medidas Agro-Ambientais vir a ter um importante papel, principalmente nos países mediterrânicos (Comissão Europeia, 2005a).

4.3.1.2 Solos

O solo corresponde à camada superficial da Terra. É o substrato essencial para a biosfera terrestre. É constituído por minerais, matéria orgânica, organismos vivos, ar e água. O solo é a interface entre a

agricultura e o ambiente, ao mesmo tempo que é o substrato para todas as actividades agrícolas. Não existem dúvidas que a agricultura é o maior utilizador dos solos e o mais importante fornecedor de alimentos, dependendo fortemente de ecossistemas equilibrados que funcionem adequada e eficientemente (Silva et al., 2002).

A gestão do solo está, por outro lado, directamente ligada com a gestão da água, uma vez que a permeabilidade do solo e o seu poder de retenção são os primeiros factores de regulação do ciclo hidrológico. O baixo teor de matéria orgânica no solo e a desestruturação consequente determina que a água escorre sem se infiltrar, para além de arrastar consigo o solo, provocando erosão e assoreamento dos rios e albufeiras (Garcia-Torres et al., 2002). É no solo que se situam os aquíferos que abastecem a maioria das populações com água potável. Por tudo isto, o solo pode ser visto como "organismo vivo" onde a actividade biológica determina o seu potencial (Silva et al., 2002).

O solo apresenta, pelo menos, seis importantes funções:

⇒ Produção de biomassa para a agricultura e silvicultura;

⇒ Acção de filtro, tampão e transformação entre a atmosfera, águas subterrâneas e a cobertura vegetal, protegendo o ambiente, preservando a cadeia alimentar e as reservas de água potável;

⇒ Constitui um habitat biológico e de reserva de genes muito importante do ponto de vista quantitativo e qualitativo;

⇒ Serve de suporte às estruturas técnicas, industriais e sócio-económicas, por exemplo, para a construção de edifícios industriais, habitações, sistema de transportes, etc.;

⇒ É utilizado como fonte de matéria bruta, por exemplo argila, areia e gravilha para a construção;

⇒ Constitui um património geológico e cultural, fazendo parte integrante da paisagem e do ambiente e encerra tesouros paleontológicos e arquitectónicos de um grande valor para o estudo da história da Terra e do Homem (Silva et al., 2002).

Os efeitos da agricultura no solo incluem impactes físicos como a erosão e compactação do solo, através de práticas que expõem o solo como mudanças de usos e mobilizações ou sobrepastoreio e impactes na química do solo induzidos pelo uso de fertilizantes e agro-químicos orgânicos e inorgânicos (The Heritage Council, 1999). Erosão dos solos ligada à escassez água é um dos grandes problemas dos países mediterrânicos, e são na sua maioria causados por práticas agrícolas convencionais. De facto a agricultura europeia continua a basear-se predominantemente nas operações de mobilização do solo, o que deixa o solo desagregado, desprotegido, exposto à acção das chuvas, diminui a composição em matéria orgânica e biodiversidade e emite CO₂ para a atmosfera (Garcia-Torres et al., 2002). Estes impactes irão ainda ter por consequência um impacto na diversidade de organismos no solo (The Heritage Council, 1999). A biodiversidade existente no solo ajuda na prevenção da erosão uma vez que mantém as partículas do solo unidas (Anderson, 2001). As mobilizações do solo através do lavrar das terras podem ter um grande impacto a longo prazo no solo ao afectar os microorganismos lá existentes, afectando a sua

estrutura e os processos ecológicos como a decomposição e o ciclo de nutrientes (Anderson, 2001).

Os Estados Unidos foram o primeiro país, que em 1986 começou a apoiar medidas eficientes de combate à erosão dos solos. Na Europa, para um período de 1990-2000 os países pioneiros foram Espanha e Portugal com 15-20% e 10% respectivamente das suas Superfícies Agrícolas sobre acção de medidas de protecção à erosão solos. Medidas como mobilizações mínimas do solo, deixando-o protegido da acção do vento e da chuva com o restolho da ultima cultura; culturas complementares, cuja a missão é precisamente a protecção do solo no período ou fases que ocorrem entre culturas, e técnicas de sementeira directa são alguns dos tipos de medidas desenvolvidos por Portugal e Espanha (Garcia-Torres et al., 2002). Na Alemanha um estudo de 1999 sobre a importância das pastagens permanentes no controlo de cheias e outros factores adversos verificou que a conversão de 6% de pastagens permanentes em pastagens aráveis resultou no aumento da emissão de mais de 10 toneladas de nitrogénio (NO_3) por hectare e 100 toneladas de carbono (CO_2), aumentando a perda de água dos terrenos, e como tal um aumento da contribuição para as cheias nos maiores rios alemães (Van der Ploeg, Ehlers & Sieker, 1999 in Kleijn & Sutherland, 2003). Medidas Agro-Ambientais que apoiem a conversão de pastagens aráveis em pastagens permanentes devem resultar numa redução da frequência de aplicação de químicos e seus impactes, prevenção de cheias e também num aumento de biodiversidade (Kleijn & Sutherland, 2003).

4.3.1.3 Qualidade do Ar

A agricultura contribui para o efeito estufa e é também responsável pelas mudanças climáticas que têm ocorrido como o aquecimento global da Terra, em particular através das emissões de gases como o metano (CH_4), óxido nitroso (NO_2), a amónia (NH_3) e o dióxido de carbono (CO_2), sendo os três primeiros os principais gases emitidos pelo sector agro-pecuário. A OCDE estima que nos países que dela fazem parte, no seu conjunto, a agricultura é responsável por 8% dos gases que contribuem para efeito de estufa (OECD, 2003). Foi também estimado que em alguns países da Europa que a agricultura era responsável por cerca de 95% das emissões de amónia, resultando em significativos efeitos de acidificação nos recursos naturais e habitats (Baldock et al., 2002 in Figueiredo, 2006). A aplicação de estrume e armazenamento é em grande parte, responsável por emissões de amónia. A amónia contribui para a acidificação dos solos e águas através das chuvas ácidas (The Heritage Council, 1999). A intensificação pecuária provoca um aumento muito significativo das emissões de óxido nitroso (N_2O), amónia (NH_3) e especialmente no caso dos ruminantes do metano (CH_4). O óxido nitroso é um importante gás de efeito de estufa, que uma vez na estratosfera pode originar os óxidos de azoto NO_x , que inicia reacções em cadeia conduzindo à destruição do ozono. Os óxidos de azoto (NO_x) são ainda responsáveis pelas chuvas ácidas e nevoeiro fotoquímico (Figueiredo, 2006). Estes problemas de poluição do ar causados pela amónia, brometo de metilo, pesticidas, queimadas e maus odores são mais significativos nos países onde se pratica uma agricultura mais intensiva.

O solo é um importante reservatório de carbono activo (orgânico e inorgânico) e desempenha um papel importante no ciclo do carbono. A agricultura tem sido responsável por significativas perdas de carbono pelo solo, através de práticas agrícolas como, mobilização excessiva e a desflorestação, uma vez que expõem os solos a processos de erosão, originando uma redução nos níveis de matéria orgânica no solo. Além disso, factores como a fertilização inadequada, a queima de restolho e a agricultura intensiva, contribuem para o aumento dessas perdas.

O brometo de metilo (CH_3Br) produto muito utilizado na agricultura é usado principalmente como fumigante, para controlo de pragas e para tratamento de quarentenas e é um gás altamente danoso para a camada do Ozono. Em 1996, eram produzidas a nível mundial cerca de 71500 toneladas de brometo de metilo. Estima-se que 70% das emissões médias de brometo de metilo esteja associado à fumigação de solos antes da plantação de culturas (Rosas, S.D.).

De acordo com o Departamento de Ambiente da Irlanda em 1997, a estabilização das populações de animais criados em pastagens, através de uma extensificação dos sistemas de produção pecuária é esperado que venha a ter impactes nas emissões dos químicos nocivos para o ambiente provenientes do pastoreio (The Heritage Council, 1999). Por outro lado, as práticas agrícolas, como por exemplo, a reflorestação, cultivo de culturas perenes, uso adequado de fertilizantes químicos e adubos orgânicos, manejo adequado das pastagens e práticas de conservação do solo, podem aumentar o reservatório de carbono dos solos, e melhorar a qualidade do ar.

4.3.2 Biodiversidade

Nas últimas décadas alguns habitats condicionados por sistemas de uso do solo agrícolas, têm sofrido uma constante pressão devido a mudanças nas práticas agrícolas, incluindo aumento do tamanho das explorações, aumento do uso de fertilizantes e pesticidas, homogeneização das culturas, redução das rotações das culturas, degradação de habitats, etc. A Lista Vermelha de espécies ameaçadas do mundo da IUCN em 2000 destaca a perda de habitat como a principal ameaça à biodiversidade, com as actividades agrícolas a afectar 70% de aves ameaçadas e 49% de todas as espécies de plantas (IUCN, 2000 in United Nations, 2003). Muitas espécies de aves listadas e ameaçadas são dependentes na sua grande maioria de habitats agrícolas e por isso podem sofrer com o impacte de mudanças de mudanças de usos dos solos. Uma grande percentagem de plantas vasculares listadas no livro Vermelho da Irlanda está concentrada em habitats agrícolas (The Heritage Council, 1999). Mas apesar das transformações registadas pela agricultura nas últimas décadas serem responsáveis por uma perda de biodiversidade que se encontra tão bem documentada, a manutenção de alguns sistemas agrícolas pode também ser uma importante ferramenta para a conservação da biodiversidade, se as políticas e aproximações, que combinem a produção agrícola com a conservação da biodiversidade forem bem definidas e implementadas (Stolton, 2002). A conservação da biodiversidade deve ser vista como um elemento necessário para construir uma agricultura sustentável. A

diversidade de espécies ajudam os processos que providenciam uma protecção à erosão dos solos, controlo da salinidade, filtração e purificação da água no melhoramento da qualidade da água, protecção natural contra as cheias, no controlo de pragas e doenças e na manutenção dos solos férteis que são a base da agricultura. Atrai turistas e providencia paisagens de qualidade, sendo importantes do ponto de vista cultural e espiritual (Park, 2003).

Em relação à diversidade de espécies, existem muitas medidas no âmbito dos programas Agro-Ambientais, nos estados membros cujo objectivo é potenciar a biodiversidade. No entanto mais de uma década depois da introdução dos programas Agro-Ambientais, mais particularmente do regulamento 2078, pouca informação está disponível sobre os efeitos dos esquemas na conservação da biodiversidade (Kleijn & Sutherland, 2003). A medição e estudos dos impactes podem ser complexos e de custo elevado. No entanto vários estudos e avaliações foram efectuados por diversos países.

Numa pesquisa de Kleijn & Sutherland de 2003 sobre estudos feitos sobre os efeitos da implementação das medidas Agro-Ambientais na biodiversidade foram encontrados 62 estudos de apenas seis países, dos quais 76% eram da Holanda (18) e do Reino Unido (29), países que receberam apenas 6% do orçamento para as medidas Agro-Ambientais. De notar que nos países mediterrânicos a ausência de estudos era evidente, com apenas um estudo em Portugal (Plano Zonal de Castro Verde - o impacte das medidas na recuperação da avifauna estepária (Borrinho et al., 1999)). As respostas variam também consoante os taxa analisados.

4.3.2.1 Diversidade Botânica

Os resultados do estudo de Kleijn & Sutherland de 2003 indicaram que as medidas Agro-Ambientais em muitos casos não conseguiram potenciar o aumento da diversidade botânica. Onze de 20 estudos efectuados à diversidade botânica mostraram impactes positivos da aplicação das medidas, dois reportaram efeitos negativos e os restantes sete não mostraram qualquer efeito. Há portanto uma fraca performance das medidas com objectivos botânicos tal como a maioria dos resultados experimentais demonstraram. Os estudos demonstraram uma dificuldade extrema em potenciar o aumento da diversidade botânica, principalmente nas zonas de agricultura intensiva (Berendse et al., 1992 in Kleijn & Sutherland, 2003), particularmente quando o período de uso intensivo foi o suficientemente longo para esgotar o banco de sementes local (Bekker et al., 1997 in Kleijn & Sutherland, 2003). No entanto o número de explorações que estão inseridas em programas de protecção florística aumentou para 1300 em 2002, cobrindo uma área de mais de 6000 ha (Comissão Europeia, 2005a). O aumento do uso de herbicidas e pesticidas na produção agrícola tem um impacte inevitável na diversidade florística, como tal a diversidade florística beneficia com toda a certeza de um sistema que não permita ou reduza substancialmente o uso de agro-químicos. Na Grécia por exemplo um estudo de 2000, identificou que a diversidade florística e a biomassa eram maiores na vinha e olival sobre produção biológica quando comparados com os sistemas convencionais (Kalburtji et al., 2000 in Stolton, 2002).

Similarmente noutro estudo de 2000 realizado por Azeez, que decorreu durante dois anos em Inglaterra, demonstrou-se que as explorações sobre produção biológica suportavam um número substancialmente maior de plantas raras e em declínio. De 21 espécie alvo estudadas, 11 foram encontradas apenas nas explorações sobre produção biológica, e 8 foram encontradas em ambos os tipos de produção mas eram mais comuns na produção biológica. Constatou-se ainda que nas margens dos campos agrícolas das explorações de produção biológica, a diversidade de espécies ameaçadas era o dobro da existente nos campos de produção convencional (Stolton, 2002).

Uma diminuição na utilização de agro-químicos (herbicidas, fungicidas, insecticidas etc.) é benéfico para a conservação da fauna e flora. Um decréscimo da flora como resultado do uso de herbicidas e outros agro-químicos tem um impacte na diversidade de invertebrados. Como consequência, tem um impacte na comunidade de aves e outros vertebrados. Uma alternativa aos químicos no controlo das pragas e doenças provocadas por artrópodes é aumentar o uso de vegetação diversificada. Esta aproximação permite a incorporação de mais espécies de plantas, algumas delas importantes para aves e micromamíferos nos agro-ecossistemas. Esta técnica é pensada no sentido de reduzir a colonização de certos artrópodes nocivos tornando-lhes difícil encontrar as suas plantas alvo na matriz de vegetação, e também suportar inimigos naturais como insectos e aves que utilizam o vasto leque de recursos associados à vegetação (Pollen, néctar, etc.) (Root, 1973 in Banks J., 2004).

Medidas Agro-Ambientais com objectivos de redução da utilização de herbicidas, pesticidas e outros agro-químicos, o incentivo à produção biológica, a redução dos efectivos pecuários e diminuição das mobilizações do solo irão ter muito provavelmente efeitos positivos na comunidade florística.

4.3.2.2 Artrópodes

De acordo com a pesquisa de Kleijn & Sutherland (2003) os artrópodes aparentam ser o grupo com melhor resposta à implementação de medidas Agro-Ambientais. A maioria dos estudos encontrados mostrou um aumento da diversidade de espécies deste grupo. Catorze de 20 estudos realizados sobre o impacto das medidas Agro-Ambientais em artrópodes demonstraram um aumento significativo no número de espécies. Este efeito positivo sobre os artrópodes pode ser consequência de uma redução dos níveis de distúrbio em pastagens e campos agrícolas onde se passou a executar práticas agrícolas menos intensivas, permitindo aos organismos completar o seu ciclo de vida antes que a vegetação seja removida pelas mobilizações do solo ou pelo pastoreio (Kruess & Tscharntke, 2002 in Kleijn & Sutherland, 2003).

Um estudo realizado em Piamonte na Itália demonstrou que em campos de arroz onde se praticavam métodos de produção integrada, verificou-se o aumento da presença de certos insectos incluindo odonatos (libélulas e libelinhas), que são importantes no controlo de outros insectos prejudiciais às culturas. Na mesma região, em culturas de milho sobre produção integrada, registou-se um aumento de insectos, aranhas e aves

importantes no controlo de pragas (Comissão Europeia, 2005a). Outro estudo de Bach de 1974 sobre controlo biológico de pragas foi estimado que 99% das potenciais pragas podem ser controladas por inimigos naturais (Stolton, 2002).

A maior abundância de actividade microbiana, de artrópodes, de ervas e plantas que acontece nas explorações de agricultura biológica, vai encorajar a biodiversidade acima na cadeia trófica como as aves e mamíferos (OCDE, 2001). Portanto medidas de redução do uso de químicos utilizados na agricultura, mobilizações mínimas, pastoreio extensivo, preservação da diversidade da estrutura da vegetação, agricultura biológica, métodos de produção integrada, reconversão para pastagens permanentes irão trazer benefícios para as comunidades de artrópodes tão importantes para um funcionamento sustentável dos agro-ecossistemas.

4.3.2.3 Aves

Os estudos que reportam o efeito de medidas Agro-Ambientais na diversidade ou abundância de Aves na sua maioria não mostram nenhum padrão consistente. De 29 estudos analisados por Kleijn & Sutherland (2003), 13 mostraram efeitos positivos das medidas Agro-Ambientais na riqueza de espécies, dois mostraram efeitos negativos, nove mostraram efeitos positivos e negativos e os restantes cinco não mostraram qualquer efeito.

O mais conhecido sucesso Agro-Ambiental na abundância de aves é o da Escrevedeira-de-garganta-preta (*Emberiza cirrus*) (Peach et al., 2001 in Kleijn & Sutherland, 2003). Esta espécie tinha sofrido um grande decréscimo em abundância e área, até que ficou restringido apenas a uma pequena região de Devon e Jersey (Wooton et al., 2000 in Kleijn & Sutherland, 2003). Esta espécie encontra-se em áreas abertas de pastagens com locais de refúgio como sebes e matos. As medidas têm em atenção a gestão e melhoramento deste importante habitat para a espécie. O programa Agro-Ambiental Country Steward-ship Scheme (CSS) ofereceu um apoio aos agricultores para manterem as áreas de pastagens de um modo extensivo e promoveu também sementeira de primavera de cevada na área onde a espécie se encontrava. Entre 1992 e 1998, a espécie aumentou em 83% nas zonas sobre acção do programa CSS, e apenas 2% nas zonas adjacentes mas sem o programa. A população cresceu de 118 para 450 pares entre 1989 e 1998. No Reino Unido vários projectos semelhantes com vista à recuperação de aves como com Galo-lira *Tetrao tetrix* (Baines & Calladine, 2002 in Kleijn & Sutherland, 2003), Alcaravão (*Burhinus oedicnemus*) (Aebischer & Evans, 2000 in Kleijn & Sutherland, 2003) e com o Codornizão (*Crex crex*) (Aebischer et al., 2000 in Kleijn & Sutherland, 2003) tiveram o mesmo sucesso, o que sugere que as medidas Agro-Ambientais podem ser importantes se forem bem planeadas e supervisionadas e fizerem parte dum programa que integrem vários grupos de interesse (Kleijn & Sutherland, 2003).

Na Alemanha em Niedersachsen, uma medida com vista à manutenção de práticas extensivas em zonas de pastagem mostrou efeitos positivos ao providenciar zonas de alimentação para determinadas aves invernantes

(Comissão Europeia, 2005). De acordo com Kleijn & Sutherland o único estudo realizado em países mediterrânicos sobre o impacte das medidas Agro-Ambientais na promoção da biodiversidade era um estudo realizado por Borralho et. al. entre 1995 e 1997 em Portugal, mais concretamente em Castro Verde. Neste estudo verificou-se que a implementação do Plano Zonal de Castro-Verde e das medidas Agro-Ambientais associadas, promoveram a recuperação de várias espécies ameaçadas de aves estepárias. Sabe-se hoje, que algumas das espécies de aves em maior risco de extinção dependem, pelo menos em alguma parte do seu ciclo de vida dos ecossistemas agrícolas (Comissão Europeia, 2005a). Um estudo de 1994 da Birdlife International sobre aves com algum estatuto de conservação, identificou 195 espécies com Estatuto de Conservação a Nível Europeu (SPECs - Species of European Conservation Concern) que correspondiam a 38% do total de espécies europeias. Foi referido neste estudo que o declínio das populações de aves está relacionado com mudanças de usos dos solos, com a intensificação agrícola a ser considerada o principal factor de ameaça, afectando 42% destas espécies com estatuto de conservação ameaçado a nível europeu (SPECs) (Tucker & Heath, 1994 in Stolton, 2002).

Em Inglaterra num período entre 1970 e 1990, de 28 espécies de aves estudadas que dependem de habitats agrícolas, 24 mostraram uma contracção dos seus efectivos devido à intensificação agrícola (Fuller et al., 1995 in Wickramasinghe et al., 2003).

Um relatório da Birdlife de Itália, exalta o importante papel que o Programa Agro-Ambiental italiano tem tido na preservação e protecção da natureza, mas realça, que certas medidas devem ser refinadas tendo em conta a especificidade de determinadas espécies. Por exemplo, o relatório aponta o facto de que as épocas da ceifa, da lavoura e do pastoreio dos animais, são importantes factores a ter em conta para as aves na época de nidificação. É ainda reiterado que estas épocas devem ser tidas em conta na construção de determinadas medidas Agro-Ambientais e que os chefes de exploração que se comprometam a cumprir as medidas, devem ser pagos por eventuais custos e encargos adicionais. Também é mencionado, que medidas de “set-aside” são um importante suporte para a biodiversidade em zonas de agricultura intensiva. Outro tema ainda referido no relatório, foi o abandono rural, nestes casos foi considerado essencial promover e manter, práticas agrícolas extensivas e tradicionais, principalmente no pastoreio, pois para muitas espécies de aves a sua sobrevivência depende da manutenção deste tipo de sistemas de uso dos solos. Medidas Agro-Ambientais de prevenção do abandono rural e suporte aos sistemas de pastagens extensivas, têm um importante papel a desempenhar nestes casos (Comissão Europeia, 2005a).

Um outro relatório feito por duas equipas de investigadores, uma da English Nature e outra da REPS (Royal Society for Protection of Birds) reviu 76 estudos feitos na Europa, Canada, Nova Zelândia e Estados Unidos sobre comparações entre sistemas de produção biológica e sistemas de agricultura convencional. Os grupos animais estudados, foram muito variados entre os estudos, e alguns estudos estudaram mais do que um grupo de organismos. Entre os diversos estudos foram estudadas as plantas, os insectos, os mamíferos, as aves, etc. O relatório demonstra claramente

que a agricultura biológica potencia uma maior abundância e riqueza de espécies. De acordo com o relatório a agricultura biológica ao fazer um menor uso de pesticidas e fertilizantes inorgânicos, e ao adoptar práticas mais benéficas como a gestão de locais não produtivos como as sebes e margens de campos, e ao criar um mosaico alternando áreas cultivadas com pastagens, beneficia mais a fauna e flora selvagens. O relatório reportou a existência de um maior número de aves, borboletas, abelhas, morcegos e flores silvestres em explorações de agricultura biológica (Hole D. et al., 2005).

Na Irlanda vários estudos demonstraram que a aplicação do Programa Agro-Ambiental (REPS) contribuiu para aumentar a riqueza de espécies e a diversidade tanto da fauna como da flora, particularmente nas zonas não produtivas como as margens dos campos, sebes e bosquetes. Os estudos demonstraram com clara evidência um aumento do número de aves e da sua diversidade (Comissão Europeia, 2005a). Um estudo similar de 1998 realizado na Dinamarca num período de três anos, focou-se nas áreas não produtivas de sistemas de produção agrícola biológicos e convencionais. Verificou-se que a abundância de espécies de aves nas zonas não produtivas era 2 a 2.7 vezes maior nos sistemas de produção biológica. No total, 24 espécies eram mais prevalentes nos sistemas de produção biológica, sendo que 11 destas espécies tinham registado um decréscimo em número desde 1976 (Brae et al., 1988 in Stolton, 2002) As medidas Agro-Ambientais podem vir a ter um papel importante na recuperação e protecção da flora e fauna associada a estas zonas não produtivas.

Para garantir um habitat propício para aves, os chefes de exploração devem adoptar estratégias como a redução do uso de pesticidas, diversificação da estrutura da vegetação, recuperação e manutenção das margens ecológicas dos campos agrícolas, ter em conta as épocas de nidificação no lavrar e ceifar dos campos, medidas de 'set-aside' e manutenção da agricultura tradicional (Jacobson et al., 2002; Comissão Europeia, 2005a). Um potencial argumento de incentivo para os chefes de exploração na adopção de práticas agrícolas benéficas para as aves é o facto de certas aves insectívoras ajudarem na diminuição de potenciais pragas nos campos agrícolas (Dolbeer, 1990 in Jacobson et al., 2002).

4.3.2.4 Peixes

Na Irlanda uma das maiores causas de casos documentados de mortandades (mortes generalizadas e súbitas) de peixes está associada a fontes agrícolas, com trinta incidências ou um terço do total de mortandades que ocorreram na região, seguido de onze incidências causadas por eutrofização que muitas vezes tem também como causa fontes de poluição agrícolas. No período de 1994 a 1997 seis mortandades de peixes foram atribuídas ao uso de pesticidas, fungicidas e herbicidas e outros agro-químicos (Moriarty, 1996; Marine institute, 1997 in The Heritage Council, 1999).

Não foram encontrados quaisquer estudos sobre os efeitos da aplicação de medidas Agro-Ambientais nas comunidades piscícolas, no entanto medidas para uma redução do uso de pesticidas, fungicidas e

herbicidas e outros agro-químicos na agricultura, extensificação pecuária, medidas de protecção à erosão dos solos, incentivos à agricultura biológica, e protecção de galerias rípcolas serão provavelmente benéficas para as comunidades piscícolas.

4.3.2.5 Mamíferos

Do estudo de pesquisa de Kleijn & Sutherland (2003), de 70 (100%) estudos encontrados sobre o impacte das medidas Agro-Ambientais na protecção da biodiversidade apenas 1 (2%) era de mamíferos o que evidencia a falta de estudos sobre o impacte das medidas na protecção deste grupo.

Os micromamíferos prestam um importante papel nos ecossistemas agrícolas, como predadores de insectos, no dispersar de sementes, como presas, etc. Os musaranhos por exemplo podem ter efeitos benéficos na agricultura especificamente como eficientes predadores de potenciais insectos nocivos. Algumas espécies podem ter também um impacte negativo na produção agrícola. Os micromamíferos podem servir como indicadores biológicos das condições ecológicas e do habitat de uma área, uma vez que os estes ao contrário de outros grupos são particularmente sensíveis às alterações do habitat (Olson & Brewer, 2003). As lebres e coelhos podem trazer alguns prejuízos mas também têm um importante papel como espécie presa de outros mamíferos como o lince, aves de rapina, raposas, etc. Os mamíferos carnívoros dependem em grande parte da agricultura, pois apesar de na sua maioria raramente viverem nos campos agrícolas, muitos utilizam-nos como áreas de alimentação.

Medidas de mobilização mínima irão ter um impacte muito positivo entre os micromamíferos uma vez que as mobilizações causam grandes impactes neste grupo (Clark & Young, 1986).

O tipo de agricultura praticada influencia significativamente a composição das espécies encontradas nos campos agrícolas e em redor destes. No geral, as explorações agrícolas geridas de um modo convencional têm uma menor diversidade de espécies que as explorações geridas de um modo sustentável (Wickramasinghe et al., 2004).

Um estudo realizado entre o período de 2000 a 2002 em 24 pares de campos agrícolas (campos convencionais e de produção biológica) no Reino Unido, mostrou que um aumento da intensidade agrícola teria como resultado uma diminuição na abundância de morcegos (Wickramasinghe et al., 2003). Existe uma evidência crescente que sugere que um grande número de espécies de morcegos está a diminuir por toda a Europa. A intensificação agrícola e degradação do habitat são os principais factores do declínio destes animais (Wickramasinghe et al., 2003). Os morcegos são na sua maioria animais insectívoros, portanto um declínio nas populações de insectos como resultado de um aumento de agro-químicos, e perda de habitat irá ter provavelmente um impacte negativo sobre as populações de morcegos (Wickramasinghe et al., 2003). Maximizando a abundância de insectos através de uma gestão correcta das explorações, mantendo habitats variados e bem estruturados, reduzindo a utilização de agro-químicos, trará grandes benefícios às populações de morcegos e outras espécies insectívoras (Wickramasinghe et al., 2004). A perda das rotações tradicionais na gestão

agrícola e a intensificação levou a um decréscimo de habitats com funções não produtivas, como sebes, margens de campos, galerias rípicolas, pequenos bosquetes, etc. (Robinson & Sutherland, 2002 in Wickramasinghe et al., 2003), que podem ser usados como zonas de abrigo, de alimentação, e de procriação para muitos animais como aves, insectos, morcegos entre outros (Wickramasinghe et al., 2003).

Medidas Agro-Ambientais que maximizem a abundância de insectos através de uma gestão correcta das explorações, mantendo habitats variados e bem estruturados, reduzindo a utilização de agro-químicos, que promovam a extensificação, mobilizações mínimas do solo, produção biológica, protecção de elementos não produtivos como sebes, margens ecológicas, galeria rípicolas, etc. trarão grandes benefícios às populações de mamíferos no geral.

4.3.3 Diversidade genética

As actividades agrícolas contribuíram para a diversidade genética das espécies domesticadas através do cultivo, selecção e cruzamentos de raças durante séculos. De um ponto de vista antropocêntrico a variedade de genes encontrados na natureza representam uma reserva de enorme significado, e ao mesmo tempo essa variabilidade genética é de grande importância para a sua própria sobrevivência (The Heritage Council, 1999).

Não existem muitas medidas para protecção da diversidade genética, apesar de terem um papel muito importante na protecção de raças em perigo e de plantas raras. As espécies selvagens de plantas e animais, constituem uma fonte de variabilidade genética para programas de melhoramento das variedades de exploração agropecuária. Por exemplo, nas variedades selvagens podem estar alojadas características que confirmam resistência a pragas e doenças. Também, muitas espécies pouco estudadas ou desconhecidas podem ter potencial para exploração económica, tanto para a produção de alimentos ou de matéria-prima industrial como para a recuperação e conservação de áreas degradadas (Campanhola, 1997).

A agricultura que foi responsável pela preservação e encorajamento da diversidade genética, é hoje em dia responsável por a perda de património genético devido à adopção de variedades de cultivo mais rentáveis e produtivas, levando a uma considerável redução do número de espécies usadas na agricultura e que em alguns casos, são aprovadas pelas entidades reguladoras (Stolton, 2002). Esta perda é claramente ilustrada por um estudo realizado por a RAFI (Rural Advancement Fund International), que fez uma pesquisa a 75 espécies de cultivo dos Estados Unidos, em que se concluiu que 97% das variedades antigamente existentes e listadas no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, estão agora extintas (Fowler & Mooney, 1990 in Stolton, 2002). De facto certas variedades autóctones de trigo, arroz e de muitos outros tipos de cultura desapareceram dos seus locais originários em vários países europeus. Os agricultores procuram as variedades mais produtivas que mais se adaptam ao clima e condições do solo, e que são menos susceptíveis a doenças e a pragas. De qualquer maneira, alguns estudos de investigação provaram que estas características são mais prováveis de encontrar nas variedades de produção nativas (Stolton, 2002). Outros estudos de investigação

demonstraram que os rendimentos e resistência a doenças são melhores nas variedades nativas de tomate, melão, e pepino cultivados biologicamente que nas variedades modernas destes vegetais (Jani & Hallidri, 2000 in Stolton, 2002). Há vários programas e projectos por todo o mundo a trabalhar no sentido da conservação dos bancos de sementes e de variedades nativas, estando muitos destes projectos ligados à agricultura biológica (Stolton, 2002).

Muitas raças de pecuárias nativas estão em risco de extinção. De facto, no início dos anos noventa a FAO (Food and Agriculture Organization) estimou que pelo menos duas raças domésticas se extinguem por semana, e que 390 de 1433 raças domésticas estão em risco de extinção (Stolton, 2002; United Nations, 2003). Na Alemanha existem várias medidas referentes à diversidade genética. Por exemplo, em Niedersachsen perto de 7000 animais ameaçados têm ajudas, dentro das quais cerca de 1800 estão nas listas internacionais da UE de Raças Ameaçadas. Neste local, também existe um suporte para plantas raras e ameaçadas. Na Áustria, tem havido um aumento significativo no suporte a raças de pecuária ameaçadas. Em Piemonte (Itália), existe um programa que pretende proteger várias raças de bovinos, caprinos e ovinos, num total de 39000 animais. Em Portugal, o número de raças ameaçado representa cerca de 10% do total de raças de gado, 11 raças de bovinos, 8 de ovinos, 3 de caprinos e duas de suínos são suportadas por um programa Agro-Ambiental específico (Manutenção de Raças Autóctones). Para os bovinos, a medida cobre ainda uma grande proporção das raças nacionais. No entanto este tipo de medidas tem nos vários países o problema de pouca adesão dos chefes de exploração (Comissão Europeia, 2005a).

4.3.4 Paisagem e Habitats

A actividade agrícola através de práticas como as mobilizações do solo, fertilizações, alterações de usos dos solos, pastoreio, gestão das margens dos campos têm uma grande influência na gestão das paisagens e nos processos ecológicos que aí se desenrolam. Por outro lado a dimensão biofísica da paisagem determina que tipo de agricultura se pode realizar num determinado local, isto é: a geomorfologia, os solos e o clima vão determinar quais as culturas que melhor se adaptam às condições existentes e quais os animais que melhor se adequam ao pastoreio (Tress & Tress, 2001). Assim a paisagem também vai influenciar o agricultor, as suas práticas e acções. Os agricultores têm uma ideia da paisagem que é produto não apenas do momento mas também é influenciada por factores económicos (preço dos produtos), sociais (idade e educação) e culturais (estéticos e éticos) (Tress & Tress, 2001). A ideia do agricultor sobre a forma como a paisagem deve ser apresentada é produto da percepção actual e influencia as acções subsequentes que o agricultor irá fazer na sua exploração, como por exemplo uma alteração de uso do solo, corte de matos, estabelecimento de margens e sebes, etc. (Tress & Tress, 2001). Isto realça a importância da formação, de um apoio técnico local e próximo do agricultor, que o ajude a adoptar as práticas mais necessárias e adaptadas ao local em questão pois estas acções irão influenciar o rumo que as paisagens agrícolas irão tomar.

Nos estudos que pretendem contribuir para uma gestão mais integrada das paisagens agrícolas, existe uma evidente falta de contribuições sobre o impacto que as medidas Agro-Ambientais têm e podem ter na gestão, manutenção e recuperação das paisagens rurais. Ainda assim, existem diversos estudos sobre as ligações entre a paisagem e a agricultura. Destes estudos existe de longe uma maior investigação sobre as interações entre elementos da paisagem quando comparado com a investigação desenvolvida sobre a organização do mosaico agrícola, uma vez que o estudo destes elementos (sebes e margens de campos agrícolas, terraços, árvores, pequenos bosquetes, lagos, etc.) são de mais fácil monitorização (Baudry, 1989; Comissão Europeia, 2005a). De acordo com Baudry (1989) vários trabalhos realizados (Merriam, 1984; Baudry 1984,1985; Fahrig & Merriam, 1985; Burel, 1987 in Baudry, 1989) demonstraram que diferentes tipos de estruturas potenciam ou inibem a presença de determinados animais como os carabídeos e micromamíferos e também o movimento de dispersão de plantas nas paisagens agrícolas. Estruturas lineares como as sebes e muros nas margens dos campos desempenham um importante papel nas interconexões entre os campos, ao providenciar habitat e rotas de dispersão. Para além disto no estudo realizado por Baudry (1989), demonstrou-se que alterações nas actividades agrícolas criaram mudanças na estrutura espacial das paisagens e como tal as interações entre os elementos da paisagem mudaram, assim como processos como fluxo da água e a erosão dos solos. A tendência para a intensificação e abandono nas áreas marginais vem pôr em causa muito destes importantes elementos da paisagem (sebes, muros, bosquetes, etc.), e conseqüentemente os processos ecológicos que estes desempenham. As medidas Agro-Ambientais podem desempenhar um importante papel na recuperação e manutenção destes elementos.

Existem algumas medidas Agro-Ambientais cujo objectivo é proteger e requalificar as paisagens resultantes de sistemas agrícolas tradicionais, ou determinados elementos das mesmas, às quais é atribuído um valor para determinadas funções. A pressão crescente, a homogeneização da agricultura, simplificação da paisagem, abandono e a adopção de práticas mais intensivas, resultou em muitas preocupações no âmbito da preservação das paisagens associadas às práticas agrícolas tradicionais, particularmente em países europeus e no Japão, onde estas paisagens são vistas como culturalmente muito significativas e importantes (OECD, 2003).

Na Holanda em 2002, houve contratos Agro-Ambientais que ajudaram na protecção de determinadas características e elementos paisagísticos como 16 ha de lagos de especial importância para avifauna, 448 outros tipos de lagos, zonas de floresta para florestação, galerias rípidas, 22,000 árvores ornamentais, perto de 10,000 árvores de grande porte, etc. (Comissão Europeia, 2005a). Na Alemanha em Niedersachsen, as medidas de protecção aos habitats foram consideradas positivas numa perspectiva de protecção da paisagem, pois ajudaram a manter a identidade cultural, em lugar de uma uniformização da paisagem. Também na Alemanha, Rheinland-Pfalz que foi considerada Sítio Património Mundial pela UNESCO, o programa Agro-Ambiental contribui para a manutenção da paisagem tradicional e cultural desta zona (Comissão Europeia, 2005a).

Um estudo efectuado na Dinamarca por Bärbel Tress em 2000 onde se fez um levantamento a 650 agricultores, procurou definir a relação entre as atitudes dos agricultores de explorações agrícolas biológicas e de convencionais ao nível da paisagem. A comparação foi feita tendo em conta as áreas produtivas e não produtivas. O estudo incluiu questionários, entrevistas, interpretação de fotos aéreas e da cartografia das áreas agrícolas. Os resultados revelaram uma grande diversidade de interacções entre a agricultura e a paisagem. A agricultura biológica e a convencional interagem de maneiras distintas com a paisagem. Resultam em diferentes formas de usos do solo, diferentes práticas agrícolas e diferentes atitudes entre os agricultores. O mesmo estudo verificou que diferentes antecedentes culturais e sociais e diferentes motivações entre os agricultores vão reflectir-se nas suas práticas agrícolas e na sua interacção com a paisagem e consequentemente em diferentes paisagens. Isto realça a importância não só a importância da aplicação de medidas na gestão das paisagens (ex. agricultura biológica) mas também de estudos base para conhecer o *'background'* dos agricultores para então saber qual a melhor aproximação a fazer, para se obter um maior sucesso na sua aplicação (Tress & Tress, 2001). Devido à complexidade das paisagens e dos factores que as compõem, para uma correcta gestão destas deve haver um esforço de integração de equipas transdisciplinares, incluindo as ciências naturais e sociais e também das humanidades, arquitectura paisagística e engenharia biofísica.

4.4 Conclusões

Portugal enfrenta muitos problemas na aplicação do seu Programa de Medidas Agro-Ambientais tal como outros países mediterrânicos. Tal como a Espanha e a Grécia, Portugal começou tarde com a implementação das medidas Agro-Ambientais, revelando desde o início alguma falta de experiência, que contrasta com a maioria dos países do norte da Europa. Em particular, há uma falta de recursos humanos com treino, formação e sensibilidade necessárias tanto na administração central como entre as comunidades agrícolas, o que leva a uma falta de total entendimento dos objectivos e capacidades do programa, gestão por vezes menos eficiente, e dificuldades na aplicação das medidas. Tem-se verificado que as medidas Agro-Ambientais em Portugal, servem na sua maioria como um mecanismo de suporte financeiro, o que em parte pode ser relacionado com a acção de fortes grupos de pressão ('lobbies') das grandes explorações do sul com maior poder de influência (Eden & Vieira, 1999). Isto significa, que a componente ambiental da maioria destas medidas em Portugal, tem sido relativamente pequena, em comparação com aquilo que se regista noutros países da Europa onde estas questões têm uma mais longa tradição. Este falta de objectivos ambientais é provavelmente exacerbado pelo facto do Ministério da Agricultura em Lisboa, devido a vários factores, poder ter uma noção talvez incompleta da quantidade e importância de habitats e espécies que estão dependentes de práticas agrícolas tradicionais.

Contudo, desde a implementação das medidas, alguns aspectos positivos podem-se desde já enunciar, tais como a promoção do debate entre o Ministérios da Agricultura e outros sectores do Estado envolvidos, como o

Ministério do Ambiente e também com sectores não ligados ao Estado. O aparecimento das medidas Agro-Ambientais teve um impacto junto da opinião pública e dos chefes de exploração, alertando para as ligações entre a agricultura e o ambiente (ex. O Plano Zonal De Castro Verde), e também para o facto de mostrar a alguns chefes de exploração maiores potencialidades nas suas propriedades (Ambiente, Turismo rural, etc.) (Eden & Vieira, 1999).

Das experiências analisadas nos vários Estados membros da UE e noutros países, pôde compreender-se que a utilização das medidas para apoio a projectos locais específicos, relacionados com problemas identificados localmente, levam a um maior interesse dos chefes de exploração e das comunidades locais. Por outro lado um apoio técnico com as necessárias ligações na administração pública pode ser o requisito básico para a sustentabilidade a longo prazo das áreas em questão. Este tipo de abordagem Agro-Ambiental é a que melhor consegue promover a integração e envolvimento de todos os actores e a que melhor conduz a uma mudança nas atitudes dos chefes de exploração. Esta abordagem corresponde ao que foi aplicado no Plano Zonal de Castro Verde, e que é sempre apresentado como um caso de sucesso de aplicação das medidas Agro-Ambientais em Portugal (Pinto-Correia, 2002). Neste contexto, os Planos Zonais que correspondem a medidas verticais, que se aplicam a uma área em particular, deverão ser estimulados no sentido de possibilitar não só uma adequada aplicação das Medidas Agro-Ambientais, como também efectuar a integração de todas as Medidas de Acompanhamento e as poder integrar com instrumentos e estratégias de Ordenamento do Território, por exemplo (Pinto-Correia, 2000b). Para a LPN (2003), os novos Planos Zonais representam ainda uma fracção do que deveria ser proposto, pois continuam excluídas áreas onde é essencial a manutenção de tipologias de actividade agrícola, que são a base de importantes valores naturais, como é o caso do Parque Natural do Vale do Guadiana, o Parque Natural da Serra de São Mamede ou a Zona de Protecção Especial de Campo Maior. Na implementação dos Planos Zonais, as opções estratégicas e os objectivos gerais e específicos, deverão ser equacionados num quadro de consideração e integração apropriada da componente ambiental nas medidas de apoio sectorial e territorial, nomeadamente no âmbito das acções que promovam e apoiem práticas e actividades tradicionais, a qualificação de produtos e serviços locais, a valorização dos recursos naturais, patrimoniais, paisagísticos e culturais, e consequentemente a melhoria das condições de vida da população (IDRHa, 2004).

Portugal, inserido na região Mediterrânea, é um dos poucos países que integram o que pode ser considerado um “hotspot” de biodiversidade. Deste modo, o nosso país tem responsabilidades acrescidas na conservação da biodiversidade a nível mundial. O nosso património natural, somatório das características em termos de biodiversidade e das práticas ancestrais das populações locais, resulta num dos mais ricos e diversificados na Europa, o que deveria acrescentar responsabilidade na sua conservação e valorização (LPN, S.D.). No sentido de proteger a biodiversidade e as áreas mais importantes para a conservação das espécies ameaçadas foi definido a nível

Europeu estabelecer a Rede Natura 2000 (rede de áreas importantes para a conservação das espécies ameaçadas na Europa). As áreas designadas para conservação da natureza representam 21% da superfície continental portuguesa, da qual 35% tem uso florestal e 26% tem uso agrícola, o que evidencia a importância da gestão agrícola e florestal, na manutenção dos valores naturais. Em Portugal, as medidas Agro-Ambientais têm um particular interesse nas áreas Natura 2000, pois 39% da área total sobre contrato de medidas Agro-Ambientais encontra-se incluída nas áreas Rede Natura 2000 (Comissão Europeia, 2005a). No âmbito das medidas Agro-Ambientais dever-se-ia dar prioridade às áreas mais importantes do ponto de vista da conservação da natureza (Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas), através de medidas que considerassem a especificidade dos habitats e paisagens a conservar.

Face às transformações da sociedade no sentido de uma maior consciencialização das questões ambientais, maior valorização da conservação da natureza, procura de espaços de lazer e recreio e de qualidade de vida, a paisagem rural tem vindo a ser vista cada vez mais como uma paisagem multifuncional. As funções da paisagem podem ser definidas como a capacidade da mesma para promover bens e serviços que respondam às necessidades, procuras e objectivos do homem, directa ou indirectamente (Brandt & Vejre, 2004 in Pinto-Correia & Vos, 2004). A gestão das paisagens compreende, naturalmente a gestão sustentável do território, não só para fins de produção, mas também para o lazer, recreio e conservação (Pinto-Correia & Vos, 2004). Esta mudança tem vindo a acontecer à medida que certas regiões e explorações deixam de ter capacidade para competir em termos de produção, e portanto reduzem a produção, enquanto outras funções que são oferecidas pelo espaço rural, como o suporte de recreio, conservação da natureza, turismo rural, de natureza e de aventura, qualidade ambiental, preservação do património, etc., são progressivamente mais valorizadas (Pinto-Correia et al., 2006). Tal não significa que a agricultura deixe de ser uma actividade económica, mas que o rendimento pode ser gerado de outras formas, através das outras funções. Para que se possa avaliar não só quais as funções asseguradas pela agricultura como as que poderão vir a sê-lo no futuro, a avaliação dos processos em curso a uma escala de pormenor, deverá ser cruzada com a avaliação das potencialidades para diversos tipos de funções, à mesma escala. Este cruzamento permitirá definir que funções devem ser privilegiadas e combinadas nos vários tipos de áreas do território nacional e que papel deverá ter a agricultura ou outras actividades em cada uma dessas áreas (Pinto-Correia et al., 2006). As principais questões para a futura gestão destas paisagens rurais são: Quais destas paisagens podem a longo termo ser sustentavelmente geridas? Quais as mudanças que estas têm ainda que enfrentar? Quais as funções que estas podem providenciar para além da produção? Serão as medidas existentes apropriadas à especificidade das áreas onde se podem aplicar? Quais as medidas que devem ser aplicadas? (Pinto-Correia & Vos, 2004).

Em Portugal, o principal objectivo deveria ser a manutenção dos sistemas agrícolas extensivos e tradicionais, que suportam uma variedade

de espécies e habitats de grande valor, assim como paisagens rurais cujo carácter é valorizado por uma grande parte da sociedade. Uma ligação eficaz entre as políticas agrícola e de desenvolvimento rural e a política de conservação da natureza, tem características de alta sinergia: o espaço rural qualifica-se para novas utilizações, a agricultura evidencia as suas características multifuncionais essenciais aos equilíbrios que justificam o seu apoio; a conservação da natureza ganha potencial de gestão que é necessário em espaços onde a conservação depende em larga medida da actividade humana. A ligação eficaz entre estas duas políticas é inevitável (Carvalho C., 2006). O sucesso nesta política deveria medir-se em conjunto pela eficácia ambiental e sócio-económica das medidas. Para conseguir este objectivo é essencial que na concepção das medidas Agro-Ambientais, a sua definição seja bem estruturada, considerando aspectos práticos relacionados com a implementação no terreno e a competitividade face ao mercado e a outros apoios no sector agrícola. É necessário também combinar os efeitos benéficos sobre o ambiente com o uso de praticas agrícolas tradicionais e manutenção da paisagem e das zonas rurais, e ainda contribuir para apoiar a diversificação do rendimento agrícola, para o desenvolvimento rural. Para uma manutenção sustentável destes sistemas agrícolas tradicionais, é necessário não só que estes sejam subsidiados, mas também modernizados para providenciar um rendimento suficiente para as populações locais. Isto requer ajudas externas, investigação e desenvolvimento de estruturas e estratégias comerciais. Ao mesmo tempo, deve ser aumentada a formação e treino dos agricultores aumentando a habilidade dos agricultores em manter e gerir as suas explorações de um modo sustentável.

Para além das características apontadas acima, devem ser considerados como factores fundamentais na definição das medidas: a criação de um enquadramento adequado onde as possibilidades e objectivos sejam definidos claramente; um conhecimento profundo da área considerada e dos problemas existentes sentidos pelos chefes de exploração; a existência de técnicos com disponibilidade e com fortes ligações às estruturas oficiais que dinamizem o programa e que possam resolver questões que vão surgindo; estudos que avaliem se devem ser feitas correcções ao nível dos pagamentos aos chefes de exploração e uma monitorização no sentido de compreender se a aplicação das medidas está a atingir os objectivos para que foram propostas. Trata-se de uma tarefa com uma grande exigência política, técnica e administrativa, mas, só assim será possível incentivar a fixação da população nos espaços rurais e o desenvolvimento equilibrado e sustentado dos territórios, prevenindo e combatendo fenómenos como a desertificação das regiões, a degradação do ambiente e recursos naturais, da paisagem e da biodiversidade.

Com intuito de melhor, perceber e compreender as problemáticas que envolvem estas questões, apresenta-se de seguida um estudo de caso sobre o papel das medidas Agro-Ambientais no Concelho de Marvão no Parque Natural da Serra de São Mamede.

5 O Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM)

5.1 Quadro Físico



Figura 2: Localização do Parque Natural da Serra de São Mamede (Fonte: www.icn.pt)

Parque Natural criado por Decreto-Lei n.º 121/89, de 14 de Abril e Sitio constante da Lista Nacional de Sítios (Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de Agosto), estabelecida pela Directiva Habitats (92/43/CEE), transposta para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º 226/97 de 27 de Agosto (Henriques P., S.D.). A publicação do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que cria a Rede Nacional de Áreas Protegidas, impôs a reclassificação do PNSSM, por via do Decreto Regulamentar n.º 20/2004, de 20 de Maio, através do qual, foram nomeadamente, estabelecidos os novos limites para o Parque Natural, com o objectivo de incluir os valores naturais da área contígua à que se encontrava classificada, que foram identificados durante os estudos de caracterização do processo de ordenamento do PNSSM, bem como no âmbito dos trabalhos desenvolvidos para a implementação da Rede Natura 2000 (ICN, 2005). Na sequência da obrigatoriedade de elaboração de planos de ordenamento para as áreas protegidas, o Governo aprovou o Plano de Ordenamento do Plano Natural da Serra de São Mamede (POPNSSM, 2005) (D.R. n.º 56, I-Série-B). Importa referir que são considerados objectivos específicos deste plano especial de ordenamento do território:

a) Promover a protecção e o aproveitamento sustentado dos respectivos recursos naturais e turísticos, bem como a conservação e promoção dos demais valores naturais, científicos e culturais, especialmente os seus elementos geomorfológicos, faunísticos e florísticos, os habitats necessários à

conservação da fauna e da flora, os valores arquitectónicos e as paisagens humanizadas;

b) Promover de uma forma ordenada e equilibrada, o desenvolvimento económico, social e cultural da região e, em especial, das populações rurais, nomeadamente incentivando e apoiando as ocupações tradicionais do território;

c) Promover a disciplina das actividades urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando o exercício de actividades compatíveis, designadamente o turismo de natureza;

d) Promover a divulgação dos valores naturais, paisagísticos, culturais, estéticos e científicos da área, nomeadamente criando condições adequadas à visita ordenada do Parque Natural para fins recreativos e científicos (ICN, 2005; POPNSSM, 2005).

O Parque, tem como elemento estruturante a Serra de São Mamede, e ocupa uma área de 56.000 hectares, território pertencente aos concelhos de Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre (ICN, 2005). A Serra de São Mamede é o mais importante dos relevos a Sul do Tejo, com 1025 metros de altitude, cujo relevo se alonga na direcção NW – SE. Esta serra é o prolongamento da "Sierra de P. Pedro" em Espanha e constitui o limite da unidade paleográfica Ossa-Morena (Álvares & Colaço, 2000).

O Parque Natural, é um espaço de grande importância geomorfológica, paisagística, faunística e florística, dispondo ainda de um significativo património histórico e cultural. No parque existem ainda diversos habitats de conservação prioritária, classificados a nível europeu ao abrigo da Directiva Habitats (LPN & CEAI, 2004).

O Parque caracteriza-se por uma grande diversidade geológica, sendo de especial interesse os quartzitos, os xistos, os calcários e os granitos. Surpreende o seu visitante pela beleza e diversidade da sua paisagem. A zona Sul do Parque apresenta um relevo suave e ondulado, com uma altitude que varia entre 300 e 400 m. O Patamar de Portalegre, que se situa a uma altitude de 400 a 500 m, forma uma espécie de degrau que sobressai da zona Sul do parque e constitui uma zona de transição entre a paisagem tradicional alentejana e a Serra. A Serra propriamente dita, que se situa na sua maioria a Norte e Centro da área do Parque, com altitudes superiores a 800 m, é uma zona marcada paisagisticamente pelo atravessamento de cristas quartzíticas e por relevos proeminentes (Álvares & Colaço, 2000).

As zonas mais elevadas da Serra de S. Mamede constituem o principal centro de distribuição de águas superficiais da região e o fecho principal que separa as bacias do Tejo (a norte) e do Guadiana (a sul). Na primeira encontramos os rios Sever e Nisa; na segunda, os rios Caia e Xévorá (Álvares & Colaço, 2000).

O clima, alia-se à diversidade dos solos para criar as mais diferentes paisagens. Dada a sua altitude, a Serra funciona como uma barreira de condensação que origina níveis de chuva e graus de humidade superiores às zonas circundantes. Assim, nas partes Norte e Central, o clima é mais temperado, com temperaturas médias anuais que rondam os 13-14° C, e

uma precipitação anual entre 700-800 mm, enquanto a Sul, a zona de transição para a peneplanície alentejana, apresenta características climáticas mediterrâneas (temperaturas médias anuais que rondam os 15-16° C, e uma precipitação anual de cerca de 600 mm). A água distribui-se de forma irregular, sendo mais abundante na parte Norte em contraste com a relativa secura da parte Sul. A situação geográfica, as condições climáticas, os factores geotectónicos e geo-históricos e a consequente diferenciação edáfica e fisiográfica, determinam uma assinalável biodiversidade nesta região (D'Abreu et al., 2004).

A quase totalidade da área é privada, com excepção de 300 hectares de matas de produção de lenho (D'Abreu et al., 2004).

O solo reflecte a litologia e daí a sua variedade, oscilando entre os afloramentos rochosos e os solos mediterrâneos pardos ou vermelhos que, consoante as condições específicas a cada local, permitem o desenvolvimento da actividade agrícola. No entanto, o essencial da área ocupada pelo PNSSM é constituído por solos cujo uso agrícola apresenta diversas condicionantes.

Em toda a área do PNSSM, e tal como no passado, a actividade económica dominante é a agricultura, que adquire uma expressão distinta consoante se olhe para a zona serrana propriamente dita, ou para a zona sul. Vales, planaltos e encostas da serra albergam uma variedade de práticas agrícolas. Nas encostas, onde o trabalho da terra se torna mais difícil, traduz-se na prática sobretudo da pecuária e da silvicultura, já nos vales e planaltos, onde se torna possível o combinar de práticas agrícolas intensivas (caso do regadio) e extensivas, a densidade humana aumenta, juntando-se os homens em povoações. Mas se nos deslocarmos um pouco mais para sul aí a situação modifica-se e o cenário torna-se mais próximo do Alentejo. Uma paisagem mais aberta, cultivo extensivo, menor densidade populacional com pequenas aldeias, montes e quintas dispersos. A paisagem do Parque natural da serra de S. Mamede reflecte de forma evidente a actividade agrícola que nele se desenrola e daí que a combinação dos cultivos de sequeiro e de regadio com a agro-pecuária e silvicultura, os hortejos que se concentram-se junto aos pontos de água e a criação de gado, reforcem distintas compartimentações do espaço, confirmam tonalidades diversas, origem diferentes paisagens (ICN, 2005).

Este padrão é condicionado pelas variações da exposição ao sol e ao vento (e respectivas diferenças quanto a temperatura e humidade do ar) ou simplesmente pela expressão do relevo, o que, no conjunto, justifica a diversidade destas paisagens, frequentemente consideradas como de transição entre as Beiras e o Alentejo. Não deixa de ser curiosa a existência de um espaço relativamente restrito, de um ambiente vegetal tão variado, de dois tipos de flora e vegetação tão contrastados, o atlântico e o mediterrânico, cuja presença atesta estarmos perante uma área caracteristicamente de transição. A presença em algumas zonas de um número considerável de árvores com folha caduca (principalmente carvalhos e castanheiros) imprime uma dinâmica cromática ao longo do ano (queda da folha, rebentação) pouco frequente nas paisagens alentejanas (Álvares & Colaço, 2000).

São inúmeros os testemunhos do passado na zona do Parque natural. Vestígios pré-históricos, ruínas romanas (ruínas da cidade de Ammaia no

vale de Aramenha), burgos e fortificações medievais, as caleiras de Escusa (pedreiras de cal preta e branca), numerosos exemplos de arquitectura civil e religiosa e aglomerados particularmente atractivos são as marcas visíveis de um passado intimamente relacionado com o cenário natural em que decorreu. Este, é também em parte uma construção, o reflexo das múltiplas actividades de que ao longo do tempo foi suporte e de entre as quais a agricultura foi desde sempre a dominante. O conjunto dos factores naturais e culturais referidos faz com que esta unidade de paisagem se apresente com uma forte identidade (ICN, 2005).

Os produtos classificados como de qualidade pelo Ministério da Agricultura, e que podem relacionar-se com a paisagem são vários, pela diversidade da produção agrícola na Serra e suas envolventes: Azeites do Norte Alentejano, Carnalentejana, Borrego do Nordeste Alentejano, Mel do Alentejo e, mais especificamente, Cereja de S. Julião de Portalegre e Maça de Portalegre, Castanha Marvão – Portalegre, Enchidos de Portalegre e Vinho com Denominação de Origem Controlada de Portalegre (ICN, 2005)..

De qualquer modo não imaginemos encontrar-nos perante um quadro estático já que na área serrana, e no decorrer deste século, a cerealicultura abandonou as encostas, o olival povoou algumas delas, o pinheiro e eucalipto fizeram a sua aparição em tempo recentes, enquanto prossegue a degradação de muitos soutos. No sul, o incremento da exploração cerealífera, agora mecanizada, faz-se à custa dos montados de sobro e de azinho e o gado leiteiro vai entretanto substituindo o gado alentejano e as varas de porcos que pastavam nos montados. Convém também não esquecer que toda a área ocupada pelo Parque Natural da Serra de S. Mamede, à semelhança do interior português, reflecte uma recessão sócio-económica, que se traduz sobretudo numa ausência de entusiasmo pelas práticas agrícolas. A consequência quase inevitável é a fuga dos mais novos para as zonas urbanas e o envelhecimento progressivo da população que permanece (Álvares & Colaço, 2000).

No entanto no geral, a unidade de paisagem ainda se encontra com usos coerentes relativamente ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais, embora a florestação sistemática das encostas com plantações mono específicas, a intensificação e abandono da agricultura, tenha já reduzido a capacidade multifuncional da paisagem, e aumentado os riscos e desequilíbrios dos sistemas ecológicos.

5.2 Flora

A ancestral presença humana, traduziu-se por profundas alterações ao meio natural, transformando num mosaico diversificado, o coberto vegetal natural, através da agricultura, da pecuária, da urbanização e da plantação de matas florestais com espécies introduzidas (ICN, 2005). Na Serra de S. Mamede, a conjugação da altitude com a orientação NW-SE e com os diferentes substratos rochosos é responsável pela existência de uma flora e vegetação variadas. A vegetação clímax é constituída pelo carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), típica de climas atlânticos (ICN-SIPNAT, 2004).

A serra e zonas adjacentes próximas contêm cerca de 800 espécies espontâneas e sub-espontâneas da flora vascular, das quais cerca de 70% são mediterrâneas, pluriregionais de ampla área de distribuição e cosmopolitas. Cerca de 30% são taxa europeus, ibéricos, atlânticos e sub-atlânticos, o que evidencia a existência de influências oceânicas devido a inexistência de barreiras orográficas (Grilo, 1995). Devido à altitude e posição geográfica, também se verifica uma maior continentalidade, que se traduz na existência de maiores amplitudes térmicas bem como na ocorrência mais frequente de geadas e neve durante o Inverno, relativamente às demais zonas do Alto Alentejo (ICN, 2001).

A rara confluência de características climáticas atlânticas e mediterrâneas, condicionou o rico e diversificado coberto vegetal, salientando-se a presença de carvalhos nomeadamente Carvalho Negral (*Quercus pyrenaica*), castanheiros (*Castanea sativa*) e sobreiros (*Quercus suber*), sobretudo na zona Norte do Parque. A Sul, domina o montado de sobro, puro ou associado à azinheira (*Quercus rotundifolia*). O pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), introduzido há cerca de um século, bem como o eucalipto (*Eucalyptus globulus*) mais recentemente ocupam hoje parte considerável das encostas montanhosas. Do ponto de vista bioclimático predominam comunidades características dos andares mesomediterrânico inferior e superior, das séries do sobreiro (*Quercus suber*) e do carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) (Grilo, 1995). A azinheira, dominante nas zonas de baixa altitude da envolvente da serra, só existe dentro dela em situações edafo-xerófitas sobre solos pedregosos e secos. Já fora da serra, próximo do Tejo, registam-se comunidades de transição para o andar termomediterrânico (Grilo, 1995).

Esta zona é particularmente importante do ponto de vista fitogeográfico, pois é o limite Sul de muitas espécies, e comunidades de distribuição Atlântica, como é o caso dos Carvalhais Galaico-Portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* (Álvares & Colaço, 2000; ICN, 2001; ICN, 2005; ICN, 2006c).

Nos carvalhais de *Quercus pyrenaica* e suas orlas, citam-se as seguintes espécies (entre muitas outras): *Physospermum cornubiense*, *Polygonatum odoratum* (selo de Salomão), *Carduus platypus*, *Cephalanthera longifolia*, *Linaria tryornithophora* (erva dos três passarinhos). Nos urzais de altitude: *Luzula lactea*, *Halimium umbellatum*, *Halimium allyssoides*. Nas zonas rípicolas em bosques galeria de Amieiros: *Luzula heuriquesii*, *Polystichum setiferum*, *Osmundo regalis* (feto-real) e outros pteridófitos dos géneros *Athyrium sp.* e *Dryopteris sp* (ICN, 2005). Além das espécies citadas, que têm um acentuado carácter setentrional, sendo mais frequentes noutras áreas geográficas e noutros andares bioclimáticos, são comuns nos carvalhais e sobreirais outras espécies mais mediterrânicas: *Paeonia broteroi* (rosa-albardeira), *Ruscus aculeatus* (gilbardeira), *Smilax aspera* (salsaparrilha), entre outras, as quais por vezes rareiam por rarefacção de habitat (ICN, 2005). Mais frequentes, são comunidades que representam etapas seriais de substituição como os giestais e os urzais com xaras. Dos primeiros citam-se o *Adenocarpus anisochilus* (codesso), a *Genista falcata* (tojo gadanho) e o *Cytisus striatus*

(giesta amarela); dos urzais citam-se a *Erica umbellata* (torga), *Cistus psilosepalus* (sargaço-peludo), *Drosophyllum lusitanicum* (orvalho-do-sol), sendo esta última uma erva insectívora, muito frequente nos urzais da serra (ICN, 2005).

A acentuada variação do relevo, proporciona a existência de situações topográficas edafo-xerófitas e outras e em vales profundos e encaixados que se designam por edafo-hidrófitas sendo ambas povoadas por comunidades que incluem frequentemente espécies de carácter reliquial, as quais sobrevivem em nichos ecológicos, não se encontrando já em consonância com o clima actual da região. Destas, como exemplos, citam-se: *Quercus robur* (carvalho roble ou alvarinho), *Quercus faginea* (carvalho português), *Quercus lusitanicum* (carvalhiça). De realçar também a existência de manchas significativas de azinhais sobre substratos basófilos e rochosos (edafo-xerófitos), as quais no sub-bosque apresentam um cortejo de espécies características de solos neutros a básicos das quais se destacam a *Euphorbia nicaensis* (trovisco-fêmea), *Trisetum scabriusculum*, *Leuzea conifera*, *Ophrys-lutea* (erva-abelha) (ICN, 2005).

Ocupando pequenos espaços em plataformas húmidas, fundos de vales e orlas de cursos de água em gargantas, há ainda pequenas turfeiras meridionais com *Sphagnum auricolata* e conjuntos de espécies vasculares que só existem nesse tipo de meio. Destas destacam-se: *Erica tetralix*, *Erica ciliaris*, *Molinia coerulea*, *Viola juressi*, *Scudelaria minor* (ICN, 2005).

A flora desta zona encontra-se na generalidade em más condições, embora se apresente com hipóteses de recuperação. Existem ainda alguns locais onde as espécies autóctones mantêm ainda o seu clímax, ao contrário do que sucede em outras regiões do Alentejo. Esta destruição tem vindo a ocorrer desde tempos remotos, quando aqui se estabeleceram os primeiros pastores, e aumentou progressivamente com o desenvolvimento da agricultura.

5.3 Fauna

A região é muito rica sob o ponto de vista ornitológico. Foram inventariadas pelo Atlas das Aves do PNSSM cerca de 150 espécies em que 40 nidificam no Parque, das quais podemos destacar espécies com estatuto de conservação altamente desfavorável, como é o caso de: a águia de bonelli (*Hieraetus fasciatus*) com o estatuto de Em Perigo na Europa, Rara em Portugal; o grifo (*Gyps fulvus*), espécie Rara na Europa e Vulnerável em Portugal; o francelho-das-torres (*Falco naumanni*), com estatuto de conservação Vulnerável na Europa e em Portugal; o abutre-negro (*Aegypius monachus*), Vulnerável na Europa e Em Perigo em Portugal, a águia-real (*Aquila chrysaetos*) e a cegonha-preta (*Ciconia nigra*) com estatuto de Rara na Europa e Em Perigo em Portugal, o sisão (*Tetrax tetrax*), Vulnerável na Europa, Não Ameaçada em Portugal, entre outras espécies de particular interesse conservacionista (LPN & CEAI, 2004).

Em relação aos mamíferos o parque apresenta também uma grande diversidade, sendo de realçar a lontra (*Lutra lutra*), o rato-de-cabrera (*Microtus cabrerae*) um endemismo ibérico cujo estatuto de conservação é

Vulnerável em Portugal, e a presença ocasional de lince-ibérico (*Lynx pardinus*). Apesar de esporádica, a presença do lobo (*Canis lupus signatus*) nesta área, poderá prever uma futura expansão da espécie, dada a presença de presas selvagens. Quanto aos mamíferos mais comuns temos, o texugo (*Meles meles*), o toirão (*Mustela putorius*), a doninha (*Mustela nivalis*), o sacarrabos (*Herpestres ichneumeon*), a geneta (*Genetta genetta*), o gato-bravo (*Felis silvestris*), a raposa (*Vulpes vulpes*) e o coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) (ICN, 2001).

Pode-se destacar em relação aos Quirópteros, a sua presença no Abrigo da Cova da Moura. Este abrigo foi considerado no Plano Nacional de Conservação dos morcegos cavernícolas (Palmeirim & Rodrigues, 1992; Ana Rainho et al., 1998), como o abrigo de morcegos mais importante do País, devido à presença de colónias de criação de cerca de 20.000 morcegos-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*), espécie com estatuto Vulnerável segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Também segundo o ICN, este abrigo é o mais importante do País e um dos mais importantes da Europa (LPN & CEAI, 2004). Com menor número de indivíduos, existem ainda colónias de criação de morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), ambas com o estatuto Em Perigo de Extinção. Finalmente, existem colónias intermédias importantes de outras espécies com o estatuto Em perigo de Extinção: morcego-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*), morcego-de-ferradura-mediterrâneo (*Rhinolophus euryale*), morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*) e morcego-de-franja (*Myotis nattereri*) e morcego-de-bechstein (*Myotis bechsteini*), sendo este último muito raro em Portugal. Com estatuto de conservação Não Ameaçado, existe uma colónia importante de morcego-de-água (*Myotis daubentonii*) (LPN & CEAI, 2004).

Os anfíbios que vivem em charcos e riachos são variados e citam-se: a salamandra (*Pleurodeles Walt*), o tritão-alaranjado (*Triturus boscai*), a rã-castanha (*Rana iberica*), a rã-verde (*Rana perezi*), o sapo-parteiro (*Alytes Cisternasi*) e o sapo-comum (*Bufo bufo*). Para além dos anfíbios, os répteis também estão representados e indicam-se a presença de um isolado populacional de lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), a cobra-de-água (*Natrix natrix*), sendo de referir ainda que é uma zona relativamente importante para cágados (LPN & CEAI, 2004).

Em relação à ictiofauna, o rio Caia é um local importante para a conservação do saramugo (*Anaecypris hispanica*) e da boga-de-boca-arqueada (*Chondrostoma lemmingii*). Neste sítio existem as duas sub-espécies de *Chondrostoma polylepis*, *Ch.p. polylepis* e *Ch.p. willkommii*, a última das quais é reconhecida ao nível de espécie pelos autores portugueses. Presença também de invertebrados raros (ICN-SIPNAT, 2004).

A fauna desta zona encontra-se em bastante piores condições que a flora, devido a diversos factores: a intensa perseguição a que são sujeitas certas espécies por parte das populações, a utilização indiscriminada de produtos químicos na agricultura, as alterações dos habitats produzidas pelo Homem, e o aumento do número dos caçadores desportivos. A situação é particularmente grave para as rapinas e mamíferos. A falta de esclarecimento das populações, e o seu desconhecimento do importante

papel de cada espécie para o equilíbrio natural, leva-as a uma destruição sistemática, utilizando como justificação os argumentos mais diversos. Destes o que mais invocam é o facto de se tratarem de espécies nocivas à agricultura e às cinegéticas. Esta distinção entre espécies nocivas e úteis está profundamente arraigada nas mentalidades, e é extremamente difícil de ser modificada.

5.4 Vulnerabilidade

Muita da biodiversidade existente no PNSSM está actualmente ameaçada e a principal causa desta ameaça, são as modificações resultantes do processo de desenvolvimento da economia agrícola: artificialização das linhas de água, com destruição da vegetação ribeirinha; degradação da qualidade ambiental de alguns habitats; extracção de inertes; pressão turística e urbana sobre sistemas frágeis; alterações do uso dos solos, tais como, florestação intensiva sem ordenamento; intensificação agrícola e simplificação dos agro-sistemas; abandono de terrenos anteriormente cultivados e desenvolvimento de matos ou substituição por plantações florestais monoespecíficas; simplificação da diversidade de culturas e parcelas nas manchas de mosaico policultural; gestão cinegética inadequada/furtivismo; escassez de populações-presa do lince-ibérico; etc. A intensificação agrícola, com os consequentes problemas de lixiviação de nitratos e agro-químicos, erosão e perda de biodiversidade tem também vindo a ser um problema crescente. O consumo de pesticidas em Portugal por unidade de SAU tem crescido de forma alarmante em comparação com outros países da União Europeia como pode ser constatado no Relatório do Estado do Ambiente de 2001 (LPN & CEAI, 2004).

A prestação de informação e apoio aos agricultores é assim fundamental, não bastando confiar os deveres a um Código de Boas Práticas Agrícolas que não é satisfatoriamente aplicado na prática, conforme já foi admitido em diversas ocasiões pelas entidades responsáveis. É necessário no âmbito dos propósitos que orientaram a criação do Parque Natural, uma aposta clara nos métodos de cultura que permitam manter sistemas semelhantes aos tradicionais e sem impacto ambiental negativo: sistemas extensivos sobretudo na pecuária, culturas extensivas ou pastagens, e sistemas de produção intensiva (frutícolas, hortícolas, etc.) em regime de produção integrada e de agricultura biológica, sobretudo nas áreas envolventes às zonas de particular interesse para a fauna, como os abrigos dos morcegos. Só deste modo, se poderá compatibilizar a protecção dos recursos naturais com o desenvolvimento das actividades humanas. Neste sentido, é absolutamente necessário criar mecanismos de apoio técnico aos agricultores na constituição de candidaturas aos apoios existentes, no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, para incentivar a opção pelas práticas agrícolas de cariz tradicional (LPN & CEAI, 2004).

5.5 Importância da gestão agrícola e florestal na conservação das espécies e habitats do PNSSM

A protecção da biodiversidade e dos habitats existentes no PNSSM, e nas áreas relativas à Rede Natura 2000, implica a adopção de medidas de gestão. Para tal é necessário dispor de conhecimento sobre as condições necessárias para satisfazer as exigências ecológicas dos diferentes habitats naturais e espécies da fauna e flora, nomeadamente na interacção com as diferentes actividades que se desenvolvem no PNSSM tendo em conta o seu elevado grau de humanização. Esta informação revela-se de grande importância, uma vez que um dos objectivos do PNSSM e das Medidas Agro-Ambientais é a conservação da biodiversidade, paisagens e habitats.

Existe uma forte dependência entre espécies e habitats da Directiva e actividades agrícolas e florestais (Ostermann, 1998). Alguns exemplos bem conhecidos incluem a abetarda (*Otis tarda*), espécie emblemática dependente das estepes cerealíferas, ou o habitat 6310 'Montados de *Quercus spp. de folha perene*', dependente da manutenção de um sistema agro-silvo-pastoril. No caso da gestão florestal, os principais tipos de floresta com interesse de conservação equivalem a manchas florestais residuais de espécies arbóreas autóctones, que se caracterizam por uma reduzida intervenção humana, por exemplo o habitat 9230 'Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*' e o habitat 91E0 'Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*'. Ostermann (1998) sugere que existem 17 habitats da Directiva criados pelo pastoreio, 14 por outro tipo de gestão de pastagens, 5 são resultado de culturas e 5 são resultado de actividade florestal. O mesmo autor sugeriu que dos 165 habitats listados na Directiva, 65 são ameaçados pela intensificação das actividades pastoris e 57 são ameaçados pela intensificação da exploração florestal. Estes valores dão-nos uma ideia da importância que a gestão agrícola e florestal têm na manutenção da biodiversidade e habitats (Moreira et al., 2004).

Conhecendo as características de cada uma das espécies e habitats ameaçados, existentes na zona, listou-se então os habitats e espécies da flora e fauna da Directiva que dependam em alguma altura do seu ciclo de vida das práticas agrícolas e florestais (Anexo 4 e 5). Para cada um dos habitats e espécies indicam-se ainda as ameaças e orientações de gestão para minimização dessas ameaças.

5.5.1 Habitats

O PNSSM é o limite sul de muitas espécies e comunidades vegetais de distribuição preferencialmente atlântica (caso dos aqui residuais urzais-tojais higrófilos de *Erica ciliaris* e *Ulex minor* (4020)) que se podem observar sobretudo nas vertentes Norte e Oeste, dotadas de apreciável precipitação. Em contraste, as vertentes a Sul e a Leste estão sujeitas a uma maior influência mediterrânica, sendo substancialmente mais xéricas. Na parte Norte do Sítio é de realçar a presença do carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) (9230), em comunidades frequentemente associadas a afloramentos graníticos. Este Sítio tem ainda a particularidade de conter

áreas onde o carvalho-negral ocorre sob a forma de montado. Em grande parte do percurso do rio Sever, onde predominam os amieais (91E0), e cujo vale, por vezes muito encaixado, é marginado por afloramentos rochosos de xistos onde ocorrem comunidades rupícolas (8220, 8230) e matos arbórescentes (carrascais e outras comunidades edafo-xerófitas) (5330). Regista-se ainda a presença de outros habitats em bom estado de conservação, nomeadamente montados de sobro e azinho, e nas zonas aplanadas, extensas manchas de piornais de *Retama sphaerocarpa* (5330). Na zona serrana, sob o domínio do maciço central, há uma presença significativa de floresta de produção (eucalipto e pinheiro-bravo), encontrando-se ainda manchas de carvalho-negral, sobreiro e castanheiro (predominantemente na base das encostas), bem como espécies rupícolas e casmófitas. É uma zona mais intensamente humanizada, com propriedades de dimensão média, onde os pomares ocupam uma área expressiva. A Sul ocorrem áreas tipicamente mediterrânicas, com excelentes montados (6310) de azinho (*Quercus rotundifolia*) e de sobro (*Quercus suber*), predominando os sistemas extensivos de sequeiro (ICN, 2006c).

O Parque Natural da Serra de São Mamede, apresenta um total de 21 habitats da Directiva (Anexo 2), destacando-se os seguintes prioritários: 'charcos temporários mediterrânicos', 'charnecas húmidas atlânticas meridionais de *Erica ciliaris* e *Eriça tetralix*', 'prados secos seminaturais e fâcies arbustivas em calcários (*Festuco brometalia*)', 'substepes de gramíneas e anuais (*Thero-Brachypodietea*)' e 'florestas aluviais residuais (*Alnion glutinoso-incanae*)'.

Após uma análise das características de cada habitat, procurou-se identificar a importância da actividade agrícola e florestal na manutenção e promoção da sua qualidade e sua sensibilidade ao abandono e à intensificação agrícola ou florestal. Assim, após análise dos 21 habitats da Directiva constantes no Sítio de São Mamede (Anexo 2), considerou-se que 17 (Anexo 4) manifestavam alguma dependência de actividades agrícolas ou florestais. No essencial, para se favorecer a existência de um mosaico equilibrado entre os habitats naturais e semi-naturais, será necessário manter e promover as actividades agro-silvo-pastoris tradicionais. De qualquer maneira as razões da dependência da gestão agrícola ou florestal variam consoante o habitat em causa. Por exemplo a promoção e manutenção dos habitats florestais, como o habitat (9230) – Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*, depende de várias medidas de gestão florestal específicas, como a reconversão de algumas manchas florestais de modo a restabelecer povoamentos de carvalhais e outras folhosas autóctones, ou promover os povoamentos mistos, e acções de gestão de forma a reduzir o risco de incêndio. Por outro lado a conservação dos bosques rípicolas necessita de outras medidas de gestão, tais como a conservação e manutenção das linhas de água e galerias rípicolas, impedindo a sua artificialização e poluição, e condicionando a captação de água. Em relação ao habitat (6310), montados de *Quercus spp.* de folha perene, estes dependem da gestão de um sistema de pastoreio compatível com a sua conservação, do incremento de uma utilização racional

de adubos e fitofármacos, da prevenção do abandono agrícola e de alterações de uso dos solos (ICN, 2006c).

5.5.2 Espécies da Flora

A análise das espécies da flora incluiu as espécies listadas no anexo II da Directiva Habitats, com excepção dos briófitos. Para esta área protegida estão listadas duas espécies da flora, sendo uma prioritária (*Marsupella profunda* Lindb.) (Anexo 3). Considerou-se que ambas estão dependentes da gestão agrícola e florestal (Anexo 5). Em relação à *Marsupella profunda*, espécie saxícola de locais expostos (barreiras de estradas, granito desagregado), mas húmidos ou sombrios, ou fendas de rochas, apresenta-se em pequenos tufos castanhos, desconhece-se a abundância a nível nacional mas dada a escassez de efectivos e registos supõe-se como rara (ICN, 2006c). Devido à sua exposição encontra-se ameaçada por várias razões como: alteração do habitat, apanha para colecções botânicas e excesso de pastoreio nas áreas onde esta se encontra. No caso do Salgueiro-branco (*Salix salvifolia* Brot. Subsp. *australis* Franco), planta arbustiva ou pequena árvore que se encontra nas margens dos cursos de água com regime torrencial, característica da associação *Salicetum atrocineræa – australis*, tem como maior ameaça, a alteração do habitat por degradação das margens dos cursos de água. Dadas as ameaças existentes, em ambos os casos, as espécies dependem de medidas de gestão agro-florestais para a promoção e conservação das espécies e seus habitats associados (ICN, 2006b).

5.5.3 Espécies da Fauna

O PNSSM com grande diversidade faunística, apresenta no total 54 espécies da Directiva: 33 aves, 13 mamíferos, 3 répteis e 5 peixes (Anexo 3).

5.5.3.1 Aves

Tal como foi referido anteriormente, a Serra de S. Mamede constitui uma das zonas mais ricas em avifauna das que se encontram a sul do Tejo, não só pelo elevado número de espécies existentes mas, também, pela raridade de umas e pela grande população de outras. Das 33 espécies de Aves constantes do Anexo I (Directiva 79/409/CEE) para o Sítio de São Mamede (Anexo 3), considerou-se após avaliação das características ecológicas das espécies que dessas 33, 32 dependiam da gestão agrícola e florestal (Anexo 5), evidenciando a importância da agricultura e gestão florestal, na manutenção e conservação destas espécies. De referir ainda que das 32 aves listadas que dependem da gestão agrícola e florestal, ocorrem 5 espécies prioritárias de aves (abutre-preto, águia-de-bonelli, peneireiro-das-torres, sisão e abetarda). Esta dependência, varia muito consoante as espécies e o tipo de habitats onde as estas habitam e se alimentam. Pelas mesmas razões, consoante a espécie em causa, esta depende de acções de gestão agro-florestais específicas. Por exemplo, no caso das aves estepárias como a abetarda (*Otis tarda*) ou o alcaravão (*Burhinus oediconemus*), existe a necessidade de medidas de gestão que garantam uma minimização da degradação e perda do habitat estepário. Para as espécies de aves que utilizam áreas florestais para nidificar, e áreas abertas de pousios e

pastagens para alimentação, como o noitibó-cinzento (*Caprimulgus europaeus*) ou o falcão-abelheiro (*Pernis apivorus*), a sobrevivência destas espécies, depende deste mosaico agro-florestal e da sua correcta gestão. No caso das aves como o guarda-rios (*Alcedo atthis*), que habitam os bosques rípicolas, dependem sobretudo da gestão dos rios e ribeiras e das suas margens e bosques.

5.5.3.2 Mamíferos

O maior número de espécies de mamíferos de interesse conservacionista, regista-se entre os carnívoros e os quirópteros. Este Sítio inclui a gruta mais importante do país, e uma das mais importantes da Europa, abrigando colónias de criação de morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*), morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) e morcego-de-ferradura pequeno (*Rhinolophus hipposideros*). Aqui hibernam também o morcego-de-peluche, morcego-de-ferradura-pequeno, morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*) e morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*). Este Sítio apresenta efectivamente uma grande diversidade em termos de mamíferos, merecendo ainda referência o rato de cabrera (*Microtus cabrae*) e a lontra (*Lutra lutra*). De referir ainda que apesar da presença muito esporádica, é uma área de potencial expansão para duas espécies de mamíferos prioritárias, o lobo-ibérico e o lince. São Mamede, é uma área de ocorrência histórica de lince-ibérico (*Lynx pardinus*), que mantém características adequadas para a sua presença ou susceptíveis de serem optimizadas, de forma a promover a recuperação da espécie ou permitir a sua reintrodução a médio/longo-prazo (ICN, 2006c)..

Dos 13 mamíferos listados para o Sítio de São Mamede considerou-se que todos eles dependiam da gestão agrícola e florestal (Anexo 5). Esta dependência tal como nas aves, depende das espécies e dos seus habitats preferenciais. Por exemplo, a lontra (*Lutra lutra*) depende mais de uma correcta gestão das galerias rípicolas e cursos de água onde estejam presentes; o lince (*Lynx pardinus*) e o rato de cabrera (*Microtus cabrae*) estão mais dependentes da manutenção de um mosaico de habitats que alternem zonas de refúgio, como bosques e pequenos bosquetes, com áreas abertas como montados e pastagens; no que diz respeito aos morcegos cavernícolas, torna-se fundamental assegurar a protecção do abrigo existente, através de medidas de gestão activa e de condicionamento ao acesso da gruta (ICN, 2006c).

5.5.3.3 Répteis e Anfíbios

Foram listados para o Sítio de São Mamede, 3 espécie de répteis e nenhuma espécie de anfíbio (Anexo 3). Destas espécies listadas, consideraram-se todas dependentes da gestão agrícola e florestal (Anexo 5). Entre os répteis inventariados incluem-se três espécies, o cágado (*Mauremys leprosa*), o cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) e o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*). As espécies deste grupo, ocorrem principalmente em biótopos característicos de zonas ribeirinhas, e portanto dependentes da gestão e conservação deste habitat. A introdução de espécies exóticas, a destruição da vegetação rípicola, a regularização de sistemas

hídricos, a sobre-exploração dos recursos hídricos (captações de água), o pisoteio e pastoreio não controlado, e a poluição resultante de descargas de efluentes e da intensificação da utilização de pesticidas e fertilizantes, são alguns dos exemplos das ameaças mais comuns neste grupo e que necessitam com urgência de medidas de mitigação (ICN, 2006b).

5.5.3.4 Peixes

Em relação à comunidade piscícola, o rio Caia e o Sever são um dos locais mais importantes para a conservação de várias espécies. Neste sítio ocorrem, o saramugo (*Anaecypris hispanica*), a cumba (*Barbus comiza*) e a boga (*Chondrostoma polylepis*), entidade a partir da qual foi descrita uma nova espécie, a boga-do-Guadiana (*C. willkommi*), sendo este um dos poucos Sítios onde estão representadas as duas espécies (*C. polylepis* a Norte e *C. willkommi* a Sul) (ICN, 2006c). Das espécies referenciadas, considerou-se que todas elas dependem da gestão agrícola e florestal (Anexo 5). A comunidade piscícola, depende essencialmente de medidas de gestão para os cursos de água e galerias rípicolas, como por exemplo a manutenção ou melhoria da qualidade dos cursos de água, a regularização dos sistemas hídricos, a conservação e/ou recuperação da vegetação ribeirinha autóctone e o controlo ou erradicação das populações das espécies introduzidas não autóctones (ICN, 2006b).

5.5.4 Conclusões

O património natural identificado na área em estudo, pode ser considerado muito rico e com um elevado valor conservacionista, tanto ao nível dos habitats, como ao nível das espécies da flora e da fauna presentes.

O conhecimento dos valores naturais e a complexidade das suas relações com as actividades agrícolas e florestais constituiu uma primeira dificuldade para identificar os factores de pressão e os impactes, quer positivos quer negativos. Outra dificuldade prende-se com a falta de informação disponível para caracterizar estas relações, sobretudo a nível regional e local.

A pesquisa aqui apresentada nos capítulos anteriores, não esgota o muito que há a fazer sobre esta matéria, e está limitada pela informação disponível, baseada apenas na ocorrência dos valores naturais e não na sua dimensão. De referir, que esta abordagem serve apenas como uma base de apoio à actuação que técnicos e investigadores têm que cada vez desenvolver mais nesta área, contribuindo para melhorar o conhecimento. No entanto, com esta informação pode delinear-se desde já algumas orientações de gestão para minimização do impacte das actividades agrícolas e florestais (e.g. intensificação e abandono agrícolas) na conservação das espécies e habitats. Por exemplo, sabendo que uma determinada espécie de morcego com estatuto de ameaça existe num determinado abrigo, pode então desenhar-se a aplicação de determinadas medidas de modo a garantir as condições de sobrevivência da colónia. Será assim por demais importante, criar um raio de protecção à volta do abrigo de morcegos, onde a intensificação agrícola deverá ser contida. De igual modo, sugere-se a introdução na área, de medidas especiais que contribuam para a redução dos

factores de perturbação dos morcegos: restrição ao uso de agro-químicos como pesticidas e herbicidas, que poderão influenciar negativamente as fontes de alimentação dos morcegos; condicionantes à circulação de veículos e outros factores de perturbação humana, principalmente no final da tarde e noite; a restrição à substituição de culturas diversificadas tradicionais ou culturas de sequeiro, por monoculturas de regadio; promoção da recuperação de sebes e bosquetes nas margens dos campos agrícolas; sensibilização direccionada aos proprietários e populações locais, no sentido de compreenderem o porquê da implementação de certas medidas, alertando para a importância dos morcegos nos processos ecológicos que ali decorrem, procurando conseguir nos proprietários e populações locais um aliado para a promoção da conservação dessa espécie. Claro que muitas destas medidas devem ser implementadas através do estabelecimento de contratos de gestão (Medidas Agro-Ambientais ou Futuro Plano Zonal) com proprietários/gestores desses terrenos garantindo ao proprietário um retorno no caso de prejuízo causado pela alteração de determinadas práticas e pelo serviço prestado à sociedade.

6 Caracterização do concelho de Marvão

6.1 Introdução

O concelho do Marvão faz parte da região do Alto Alentejo, situa-se no distrito de Portalegre, na vertente Norte da Serra de S. Mamede, e ocupa uma área geográfica de 15458 km². A densidade populacional é de 26 hab/km². Este concelho tem como limites a Norte/Este o Rio Sever (que constitui a raia internacional entre Portugal e Espanha), a Sul o concelho de Portalegre e a Oeste o concelho de Castelo de Vide. É composto por quatro freguesias: Beirã, Santa Maria de Marvão, Santo António das Areias e São Salvador da Aramenha, todas elas totalmente inseridas no PNSSM após o alargamento dos seus limites, e incluídas também no Sítio Natura 2000 de São Mamede.

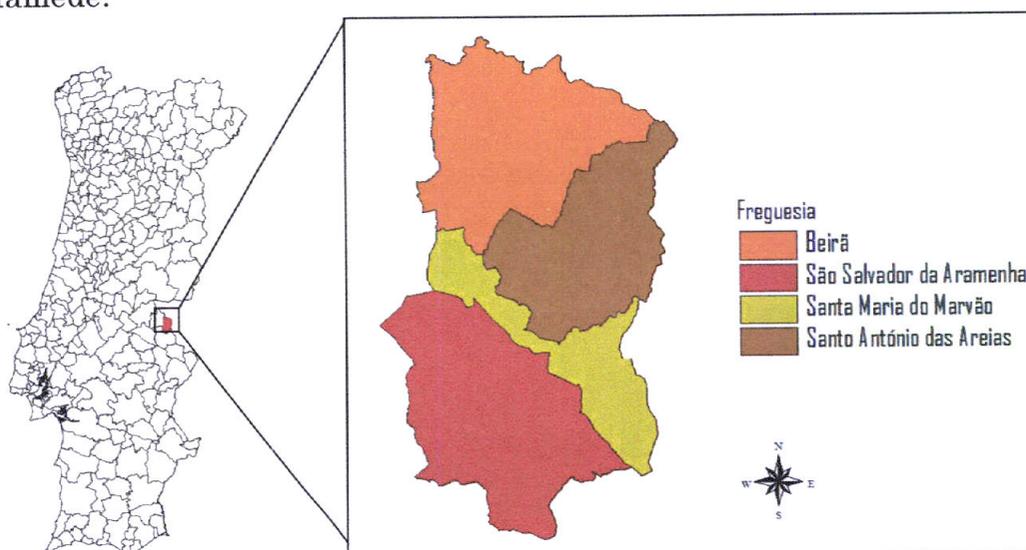


Figura 3. Localização do concelho de Marvão em Portugal continental, e freguesias do concelho (Fonte: SNIG - <http://snig.igeo.pt/>)

O concelho, situa-se na zona superior da bacia do Sever, junto às linhas de cumeada, e por isso as 11 bacias hidrográficas das linhas de água todas com menos de 30 km², não apresentam caudais significativos. O rio Sever é a única linha de água com caudal permanente (835 km²). Recentemente, foi construída a Barragem da Apartadura com uma capacidade de armazenamento total de 7,465*10⁶m³, que garante o abastecimento de água às populações, além de permitir regar uma parte significativa dos solos do concelho, no vale da Aramenha (P.D.M.M., 1993).

Com um território de elevado valor do ponto de vista ambiental e paisagístico, para além de monumental, o concelho de Marvão mantém uma identidade muito própria, em parte derivado da estrutura minifundiária da propriedade, e por outro lado marcado pela relação fronteiriça, o que lhe confere características culturais únicas que o individualizam. Contrastando com a típica planície alentejana, é caracterizado pelo microclima muito peculiar, onde muitos são os vestígios que comprovam a presença da espécie humana nesta zona desde épocas muito remotas.

6.2 Caracterização biofísica

6.2.1 Clima – temperatura, precipitação, humidade

Em relação ao clima, as variáveis estudadas, baseiam-se nos dados de “O Clima de Portugal” pertencentes à estação climatológica de Marvão (lat.: 39° 24'; long.: 78° 23'; alt.: 865 m) e respeitante a um período entre 1954-1980 (Anexo 4). Assim, para a referida estação climatológica verifica-se que a temperatura média anual é 12,7 °C. As temperaturas médias máximas atingem os 16,4 °C, e médias mínimas de 9,0 °C. Naturalmente as temperaturas mais elevadas ocorrem nos meses de Julho e Agosto, enquanto que as temperaturas mais baixas ocorrem entre Novembro a Janeiro, podendo ocorrer neve, neste período, nos pontos mais altos. Relativamente à precipitação anual, esta apresenta valores de 900 mm, podendo atingir uma máxima diária de 114,4 mm, no mês de Setembro. O período mais chuvoso decorre entre Outubro a Março e o menos chuvoso entre Abril e Setembro, sendo o valor mais baixo de pluviosidade registado em Julho, com apenas 5,4 mm. Assim, de uma maneira geral, pode afirmar-se que o clima da região é Mediterrânico com Verões quentes e secos e Invernos frios e húmidos, mas em contrapartida, pelo facto de se registarem chuvas elevadas e durante um período mais ou menos longo, pode dizer-se que apresenta influências atlânticas, ou seja, assiste-se a uma convergência de influências climáticas. Em relação à humidade relativa, os meses de Julho e Agosto são os que apresentam a menor percentagem de humidade relativa, ao passo que os mais chuvosos e mais frios e com uma humidade mais elevada, são Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março. De uma maneira geral, os valores de humidade relativa do ar variam de 52% no Verão a 86% no Inverno (Anexo 4).

6.2.2 Relevo e Orografia

O conhecimento do tipo de relevo de um determinado território é essencial para entender as características e a dinâmica de uma região, pois o relevo é determinante tanto para os diferentes tipos de biótopos, como as actividades sócio-económicas, as ligadas ao uso do solo e dos recursos naturais como a agricultura e a pecuária, mas também outras como o turismo. A área do concelho do Marvão é claramente influenciada pela presença da Serra de S. Mamede, a serra mais elevada e mais importante, em termos de dimensões, ao Sul do país (mais de mil metros de altitude máxima). O concelho engloba diferentes tipos de relevo: a maioria do concelho do Marvão apresenta uma superfície muito ondulada que apresenta altitudes de 400 a 700 m, onde os declives predominantes são de 15% a 25%. A área Norte do concelho faz parte da peneplanície, que constitui a área envolvente da Serra, apresenta um relevo suave e ondulado com uma altitude que varia dos 200 aos 400 m. É uma área onde predominam os declives suaves – inferiores a 5%. As áreas mais elevadas, situam-se na sua maioria no Sul e Centro do concelho, com altitudes superiores a 700 m, e declives mais acentuados, superiores a 25 %. É uma área marcada, paisagisticamente, pelo atravessamento de cristas quartzíticas e por relevos proeminentes. Desta crista sobressai a vila do

Marvão, localizada a 867 metros de altitude, num dos pontos de maior altitude dentro do Parque (ICN, 2001).

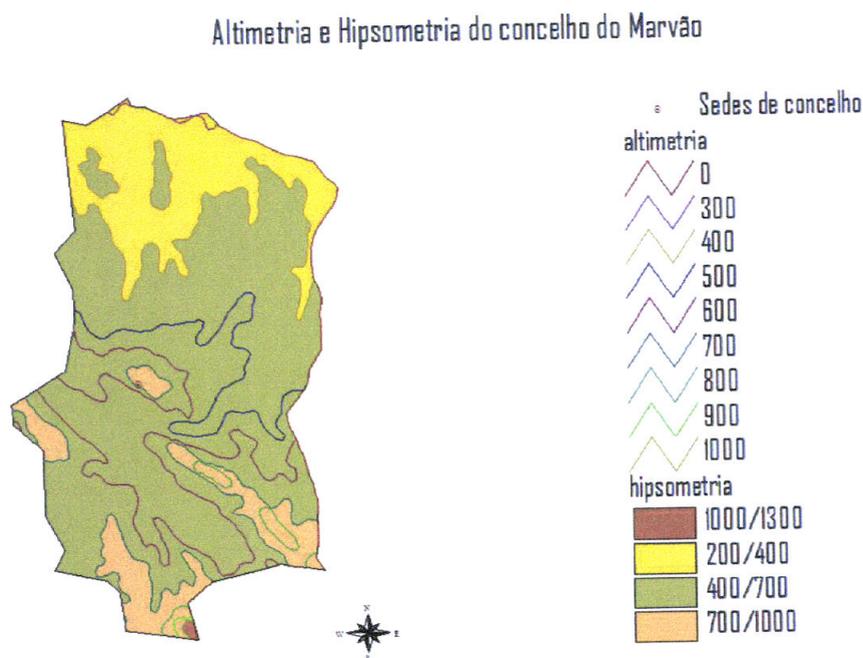


Figura 4. Altimetria e Hipsometria do Concelho do Marvão (Fonte: <http://www.iambiente.pt>).

6.2.3 Litologia

O conhecimento dos solos existentes num território é tanto essencial para a fundamentação das opções de distribuição de usos agrícolas e florestais, como do ponto de vista de protecção, recuperação e regulação de uma dada região (ICN, 2001). Tal como o relevo, o conhecimento dos solos é também fundamental para compreender a distribuição das actividades humanas num dado território.

As litologias presentes no território do concelho condicionam em grande medida a existência de uma grande variedade de tipos de solos, os quais podem ser agrupados em três ordens, que passamos a referir: Na área norte do concelho predominam os Litossolos, solos derivados de rochas consolidadas que se encontram associados a áreas de grande erosão e são caracterizados por serem muito simples, delgados, e de fraca aptidão agrícola. Na área central os solos presentes são os Litólicos não húmicos (Cambissolos distrícos) de granitos associados a afloramentos rochosos, que são solos relativamente pobres ou degradados que apresentam potencialidades para sistemas pratenses de sequeiro e sistemas silvo-pastoris, em declives mais suaves, adaptando-se a sistemas silvo-pastoris, e em declives mais acentuados, próprios para a silvicultura. Nas áreas mais a sul predominam os solos Litólicos não húmicos de quartzitos associados a solos mediterrâneos pardos de xistos ou grauvaques (Cambissolos distrícos de xistos e quartzitos); os solos mediterrâneos pardos são solos formados a partir de rochas não calcárias, que apresentam aptidão para práticas agronómicas. Nas áreas com cotas superiores aos 850 m, encontram-se principalmente solos Litólicos húmidos de quartzitos, xistos e grauvaques

(ICN, 2001). Os solos aráveis com boas capacidades para o uso agrícola, ocupam uma área relativamente reduzida, localizando-se principalmente nos fundos planos de vale e nas bases de encostas de declives suaves, junto das povoações como Vale de Escusa e de Porto da Espada (ICN, 2001). Apesar da área reduzida de solos mais férteis, em relação ao conjunto do concelho, comparando com muitos concelhos próximos a percentagem de bons solos é favorável neste concelho, o que também justifica o desenvolvimento e manutenção de uma agricultura intensiva nestas áreas de vale.

6.3 Caracterização demográfica

Aqui, à semelhança de todo o Alentejo, está a verificar-se uma tendência geral para o envelhecimento da estrutura demográfica da população, havendo um aumento do número de habitantes nos últimos grupos etários e um decréscimo da população jovem. A taxa de analfabetismo na ordem dos 21,8% em 2001, revela-se elevada relativamente à da região Alentejo (15,9%) e à do país (9%). Tais valores reflectem, o já referido estado de envelhecimento da população, uma vez que as gerações mais velhas são normalmente menos escolarizadas.

A população residente, registou um decréscimo de 9%, era de 4419 habitantes em 1991 (Censos da População) que correspondia a 3,2 % da população do Alto Alentejo; em 2001 era de 4035 habitantes, o que comprova a diminuição na população residente e a diminuição do peso relativo face à população do Alto Alentejo que em 2001 era de 3,1%. De notar que este decréscimo de 9% está entre os valores mais altos da região Alentejo, que tem uma média de -2,8% sendo no Alto Alentejo de -6%, comprovando o abandono a que têm sido sujeitas estas regiões mais desfavorecidas, e para as quais é preciso tomar medidas para atenuar e inverter estas tendências.

Tabela II. Dados sobre a população residente no Alto Alentejo, no concelho de Marvão e nas quatro freguesias que o compõem

	Censos 1991 População	Censos 2001 População
Alto Alentejo	134.607	126.481
Marvão	4419	4035
Freguesia da Beirã	690	595
Freguesia de S.to António das Areias	1301	1263
Freguesia de S.ta Maria do Marvão	802	653
Freguesia de S. Salvador da Aramenha	1626	1524
%Marvão/Alto Alentejo	3,3	3,2

Fonte: Censos da População 1991 e 2001 (<http://www.ine.pt>)

6.4 Actividades económicas

A agricultura é tradicionalmente o sector produtivo mais enraizado na região, o que se tem manifestado não só no tecido produtivo, mas também na organização social e económica, na estrutura territorial dos lugares e nos valores culturais da população. De qualquer maneira tem-se verificado nos últimos anos uma diminuição do seu peso, correspondendo esta actividade actualmente a 10% da população activa do concelho. O sector secundário,

que representa 27% da população activa do concelho é evidenciado pelo emprego na construção civil e obras públicas e indústria transformadora, não tendo grande expressão os restantes ramos de actividade. Nos últimos anos, tem-se verificado uma diminuição do sector primário e um aumento do terciário, relacionado com o alargamento da oferta de serviços, representando actualmente 63% da população activa, estando grande parte destes relacionados com o turismo, que aliás, tudo indica venha a ser no futuro a grande fonte de receitas e também o responsável pela mudança de alguns hábitos há muito enraizados nos locais e nas gentes deste concelho (ICN, 2001). Tendo em conta a diversidade do património natural e o imenso património histórico-cultural e social, o turismo é uma actividade a promover, uma vez que devidamente enquadrado e desenvolvido contribuirá não só para a criação de um maior número de postos de trabalho, como em larga medida para um desenvolvimento geral do concelho. As dinâmicas sociais próprias desta região devem ser aproveitadas no sentido de promover o desenvolvimento a partir dos seus recursos endógenos. Será pois a conjugação entre a riqueza faunística, florística, paisagística e geomorfológica apresentada pelo PNSSM, e a presença humana, que favorecerá a implementação e o desenvolvimento de uma actividade turística, que contribua para o desenvolvimento da região. A grande diversidade de produtos típicos como os produtos agro-alimentares certificados existentes, deve ser também uma aposta da actividade turística e comercial, principalmente divulgando os produtos certificados e criando condições para a certificação de outros. A adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável por parte do PNSSM, enquadra-se na perspectiva de desenvolvimento do concelho, preocupando-se em aproveitar ao máximo as suas potencialidades, e tentando colmatar os seus estrangulamentos (ICN, 2001). Ainda de realçar a candidatura da Vila do Marvão a Património Mundial da Humanidade da UNESCO, o que a concretizar-se traria, uma mais valia ao turismo da região.

6.5 Caracterização agrícola

Pela importância que tem ainda a agricultura, pelo seu papel como construtora da paisagem e pela importância que tem na preservação de espécies e habitats de interesse, a distribuição do uso do solo e o sector agrícola serão aqui analisados com mais pormenor, e em pontos separados.

6.5.1 Caracterização das explorações

As explorações agrícolas com SAU, com uma estrutura concentrada são cerca de 558, a que corresponde 10.464 hectares. É de salientar que no total de explorações existentes no concelho, a grande maioria é de explorações agrícolas familiares. Verifica-se também, que o número médio de pessoas por exploração agrícola familiar é de duas pessoas, o que pode indicar que é o casal (marido e mulher) que permanece na exploração, enquanto os filhos abandonam a região para estudar ou para trabalhar noutras regiões.

Na tabela seguinte (Tabela III), faz-se uma caracterização das explorações agrícolas por freguesia. De notar, que apesar de a freguesia da Beirã, ser a que apresenta um menor número de explorações, é a que tem

maior SAU com 3.711 hectares, o que dá uma média de 58,91 hectares por exploração. Esta freguesia, é a que se encontra mais a norte, onde a superfície é mais plana, permitindo a existência de maiores propriedades com zonas de montado e pastagens. As outras freguesias já apresentam uma maior compartimentação das explorações, com a freguesia de São Salvador da Aramenha, a apresentar uma média de 8,9 hectares de SAU por exploração. Esta área, situada numa zona de vale, apresenta uma grande diversidade em termos de ocupação e uso do solo e de funções da paisagem, e apresenta uma estrutura da propriedade diferente da do resto do concelho. As restantes freguesias (Santa Maria de Marvão e Santo António das Areias), estão numa situação intermédia entre as duas freguesias referidas acima.

Tabela III: Número de explorações agrícolas familiares, percentagem relativamente ao total, área de Superfície Agrícola Útil e média de SAU por cada exploração, para cada freguesia do concelho de Marvão em 1999

CC – Marvão	Nº	%	Área de SAU (ha)	SAU por exploração (ha)
FG – Beirã	63	11,29	3.711	58,91
FG – Santa Maria de Marvão	69	12,36	872	12,64
FG – Santo António das Areias	128	22,94	3.203	25,02
FG – São Salvador da Aramenha	298	53,41	2.677	8,9
Total	558	100,00	10.464	-

Fonte: INE – RGA/99 (<http://www.ine.pt>)

Quanto ao sexo do produtor singular, verifica-se, que no concelho do Marvão, existem cerca de 554 produtores a que corresponde 476 homens e 78 mulheres. Através dos dados presentes na tabela (Tabela IV) é notório, um aumento do número de produtores singulares masculinos do ano 1979 para o ano de 1989, mas que diminui quase para metade em 1999. Em contrapartida, o número de produtores singulares femininos, sofreu um aumento significativo ao longo dos períodos considerados. Este crescimento talvez se deva à falta de mão-de-obra, levando as mulheres a trabalharem e a adquirem, elas próprias, um meio de subsistência, e também devido ao facto de muitos produtores do sexo masculino, terem que se dedicar a outros sectores de actividade para garantir a subsistência da família, passando a mulher a ocupar-se da actividade agrícola.

Tabela IV: Sexo do produtor singular nos anos 1979, 1989 e 1999, no concelho de Marvão

Concelho	Sexo do produtor singular					
	1979		1989		1999	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Marvão	724	21	811	36	476	78

Fonte: INE – RGA/79/89/99 (<http://www.ine.pt>)

Em relação à proveniência do rendimento agrícola do agregado familiar, de notar pela tabela seguinte (Tabela V), o número de explorações com um rendimento exclusivo da exploração e com rendimento provenientes principalmente da exploração tem vindo a diminuir o que aliado ao facto na grande maioria das explorações, a proveniência do rendimento ter uma origem externa à exploração, e que esta tendência tem vindo a aumentar,

evidencia a perda de competitividade das explorações, obrigando os chefes de exploração a procurar outras formas de rendimento.

Tabela V. Proveniência do rendimento do agregado familiar

Proveniência	Nº de explorações 1989	Nº de explorações 1999	% total de explorações 89	% total de explorações 99
Exclusivamente da exploração	155	85	18%	15%
Principalmente da exploração	85	42	10%	8%
Principalmente de origem externa à exploração	607	427	72%	77%
Total	847	554	100%	100%

Fonte: INE – RGA/89/99 (<http://www.ine.pt>)

As principais actividades praticadas por produtores singulares, são: a construção, agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados e administração pública (Tabela VI). Este facto assume algum interesse, na medida em que a agricultura não é a actividade principal do produtor singular, o que sugere que este tem a necessidade de obter outras formas de rendimento, além da actividade agrícola. Mas, em contrapartida e comparativamente à principal actividade exercida, a construção, pode dizer-se que a agricultura se encontra bem posicionada, e assume algum destaque. Esta necessidade de obter outras formas de rendimento poderia levar os chefes de exploração, a procurar explorar actividades lucrativas não agrícolas dentro da sua exploração, mas como se pode observar pela Tabela VII, isto não acontece, pois no total das explorações agrícolas existentes, apenas uma exerce actividade lucrativa não agrícola (a transformação de produtos agrícolas alimentares certificados), o que se considera um número bastante baixo, devido ao elevado número de produtos de qualidade existentes, sendo a castanha de Marvão um produto certificado, e dada a elevada potencialidade de exploração de outras actividades lucrativas não agrícolas que existe nas explorações desta região.

Tabela VI. Actividade principal do produtor singular (1999), no concelho de Marvão

Actividade principal do produtor singular	Marvão 1999
Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	20
Silvicultura, exploração florestal e actividades dos serviços relacionados	3
Pesca, aquacultura e actividades dos serviços relacionados	–
A indústria alimentar das bebidas e do tabaco	6
Outras indústrias	10
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	–
Construção	32
Comércio por grosso e retalho	13
Alojamento e restauração	8
Administração pública	19
Educação	–
Saúde e acção social	–
Outras actividades remuneradas exteriores à exploração	10

Fonte: INE – RGA/99 (<http://www.ine.pt>)

Tabela VII. Explorações que têm actividades lucrativas não agrícolas no concelho de Marvão

Actividades lucrativas não agrícolas	Concelho de Marvão – 1999
Turismo rural e actividades directamente relacionadas	–
Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares	–
Transformação de produtos agrícolas alimentares certificados	1
Transformação de produtos agrícolas alimentares não certificados	–
Transformação de madeira	–
Aquacultura	–
Produção de energias renováveis	–
Aluguer de equipamentos	–
Outras formas de actividades lucrativas não agrícolas	–

Fonte: INE – RGA/99 (<http://www.ine.pt>)

A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) integra a terra arável limpa, áreas com culturas permanentes, superfície forrageira e horta. É visível, através da seguinte tabela (tabela VIII), que a nível do concelho, o número de explorações diminuiu do ano 1989 para 1999, mas a área e dimensão média das explorações aumentou, o que prova que há uma tendência clara para que as explorações apresentem uma maior extensão. O facto de as parcelas agrícolas naquela zona se encontrarem muito dispersas leva a que os agricultores queiram adquirir parcelas contíguas conduzindo a um melhor aproveitamento agrícola do total da superfície da exploração, ou então, houve um aumento de utilizações agrícolas em áreas anteriormente abandonadas.

Tabela VIII. Superfície Agrícola Utilizada (SAU), numero de explorações e área média por exploração no concelho de Marvão em 1989 e 1999.

Marvão	1989	1999
Número de explorações com SAU	783	558
Superfície Agrícola Utilizada	9286,41	10463,54
Área média por exploração	11,86	18,75

Fonte: INE – RGA/89/99 (<http://www.ine.pt>)

Apesar do aumento anteriormente referido, a Superfície Agrícola Não Utilizada (Tabela IX), sofreu um aumento no concelho, quer em área quer em número de explorações, acompanhado por uma redução da dimensão média da superfície não utilizada, ou seja, são relativamente pequenas as áreas que não sofrem qualquer uso. Este aumento da área agrícola não utilizada, indica que há um menor interesse e aproveitamento, por áreas que anteriormente estavam sujeitas a qualquer uso.

Tabela IX. Superfície Agrícola Não Utilizada, nº de explorações e área média por exploração, no concelho de Marvão

Concelho do Marvão	Superfície Agrícola Não Utilizada					
	1989			1999		
	Nº explorações	Área (ha)	Dimensão médias de superfície não utilizada (ha)	Nº explorações	Área (ha)	Dimensão médias de superfície não utilizada (ha)
	5	23,5	4,65	23	59,6	2,61

Fonte: INE – RGA/89/99 (<http://www.ine.pt>)

Os dados presentes na tabela seguinte (Tabela X) referem-se às dimensões das propriedades no concelho de Marvão, para os anos de 1979 e 1999. Assim, para os períodos considerados, verifica-se que existe um maior número de explorações cuja área varia de 2 a 5 ha e de 5 a 10 ha, mas que veio a diminuir ao longo de 20 anos. De notar também que diminuiu muito o número de explorações com menos que 1 hectare. Em contrapartida houve um aumento do número de explorações cuja área se situa entre 50 a 100 ha e mais que 100 ha evidenciando uma tendência para o aumento de explorações com maiores dimensões. De uma maneira geral, pode afirmar-se que a maioria das explorações no concelho de Marvão é relativamente pequena, na ordem dos 5 ha, no entanto verifica-se uma maior aposta em propriedades de maiores extensões, adquiridas pela compra de outras propriedades, explicando-se assim, a diminuição do número de explorações existentes e da sua área, em quase todas as gamas excepto nas de grandes dimensões (50-100 e mais que 100 hectares). Esta tendência para o aumento da área das explorações, pode ser explicada pela tentativa dos chefes de exploração de conseguir uma maior competitividade das suas explorações.

Tabela X. Dimensão da propriedade e número de explorações no concelho de Marvão em 1979 e 1999.

Concelho do Marvão	Anos			
	1979		1999	
	Nº explorações	Área agro-florestal (ha)	Nº explorações	SAU /ha
sem SAU	3	-	3	-
0-1 ha	132	71	39	24
1-2 ha	107	148	108	134
2-5 ha	170	653	126	396
5-10 ha	139	1 007	103	721
10-20 ha	100	1 413	73	1 014
20-50 ha	64	1 916	57	1 694
50-100 ha	22	1445	31	2 080
> 100 ha	8	2 791	21	4 404
<i>total</i>	<i>742</i>	<i>8 334</i>	<i>561</i>	<i>10 463</i>

Fonte: INE – RGA/79/99 (<http://www.ine.pt>)

De acordo com as duas figuras seguintes (Figura 5 e 6), verifica-se que existe um elevado número de pequenas explorações, mas que ocupam uma área reduzida. De salientar que 81% do número de explorações tem menos de 20 hectares e ocupam apenas 22% do total da área. O número de médias e grandes explorações é baixo, ocupando no entanto, uma elevada percentagem de área. De notar também que não chega a 1% o número de explorações com uma área superior a 500 hectares, que no entanto ocupam 10% da área total. Estes valores ajudam a compreender melhor a especificidade da agricultura do Marvão.

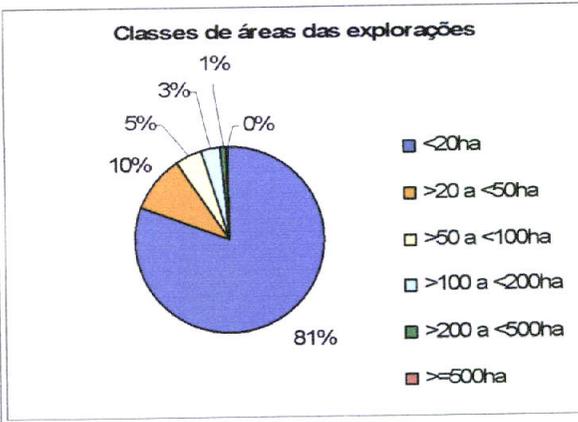
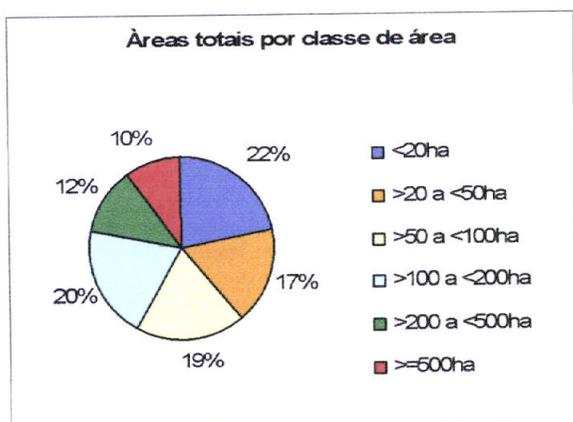


Figura 5. Classes de áreas das explorações do Marvão (Fonte: INE – RGA/99 (<http://www.ine.pt>))

Figura 6. Percentagem da área total por classes de área

De referir também, que em relação à natureza do produtor das 558 explorações, 540 são de produtores autónomos, 14 são de produtores empresários, apenas 1 sociedade de agricultura de grupo e 6 de outro tipo de sociedades evidenciando a falta de espírito associativista reinante na agricultura portuguesa.

De realçar também que em 1999, de 558 explorações, 84% das explorações não tem praticamente qualquer tipo de contabilidade agrícola. Apenas 10% das explorações tem o registo de todas as receitas e despesas, e apenas 6% têm as contabilidades agrícolas organizadas (balanço e conta de exploração). No entanto, como se pode ver fazendo uma análise comparativa das figuras 7 e 8, nos últimos anos, tem havido uma evolução na contabilidade das explorações.



Figura 7 e 8. Número de explorações com contabilidade por tipo de registo em 1989 e 1999 respectivamente (Fonte: INE – RGA/89/99 (<http://www.ine.pt>))

6.5.2 Nível de instrução do produtor Agrícola

Tabela XI. Nível de instrução do produtor singular nos anos 1989 e 1999, no concelho de Marvão.

Concelho de Marvão	Ano	
	1989	1999
Escolaridade		
Não sabe ler nem escrever	35,32	30,56%
9º ano de escolaridade	17,84	64,92
Ensino secundário, superior ou especial agrícola	0	4,52

Fonte: INE – RGA/89/99 (<http://www.ine.pt>)

Os níveis de educação dos produtores singulares no concelho de Marvão podem, de uma maneira geral, ser considerados baixos, já que em 1989, 35,32% dos produtores não sabiam ler nem escrever, 17,84% possuíam o 9º ano de escolaridade e 0% não frequentou o ensino secundário e superior geral ou especial agrícola. Já em 1999, a primeira classe de educação anteriormente considerada, sofreu uma diminuição, apresentando o valor de 30,56%, ao passo que com o 9º ano de escolaridade assistiu-se a um significativo aumento, agora com 64,92% dos produtores singulares a possuírem este nível de escolaridade. Para o mesmo ano, 4,52% frequentaram o ensino secundário e superior geral ou especial agrícola.

Os produtores agrícolas, apresentam no concelho do Marvão as mesmas características que os restantes concelhos da maioria da região Alentejo: Um baixo índice de escolaridade – 53% possui a 4ª classe e sabe ler e escrever; 31% não sabe ler nem escrever, sendo que este valor é dos mais elevados registados em toda a região Alentejo em termos percentuais.

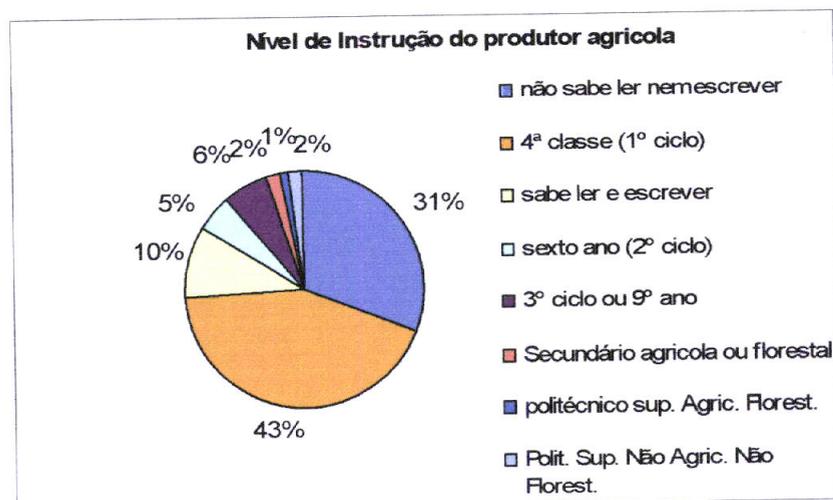


Figura 9. Nível de instrução do produtor agrícola do concelho de Marvão em 1999 (Fonte: INE – RGA/99 (<http://www.ine.pt>))

6.5.3 Formação profissional agrícola

Tabela XII. Nº de produtores com Formação profissional agrícola

Formação profissional agrícola	Número de produtores agrícolas
Exclusivamente prática	536
Curso F.P.c.d.(30-250h)	2
Curso F.P (>=400h)	9
Curso F.P. Longa duração	2
Completa	5

Fonte: INE – RGA/99 (<http://www.ine.pt>)

De referir que em relação à formação profissional agrícola dos 554 produtores existentes, 536 têm uma formação exclusivamente prática, 11 com cursos de pequena duração, 2 com cursos de longa duração e apenas 5 com formação profissional agrícola completa. Com estes níveis de formação tão baixos é necessário apostar mais na sua formação, e em simultâneo é necessário também um maior acompanhamento técnico no sentido de facilitar a vida ao produtor e ajudar a garantir a competitividade da sua exploração.

6.5.4 Estrutura etária

Tabela XIII. Idade do produtor singular nos anos 1989 e 1999, no Concelho de Marvão.

Idade do Produtor singular	Marvão	
	Anos	
	1989	1999
entre 15 e 24 anos	-	-
entre 25 e 34 anos	43	15
entre 35 e 44 anos	59	63
entre 45 e 54 anos	146	56
entre 55 e 64 anos	241	130
superior ou igual a 65 anos	356	288

Fonte: INE – RGA/89/99 (<http://www.ine.pt>)

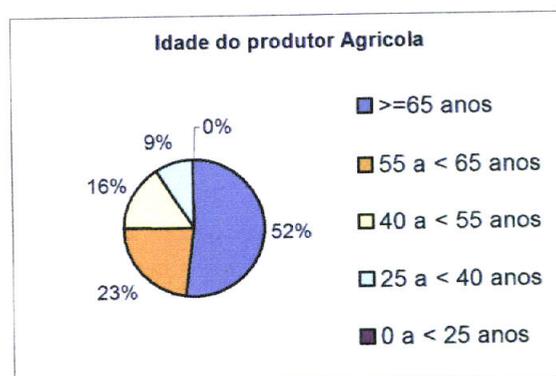


Figura 10. Idade do produtor agrícola no concelho de Marvão (Fonte: INE – RGA/99 (<http://www.ine.pt>))

Quanto às características relativas à idade do produtor singular, verifica-se, para um período de 10 anos, que o número de produtores singulares decresceu significativamente em todas as classes de idade, sendo exceção, o caso em que a idade se compreende entre os 35 e 44 anos, assistindo-se a um ligeiro aumento do número de produtores.

A Figura 10, mostra que a classe de idade dominante com mais de metade dos produtores agrícolas, é a que inclui idades superiores ou iguais a 65 anos. Verifica-se ainda que 75% tem mais de 55 anos, o que demonstra que a população se encontra envelhecida, não se evidenciando um interesse, por parte dos mais jovens em apostarem economicamente naquela região. São os mais velhos, que ainda mantêm vivo o desenvolvimento e crescimento económico, e que vão permanecendo na região. Também estes valores são dos mais elevados da região Alentejo, o que aliado às poucas habilitações

académicas dos produtores e às fracas aptidões dos solos faz deste concelho um dos mais pobres da região em termos agrícolas. O concelho, também apresenta um índice de envelhecimento entre os mais altos da região alentejana (306,3).

6.5.5 Distribuição do uso do solo do concelho do Marvão

Uso do Solo - Marvão

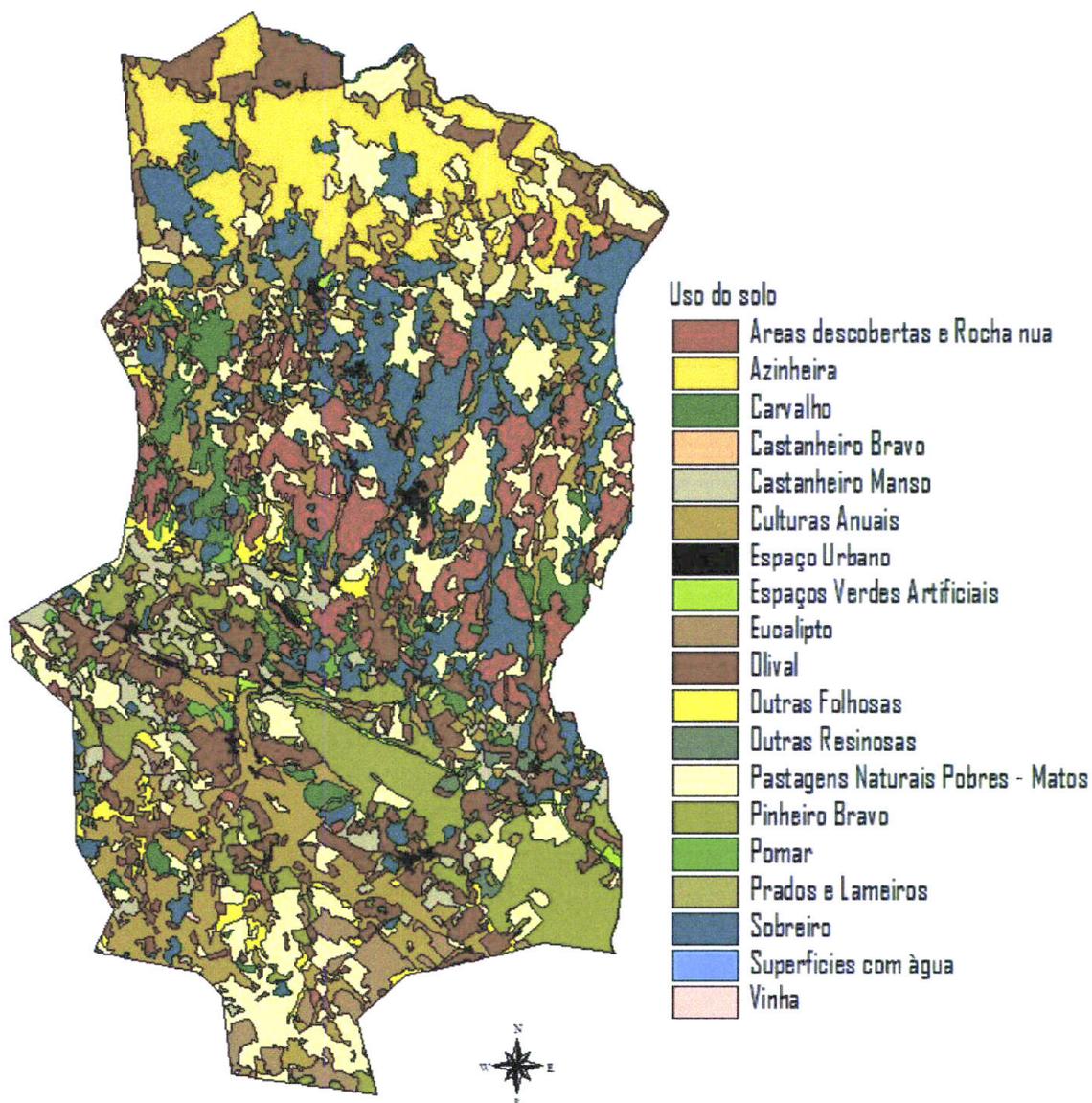


Figura 11. Uso do solo no concelho de Marvão (Fonte – SNIG – Cos90 -1990 (<http://snig.igeo.pt/>))

As diferentes freguesias do concelho, albergam uma variedade de práticas agrícolas. Pode dizer-se que a norte do concelho mais concretamente na freguesia da Beirã prefigura-se o Alentejo clássico, surge a grande propriedade, o predomínio do montado de sobro e azinho, a agricultura extensiva de sequeiro, assumindo a agro-pecuária um carácter mais expressivo. Esta zona, apresenta menores densidades populacionais, com pequenas aldeias, montes e quintas dispersos. A Sul nas freguesias de São Salvador da Aramenha e Santa Maria do Marvão predomina a pequena e média propriedade onde a densidade humana é maior, juntando-se a população em povoações – caso de Escusa, S. Salvador e Porto da Espada. Estas áreas, apresentam uma utilização diversificada do uso dos solos com a consequente compartimentação do espaço. Carvalhais e soutos, alternam com oliveiras, pinheiros e eucaliptos. O sequeiro alterna com a rega e os incultos surgem quando o terreno ganha declive. A freguesia de Santo António das Areias está numa zona de transição entre as duas freguesias do sul e a Beirã a norte, e apresenta características intermédias das freguesias acima referidas.

Em termos de área, a maior área do território do concelho é ocupado por pastagens naturais pobres – matos, que se distribuem de uma forma homogénea por todo o concelho e que correspondem a 3590 hectares. São normalmente áreas que se mantêm como pastagem, mas não cultivada. Esta elevada área ocupada, corresponde também uma grande parte a áreas com declives elevados e com altas densidades de afloramentos rochosos, o que impossibilita o seu aproveitamento para a agricultura, acabando por serem dominadas por matos e pequenos bosquetes (Van Doorn & Pinto-Correia, 2006). Para além disso, outro dos factores que pode contribuir para a área de pastagens naturais pobres – matos, é a diminuição da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), o que pressupõe uma extensificação ou abandono de áreas do território e consequente aumento da área de pastagens pobres e matos (Van Doorn & Pinto-Correia, 2006). A segunda classe de ocupação do solo é o olival que tem uma grande importância no tecido agrícola da região ocupando 3141,8 hectares e distribuindo-se homogeneamente por todo o concelho. As culturas anuais das quais se salientam as hortícolas, a batata e cereal perfazem um total de 2887 hectares. Estas têm grande importância na região e apresentam maior expressão nas freguesias do sul do concelho. As áreas de sobro e azinho como já foi referido anteriormente apresentam maior expressão no Norte do concelho, e juntas ocupam 3911 hectares, correspondendo também a uma grande fatia da área total do concelho de Marvão. A florestação de pinheiro e eucalipto, tem vindo a ganhar cada vez mais importância na região ocupando as duas juntas cerca de 4200 hectares, localizando-se essencialmente no sul do concelho nas áreas mais declivosas e encostas dos vales. O castanheiro manso ocupa cerca de 629,8 hectares e continua a ser de grande importância na região, e sobretudo no Sul do concelho. Finalmente de realçar também a importância dos carvalhais que ocupam 570 hectares, mas que têm vindo a estar cada vez mais ameaçados, e que se localizam dispersos em pequenos núcleos no centro do concelho.

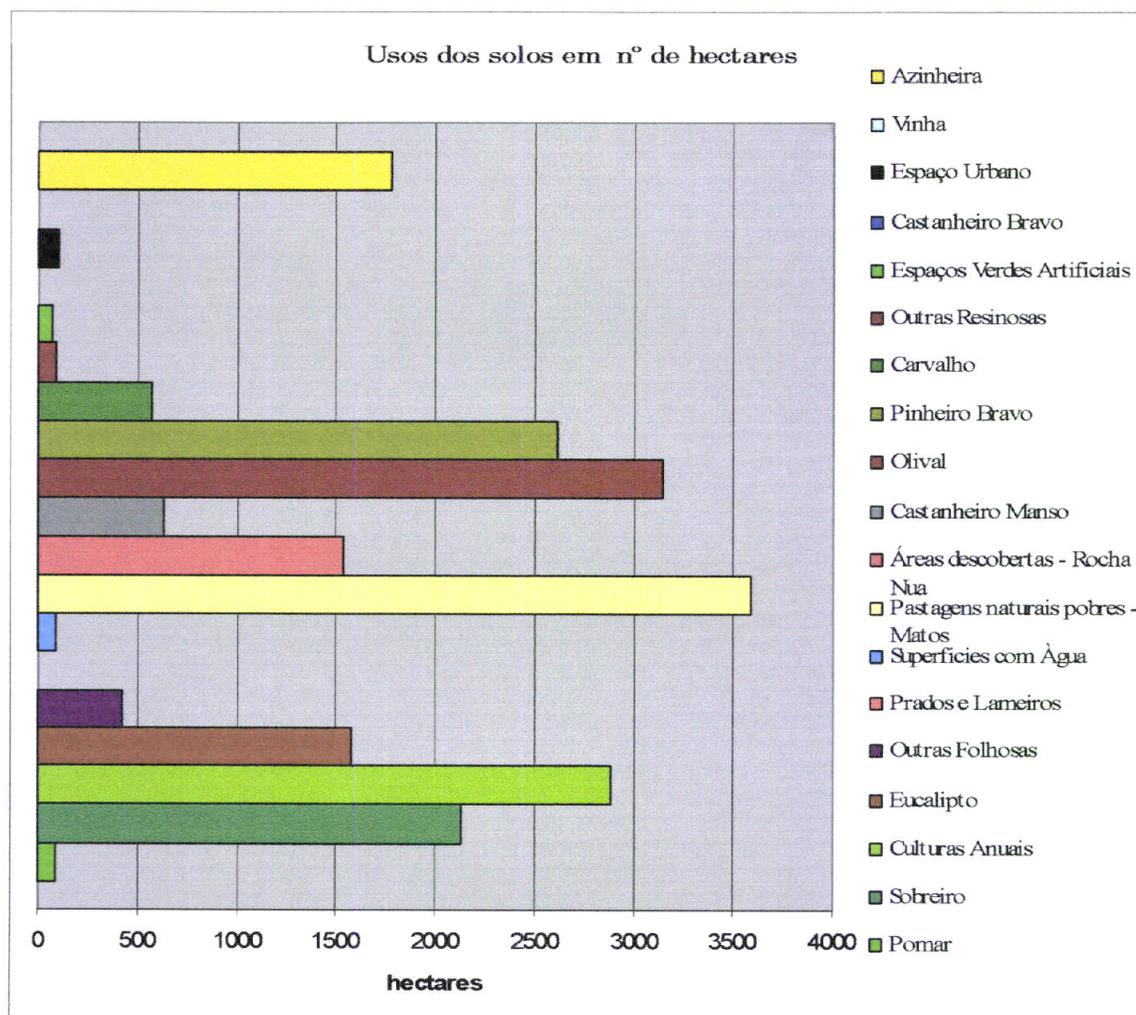


Figura 12. Usos dos solos em número de hectares do Concelho do Marvão (Fonte – SNIG (<http://snig.igeo.pt/>)).

A nível do concelho e analisando a tabela seguinte (Tabela XIV), verifica-se que existe uma dominância das explorações que possuem terra arável limpa (área que não está em sob-coberto e que se destina a culturas de sementeira anual ou a culturas que são ressemeadas com intervalos inferiores a cinco anos, e terras em pousio), culturas permanentes e horta familiar em cultura principal. No entanto estes usos sofreram uma diminuição quer em número de explorações quer em área, no período de dez anos considerado. Relativamente aos outros usos, verificou-se um aumento do número de explorações e conseqüente aumento da área ocupada, principalmente das matas e florestas sem culturas sob-coberto e pastagens permanentes em terra limpa, o que pode induzir o facto de que há um maior desinteresse do aproveitamento das matas e florestas para fins agrícolas, e uma maior aposta nas pastagens que estará relacionado com o aumento de cabeças de gado de ovinos e caprinos, como poderá vir a ser constatado no capítulo 6.5.7. – Pecuária.

Tabela XIV. Usos do solo, nº de explorações para cada uso, e respectiva área no Concelho de Marvão, para os anos de 1989 e 1999

Usos do solo		1989	1999
Matas e florestas sem culturas sob-coberto	Nº explorações	38	118
	Área (ha)	49937	116408
Outras formas de utilização das terras	Nº explorações	-	477
	Área (ha)	-	144,04
Total de culturas sob-coberto de matas e florestas	Nº explorações	137	188
	Área (ha)	238300	388529
Terra arável limpa	Nº explorações	546	337
	Área (ha)	2055,45	1258
Pastagens permanentes em terra limpa	Nº explorações	188	254
	Área (ha)	2513,80	3141,15
Total de culturas permanentes	Nº explorações	507	456
	Área (ha)	2334,16	2179,10
Horta familiar em cultura principal	Nº explorações	414	203
	Área (ha)	126,45	22,02
Superfície com rega	Nº explorações	-	226
	Superfície irrigável	-	684,44

Fonte: INE – RGA/89/99 (<http://www.ine.pt>)

6.5.6 Caracterização das culturas praticadas

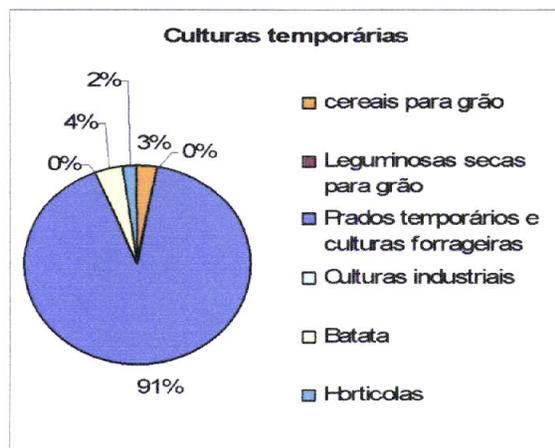


Figura 13. Percentagem de culturas temporárias (Fonte: INE – RGA/99 (<http://www.ine.pt>))

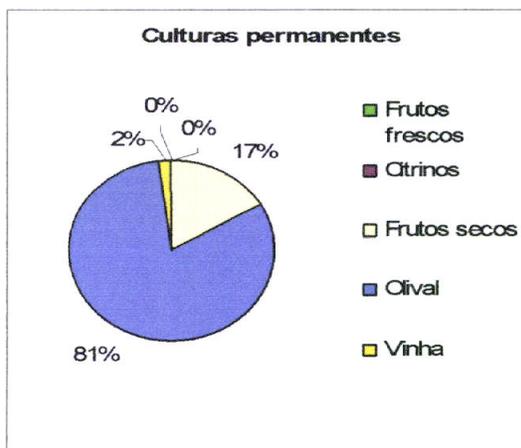


Figura 14. Percentagem de culturas permanentes.

As principais culturas temporárias são os prados e culturas forrageiras com 91%, a batata com 4%, os cereais de Outono/Inverno (Trigo, tritica, cevada e aveia) em regime de sequeiro, que representam 3% do total de terras aráveis, seguidos das culturas hortícolas com 2%. A fraca aptidão dos solos justifica a existência de sistemas de produção, cujo principal objectivo é a alimentação dos efectivos pecuários. Não se registam áreas ocupadas com leguminosas secas para grão, nem culturas industriais.

O olival é a cultura permanente predominante neste concelho, embora venha a registar uma importância decrescente. A área ocupada em 1999 é inferior à ocupada em 89. Tem-se registado nos últimos anos uma intensificação da área de olival através do adensamento dos olivais

existentes. A área de regadio no olival é ainda diminuta, e a mecanização da apanha de modo a aumentar a produção e diminuir os custos tem também ainda pouca expressão. Alguns agricultores chegam mesmo a deixar a azeitona nas oliveiras porque gastos que têm não compensam os ganhos. Todos os restantes frutos frescos e citrinos, sobretudo os primeiros, registaram uma diminuição nas áreas ocupadas. Regista-se um ligeiro aumento da vinha ocupando 2% da área. Tem no entanto alguma expressão neste concelho, os frutos secos, sobretudo a castanha. Foi criada a designação DOP (Denominação de Origem Protegida) para a designada "Castanha do Marvão" das variedades Bária e Clarinha. Este facto, fomentou a manutenção de áreas de castanha que vinham a diminuir e inclusive o aumento da área através de novas plantações.

6.5.7 Pecuária

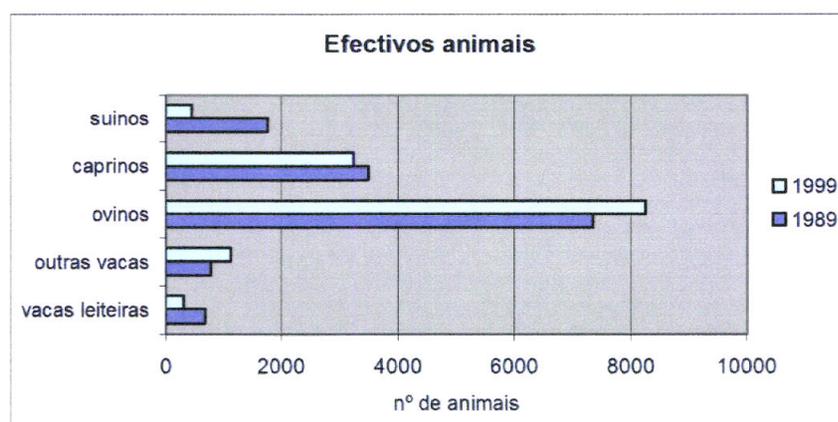


Figura 15. Nº de efectivos pecuários existentes no Marvão em 1989 e 1999 (Fonte: INE – RGA/89/99 (<http://www.ine.pt>))

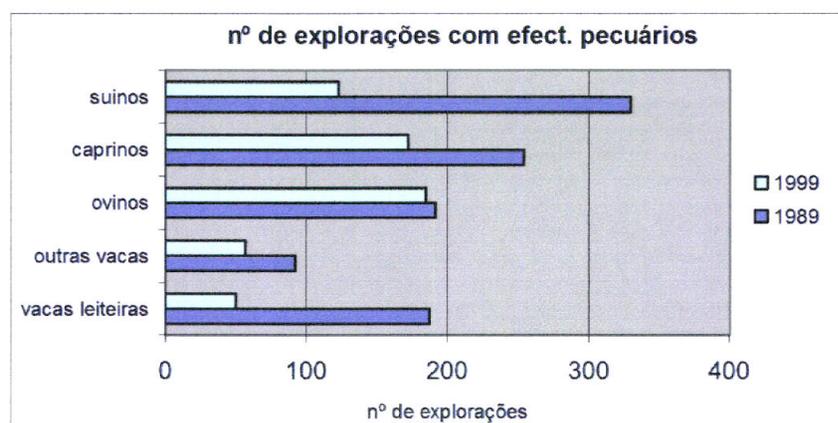


Figura 16. Nº de explorações com efectivos pecuários no Marvão em 1989 e 1999 (Fonte: INE – RGA/89/99 (<http://www.ine.pt>))

A pecuária é predominantemente extensiva, e tem também um contributo importante para o PAB (Produto Agrícola Bruto) da região. A pecuária assume alguma importância particularmente ao nível da venda de carne e/ou leite, e também para consumo próprio, havendo algumas explorações dirigidas apenas para a actividade pecuária, complementando-se com a produção de forragens para alimentação do gado. São os ovinos e os

caprinos as espécies com maior relevo, seguida dos bovinos – outras vacas. Em todas as espécies, verifica-se uma diminuição do número de explorações com efectivos pecuários. Em simultâneo regista-se um aumento do número de efectivos animais, apenas no caso dos ovinos e das outras vacas. As outras vacas subiram de 782 animais para cerca de 1121. Os ovinos subiram de 7356 para 8252 efectivos. Nestas espécies, a diminuição do número de explorações e o aumento de efectivos, evidencia que a produção pecuária foi alvo de intensificação.

6.6 Aplicação de subsídios na agricultura do concelho de Marvão

Tabela XV. Tipo de subsídios e nº de explorações que os receberam em 1999

Subsídios atribuídos	Número explorações	% Total das explorações
Agro-Ambientais	83	15%
Inde. Compensatórias	38	7%
Gasóleo agrícola	73	13%
Subsídios à produção		
Azeite	329	59%
Culturas Arvenses e/ou Arroz	35	6%
Forragens secas	2	0%
Bovinos machos	31	6%
Vacas Aleitantes	51	9%
Ovinos Caprinos	160	29%
Total de explorações com SAU	558	
Total de subsídios recebidos	802	

Fonte: INE – RGA/99 (<http://www.ine.pt>)

De referir que 59% do total de explorações recebeu subsídios de ajuda à produção de azeite, evidenciando o grande peso que têm as culturas de olival nesta região. Da mesma forma 29% recebeu ajudas referentes ao “prémio por ovelha e cabra”, evidenciando da mesma forma os efectivos animais com maior peso na região. Actualmente, estando em vigor já o sistema de pagamentos desligados da produção, no seguimento da Reforma Intermédia da CAP de 2003, a situação é certamente diferente, com outros impactes em termos de produção e de uso do solo. De qualquer maneira infelizmente, não foi possível obter dados mais actualizados do que os de 1999.

Em relação às Agro-Ambientais, 83 explorações recebiam este tipo de subsídios o que significa 15% do total. De referir que estes dados são referentes a 1999.

6.6.1 Medidas Agro-Ambientais aplicadas no concelho de Marvão

Na tabela seguinte está indicado para o concelho de Marvão o número de beneficiários inscritos e a área inscrita para cada medida Agro-Ambiental da Campanha 2005.

Tabela XVI. Número de beneficiários inscritos, área inscrita e nº de efectivos pecuários inscritos para cada medida Agro-Ambiental da campanha 2005 para o concelho de Marvão

Código medida	Descrição – Medida	Nº beneficiários inscritos	Área inscrita (Hectares)
010	Sistemas Arvenses de Sequeiro	1	10,0
012	Protecção Integrada	10	37,0
013	Produção Integrada	1	0,6
014	Agricultura Biológica	4	712,7
018	Sistemas Forrageiros Extensivos	2	33,8
032	Montados de Azinho e Carvalho Negral	2	44,4
034	Olival Tradicional	33	217,5
035	Pomares Tradicionais	11	42,1
041	Preservação de Bosquetes ou Maciços Arbustivos/Arbóreos com Interesse Ecológico/Paisagístico	1	3,5
	Total	65	1101,6

Código Medida	Descrição_Medida	Espécie	Nº beneficiários Inscritos	Animais Inscritos – Modo Produção Biológico
014	Agricultura Biológica	Bovinos	1	223
014	Agricultura Biológica	Ovinos	2	713
	Total		3	936

Fonte: IFADAP/INGA - 2006

Podemos então verificar comparando com os dados referentes a 1999 em que havia 83 beneficiários inscritos nas Agro-Ambientais o que corresponde a 15% do total de explorações, e que esse número baixou em 2005 para 68, 12% do total. Portanto, está a registar-se uma diminuição no número de candidaturas às medidas Agro-Ambientais o que nos indica um certo desinteresse e insucesso.

De notar também que a maior área sobre medidas Agro-Ambientais no Marvão é referente à Agricultura Biológica embora ainda seja pequeno o número de pessoas que adiram a esta medida.

Note-se que grande parte das medidas com maiores candidaturas não introduzem grandes alterações nos sistemas produtivos relativamente àqueles que já existiam e eram adoptados pelos agricultores da região.

7 Resultados dos Inquéritos

Foram realizados 38 inquéritos no total, tendo sido feitos 30 a agricultores e 8 a técnicos.

Tal como apresentado no Capítulo 2, referente à metodologia, os inquéritos são compostos por sete grupos de perguntas: 1 – Caracterização do inquirido, 2 – caracterização da propriedade (só para agricultores), 3 – opinião face a multifuncionalidade, 4 – Usos e gestão, 5 – relação com fronteira e Parque Natural, 6 – Futuro e 7 – Agro-Ambientais (Anexo 1). De seguida são apresentados os resultados da análise aos inquéritos. Primeiro é apresentado o resultado para os chefes de exploração (Capítulo 7.1) e de seguida para os técnicos (Capítulo 7.2).

7.1 Chefes de exploração – Agricultores

7.1.1 Caracterização do Inquirido

Nº de inquiridos – 30

Femininos – 9

Masculinos – 22

Tabela XVII. Idade dos chefes de exploração inquiridos

25 - 35	35-45	45-55	55-65	65-75	75+
3	4	4	5	8	4

Não responderam 2 chefes de exploração

Tabela XVIII. Escolaridade dos chefes de exploração inquiridos

Analfabeto	Alfabeto	4ª Classe	9º Ano	12º	Ensino superior
3	2	11	8	3	2

Não respondeu 1 chefe de exploração

Actividade agrícola

Principal: 23

Secundária: 7

Residência

Na propriedade – 15

No concelho – 10

Fora do concelho – 3

Tabela XIX. Distribuição das explorações dos chefes de exploração inquiridos por freguesia

Freguesia do Concelho do Marvão	Nº de inquiridos	%
Beirã	2	6,67
Santa Maria de Marvão	4	13,33
Santo António das Areias	9	30
São Salvador da Aramenha	15	50
Total	30	100,00

Na realização dos inquéritos aos chefes de exploração, procurou-se que a amostragem efectuada correspondesse o mais possível à forma como os chefes de exploração / agricultores se distribuía no Concelho do Marvão,

quer a nível de freguesia, grau de escolaridade, sexo e tamanho das explorações. Assim, em relação à caracterização dos inquiridos, esta é em tudo semelhante à realidade da maioria dos agricultores do concelho para as categorias acima enunciadas.

Em relação à distribuição nas freguesias, 50 % dos inquiridos tem explorações na freguesia de São Salvador da Aramenha, evidenciando o alto grau de compartimentação das propriedades nesta freguesia, com muitas propriedades de pequena dimensão. Em contrapartida, apenas 6,67% dos inquiridos tem explorações na freguesia da Beirã, em que a maioria são propriedades com dimensões acima dos 100 hectares, pois tal como foi explicado anteriormente na caracterização do concelho do Marvão, esta freguesia é aquela que apresenta, uma maior zona de planície, permitindo a existência de maiores propriedades quando comparadas com as restantes freguesias. Quanto à habitação dos chefes de exploração inquiridos, 50% reside na sua propriedade, e apenas 2 (3,3%) vivem fora do concelho.

A maioria dos inquiridos apresenta um baixo nível de formação, 53, 3 % com a 4ª classe ou inferior, e 80% tendo como grau de escolaridade, o nono ano ou inferior. Apenas 16,7 % tem o 12º ano ou superior evidenciando a falta de formação existente no sector agrícola da região.

Tal como para toda a região, na realização dos inquéritos constatou-se que a maioria dos inquiridos apresenta idade avançada (40% a ter mais de 65 anos). De referir também a dificuldade em encontrar jovens agricultores para inquirir, no entanto quando se inquiriam, verificava-se um maior grau de dinamismo e aceitação de risco entre estes.

Em relação à representação dos sexos, o sexo masculino é muito mais representado com 73,3 % dos inquiridos.

Dos chefes de exploração inquiridos, 76, 7 % tem a agricultura como actividade principal, o que é uma realidade diferente da encontrada para o concelho do Marvão, onde 20% dos agricultores têm a agricultura como actividade principal. Esta discrepância de valores pode dever-se ao facto de aquando da realização dos inquéritos se ter procurado encontrar grande parte dos inquiridos nas suas propriedades, encontrando com maior frequência aqueles que se dedicam exclusivamente às suas explorações.

7.1.2 Caracterização das explorações

■ Dimensão das explorações

Tabela XX. Número de inquiridos e percentagem conforme SAU

Classe SAU por exploração	Nº de inquiridos	%
Sem SAU	–	0
0-5 ha SAU	8	26,7
5-20 ha SAU	10	33,3
20 – 100 ha SAU	6	20
100 +	6	20
Total	30	100

Tal como foi referenciado na caracterização do concelho do Marvão, nos inquéritos a maioria dos inquiridos apresentavam propriedades de pequena dimensão, com mais de 50% a terem propriedades inferiores a 20 hectares, e ainda 26,7 a apresentarem propriedades inferiores a 5 hectares. De referir ainda que muitas vezes as explorações estão dispersas por diversas parcelas agrícolas espalhadas por diversos locais no concelho, constituindo um impedimento ao desenvolvimento da agricultura.

■ Principais produtos produzidos

Tabela XXI. Principais produtos das explorações dos chefes de exploração inquiridos

Principal produto da exploração	Nº de inquiridos
Carne Bovino	9
Azeite	4
Azeitonas	4
Uva	4
Consumo Próprio (Horta familiar)	3
Leite (Vacas)	3
Ovelhas	2
Castanha	2
Fruta	1
Batata	1
Cortiça	1
Cabras	1
Aveia para venda para gado	1
Projecto Life	1
Não respondeu	4

Quando nos referimos ao principal produto produzido dever-se-á notar que este significa o que traz um maior rendimento ao chefe de exploração. Importa também referir que algumas explorações têm mais que um produto principal. Os produtos relacionados com a pecuária e o olival dominam, evidenciado a grande importância destes dois sectores na região. De notar também que a vinha, que tem vindo a aumentar a sua preponderância, também surge aqui com um dos produtos que maiores rendimentos traz às explorações que o exploram. A produção hortícola é praticada por todos os inquiridos, sendo que para alguns este é o seu principal produto, pois praticam uma agricultura familiar de subsistência com a maioria dos produtos produzidos a se destinarem apenas ao consumo próprio. Apenas um dos agricultores obtém, grande parte do seu rendimento, através da venda da batata.

Os produtos produzidos pelos agricultores, como a azeitona, azeite, carne, uva ou a castanha são vendidas no mercado nacional e na sua maioria através de intermediários. A uva tem como destino a Adega Cooperativa de Portalegre, enquanto a castanha o seu destino é na sua maioria a Cooperativa Agrícola de Porto da Espada.

■ Número de culturas por exploração

Tabela XXII. Numero de culturas por cada exploração dos chefes de exploração inquiridos

Nº de culturas por cada exploração	Nº de inquiridos
1	2
2	6
3	10
4	6
5	3
6	3

■ Tipo de uso existentes nas explorações.

Tabela XXIII. Tipo de uso do solo das explorações dos chefes de exploração inquiridos em número de hectares

Tipos de uso		Nº de inquiridos	Nº de hectares	Total de hectares	
Montado	Sem uso sobcoberto	9	240,9	788,9	
	Com pastagens	4	548		
Castiçal	Sem uso sobcoberto	8	50,25	83,25	
	Com pastagens	3	20		
	Com culturas	2	13		
Olival	Sem uso sobcoberto	4	14	422,5	
	Com pastagens	16	383,5		
	Com culturas	6	25		
Área agrícola aberta	Pastagens	9	357,4	406,4	
	Culturas	Horta	4		4,3
		Sequeiro	5		36,7
		Regadio	2		8
Vinha		7	19	19	
Pomar	Cerejeiras	1	0,5	1,2	
	Nogueiras	1	0,7		
Floresta	Eucalipto	2	23	123,5	
	Pinheiro	7	100,5		
Matos		4	51	51	

■ Tipo e efectivos pecuários

Tabela XXIV. Número de cabeças de gado dos diferentes tipos de efectivos pecuários, por exploração dos chefes de exploração inquiridos

Pecuária	Nº de inquiridos	Nº de Cabeças
Bovino	9	480
Ovino	15	1625
Caprino	9	255
Porco preto	2	25
Suíno	4	4
Burros/mulas	2	2

Mediante as tabelas XXII, XXIII e XXIV, verifica-se que, a área em estudo é caracterizada por ser um mosaico policultural, onde se praticam diversos tipos de agricultura com diferentes usos e ocupações. No entanto, a maior parte da área dos inquiridos é ocupada por montados e olival, com uso sob-coberto para pastagens e área agrícola aberta de pastagens e forragem, evidenciando um uso, cujo principal objectivo é a alimentação dos efectivos pecuários. As culturas de sequeiro assumem alguma expressão e são

essencialmente utilizadas para a produção de alimentação para o gado. O olival encontra-se em duas situações distintas: uma em que muitas vezes é alvo de abandono devido ao facto de a mão-de-obra ser cara, e os lucros obtidos não compensarem os gastos; noutra verifica-se um melhoramento e plantação de novas áreas. O castanheiro encontra-se na mesma situação, com alguns soutos abandonados e em degradação devido às mortes causadas pela doença da tinta e pela idade avançada de alguns exemplares, e ainda devido à falta de competitividade com a castanha vinda de Espanha. No entanto pelo facto de a castanha de Marvão ter Denominação de Origem Protegida, também se verifica por parte de alguns chefes de exploração a aposta na plantação de novas áreas de castanheiros. Quanto às culturas anuais, as hortícolas são praticadas por quase todos os inquiridos, sendo como já foi referido anteriormente, a maioria essencialmente para consumo próprio. Verifica-se também entre os inquiridos, que a área de pinheiro tem também alguma relevância, no entanto devido aos incêndios ocorridos em 2003, muitas destas áreas de pinheiro, foram afectadas, verificando-se que não existe uma pretensão em fazer novas plantações com receio de novos incêndios, o que conduz a uma falta de gestão silvícola, o que pode levar ao desenvolvimento de matos e a uma maior propensão para a ocorrência de novos fogos.

Em geral, todos os inquiridos praticam pecuária, tanto para consumo próprio, como para venda de carne ou leite. Para alguns inquiridos esta é a sua principal fonte de rendimento. Tal como para foi verificado no Capítulo 6.5.7 – Pecuária na Caracterização do concelho do Marvão, verifica-se também entre os inquiridos que os efectivos com maior peso são os ovinos, bovinos e caprinos.

De seguida apresentam-se os resultados dos inquéritos para os chefes de exploração, quanto a algumas questões sobre as funções do espaço rural, o turismo, o património, o papel da fronteira, etc.

7.1.3 Usos e gestão

- Para além da produção, que outros usos não produtivos se praticam? Na gestão da sua propriedade considera as funções acima e estes usos?

Tabela XXV. Usos não produtivos que se praticam na região e nas propriedades de cada inquirido

Usos não produtivos		Na região	Na propriedade
	Caça	22	19
	Apicultura	10	3
Turismo e recreio	Habitação (estadia: TER, turismo aldeia e agro-turismo)	17	-
	Percursos (passeios pedestres e BTT)	23	4
	Piqueniques	7	-
	Recolha de cogumelos	25	21
	Plantas aromáticas, culinárias e medicinais	20	12

A grande maioria dos usos praticados na região para além da produção agrícola são: os percursos pedestres, a caça, o turismo rural e a recolha de cogumelos. A apicultura, a recolha de plantas aromáticas, culinárias e medicinais e os piqueniques são outros usos praticados. Nas

propriedades dos inquiridos, a caça e a recolha de cogumelos são os usos mais praticados, seguidamente da recolha de plantas aromáticas, culinárias e medicinais, dos percursos pedestres e apicultura. De qualquer maneira apesar de terem estes usos na sua propriedade, 82,6% dos agricultores inquiridos que responderam a esta questão não têm em conta estes usos na gestão da sua propriedade. Os restantes 17,4% fazem uma gestão da sua exploração tendo em conta estes usos, sendo que estes referem-se principalmente à apicultura, cogumelos e caça. São portanto muito poucos os agricultores, que fazem uma gestão da sua exploração no sentido de obter outros rendimentos para além dos produtos derivados da actividade agrícola. De notar também que os inquiridos referiram diversas vezes que são os espanhóis a tirarem proveito destes diferentes usos e funções, quer com a apicultura, quer na apanha de plantas aromáticas, medicinais e cogumelos.

7.1.4 Opinião face a multifuncionalidade

- Para além da produção, quais as outras funções no espaço rural acha importantes?

Tabela XXVI. Outras funções para além da produção enunciadas para o espaço rural pelos chefes de exploração inquiridos

Outras funções para além da produtiva	Nº de inquiridos
Turismo	12
Caça	6
O valor estético	4
Conservação da natureza	1
Industria (transformação de produtos)	2
Não sabe ou não respondeu	4
Não tem mais usos	1
Outras	4

- Enuncie as três funções mais importantes por ordem de importância para a propriedade / São Mamede / Marvão.

Tabela XXVII. Três funções mais importantes para além da produtiva, enunciadas por ordem de importância para os vários chefes de exploração inquiridos

Nº de inquiridos			Funções
1º	2º	3º	
3	4	7	Conservação da Natureza (espécies, habitats...)
9	7	4	Preservação da qualidade ambiental (águas, ar, solo...)
3	4	4	Recreio e turismo
0	6	3	Caça
7	1	2	Preservação da identidade (carácter da paisagem, história e memória)
5	4	4	Preservação do património paisagístico, arquitectónico e arqueológico

De acordo com a Tabela XXVI, a grande maioria dos chefes de exploração refere o turismo e a caça como as funções mais importantes para além da produção agrícola. O valor estético é também referenciado como uma função importante para além da produtiva. Foi pedido a cada inquirido para enumerar num conjunto de funções e usos (Tabela XXVII), quais as consideradas mais importantes. Neste caso, os inquiridos qualificaram a preservação da qualidade ambiental e preservação da identidade seguida da preservação do património, como as mais importantes no espaço rural. Dois inquiridos indicaram apenas uma opção e um não respondeu.

- Considera a paisagem como um recurso importante para o turismo nesta área?

Dos 30 agricultores 27 (90%) responderam afirmativamente, considerando a paisagem um importante recurso para o turismo, dois não responderam, e um respondeu de forma neutra.

- Considera o património arquitectónico e arqueológico como um recurso importante para o turismo nesta área?

Dos 30 agricultores questionados sobre esta pergunta, verificou-se que 26 (86,7%) consideram o património arquitectónico e arqueológico como parte integrante da paisagem e importante para o turismo da zona. Apenas um (3,3%) considerou o património arquitectónico e arqueológico como não fazendo parte integrante da paisagem. Não responderam a esta pergunta 3 inquiridos (10%).

7.1.5 Opinião sobre a fronteira e sua abertura em 1986

- A proximidade da fronteira influencia de alguma forma a agricultura da zona? Como obstáculo ou suporte de desenvolvimento?

Existe um certo equilíbrio entre os aspectos negativos e positivos, pois a maioria dos inquiridos vêem a abertura das fronteiras como um factor que causou alguns obstáculos mas também alguns benefícios. Verifica-se que os inquiridos consideram a proximidade da fronteira e a sua abertura como um obstáculo ou como suporte ao desenvolvimento conforme, o inquirido se coloque no papel de agricultor ou no de consumidor comum. Entre os aspectos positivos mais realçados encontra-se a compra de produtos mais baratos em Espanha (combustíveis, rações, produtos alimentares, etc.), a facilitação na deslocação ao país vizinho e desaparecimento do controlo de produtos na fronteira. Estas opiniões são vantagens apenas para o consumidor comum, pois para o agricultor a situação é totalmente diferente, para os quais o aspecto negativo com mais relevância é a entrada de produtos mais baratos com os quais não conseguem competir. Este testemunho dos inquiridos revela uma fuga de capitais para Espanha, o que conduz a um empobrecimento e a um obstáculo ao desenvolvimento da região.

Opiniões referidas mais relevantes:

Opiniões Positivas

- Compra de produtos mais baratos em Espanha (gasolina e gasóleo mais barato, literatura especializada de produção de frutos, produtos alimentares específicos, aveia, farinhas alimentares)
- Lagares e matadouros espanhóis mais perto
- Subsídios mais elevado nos lagares espanhóis
- Fácil circulação de bens e pessoas
- Feiras espanholas
- Aprendizagem com a boa gestão agrícola espanhola

Opiniões Negativas

- Comercio (invasão de produtos mais baratos)
- Contrabando (muita gente conseguia ganhar dinheiro)
- Compra de terrenos por parte dos espanhóis
- Falta de escoamento de produtos para Espanha
- Falta de diálogo e troca de experiências
- Falta de mecanismos de defesa contra invasão de produtos

7.1.6 Opinião sobre o PNSSM

- No desenvolvimento deste espaço rural vê o PNSSM como facilitador ou obstáculo?
- A existência do PNSSM influencia de alguma forma a gestão da sua propriedade?

A visão dos agricultores em relação ao PNSSM é na sua grande maioria negativa, com 83,3% (25) dos agricultores vendo a acção do PNSSM como negativa. Apenas 10% (3) vêem aspectos positivos nas suas acções. Mas é de realçar que destes 83,3% de agricultores que vêem aspectos negativos no PNSSM, apenas 28% (7) sofreu directamente das suas acções, todos os outros têm a sua opinião baseada no que outros agricultores amigos lhes dizem. Não responderam a esta questão 6,67% (2).

A visão negativa entre os agricultores relativa ao PNSSM, deriva de uma falta de comunicação, e que é praticamente inexistente desde a criação do parque. Existe também uma falta de compreensão e revolta por parte dos agricultores relativo a certas imposições do parque, que são por sua vez também causa de uma falha de comunicação e explicação dessas imposições aos agricultores, tais como o corte de matos, realização de obras nas suas explorações, preservação de bosquetes, e outras limitações a actividades agrícolas. Esta revolta entre os agricultores, está associada ao facto de estes se considerarem os criadores da paisagem existente no PNSSM e portanto não entenderem como pode depois esta entidade (PNSSM) vir impor uma série de restrições.

Aspectos referidos mais relevantes:

Negativos

- Dificuldade no licenciamento de algumas construções
- Não deixam limpar terrenos – cortar matos e silvados
- Reintroduções de espécies nocivas às suas culturas
- Falta de aproximação e ajuda às populações
- Demasiados poderes para o PNSSM
- Obstáculo na caça
- Falta de reembolso pelos danos causados pelas reintroduções de espécies
- Má gestão para prevenção dos fogos
- Falta de ajuda no escoamento dos produtos
- Limitações de actividades e muitas exigências

Positivos

- Valorização dos terrenos e casas
- Vigilância dos fogos
- Projecto Life – subsidio e PNSSM faz gestão de carvalhal

7.1.7 Tendências e perspectivas de evolução da paisagem e da agricultura

- Qual a evolução da paisagem rural neste concelho e perspectivas para este espaço rural nos próximos dez anos?

Em relação ao futuro o cenário geral é bastante negativo, pois 76,7% (23) considera que no futuro a paisagem e agricultura tenderá a piorar. Apenas 16,7% (5) dos agricultores pensa que a paisagem e agricultura se manterá ou melhorará, principalmente se mantiverem os subsídios ou houver novos tipos de incentivos principalmente para jovens agricultores. Os

restantes 6,6% (2) não responderam. Este pessimismo entre os inquiridos resulta principalmente do facto destes afirmarem que à medida que os agricultores mais idosos deixarem a actividade, as suas terras irão ficar abandonadas pois não se perspectiva que alguém queira continuar a actividade nas suas explorações, uma vez que a agricultura está a perder a competitividade e não trás rentabilidade. As visões mais positivas encontram-se entre os agricultores mais jovens que consideram que poderão no futuro surgir novas oportunidades, quer através da anexação de novas parcelas deixadas pelos mais idosos, garantindo um maior nível de produção, quer com a ajuda de subsídios, e um maior incentivo a jovens agricultores e com maior protecção do governo.

Evoluções negativas:

- Um cenário ardido
- Agricultura em decadência
- Abandono dos terrenos
- Falta de incentivos
- Crescimento das espécies espontâneas devido ao abandono
- Falta de promoção dos produtos e do turismo e consequentemente toda a estrutura produtiva destruída
- Envelhecimento e falta de incentivos a jovens agricultores

Evoluções positivas:

- Com uma boa gestão podemos ter uma paisagem melhor
- Agrupamento de propriedades para terem propriedades maiores e poderem evoluir economicamente
- Já bateu no fundo e portanto a tendência será melhorar

- Se for Marvão nomeado a património mundial mudaria algo no seu território envolvente?

Em relação à candidatura do Marvão a Património Mundial apenas 23,3% (7) dos inquiridos considera que esta nomeação poderá trazer benefícios às populações do território envolvente, principalmente se o aumento de fluxo turístico derivado da candidatura, atingir as zonas envolventes ao Marvão e se conseguir conciliar isso com a agricultura. Dos inquiridos 6,7% (2) considera que a nomeação irá trazer prejuízos pois os preços tenderão a subir, principalmente a nível do preço dos terrenos, casas e comércio. Para 10% (3) dos inquiridos, a nomeação a património mundial não trará nem benefícios nem prejuízos. Finalmente, os restantes 53,3% (16) responderam que os benefícios se fariam sentir apenas no turismo e principalmente na vila. Não sabe ou não responderam 6,7% (2).

- Ou podia influenciar a paisagem do Marvão a sua candidatura?

A maioria dos inquiridos (83,33 % (25)) considera que a paisagem envolvente ao Marvão tem influência na sua candidatura. Para 3,33% (1) a paisagem envolvente não tem qualquer influência na candidatura. Não responderam ou não sabem 13,33 % (4).

7.1.8 Subsídios e Medidas Agro-Ambientais

- Recebe (recebeu) algum tipo de apoio relativo às medidas Agro-Ambientais ou outras?

Dos agricultores inquiridos 12 (40%) receberam apoio relativo às Medidas Agro-Ambientais e os restantes 18 (60%) não receberam nenhum subsídio Agro-Ambientais.

Tabela XXVIII. Medidas e subsídios a que os inquiridos se poderiam candidatar e nº de inquiridos por cada medida ou ajuda

Medidas Agro-Ambientais		Nº de Inquiridos
GRUPO I – Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água	Protecção integrada	6
	Produção Integrada	-
	Agricultura Biológica	1
	Sementeira Directa e ou Mobilização na Zona ou na Linha	-
	Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes	-
	Sistemas Forrageiros Extensivos	1
	Redução da Lixiviação de Agro-Químicos para os Aquíferos	-
	Sistemas Arvenses de Sequeiro	-
	GRUPO II – Preservação da Paisagem e das Características Tradicionais nas Terras Agrícolas	Apoio à Apicultura
GRUPO III – Conservação e Melhoria de Espaços Cultivados de Grande Valor Natural	Olival Tradicional	11
	Pomares tradicionais (Marvão só castanheiros)	1
GRUPO IV – Conservação de Manchas Residuais de Ecossistemas Naturais em Paisagens Dominantemente Agrícolas	Preservação de Bosquetes ou Maciços Arbustivo/Arbóreo com Interesse Ecológico/Paisagístico	1
GRUPO V – Protecção da Diversidade Genética	Manutenção de Raças Autóctones	1
Outras		Nº de inquiridos
Indemnizações compensatórias		13
Regulamento 2080 (Arborização de áreas agrícolas) sobreiros, azinheiras e alfarrobeiras		1
Pagamentos complementares – Modo Produção Biológico		-
Forragem desidratada / seca ao sol		1
Culturas arvenses de sequeiro		1
Prémio ao abate		-
Prémio aos produtos Lácteos 2004		2
Prémio por ovelha e cabra		8
Prémio por vaca em aleitamento – Vacas aleitantes		5
Bovinos Machos – Prémio à extensificação		-
Prémio por Superfície para os Frutos de Casca Rija		-
Adiantamentos – Ajuda à Produção – Azeitona de mesa		-
Adiantamentos – Ajuda à Produção – Azeite		10

Em relação às medidas Agro-Ambientais, verifica-se que as medidas mais atractivas são a Protecção Integrada e Olival Tradicional. O olival para além de ser a cultura com maior peso na região, a atracção pela medida Olival Tradicional é também pelo facto de esta ser uma medida que não implica grandes mudanças de práticas. A Protecção Integrada é na sua

maioria referente a culturas do olival e vinha. Isto vem demonstrar mais uma vez, o peso que o olival tem na região e o aumento do interesse pela vinha, mas pode também se dever ao facto de estas serem também as culturas que mais facilmente se podem converter para Protecção Integrada facilitando os chefes de exploração a aderirem a esta medida. Em relação às outras medidas, a sua maioria tem a ver com as Indemnizações Compensatórias que são subsídios para apoiar os chefes de exploração em Zonas Desfavorecidas, com produções de baixo rendimento – e portanto bastante atractivos. Outros subsídios muito procurados, são a ajuda à produção relativo ao azeite, prémio por aleitamento e prémios ovelha e cabra, evidenciado da mesma maneira o peso destes efectivos pecuários na região e também do olival com já tinha antes sido referido. De referir que a maioria destes prémios deixaram de existir com o processo de desligamento das ajudas que entrou em vigor em 2005/2006. Apenas alguns se mantêm, apesar de no futuro tal como foi acordado na última reforma da PAC, o objectivo é acabar gradualmente com todas as ajudas directas à produção.

Nos inquéritos feitos aos chefes de exploração, quanto às questões relativas às medidas Agro-Ambientais, optou-se por fazer determinadas perguntas aos chefes de exploração que têm contratos em vigor ou que já os tiveram antes (**Grupo 1.**), enquanto outras questões foram direccionadas aos que nunca tiveram contractos Agro-Ambientais (**Grupo 2.**), e finalmente algumas eram direccionadas a ambos os grupos (**Grupo 1. e 2.**)

Grupo 1. Para os agricultores que recebem ou receberam apoios das medidas Agro-Ambientais.

Grupo 2. Para os agricultores que não receberam apoios das medidas Agro-Ambientais.

- Obteve informação suficiente sobre as medidas? Através de quem /qual entidade? (Grupo 1. e 2.)

Em relação à informação obtida pelos diferentes inquiridos referente às medidas Agro-ambientais, verifica-se que 22 (73,3%) receberam informação suficiente sobre as medidas. De acordo com 6 (20%) agricultores, a divulgação e informação do programa não foi suficiente. Apenas 1 não respondeu.

Entidades que informaram sobre medidas: PNSSM (Eng. Grilo), Associação de agricultores de Portalegre, Adega Vinícola de Portalegre, Zona Agrária de St. António das Areias, INGA e IFADAP, ATEVA, Cooperativa de Porto da Espada, CAP, Zona Agrária de Castelo de Vide, APIZEZERE, CONFAGRI e Caixa Agrícola.

- Houve uma grande alteração nas suas práticas agrícolas após aplicação das medidas? (Grupo 1.)

Em relação a esta pergunta, dos chefes de exploração do Grupo 1. (12 inquiridos), verifica-se que 7 (58,3%) considera que não alterou de forma significativa as suas práticas agrícolas; 4 (33,3%) dos chefes de exploração consideraram que houve um aumento muito significativo dos encargos e restrições na gestão das suas propriedades principalmente no que se refere à limpeza dos terrenos e utilização de adubos; não respondeu a esta questão 1 agricultor.

■ Qual é a mais valia na utilização das medidas Agro-ambientais? (Grupo 1.)

Quanto à mais valia da utilização das medidas Agro-Ambientais foram várias as razões enunciadas pelos chefes de exploração para a sua candidatura. Dos doze agricultores que assinaram contractos Agro-Ambientais, seis indicaram a questão financeira como um factor essencial para a sua candidatura. A segunda razão mais apontada foi a questão ambiental, devido ao maior cuidado que as medidas exigem pelo ambiente e espécies autóctones, etc. Um agricultor referiu também a melhor comercialização dos seus produtos (Carne). Três responderam que não existe nenhuma mais valia na aplicação das medidas Agro-Ambientais, e alguns destes chefes de exploração estão mesmo a pensar desistir na próxima candidatura. Um agricultor não respondeu.

Tabela XXIX. Razões enunciadas pelos chefes de exploração quanto à mais valia na aplicação das medidas Agro-Ambientais

Mais valia	Nº de agricultores
Financeira	6
Ambiental	4
Comercialização	1
Não há mais valia	3
Não respondeu	1

■ Nota uma melhoria na qualidade dos seus produtos? (Grupo 1.)

Apenas 3 agricultores referiram uma melhoria dos seus produtos agrícolas após aplicação das medidas Agro-Ambientais; os restantes 8 nenhuma melhoria; um agricultor não respondeu.

■ Nota uma melhoria dos recursos naturais (solos, água)? (Grupo 1.)

Em relação a uma melhoria dos recursos naturais 5 agricultores confirmaram-na. Cinco indicaram não haver qualquer melhoria e um não sabe se isso aconteceu. Um não respondeu.

■ Notou um aumento do nº de espécies ou aparecimento de novas após aplicação das medidas? (Grupo 1.)

Em relação ao aparecimento de mais espécies ou aumento de algumas, apenas dois notaram uma melhoria. Oito não registaram qualquer aumento do nº de espécies, um não sabe e um não respondeu.

■ Qual a razão da não candidatura às medidas Agro-Ambientais? (Grupo 2.)

Dos 18 agricultores que não se candidataram a qualquer medida Agro-ambiental, foram enunciadas sete razões diferentes para a sua não candidatura, sendo que um não sabia responder e outro não se podia candidatar. Alguns agricultores enunciaram mais que uma razão para a sua não candidatura. A justificação mais indicada foi os baixos subsídios atribuídos isto é, o valor da ajuda monetária atribuída pela adesão às medidas, não se torna em muitas situações compensatória, dada os elevados encargos necessários para o seu cumprimento. Outras das razões mais indicadas foram as exigências que as medidas acarretam e também o facto

da pequena propriedade ser muito impeditiva, não se justificando uma eventual candidatura. As restantes razões apontadas foram a idade avançada, a falta de apoio técnico e ainda o facto de não quererem mais encargos, estando esta razão relacionada com a idade avançada.

Tabela XXX. Razões enunciadas pelos chefes de exploração para a não candidatura às medidas Agro-Ambientais

Razões da não candidatura às medidas Agro-Ambientais	Nº de agricultores
Baixos subsídios atribuídos	6
Exigências que as medidas acarretam	3
Propriedade muito pequena	3
Idade	2
Não quer mais encargos	2
Pouco apoio técnico	2
Não sabe	1
Não pôde candidatar-se	1

■ Acha as medidas adequadas à sua propriedade? (Grupo 1. e 2.)

Esta pergunta era destinada aos 30 agricultores inquiridos. Destes trinta, dezasseis (53,3%) não responderam ou não sabiam. A principal razão enunciada com 23,3% (7 chefes de exploração) das respostas para o facto de as medidas não estarem adequadas às suas propriedades, foi o grande número de exigências e o muito trabalho que estas implicariam. Dos chefes de exploração inquiridos, apenas um (3,3%) considerou que as medidas não estavam adaptadas à agricultura de pequena propriedade e quatro (13,3%) indicaram que as medidas estavam adaptadas às suas propriedades, sendo que um destes indicou que se tinham perdido algumas medidas da candidatura anterior. Dois (6,7%) consideram que não devia haver medidas nenhuma.

■ Quais medidas acha que faltam? (Grupo 1. e 2.)

Em relação a esta questão os chefes de exploração inquiridos enunciaram uma série de medidas que na sua opinião estariam em falta ou necessitariam de um reforço. No entanto cinco chefes de exploração consideraram que não deveriam existir medidas e cinco não souberam responder a esta questão. Das medidas mais enunciadas como estando em falta, foram as medidas de protecção aos castanheiros as mais enunciadas. Esta resposta evidencia a importância desta cultura na área – é de facto uma cultura característica, só possível nesta região devido ao microclima associado à serra, e que corresponde a uma produção com algum valor comercial e com possibilidades de promoção, pela sua qualidade. Evidencia por outro lado a dificuldade com que os proprietários se deparam dada a degradação de alguns soutos devido à doença da tinta e cancro do castanheiro. Esta questão é de grande importância pois dá-nos uma ideia das medidas que os agricultores da zona consideram que estão mais em falta.

Tabela XXXI. Medidas consideradas em falta pelos chefes de exploração para o concelho de Marvão

Medidas em falta	Nº de agricultores
Protecção ao castanheiro	3
Valorização do património	2
Subsidio ao prejuízo da seca	2
Medidas para produção hortícola	2
Subsídios para a produção de batata	2
Subsidio de interioridade	2
Medidas para melhoramento dos terrenos	2
Plano zonal	1
Protecção à pequena agricultura ou familiar	1
Instalação de novos Soutos	1
Incentivos para agro-turismo	1
Melhorar a comercialização e escoamento	1
Protecção aos sobreiros, azinheiras e carvalhos	1
Suporte às cabras	1
Protecção contra o fogo	1
Mais específicas	1
Não devia haver medidas	5
Não sabe	5

■ Qual o principal problema nas medidas existentes? (Grupo 1. e 2.)

Nesta questão a maior parte dos agricultores apontou as exigências e encargos que o cumprimento das medidas acarreta como o maior problema das medidas Agro-Ambientais em vigor. Estas exigências são de várias ordens como: obrigação no cumprimento de certos requisitos, muita burocracia no preenchimento de formulários, algumas condicionantes que são impostas, a não mobilização de algumas parcelas, dificuldade no cumprimento das medidas, exigências ambientais, etc. De referir que 11 chefes de exploração não responderam a esta pergunta, principalmente aqueles que nunca se candidataram e que não tendo conhecimento suficiente sobre as medidas não estavam aptos a responder.

Tabela XXXII. Problemas apontados pelos chefes de exploração nas medidas Agro-Ambientais em vigor e numero de chefes de exploração

Problema nas medidas existentes	Nº de agricultores
Exigências e encargos	13
Baixos subsídios	2
Falta de informação	1
Falta de apoio técnico	1
Não adequadas à pequena propriedade	1
Tudo bem	2
Não deviam haver	1
Não respondeu	11

■ Tem conhecimento de medidas e subsídios de lado espanhol? (Grupo 1. e 2.)

Na questão respeitante ao conhecimento de medidas e subsídios do lado espanhol, dezoito agricultores desconheciam qualquer tipo de medida ou subsídio. Oito indicaram que em Espanha há mais subsídios, quer em número de medidas quer em dinheiro atribuído e que existe uma maior protecção do seu governo à agricultura. Sobre outros conhecimentos mais concretos de medidas do lado espanhol foram referidas as ajudas ao investimento para zonas desfavorecidas, ajudas à reflorestação com azinheira e sobreiros e subsídio de engodo aos borregos.

Tabela XXXIII. Respostas dos chefes de exploração relativo ao conhecimento de medidas e subsídios aplicados em Espanha

Subsídios do lado espanhol	Nº de agricultores
Não sabe	18
Têm mais subsídios e protecção	8
Facilidade na implementação e menos burocracias	1
Ajudas ao investimento nas zonas desfavorecidas	1
Ajudas à reflorestação com azinheira e sobreiros	1
Subsidio de engodo aos borregos	1

7.2 Técnicos

7.2.1 Usos e gestão

- Para além da produção, que outros usos não produtivos se praticam?

Tabela XXXIV. Usos praticados no concelho de Marvão de acordo com os técnicos inquiridos

Usos não produtivos	Nº de inquiridos
Caça	5
Apicultura	3
Turismo rural	7
Percursos (passeios pedestres, BTT...)	7
Recolha de cogumelos	5
Plantas aromáticas, culinárias e medicinais	2
Gastronomia	1

De acordo com os técnicos inquiridos a maioria dos usos praticados na região para além da produção agrícola são: os percursos pedestres e de aventura e o turismo rural. A recolha de cogumelos e a caça foram também considerados como usos bastante praticados na área. A apicultura, a recolha de plantas aromáticas, culinárias e medicinais e a gastronomia são outros usos praticados na região.

7.2.2 Opinião face a multifuncionalidade

- Para além da produção, quais as outras funções no espaço rural que acha importantes?

Tabela XXXV. Outras funções para além da produção enunciadas para o espaço rural pelos técnicos inquiridos

Outras funções para além da produtiva	Nº de inquiridos
Turismo	8
Caça	3
O valor estético	1
Conservação da natureza	3

- Enuncie as três funções mais importantes por ordem de importância para a propriedade / São Mamede / Marvão.

Tabela XXXVI. Três funções mais importantes para além da produtiva, enunciadas por ordem de importância para os vários técnicos inquiridos

Nº de inquiridos			Funções
1	2	3	
2	2	1	Conservação da Natureza (espécies, habitats...)
2	2	2	Preservação da qualidade ambiental (águas, ar, solo...)
	3	1	Recreio e turismo
1		1	Caça
1		1	Preservação da identidade (carácter da paisagem, história e memória)
2	1	2	Preservação do património paisagístico, arquitectónico e arqueológico

A grande maioria dos técnicos refere o turismo e a caça como as funções mais importantes para além da produção agrícola (Tabela XXXV). Foi-lhes pedido para enumerar num conjunto de funções e usos (Tabela XXXVI), quais que consideravam ser as três mais importantes. Os inquiridos qualificaram a preservação da qualidade ambiental e preservação da identidade seguida da preservação do património e conservação da

natureza como as mais importantes no espaço rural. Ainda assim o turismo e a caça continuavam com uma posição de destaque.

7.2.3 Opinião face à fronteira e sua abertura em 1986

- A proximidade da fronteira influencia de alguma forma a agricultura da zona? Como obstáculo ou suporte de desenvolvimento?

Em relação à fronteira há um certo equilíbrio entre os técnicos que acham a proximidade da fronteira e a sua abertura em 1986 como um obstáculo e os que a vêem como facilitador do desenvolvimento do espaço rural. Existe uma visão positiva da abertura e possibilidade de viajar, troca de experiências, assim como de proveito económico pessoal (tirar partido da compra de produtos mais baratos). No entanto num contexto produtivo a comparação é muito depressiva pelo facto de os espanhóis conseguirem pôr os produtos mais baratos no mercado, e haver um escoamento muito melhor do produto, mesmo quando a qualidade dos produtos portugueses é superior. A maioria dos técnicos, queixou-se também pelo facto de haver uma falta de política agrícola bem definida pelo o estado português, falta de espírito cooperativista e falta de mecanismos de defesa contra entrada de produtos.

Aspectos referidos mais relevantes:

Negativos

- Os Espanhóis tiram mais proveito dos subsídios
- Defesas unilaterais comerciais de lado espanhol dificultam o desenvolvimento de intercâmbio
- Inversão do poder de compra da moeda
- Produtos espanhóis mais baratos
- Desmotivação geral pela impossibilidade de competir
- Cooperativas funcionam muito melhor em Espanha e governo dialoga directamente com estas.

Positivos

- Consumo mais barato
- Espanhóis vão procurar especialidade gastronómica
- Apoio e trocas comerciais facilitadas pela livre circulação
- Muito enriquecedor: literatura, fruticultura, feiras e certames, conhecimentos sobre produção frutícolas (cooperativas, comercialização, protecção e técnicas)

7.2.4 Opinião face ao PNSSM

- No desenvolvimento deste espaço rural vê o parque como facilitador ou obstáculo?

Seis dos técnicos inquiridos vêem no Parque um obstáculo no desenvolvimento do espaço rural. Esta impressão negativa, é baseada nas queixas que os agricultores lhes apresentam em relação às acções do Parque, como, as exigências dos agentes do Parque, e a sua pouca sensibilidade para com os agricultores da região. No entanto dois destes técnicos que vêem o Parque principalmente como um obstáculo, reconhecem alguns aspectos positivos na criação do parque, apenas consideram que este ainda não é gerido do modo mais correcto. As impressões positivas sobre o Parque estão ligadas essencialmente a dois técnicos sendo que um deles é um técnico do PNSSM. Estes dois técnicos dizem ser muito ingrato muitas vezes o esforço que o Parque faz, não havendo reconhecimento entre a população. De acordo com o técnico do PNSSM, é ainda existente uma grande rivalidade entre as

povoações dentro do parque, não se conseguindo depois funcionar em conjunto no sentido de se conseguir uma melhor gestão.

Aspectos referidos mais relevantes:

Negativos

- POPNSSM não prevê interesses dos agricultores.
- Parques não conhecem a realidade local
- Falta de capacidade financeira para compensar.
- Condiciona muito as pessoas
- Agricultores que vivem dentro do parque deveriam ser beneficiados por ajudarem a preservar e construir o património
- Não faz nada para o turismo da zona
- Culpado por deixar arder grandes zonas, não permitindo limpar terrenos. Má gestão para prevenção dos fogos
- Falta de diálogo
- Limitações de actividades e muitas exigências
- Agricultor só tem obrigações e poucos direitos

Positivos

- PNSSM fez o investimento na cooperativa do Porto de Espada
- Vigilância dos fogos
- Informa sobre as medidas, especialmente aquelas que interessam para a preservação da Natureza.
- Promove estudos sobre o cancro do castanheiro
- Aumento do turismo devido à criação do Parque.
- Pode trazer mais valias na promoção da zona.

7.2.5 Tendências de evolução da paisagem e da agricultura

- Qual a evolução da paisagem e vida deste espaço rural nos próximos dez anos?

Em relação ao futuro a posição geral é que existe uma degradação da estrutura produtiva e da agricultura tradicional, por falta de incentivos a jovens agricultores e ajudas mais duradouras e elevadas. No entanto alguns dos inquiridos mais jovens acreditam que com uma mudança na gestão da paisagem rural e uso do território em conjunto com o uso turístico e da protecção da paisagem, pode inverter-se a situação.

- Se Marvão for nomeado a património mundial mudaria algo no seu território envolvente?

Em relação a esta questão a maioria dos técnicos pensa que esta candidatura será benéfica principalmente para o sector da restauração e turismo, mas duvidam da capacidade de se fazer sentir na paisagem e na agricultura do concelho. Muitos pensam mesmo que esta pode vir a ser prejudicial, pois irá haver uma inflação dos preços na região, e os agricultores podem vir a sofrer com isso. No entanto alguns pensam que com uma boa gestão essas mais valias podem fazer-se também sentir na agricultura, quer através dum melhor escoamento dos produtos tradicionais da região, quer através das multifuncionalidades que a paisagem rural pode vir a oferecer. Deve haver técnicos que saibam cativar os agricultores para as mais valias dessa candidatura, e explicar que esta seria boa altura para corrigir os erros do passado, pois as pessoas não sabem canalizar bem os subsídios. Seria também importante, um maior incentivo para a instalação de mais jovens agricultores, no sentido de garantir uma gestão a longo prazo de algumas explorações.

■ **Ou podia influenciar a paisagem do Marvão na sua candidatura?**

Na resposta a esta pergunta as opiniões são unânimes em considerar que a paisagem envolvente ao Marvão tem influência nessa candidatura. Consideram que esta paisagem resulta do trabalho de gerações.

7.2.6 Produtos certificados

Esta questão não estava inicialmente incluída nos inquéritos, mas após se verificar a importância que este tipo de produtos pode ter para o desenvolvimento destas regiões mais desfavorecidas, optou-se por fazer uma compilação das opiniões dos diferentes técnicos sobre este tema.

- Uma das razões para apostar nestes produtos, na opinião de alguns técnicos inquiridos é o facto de as pessoas estarem cada vez mais sensíveis às questões do que é biológico, natural e tradicional.
- O parque deve vender a imagem de marca de produtos certificados, mas não o produto em si.
- Terá que haver no futuro uma melhor gestão em relação a estes produtos, pois ninguém sabe onde comprar os produtos certificados; não se sabe como vender os produtos (restaurantes não aderiram, nem estão sensibilizados para isso), os agricultores não estão representados neste jogo, nem sabem e não têm nenhum representante para a comercialização.
- Associação presta serviço, colocação no mercado, mas a promoção do produto, ninguém apoia (imagem/marca/preço). A mais valia vai para os outros. Deveria ser o sector cooperativo a funcionar.
- Produtores aderem por razões ambientalistas e tradicionais, mas acima de tudo económicas uma vez que os produtos são valorizados (especialmente as Carnes).
- Deveria existir uma medida específica para suportar e incentivar a produção dos artigos D.O.P., que significa serem mais caros e mais exigentes. Deveria existir também uma maior facilidade e organização das entidades certificadoras Neste momento tão pouco existe representação económica destes produtos, cada agricultor comercializa por sua conta. Deve fazer-se uma maior promoção entre os consumidores para a sensibilização ao produto.
- Espanhóis não têm grande conhecimento deste produto, não o procuram. Não foi feita nenhuma campanha promocional em Espanha.
- Alguns pensam que ainda é necessário dar alguns passos para depois vender a marca DOP. Só quando tiverem sido criadas todas as condições para a produção com toda qualidade exigida, se deverá fazer toda a aposta no marketing e comercialização dos produtos.
- Falta de colocação de produtos certificados e outros no mercado – deveria ser a Associação a fazer isso, mas existe demasiada rivalidade entre todos. Há vários produtos certificados mas não existe controlo, fiscalização não descobre falhas, qualidade varia muito (ex. Queijo de Nisa).

7.2.7 Subsídios e Medidas Agro-Ambientais

■ **Qual o impacto das medidas Agro-Ambientais na paisagem do concelho do Marvão ?**

Existe um certo equilíbrio entre os que consideram que a implementação das medidas Agro-Ambientais têm impacto na paisagem e aqueles que consideram que não têm. Entre os que consideram que estas medidas têm impacto, o motivo é principalmente a obrigação dos proprietários de limparem os seus terrenos e de serem fiscalizados por isso. Outros consideram que estas medidas ainda não estão a ser aplicadas há tempo suficiente para se notar um impacto destas na paisagem.

■ **Porque razões aderem os agricultores às medidas Agro-Ambientais?**

Nesta questão a opinião geral, é os agricultores aderirem essencialmente devido aos subsídios atribuídos; um técnico ainda referiu que já existem alguns agricultores que procuram as medidas Agro-Ambientais devido à melhoria da componente ambiental.

■ **Qual é a mais valia na utilização das medidas Agro-Ambientais?**

A opinião geral é que as Agro-ambientais têm como grande mais valia a melhoria do ambiente, solo e água, mas também a melhor gestão da componente agrícola tendo em consideração uma maior sensibilização nas questões ambientais, e ainda a importância de garantir aos agricultores um rendimento económico importante para manter a agricultura tradicional, compensando-os por eventuais perdas de produtividade.

■ **Considera as medidas adequadas ao território do concelho do Marvão?**

Em relação à adequação das medidas Agro-ambientais ao território do concelho do Marvão, a maioria respondeu que estas não estão adequadas ao espaço concreto, que a maioria dos proprietários só adere a um certo grupo de medidas que na sua maioria não envolve uma grande alteração na gestão da exploração. Deveriam existir mais medidas adaptadas ao espaço concreto, para então se conseguir um maior aproveitamento destas. Muitos também referiram o facto de estas não serem adequadas devido ao elevado número de exigências, ficando os agricultores demasiado condicionados a um grande número de regras por vezes difíceis de cumprir. A dificuldade do preenchimento dos cadernos de campo, quando a maioria dos agricultores tem uma baixa escolaridade é outro dos problemas referidos, problema este que é amplificado pelo facto de não existir um apoio técnico adequado, no sentido de facilitar o cumprimento de todas as exigências.

■ **Que medidas considera que deveriam existir/faltam?**

Em relação a esta questão os técnicos inquiridos enunciaram uma série de medidas que na sua opinião estariam em falta e também algumas alterações às medidas já existentes, e que necessitariam de modificações para alcançar um maior sucesso. Nesta questão a grande diferença entre os técnicos e agricultores, é que os técnicos contemplam mais o factor ambiental, enquanto em relação aos agricultores as opiniões vão mais no sentido de haver uma maior ajuda e incentivo às culturas que praticam. Mais uma vez, tal como os agricultores também os técnicos referiram a necessidade de medidas mais específicas de apoio e protecção aos soutos, olival tradicional, montado de azinho, carvalho negral e de sobro. Referiram também a necessidade de medidas mais adaptadas ao espaço concreto, como apoio aos sistemas tradicionais, apoio a pequenos agricultores e incentivo à produção de produtos certificados. Para além destas medidas foram também referenciadas várias medidas de protecção do ambiente e espaços naturais, como a inclusão da protecção aos habitats mais importantes da região, recuperação e manutenção de espaços naturalizados e ainda a implementação de um Plano Zonal para a área protegida do PNSSM. Outro

facto considerado importante, foi o aumento dos subsídios para garantir uma maior participação entre os agricultores.

Tabela XXXVII. Medidas consideradas em falta para o concelho de Marvão pelos técnicos inquiridos

Medidas em falta para o concelho do Marvão
Protecção ao montado de azinho e carvalhal (existia mas foi extinta). Apoio aos Soutos/castanheiros incluídos na zona de DOP Apoio a sistemas tradicionais Prevenção de incêndios Protecção aos sobreiros Manutenção e recuperação de alguns espaços naturalizados Habitats podiam estar mais contemplados Plano Zonal – Para tirar maior partido das medidas Agro-Ambientais Aumento dos subsídios atribuídos Olival Tradicional sem imposição de declive Protecção aos castanheiros Apoio aos produtos certificados, para incentivar a sua produção Apoio a pequenos agricultores

- Quais o principais problemas nas medidas em vigor? Porque razão não aderem os agricultores?

Em relação a esta questão a maior parte dos técnicos apontou as mesmas razões que os chefes de exploração: exigências e encargos, burocracia no preenchimento de formulários, dificuldade no cumprimento das medidas, exigências ambientais, falta de apoio técnico, etc. Os técnicos inquiridos referiram ainda a falta de formação aos agricultores e técnicos, baixo grau de informação e atractividade das medidas.

Tabela XXXVIII. Problemas das medidas Agro-Ambientais em vigor e razões da não candidatura dos chefes de exploração do concelho de Marvão de acordo com os técnicos inquiridos

Problemas das medidas existentes
Demasiadas exigências e burocracia – muito rigorosos nas obrigações Dinheiro chega tarde Acompanhamento técnico insuficiente Demasiadas exigências no formato de apresentação das candidaturas Falta de formação. Compensações pouco elevadas Idades elevadas – Não querem assumir compromissos a 5 anos porque já são idosos Poucos jovens agricultores Falta de aderência ao Olival Tradicional devido à imposição do declive Preservações de Bosquetes – Condições exigidas não são atractivas 10% das explorações são fiscalizadas, mas a lógica de controlo não faz sentido Boas práticas agrícolas que estão integradas nas Agro-Ambientais são demasiado exigentes Não há ligação entre DOP e medidas Agro-Ambientais no caso da produção animal Mais informação para incentivar a produção de produtos mais adequados Maior nível de informação entre consumidores e agricultores Exigências demasiado grandes para os pequenos proprietários

- Tem conhecimento das medidas do lado espanhol?

Nesta questão verificou-se que não existe um grande conhecimento das medidas existentes e como são aplicadas no lado espanhol. Apenas particularidades como o facto de ser referido que do lado espanhol há um acompanhamento mais próximo, menos burocracia nas candidaturas e apoios maiores e mais eficazes.

7.3 Inquéritos – Conclusões

A realização dos inquéritos a chefes de exploração e técnicos, revelou-se de enorme utilidade pois permitiu um melhor conhecimento da área e das problemáticas que envolvem as questões agrícolas e a sua possível articulação com outras funções na paisagem rural, como a conservação, turismo e recreio, identidade da paisagem, etc..

Mediante a realização dos inquéritos, das saídas de campo e reconhecimento da área, foi possível caracterizar as explorações e os chefes de exploração da área em estudo. Assim podemos dizer, que o concelho de Marvão é caracterizado por uma grande variedade na estrutura da propriedade, sendo no entanto a maioria das explorações de pequena dimensão. Este factor de acordo com muitos inquiridos, revela-se um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura e da competitividade das explorações.

Constatou-se que a idade do chefe de exploração é um factor muito determinante para a forma como este gere a sua exploração. Os chefes de exploração mais idosos que são a maioria, apresentam no geral um baixo nível de escolaridade, e evidenciam uma falta de dinamismo e ambição, não querendo no geral introduzir alterações nas suas explorações. Estes chefes de exploração, revelam ainda uma desacreditação total pelas medidas e políticas em vigor, pois como afirmam, não se sentem protegidos pelo seu governo ao contrário do que acontece em Espanha. Pelo contrário, os chefes de exploração mais jovens que têm um nível de escolaridade mais avançado, revelam por sua vez uma maior ambição e aceitação do risco. Procuram aumentar o rendimento e competitividade das suas explorações com a compra de novas parcelas, apostam na modernização e especialização da sua exploração e candidatam-se a todos os subsídios e apoios que os possam ajudar a aumentar a competitividade. No entanto, apesar de na sua maioria os chefes de exploração mais idosos revelarem uma certa falta de ambição e dinamismo, verificou-se ainda que alguns, e se a condições financeiras assim o permitisse, estariam dispostos a fazer alterações nas suas explorações no sentido de as tornar mais rentáveis.

As principais alterações efectuadas e as mudanças que se registaram nos últimos anos referem-se essencialmente ao abandono de certas culturas, por deixarem de ser rentáveis. Das culturas abandonadas umas são, outras não, substituídas por outras, particularmente a vinha. Também se registou em algumas situações um melhoramento de determinadas culturas, ou novas plantações como para os castanheiros e olival, ou, no caso da floresta, de carvalho e pinhal principalmente nas áreas ardidas. Apesar destas situações, muitos agricultores e técnicos declararam a ocorrência de abandono agrícola. No entanto, deve ser tomado em consideração que abandono da actividade agrícola não significa automaticamente abandono da terra. Não se pode esquecer também que estes sistemas asseguram ao mesmo tempo uma grande variedade de outras funções que não apenas a produtiva, sendo em alguns casos estas funções já valorizadas e justificadoras de novas formas de gestão da terra. Portanto apesar de haver um abandono da produção agrícola verifica-se que, apesar de ainda muito

ténue, na área em estudo há um desenvolvimento de novos usos, como a caça, florestação, várias formas de turismo, lazer, etc., que exigem também uma gestão do uso do solo. O que em termos conceptuais se deve designar por abandono da terra corresponde a um abandono total, onde se deixa de realizar qualquer tipo de gestão com fins específicos. Alguns chefes de exploração afirmam que já é visível o abandono, pois vão testemunhando que algumas parcelas agrícolas anteriormente cultivadas, se encontram actualmente sem qualquer tipo de ocupação e entregues à vegetação espontânea, o que conduz a uma evolução natural da paisagem, tornando-a por isso mais natural e menos humanizada, e mais susceptível a incêndios. O abandono neste sentido, de progressivo desenvolvimento de matos, se generalizado, conduz a uma homogeneização e descaracterização destas paisagens, pela perda da diversidade do mosaico. Estas situações deveriam ser no futuro monitorizadas e reportadas, de forma a prever estratégias e medidas que possam assegurar uma correcta gestão destas parcelas, e do conjunto da paisagem.

Como já foi dito anteriormente, todo o concelho de Marvão se encontra dentro dos limites do Parque Natural da Serra de S. Mamede. Foi possível verificar, que existe uma falta de comunicação entre aqueles que querem preservar e proteger a biodiversidade e habitats, e os que fazem o uso e a ocupação do território, o que leva a desentendimentos e falta de compreensão. Por se tratar de uma área protegida, existem uma série de medidas e leis impostas no sentido de a proteger e preservar, mas que por sua vez leva a uma revolta por parte dos agricultores pois segundo estes o PNSSM funciona sempre como um obstáculo para o desenvolvimento da agricultura, devido às suas exigências e imposições, quando é pretendido fazer qualquer alteração (corte de árvores ou uma obra). No entanto, através da análise dos inquéritos aos chefes de exploração e técnicos pôde-se verificar que a falta de compreensão de certas medidas e políticas do Parque se deve essencialmente à falta de comunicação entre ambas as entidades. Assim no futuro para que se consiga alterar esta situação no sentido de todos contribuírem para a promoção e valorização desta área protegida é necessário promover um maior entendimento entre todos, de modo que consigam funcionar em harmonia.

Outra das questões tinha como objectivo perceber o papel da fronteira, se esta é vista como obstáculo ou facilitadora do desenvolvimento da região e da agricultura local. De acordo com muitos inquiridos dependendo se estes encarnam o papel de consumidor ou agricultor, a abertura das fronteiras trouxe vantagens e desvantagens. Assim com a abertura das fronteiras em 1986, a principal vantagem existente diz respeito à compra de determinados produtos, uma vez que os preços praticados em Espanha são inferiores aos de Portugal, no entanto, quando os produtos agrícolas vindos de Espanha chegam aos mercados portugueses, os agricultores portugueses não conseguem competir com os preços apresentados pelos espanhóis, passando a ser visto como uma desvantagem. Torna-se importante estudar e analisar estas questões no sentido de arranjar soluções para aumentar a competitividade, e assim proteger de uma forma mais efectiva o agricultor português.

Em relação ao futuro e às possíveis alterações na agricultura e à sua viabilidade, na visão dos agricultores e técnicos, o cenário geral é bastante pessimista. Foi possível constatar, de acordo com muitos inquiridos, e devido a uma predominância de agricultores mais idosos, que futuramente por razões naturais muitos acabarão por deixar a actividade agrícola, o que aliado ao facto de não se perspectivar que alguém queira continuar a actividade devido à falta de rentabilidade e de competição com os mercados, que a evolução previsível de todo o sistema de produção nos próximos anos será o abandono dos terrenos. No entanto, segundo alguns agricultores mais jovens e alguns técnicos, futuramente, com uma maior capacidade de união para escoamento de produtos, com a aquisição de novas parcelas, com a manutenção e melhoramento dos subsídios e ajudas, uma maior protecção do governo e uma aposta noutras funções como o turismo pode ser que a agricultura sobreviva.

Um dos aspectos mais relevantes na realização dos inquéritos foi a análise as questões que se prendem com a manutenção de práticas agrícolas tradicionais e específicas da região, e não agressivas dum ponto de vista ambiental, nomeadamente através do estudo da aplicação das medidas Agro-Ambientais, e as razões que levaram ao sucesso ou insucesso das mesmas. Verifica-se que a grande maioria dos inquiridos que celebraram contratos para aplicação das medidas Agro-Ambientais o fizeram no âmbito da medida para o “Olival Tradicional”. Esta medida não implica uma grande alteração das práticas já existentes, facilitando uma maior adesão por parte dos chefes de exploração. A “Protecção Integrada” é a segunda medida com maior adesão entre os inquiridos, apesar de este grupo de medidas já implicar algumas alterações nas práticas agrícolas, principalmente no que se refere aos efeitos poluentes da agricultura no ambiente. Talvez devido ao facto de os agricultores averiguarem que houve uma diminuição dos custos, devido à diminuição de tratamento com produtos fitossanitários, e que juntamente com o subsídio recebido, torna esta medida atraente. Também é de notar que a “Protecção Integrada” é na sua maioria referente a culturas do olival e vinha que são o tipo de culturas que mais facilmente se podem converter para “Protecção Integrada”. Era de esperar uma maior adesão a outras medidas por parte dos inquiridos no entanto, tal como se pôde verificar no Capítulo 5.5.9 – *Medidas Agro-Ambientais aplicadas no concelho do Marvão*, está a registar-se uma diminuição no número de candidaturas às medidas Agro-Ambientais o que nos indica um certo desinteresse e insucesso deste programa, neste concelho. No entanto, e de acordo com alguns técnicos, tem que se ter em conta, que esta diminuição no numero de candidaturas é em grande parte devido à redução do numero de candidaturas para o “Olival Tradicional”. De acordo com técnicos inquiridos, esta medida sofreu um grande corte no número de candidaturas, a partir de 2003, e conforme um técnico inquirido referiu, chegaram a ter mais de 100 candidaturas no período anterior a 2003, que passaram para apenas 10 a 20 depois. Esta redução deve-se provavelmente a nesse ano ter sido aprovada uma pequena revisão das condições deste conjunto de medidas em Portugal, passando os requisitos em relação à medida 034 – “Olival Tradicional” a ser diferentes: só poderiam continuar a candidatar-se a este apoio as áreas de olival com

declive igual ou superior a 10%. Esta alteração obrigou muitos agricultores a deixarem de se poder candidatar a esta medida, pois as suas propriedades, ou mais exactamente, as suas parcelas de olival, não cumpriam este requisito essencial para poder efectuar a candidatura. Aparentemente é esta a principal razão da diminuição ocorrida no número de candidaturas de 1999 para 2005. No entanto, alguns proprietários inquiridos afirmaram que existe de qualquer maneira um desinteresse crescente relativo às medidas Agro-Ambientais em geral. Portanto é bem possível que a razão deste declínio nas candidaturas não seja apenas devido à restrição do declive para o “Olival Tradicional”.

São várias as razões apontadas para este desinteresse e diminuição do número de candidaturas. O valor da ajuda monetária que é atribuída pela adesão a certas medidas não se torna, em muitas situações compensatório, dado o processo demasiado burocrático exigido. De acordo com muitos inquiridos, principalmente os mais idosos, a duração dos contratos, de cinco anos, está na origem de um menor sucesso entre estes, devido ao receio de não conseguirem satisfazer os compromissos durante tanto tempo, aliado ao facto de considerarem que as medidas não são acompanhadas de um apoio técnico eficiente. Um bom apoio técnico, poderia ajudar os agricultores a ultrapassar mais facilmente certos receios e encargos para o cumprimento das medidas. Para além destes factores alguns inquiridos referiram também que a adesão poderia ser superior se a informação e divulgação dos programas fosse mais eficiente. No entanto pôde constatar-se que as medidas Agro-Ambientais são vistas pela maioria dos agricultores como ajudas ao rendimento, o que sugere que quando estas ajudas não são suficientemente satisfatórias, a maioria dos agricultores não se candidatam, uma vez que a componente ambiental, não é vista como um factor importante para a sua candidatura. Uma outra razão invocada para uma não candidatura por grande parte dos agricultores foi o facto de as medidas não estarem adaptadas à realidade da região no que concerne à pequena propriedade. Por exemplo muitos dos inquiridos com pequenas áreas de soutos não se puderam candidatar à medida “Pomares Tradicionais” por não terem a área mínima elegível para poderem apresentar uma eventual candidatura.

Uma outra pergunta bastante relevante na realização dos inquéritos aos chefes de exploração e técnicos era sobre as medidas que na sua opinião poderiam estar em falta no caso específico do concelho do Marvão. Para esta questão muitas foram as medidas consideradas em falta pelos técnicos e chefes de exploração da região. No entanto uma grande parte das respostas principalmente dadas pelos agricultores mais idosos e que nunca que se candidataram às medidas, foram muito ambíguas e pouco concretas, talvez por não perceberem o funcionamento das medidas, referindo apenas que por exemplo deveria haver um subsidio de interioridade – isto quando já existe um subsidio às Zonas Mais Desfavorecidas que são as “Indemnizações Compensatórias”. Referiam também medidas para melhoramento dos terrenos, quando também já existem uma série de medidas cujo o objectivo é diminuir a erosão, e evitar a poluição dos solos como a “Sementeira Directa ou Mobilização na Zona ou na Linha”, “Produção Integrada”, “Protecção

Integrada”, etc.. Este aspecto também pode estar relacionado com uma má divulgação e informação sobre as medidas, aspecto que poderia ser melhorado pelas instituições responsáveis. Outro tipo de resposta que se verificou entre os inquiridos nomeadamente aqueles que vêem as Agro-Ambientais apenas como uma ajuda ao rendimento, foi o argumento de que seria necessário mais subsídios para as suas principais produções. No entanto, esta questão revelou-se de grande utilidade, uma vez que foi feita àqueles que estão no terreno, e que modelam a paisagem e que conhecem e experimentam os problemas na aplicação das medidas, sabendo por isso que tipo de alterações devem ser feitas, que novas medidas devem ser adicionadas no sentido de garantir uma melhor aplicação e sucesso das medidas Agro-Ambientais.

Por fim, através da análise global das diferentes respostas para cada uma das questões feitas aos técnicos e chefes de exploração, podemos então confirmar que se obteve um melhor conhecimento da área de estudo no que diz respeito à estrutura das propriedades, uso dos solos, principais tendências, perfil do agricultor, situações passadas, presentes e perspectivas para o futuro. Podemos assim então concluir que os resultados foram bastante satisfatórios, nesse sentido. Afigura-se como reflexão geral que, apesar das perspectivas futuras para os sistemas de produção agrícolas da região não serem muito animadoras, se pode perspectivar que, para a necessária inovação em termos de vocação das explorações, no futuro será necessária uma maior capacidade de união dos agricultores, na qual as cooperativas e associações podem desempenhar um importante papel no sentido de procurar nichos de mercado, facilitar o escoamento dos produtos, e aumentar a competitividade das explorações face aos mercados e sua concorrência. Será também essencial uma maior aposta nos jovens, mas também garantir a continuidade dos sistemas agrícolas por parte dos sucessores como chefes de exploração, contribuindo para a manutenção daquele mosaico policultural. Uma maior aposta na multifuncionalidade da região poderá ser a forma de garantir aos sistemas agrícolas que muito dificilmente conseguirão competir em termos de produção, novas formas de rendimento. Estas poderão assegurar a sobrevivência da agricultura ainda que não tenha como objectivo principal a produção, mas sim outras funções que sejam valorizadas e correspondam a uma compensação económica, através do mercado ou de políticas públicas. Por último, em relação às diferentes respostas relativas às questões sobre as medidas Agro-Ambientais, podemos afirmar que para garantir um maior sucesso e atractividade das medidas por parte dos chefes de exploração será necessária uma aproximação diferente da considerada até agora, mais próxima de medidas do tipo vertical, específicas para aquele contexto. Será necessário ter em consideração o espaço concreto, tendo em conta as estruturas agrícolas do concelho de Marvão e os seus sistemas de produção e de uso do solo, um maior apoio técnico, mais informação, subsídios que compensem os encargos que as medidas acarretam e finalmente uma simplificação, diminuição da burocracia e exigências na aplicação das medidas.

8 Discussão e Propostas

Após a exposição da informação recolhida e exposta no enquadramento teórico-conceptual de todas as questões que envolvem a agricultura e o ambiente das zonas rurais portuguesas; da caracterização do PNSSM e do Concelho do Marvão em termos económicos, socio-culturais, ambientais e políticos e ainda de acordo com os resultados obtidos mediante a realização dos inquéritos e reconhecimento de campo, foi efectuada uma cruzamento desta informação de forma a ser conseguida uma análise o mais coerente e completa possível. De acordo com o cruzamento e análise de toda a informação recolhida e exposta nos capítulos anteriores, verificou-se que o desejado desenvolvimento sustentável nesta região implica uma integração de todos os componentes do sistema, ou seja, ter em conta todos os aspectos relevantes na perspectiva de um desenvolvimento efectivamente sustentável, isto é, um desenvolvimento integrador das políticas ambientais, económicas e sociais, capaz de responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações vindouras darem resposta às suas próprias necessidades. Para que tal aconteça, é necessário reforçar a importância da multifuncionalidade da paisagem e da necessidade de uma gestão integrada da mesma, para uma efectiva conservação da natureza e da paisagem a longo prazo. A articulação entre a preservação das actividades agrícolas tradicionais e o desenvolvimento das actividades económicas, é o compromisso desejável para a sustentabilidade futura desta região. É assim fundamental aproveitar as oportunidades criadas por esta multifuncionalidade, através da criação e manutenção de actividades económicas compatíveis com a conservação da natureza, como o turismo da natureza, rural e de aventura, e uma aposta nos produtos tradicionais e certificados complementando a sua produção com uma melhor comercialização. É também necessário, transformar alguns pontos fracos em fortes através de: uma melhoria da capacidade empresarial e do associativismo na região; articular as necessidades ecológicas de certas espécies com as necessidades do Homem; e contrariar o envelhecimento da região aumentando a sua atractividade para os jovens, através de uma maior oferta de emprego principalmente na agricultura e sectores relacionados. É portanto fundamental, a manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais, uma vez que estes sistemas garantem uma série de mais valias que podem ser rentabilizadas a longo prazo.

Por fim, considera-se que integrar todas as componentes referidas nas políticas e instrumentos de decisão ao dispor, seria uma forma inteligente e mais eficaz de garantir a sustentabilidade da região. Por exemplo, uma vez que actualmente são principalmente as medidas agrícolas aquelas que moldam as nossas paisagens, é essencial uma integração nestas medidas, dos requisitos para a sua manutenção, encontrando-se assim a solução para o desenvolvimento sustentável da região.

Considerando o exposto anteriormente, e de acordo com os objectivos traçados, tornou-se evidente que a solução para garantir a sustentabilidade da região passaria por uma melhor aplicação das medidas Agro-Ambientais, o que passa por uma adaptação destas ao espaço concreto e aos problemas aí

sentidos. Assim considera-se que a melhor forma seria a aplicação de um Plano Zonal Agro-Ambiental para o PNSSM na qual o concelho do Marvão iria beneficiar.

8.1 Medidas Propostas – Plano Zonal Agro-Ambiental

As medidas e acções propostas para este futuro Plano Zonal têm como base o conhecimento do funcionamento e dinâmica dos sistemas agrários de produção tradicionais e um levantamento dos principais factores de ameaça que emergiram em consequência do conjunto de alterações ocorridas no território do Parque Nacional, nomeadamente a alteração demográfica, a evolução das mentalidades e a ruptura dos sistemas tradicionais de produção, com nova adaptação dos meios aos recursos e às necessidades básicas. Estas alterações têm tido impactos fortemente negativos, quer numa perspectiva agronómica, quer ambiental. Com a implementação das acções propostas pretende-se travar a ruptura e inverter a situação que neste momento se assume. Para isso, a principal estratégia adoptada assenta na revalorização/dinamização de formas de organização comunitária, tradicionalmente fundamentais na gestão do território e actualmente depreciadas e desvalorizadas.

As medidas foram pensadas e baseadas no formato que têm tido até agora e que têm aplicação noutros Planos Zonais Agro-Ambientais, sendo adaptadas à realidade específica do PNSSM e portanto poderiam ser de aplicação directa. Apenas a medida “ Incentivo à produção de produtos certificados” foi feita de raiz, uma vez que não existe nenhuma semelhante que pudesse ser utilizada como base de apoio. As medidas propostas, devem ser compreendidas como ideias e/ou sugestões, podendo ser todas aplicadas ou apenas algumas delas, conforme as orientações estratégicas a definir pelo PNSSM e outros agentes envolvidos.

Estas propostas de medidas para um futuro Plano Zonal têm como **principais objectivos:**

1. Contribuir para a manutenção da utilização agrícola das terras, promoção de métodos de exploração sustentáveis e reforço dum tecido social viável nas zonas rurais;
2. Preservação do espaço natural e manutenção dos sistemas agrícolas e agro-silvo-pastoris tradicionais que encerram relevantes valores florísticos, faunísticos e paisagísticos;
3. Realização das políticas nacionais e comunitárias de conservação da biodiversidade, nomeadamente de apoio ao estabelecimento da futura Rede Natura 2000;
4. Contrariar o abandono e desertificação humana, promovendo a fixação das populações nas comunidades rurais através do apoio às actividades tradicionais no âmbito de uma agricultura sustentada.
5. Conservação de espaços cultivados de grande valor natural e das suas características históricas que se encontram ameaçados.

Assim foram consideradas e definidos os seguintes grupos e medidas:

Plano Zonal Agro-Ambiental do Parque Natural da Serra de São Mamede – Medidas Propostas

Grupo I – PRESERVAÇÃO DO MOSAICO PAISAGÍSTICO RESULTANTE DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS

Medida 1.1. Cereais, leguminosas de sequeiro, forragens e pastagens naturais

Medida 1.2. Soutos Tradicionais

Medida 1.3. Manutenção dos hortejos tradicionais

Medida 1.4. Produção de batata

Medida 1.5. Plantas aromáticas, medicinais e condimentares

Grupo II – PRESERVAÇÃO DE ELEMENTOS NATURAIS DE ELEVADO VALOR PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Medida 2.1. Preservação de matos

Medida 2.2. Preservação de Maciços Arbóreos e/ou Arbustivos Autóctones Integrados em Explorações Agrícolas

Medida 2.3. Manutenção e Recuperação de Bosques Naturais

Medida 2.4. Controlo de Núcleos de Infestantes Lenhosas

Medida 2.5. Preservação de Outros Elementos Naturais

Grupo III – SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS

Medida 3.1. Olival tradicional

Medida 3.2. Montados de Azinho, Sobro e Carvalho Negral

Medida 3.3. Incentivo à Produção de Produtos Certificados

Grupo IV – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

Medida 4.1. Preservação do património construído

Grupo V – MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PECUÁRIA EXTENSIVA

Medida 5.1. Manutenção dos Sistemas de Pecuária Extensiva

Medida 5.2. Incentivo à actividade de pastoreio

Medida 5.3. Conservação de Raças Autóctones

De seguida, está descrito para cada Grupo e medida a sua fundamentação, objectivos, zona de aplicação, beneficiários, condições de acesso e compromissos dos beneficiários.

8.1.1 Grupo I – PRESERVAÇÃO DO MOSAICO PAISAGÍSTICO RESULTANTE DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS

Fundamentação:

O património natural, cultural e paisagístico da área abrangida pelo PNSSM decorre em grande medida da diversidade de culturas e sistemas de produção que nele se localizam e que têm permitido, até ao presente, a existência de habitats específicos de diversas espécies florísticas, bem como condições ideais de alimentação, abrigo e reprodução de numerosas espécies animais. Assim, o objectivo principal desta medida é a manutenção dessa mesma diversidade.

Para tal, considera-se a exploração agrícola como um conjunto de actividades e produções diversificadas, podendo coexistir numa mesma exploração culturas de regadio – hortejos tradicionais ou produção de batata – com áreas de matos e incultos ou com culturas de sequeiro, como as leguminosas ou as arvenses. Este conceito de exploração agrícola, além de corresponder com maior exactidão à caracterização da actividade feita anteriormente para o PNSSM e concelho do Marvão, permite ainda simplificar a aplicação, no terreno, das presentes propostas, apoiar um maior número de explorações agrícolas de pequena e média dimensão e contribuir para a manutenção de sistemas produtivos e de culturas interligadas entre si e responsáveis, em grande medida, pelo valioso e diversificado património natural e paisagístico do PNSSM.

Objectivos:

- Preservação do mosaico paisagístico, habitats e biodiversidade associada através da manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais
- Apoiar explorações agrícolas de pequena e média dimensão

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Explorar uma área mínima de 0.3 ha com pelo menos duas das seguintes actividades:
 - Cereais
 - Forragens e pastagens naturais
 - Leguminosas
 - Soutos tradicionais
 - Hortejos tradicionais
 - Batata
 - Plantas aromáticas

Compromissos dos beneficiários:

- Manter o estrato arbóreo, caso exista
- Manter as sebes, as cortinas de abrigo e os muros tradicionais
- Manter o estrato arbustivo e arbóreo natural ao longo das linhas de água
- Garantir, quando necessário e recomendado pelo PNSSM, a existência de pontos de água acessíveis para abeberamento da fauna

8.1.1.1 Medida 1.1. Cereais, leguminosas de sequeiro, forragens e pastagens naturais

Fundamentação:

Uma área de dimensão elevada do PNSSM é ainda ocupada com sistemas cerealíferos de sequeiro, cuja degradação acelerada decorre da sua baixa produtividade e da falta de capacidade para competir com as

produções de outros países europeus, levando ao abandono ou à reconversão florestal das parcelas onde se localizam estes sistemas de produção. Dada a sua importância para diversas comunidades de aves, quer residentes, quer migrantes, bem como o contributo para a preservação de numerosas espécies e variedades de gramíneas e leguminosas resultante da inclusão dos cereais numa rotação tradicional de 2 anos, na qual a pastagem natural e/ou melhorada ocupa um papel de destaque, a manutenção destes sistemas de produção deve ser assegurada. Tal como os sistemas cerealíferos de sequeiro, também os sistemas forrageiros extensivos desempenham um papel muito importante na manutenção de habitats para numerosas espécies animais, além de assegurarem uma fatia importante do rendimento de um elevado número de agricultores cuja actividade principal é a pecuária. A sua localização específica no interior do PNSSM deve também ser considerada, uma vez que estes sistemas coincidem frequentemente com zonas onde a única alternativa é a florestação, o que pode levar à sua substituição por espécies florestais exóticas em regime de monocultura. Igualmente as culturas de leguminosas, quer de sequeiro, quer de regadio, se encontram em acelerada degradação e substituição, possuindo igualmente um elevado potencial como fonte de rendimento, dado tratar-se de culturas integradas em sistemas de produção tradicionais e intimamente ligadas à gastronomia da região. Importantes também para assegurarem a manutenção da diversidade de culturas no PNSSM e poderem constituir zonas de alimentação para diferentes espécies de avifauna. Refere-se ainda, tal como já foi mencionado anteriormente, que qualquer destas culturas se pode encontrar também em explorações de regadio – designadamente em explorações agro-pecuárias – nas quais a produção de leguminosas, de forragens e de prados naturais, por se integrarem em rotações anuais ou bianuais, contribui para a reposição da fertilidade do solo.

Condições de acesso:

- Área mínima de 0.3 ha
- Praticar pelo menos uma rotação bianual

Compromissos dos beneficiários:

- Praticar no máximo uma lavoura anual;
- Não efectuar qualquer mobilização com reviramento do solo na área correspondente à projecção da copa das árvores;
- Todas as mobilizações de solo devem ser sempre executadas segundo as curvas de nível;
- Ceifar o cereal apenas a partir da data anualmente estabelecida pelo Estrutura Local de Apoio (ELA) do Plano Zonal;
- Fazer corte para feno apenas a partir da data anualmente estabelecida pela Estrutura Local de Apoio do Plano Zonal;
- O encabeçamento deve estar compreendido entre as 0.15 e 1.4 CN/ha de SF

8.1.1.2 Medida 1.2. Soutos Tradicionais

Fundamentação:

Em acelerada degradação, estes Soutos, acumulam ao seu valor cultural a ausência de intensificação e constituem uma parte importante do mosaico de produções agrícolas do PNSSM necessário à preservação de diversas espécies animais. Os soutos de castanheiros, e castanheiros isolados de grande porte, desempenham um papel importante do ponto de vista ecológico, devido à idade avançada de muitas das árvores que compõem estes povoamentos. A existência de cavidades nos troncos dos castanheiros

fornecem abrigo a muitas espécies animais. Por outro lado, a fraca intervenção do Homem nestas áreas permite a existência de condições muito próximas das naturais, o que faz com que sejam utilizadas pela maioria das espécies animais. Além disso, o seu valor patrimonial é elevado pelo carácter tradicional deste produto com a “Castanha do Marvão” a ter designação DOP, bem como pela ligação à gastronomia local. Daqui advêm enormes potencialidades económicas que estão ainda por explorar e de onde poderão decorrer mais-valias para a região.

Condições de acesso:

- Árvores de fruto isoladas ou em pomar (souto) da espécie *Castanea sativa* com perímetro basal (a 10 cm do colo) superior a 3 metros;

Compromissos dos beneficiários:

- Manter os critérios de elegibilidade dos soutos/árvores;
- Não aplicar adubos azotados simples;
- Podas: i Executar apenas podas ligeiras e graduais; ii as folhas e ramos finos provenientes das podas devem ser deixadas nos soutos espalhados no terreno; iii nas zonas de incidência de cancro, sempre que a poda incida sobre ramos grossos, a zona do corte deve ser desinfectada com pasta ou calda bordalesa;
- Nas mobilizações do solo tem que se optar por uma das seguintes situações (por ordem de preferência): i eliminar completamente as mobilizações, cortando apenas a vegetação arbustiva e submetendo a área a pastoreio; ii não fazer mais de duas mobilizações: a primeira após a queda da folha utilizando grade de discos, para enterramento da folhada e fertilizantes; a segunda deve fazer-se no fim da primavera, com um vibrocultor, com a função de destruir as infestantes, se tiver que utilizar um escarificador, a passagem da alfaia deve ser muito superficial de forma a não danificar as raízes;
- A recolha de cogumelos deve fazer-se com uma faca, nunca procedendo à sua colheita por arranque; não proceder à recolha total de todos os cogumelos.

Esta medida reveste-se de particular importância dada a ausência de florestas autóctones velhas, com árvores de grande porte. Assim, a existência de soutos e/ou castanheiros centenários de elevado porte tem grande importância como suporte físico para a reprodução e abrigo de diversas espécies de aves e morcegos arborícolas prioritárias para a conservação da Natureza. Contudo, a sua manutenção na exploração agrícola significa, muitas vezes, uma perda de rendimento para o agricultor. Em soutos de idade muito avançada, verifica-se quebra de produção dado o estado decrépito de muitas árvores sujeitas a podas intensas ao longo dos anos. Torna-se então compensador o abate das árvores velhas e sua substituição por novas. Igualmente o valor da madeira pode motivar o corte de árvores destinadas a serrações.

A aplicação desta medida deve ser articulada com a medida do plano nacional “Pomares tradicionais – Castanheiros”, Grupo III – Conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural, incentivando todos os candidatos em condições de elegibilidade a concorrer.

8.1.1.3 Medida 1.3. Manutenção dos hortejos tradicionais

Fundamentação:

O hortejo tradicional está intimamente ligado ao passado da região, constituindo-se como um importante valor cultural e fonte complementar de rendimento de numerosas famílias. Destinado essencialmente ao auto-consumo, nele se produzem hortícolas e frutos diversos sem aplicações de

fitofármacos e está associado a pequenos regadios muito antigos e a nascentes naturais, incluindo ainda diverso património construído como noras, açudes e poços.

Condições de acesso:

- Hortejo tradicional deve ter uma área mínima de 0.1 ha e máxima de 2 ha, integradas em explorações com áreas inferiores a 50 ha e situadas fora de núcleos populacionais.

Compromissos dos beneficiários:

- Manter a horta em produção.
- Manter os muros tradicionais, as árvores, as sebes vivas e as pequenas construções de apoio ao hortejo tradicional.
- Manter pontos de água acessíveis à fauna.
- Não utilizar produtos fitofármacos

8.1.1.4 Medida 1.4. Produção de batata

Fundamentação:

A batata é um produto local com grande tradição de produção e consumo, no concelho de Marvão. A sua qualidade e inclusão na gastronomia local, demonstra a importância que há muito vem tendo no rendimento das populações da região. Trata-se de uma cultura integrada no sistema tradicional de produção.

Condições de acesso:

- Área mínima de 0.1 ha.

Compromissos dos beneficiários:

- Não efectuar monda química;
- Na cultura de batata efectuar só fertilizações orgânicas;

8.1.1.5 Medida 1.5. Plantas aromáticas, medicinais e condimentares

Fundamentação:

Abundantes na área abrangida pelo PNSSM, a diversidade de espécies existente encontra-se sub-aproveitada, tendo em conta as condições arcaicas a que ainda obedece a sua exploração e utilização. Recurso natural que pode constituir-se numa importante fonte de rendimento das populações, o conjunto de plantas aromáticas, medicinais e condimentares do PNSSM tem um papel determinante na manutenção de diversas comunidades, devendo a sua exploração ser modernizada, o que implica não só a sistematização da informação existente relativa a estas espécies, mas também apoios diversos que contribuam para uma produção sustentável das espécies, a transformação dos produtos obtidos e respectiva comercialização.

Condições de acesso:

- Área mínima de 0.1 ha
- Cultivar pelo menos uma espécie de Plantas Aromáticas, Medicinais e/ou Condimentares, nomeadamente das seguintes:
 - Camomila; alecrim; rosmaninho; salva; orégãos; tomilho;
 - Outras espécies, desde que autorizadas pela ELA do Plano Zonal.

Compromissos dos beneficiários:

- Manter as condições de elegibilidade

A necessidade de apoiar estas culturas decorre da sua importância para a preservação paisagem cultural e da qualidade dos recursos naturais no PNSSM, juntamente com as dificuldades que se enfrentam no presente, provocadas pela falta de mão-de-obra e deficiente organização dos produtores, com reflexos na sua comercialização, dificuldades essas que estão a levar a um acelerado declínio destas culturas.

8.1.2 Grupo II – PRESERVAÇÃO DE ELEMENTOS NATURAIS DE ELEVADO VALOR PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Fundamentação:

Uma parte importante do património natural do PNSSM resulta da existência de determinados elementos naturais, bem localizados e determinantes para a ocorrência de diversas espécies de flora e de fauna, nomeadamente os bosques naturais, os matos, maciços arbóreos e arbustivas autóctones integrados em explorações agrícolas, linhas de água e certas formações geológicas.

8.1.2.1 Medida 2.1. Preservação de matos

Fundamentação:

Num elevado número de explorações agrícolas verifica-se a ocorrência de formações vegetais importantes, designadamente matos, cuja preservação se justifica pelo seu elevado valor natural. É cada vez maior a extensão total destas áreas, facto que se deve, por um lado, ao abandono da actividade agrícola por parte da população mais velha e, por outro lado, às características de algumas parcelas de terra situadas em barrancos ou noutros locais com declives acentuados, parcelas com muito baixa produtividade, bem como outras parcelas inicialmente ocupadas com pastagens naturais ou melhoradas cuja evolução é deixada ao acaso até serem substituídas em grande parte por matos. O aparecimento de medidas de apoio para a gestão destas superfícies justifica-se pela possibilidade de recuperar manchas arbóreas de espécies autóctones e ainda contribuir para a prevenção de fogos. Permitirá ainda o fomento das espécies de fauna bravia, ao criar zonas de abrigo e campos de alimentação, assegurando a manutenção da biodiversidade tanto animal, como vegetal, quer seja pela sua posição na cadeia alimentar, quer seja pela sua associação a determinadas formações vegetais.

Objectivos:

- Preservação e gestão de matos integrados em explorações agrícolas de elevado valor natural
- Prevenção de fogos
- Criação de zonas de abrigo para a fauna

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- A área mínima é de 0.5 ha

Compromissos dos beneficiários:

- O titular da exploração deverá apresentar um Plano de Gestão para a área de matos que candidata.
- A área máxima a candidatar é de 50 ha
- Na área candidata, desmatar 10% anualmente e em rotação e cultivar 1/4 dessa área com uma consociação de 1 gramínea e 1 leguminosa
- Nas áreas objecto da ajuda só é permitido o pastoreio a partir de 15 de Julho com um encabeçamento compreendido entre as 0.15 e 1.4 CN/ha de SF
- Manter bons acessos aos pontos de água, caso existam.
- Cumprir estritamente o Plano de Gestão que for aprovado pela ELA.

8.1.2.2 Medida 2.2. Preservação de Maciços Arbóreos e/ou Arbustivos Autóctones Integrados em Explorações Agrícolas

Fundamentação:

São maciços de espécies actualmente muito confinadas, importantes não só pela sua riqueza florística, mas também por terem um papel fundamental na diversidade de habitats do PNSSM e de sistemas de produção agrícola, sustentando diversas comunidades de vertebrados que nelas encontram zonas de reprodução e refúgio e constituindo uma parte importante dos corredores migratórios estabelecidos ao longo do PNSSM.

Objectivos:

- Preservação e gestão maciços arbóreos e/ou arbustivos autóctones integrados em explorações agrícolas
- Criação de zonas de abrigo e corredores ecológicos para a fauna

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- A área mínima ocupada com maciços é de 0.2 ha;
- A área máxima do maciço ou do conjunto de maciços da exploração é de 30 ha
- Área de bosque não pode ultrapassar 40% da área de SAU;
- As áreas candidatas devem incluir uma ou mais das seguintes espécies: sobreiro (*Quercus suber*), carvalho negral (*Quercus Pyrenaica*) Carvalho alvarinho (*Quercus robur*), medronho (*Arbutus unedo*), azinheira (*Quercus rotundifolia*), pinheiro manso (*Pinus pinea*) e pinheiro bravo (*Pinus pinaster*)
- Densidade mínima das espécies arbóreas de 50 árvores/ha;
- O titular da exploração deverá apresentar um Plano de Gestão para a área de maciços que candidata.

Compromissos dos beneficiários:

- Não fazer qualquer corte com objectivo económico sem autorização da ELA
- Cumprir estritamente o Plano de Gestão que for aprovado pela Estrutura Local de Apoio. O Plano de gestão deverá incluir, entre outros, os seguintes itens: gestão de matos, remoções de árvores e partes de árvores com fins sanitários, limpeza sanitária de povoamentos e condicionamentos ao pastoreio;
- Manter as superfícies limpas de quaisquer lixos e resíduos;
- Impedir a disseminação de espécies vegetais intrusas.

8.1.2.3 Medida 2.3. Manutenção e Recuperação de Bosques Naturais

Fundamentação:

Ao longo dos tempos, o uso tradicional dos bosques conferia-lhe um nível de protecção eficaz. Estes bosques naturais incluem os carvalhais de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), Carvalho português (*Quercus faginea*), bosques ripícolas (*Fraxinus angustifolia*, *Alnus glutinosa*), sobreiral (*Quercus suber*) e medronhal (*Arbutus unedo*). Hoje, com a desertificação do espaço rural, a ameaça a estes espaços resulta, sobretudo, da falta de maneio, nomeadamente por redução da desrama para as lenhas, pela diminuição do pastoreio sob coberto e roço de matos sob coberto. À assim por um lado a ameaça permanente de fogo, dada a elevada carga de combustível presente, e, por outro, a expectativa da exploração intensiva por corte raso do material lenhoso para venda de lenha e madeira. Importa criar uma alternativa de gestão que volte a garantir simultaneamente a sustentabilidade do habitat e o rendimento às populações. Ainda neste contexto, estão incluídas acções de

ampliação das actuais áreas de floresta de conservação, actuando sobre áreas de regeneração na periferia dos bosques e bosques ou em áreas isoladas. Nestes espaços, pretende-se promover a regeneração do arbóreo dominante pela limpeza de matos e condução da regeneração.

Objectivos:

- Manutenção da biodiversidade vegetal.
- Promoção da gestão sustentável dos bosques naturais.
- Promoção da regeneração natural dos bosques.

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Área mínima a candidatar é de 5 ha.
- Área máxima a candidatar é de 200 ha.
- Estabelecimento e delimitação, em carta e suporte digital, dos limites das áreas de intervenção.
- Apresentar para a área a candidatar, um Plano de Manutenção, aprovado pela ELA.

Compromissos dos beneficiários:

O beneficiário compromete-se durante 5 anos a:

- Manter as condições gerais de acesso.
- Cumprir o Plano de Manutenção.
- Cumprir as Normas Técnicas previstas no Plano Zonal.
- Não fazer qualquer corte com objectivos económicos.
- Não realizar queimadas.
- Erradicar espécies exóticas de carácter infestante (*Acacia dealbata* e *Acácia melanoxylon*).
- Condicionar o pastoreio, trânsito e presença de gado, em conformidade com o Plano Anual de actividades.
- Comunicar atempadamente as alterações resultantes de circunstâncias extraordinárias que impeçam o cumprimento do estabelecido, propondo as acções que alternativamente pretende desenvolver nesse ano.
- Frequência das acções de formação que vierem a ser instituídas no âmbito do Plano Zonal.

3.1.2.4 Medida 2.4. Controlo de Núcleos de Infestantes Lenhosas

Fundamento:

A recuperação destes habitats pelo combate e erradicação de infestantes lenhosas, em particular a mimosa (*Acacia dealbata*). O combate a esta infestante tem sido levado a cabo pelo PNSSM, desde longa data. Existem, contudo, focos de pequena dimensão que, não podendo ser uma prioridade de combate do PNSSM pela natureza do regime de propriedade, constituem um foco disseminador desta infestante. Nos últimos anos, o fogo, frequentemente associado à pastorícia, tem provocado o aumento do número e da dimensão destes núcleos. Pretende-se, assim, com esta medida erradicar estes pequenos focos que ainda estão numa fase em que o seu controlo pode ser feito eficazmente.

Objectivos:

- Promover a regeneração de habitats naturais;
- Erradicar espécies exóticas de carácter infestante (*Acacia dealbata* e *Acácia melanoxylon*).
- Contribuir para a reposição da composição florística característicos dos habitats intervencionados.

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Declarar toda a área invadida por infestantes lenhosas (*Acacia dealbata* e *Acácia melanoxylon*).
- Candidatar uma área máxima de 2 ha, contínua ou fragmentada.
- Estabelecimento e delimitação, em carta e suporte digital, dos limites das áreas de intervenção.
- Apresentar, para a área a candidatar, um Plano de Erradicação aprovado pela ELA do Plano Zonal.

Compromissos dos beneficiários:

O beneficiário compromete-se durante 5 anos a:

- Manter as condições de acesso.
- Cumprir o Plano de Erradicação.
- Cumprir as Normas Técnicas previstas no Plano Zonal.
- Comunicar atempadamente as alterações resultantes de circunstâncias extraordinárias que impeçam o cumprimento do estabelecido, propondo as acções que alternativamente pretende desenvolver nesse ano.
- Frequência das acções de formação que vierem a ser instituídas no âmbito do Plano Zonal.

8.1.2.5 Medida 2.5. Preservação de Outros Elementos Naturais

Fundamentação:

São exemplo de outros elementos naturais as linhas de água temporárias, secas durante o período estival, que suportam numerosas espécies florísticas, ou espécies raras ou localizadas. Da mesma forma, determinadas formações geológicas constituem-se em biótopos que suportam diversas espécies florísticas.

Objectivos:

- Preservação de elementos naturais integrados nas explorações agrícolas como: galerias rípicolas, linhas de água temporárias e formações geológicas.

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Áreas de valor reconhecido pelo PNSSM que incluam um ou mais dos seguintes elementos naturais:
 - Linhas de água temporárias
 - Galerias rípicolas
 - Formação geológica de relevante valor científico

Compromissos dos beneficiários:

- Retirada da normal actividade agrícola da exploração, com excepção do pastoreio, dos elementos naturais incluídos na área candidata;
- O pastoreio deve ter um encabeçamento compreendido entre as 0.15 e 1.4 CN/ha de SF.

8.1.3 Grupo III – SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS

8.1.3.1 Medida 3.1. Olival tradicional

Fundamentação:

A oliveira (*olea europaea*) é uma cultura com muita importância na agricultura do PNSSM, não só pela tradição olivícola do país, como pela área e número de agricultores envolvidos nessa actividade agrícola de produzir azeitona e azeite. O olival tradicional é uma cultura de grande importância

para as aves, uma vez que é um importante recurso alimentar por frutificar numa época do ano em que as fontes de alimentação são escassas.

Objectivos:

- Preservação do olival tradicional

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Olival em regime de sequeiro com área mínima de 0,3 ha/exploração;
- Densidade mínima de 60 árvores/ha e máxima de 210 árvores/ha;
- Manutenção dos muros de suporte e/ou de divisória;
- Quando consociado, deve constituir, pelo menos, 60% do povoamento;

Compromissos dos beneficiários:

- Manutenção do olival em boas condições de produção e livre de infestantes arbustivas; Garantir a cobertura do solo no período Outono/Inverno, com excepção do período da colheita, de acordo com o plano de exploração;
- Realização de podas pelo menos de três em três anos;
- Proceder anualmente à colheita da azeitona;
- Não utilização de produtos fitofarmacêuticos, excepto após o parecer prévio positivo dos serviços oficiais;
- Manter em bom estado de conservação os muretes e muros de suporte em pedra solta, caso existam, assim como os muros de pedra ou sebes vivas que delimitam as parcelas;
- Não efectuar mobilizações do solo com a seguinte maquinaria: charrua, grade de discos ou alfaia rotativa.
- Fomento de vegetação na entrelinha dos olivais com faixas com coberto vegetal constituído por espécies espontâneas ou semeadas
- Adoptar práticas que permitam a mecanização das diferentes operações a efectuar nos olivais.
- Controlo de infestantes,
- Demonstrações para técnicos e olivicultores

8.1.3.2 Medida 3.2. Montados de Azinho, Sobro e Carvalho Negral

Fundamentação:

Os Montados têm um excepcional valor económico e de conservação. Com efeito, a gestão tradicional do montado, envolve pouca perturbação do meio ambiente, pelo que, estes ecossistemas suportam uma elevada biodiversidade, que é mesmo superior à dos bosques clímax mediterrânicos a partir dos quais o montado evoluiu. A elevada biodiversidade que os montados preservam, também faz com que sejam considerados um modelo de desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração e a conservação. Tais sistemas de produção são cada vez mais reconhecidos como sistemas sustentáveis de prática agrícola, os quais representam um valioso apoio da transição para uma futura utilização mais sustentável do solo. Do ponto de vista agrícola e ambiental, os montados constituem um dos exemplos de sistemas tradicionais de uso do solo na Europa que se podem considerar sustentáveis. Para além da sua importância económica, o montado assegura ainda uma grande biodiversidade natural, incluindo fauna selvagem, pastagens e arbustos de ervas aromáticas. De notar também que esta região tem ainda a particularidade de conter áreas onde o carvalho-negral ocorre sob a forma de montado, formações raríssimas a nível nacional.

Objectivos:

- Preservação e gestão tradicional do montado
- Suporte de elevada biodiversidade associada

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

Podem beneficiar das ajudas previstas nesta medida os candidatos que reúnam as seguintes condições:

- Área mínima de montado de 1 ha;
- Índice de Densidade do montado (IDM), resultante da soma das várias classes por hectare, igual ou superior a 100/ha.
- Encabeçamento em pastoreio da Unidade de Produção compreendido entre 0,15 e 0,7 CN/ha de superfície forrageira;
- Quando consociados com outras espécies, as azinheiras, os sobreiros mais os carvalhos negrais devem constituir, pelo menos, 75% do povoamento.

Compromissos dos beneficiários:

Para efeitos de atribuição da ajuda, os beneficiários devem comprometer-se, durante o período de concessão da ajuda, a:

- Manter as condições de acesso;
- Podar as árvores de forma tecnicamente equilibrada;
- Proceder à gestão do sobcoberto, garantindo faixas ou manchas contínuas não desmatadas, com localização fixa durante os 5 anos, para refúgio da fauna local, numa percentagem de área entre 15% e 25%; A gestão do sob-coberto deve impedir a evolução dos matos para silvados e matagais, evitando-se a acumulação progressiva de materiais combustíveis propícios ao desenvolvimento de fogos, efectuando-se sempre que necessário operações de limpeza.
- Proceder a práticas que permitam a regeneração do montado;
- Manter em bom estado sanitário as espécies que integram o montado;
- Não praticar culturas arvenses;
- Não efectuar mobilizações profundas ou com reviramento do solo;

8.1.3.3 Medida 3.3. Incentivo à Produção de Produtos Certificados

Fundamentação:

Estes produtos identificados, protegidos e valorizados constituem um trunfo importante para o mundo rural, contribuindo para travar a desertificação humana das regiões mais desfavorecidas, potenciando e complementando os recursos existentes, gerando postos de trabalho, incluindo no sector dos serviços, respeitando as raças e variedades autóctones, preservando as condições ambientais naturais, respeitando os ecossistemas existentes e a biodiversidade, ao mesmo tempo que respeitam os consumidores que privilegiam a qualidade. Os agro-alimentares de qualidade com nomes protegidos são uma das marcas de excelência do Alentejo, apresentando-se como verdadeiros tesouros que pouco a pouco vão sendo descobertos e colocados à disposição dos consumidores mais exigentes. São também uma fonte de riqueza para as regiões interiores e para os seus produtores, apresentando-se como elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentado destas mesmas regiões.

Objectivos:

- Favorecer a diversificação da produção agrícola
- Promover os produtos característicos
- Melhorar o rendimento dos agricultores
- Fixar a população rural
- Disponibilizar aos consumidores produtos diferenciados

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Ser produtor de um dos seguintes produtos certificados:
 - Frutos Frescos (“Cereja de São Julião”, “Maçã de Portalegre”)
 - Outros frutos (“Castanha de Marvão”)
 - Salsicharia (“Cacholeira Branca de Portalegre”, “Chouriço Mouro de Portalegre”, “Chouriço de Portalegre”, “Farinheira de Portalegre”, “Linguíça de Portalegre”, “Lombo Branco de Portalegre”, “Lombo Enguitado de Portalegre”, “Morcela de Assar de Portalegre”, “Morcela de Cozer de Portalegre”, “Painho de Portalegre”, “Presunto do Alentejo e Paleta do Alentejo”)
 - Carne de Bovino (“Carne Mertolenga”, “Carne Charneca”, “Carnalentejana”, “Carne de Bovino Tradicional do Montado”).
 - Carne de Caprino (“Cabrito Serpentino”, “Cabrito Charnequeiro”)
 - Carne de Ovino (“Borrego do Nordeste Alentejano”)
 - Carne de suíno (“Carne de Porco Alentejano”)
 - Queijos (“Queijo de Nisa”)
 - Azeites (“Azeite do Norte Alentejano”)
 - Mel (“Mel do Alentejo”)

Compromissos dos beneficiários:

- Cumprir as condições para beneficiar de uma denominação “IGP”, “ETG” ou “DOP”, constante de um caderno de especificações e obrigações.
- O pedido de registo de uma certificação “IGP”, “ETG” ou de uma “DOP” pode ser apresentado por um agrupamento de produtores, independentemente da sua forma jurídica ou da sua composição, ou, a título excepcional, por uma pessoa singular ou colectiva.
- Garantir um organismo de controlo, que ofereça garantias suficientes de objectividade e de imparcialidade, que verificará se o produto satisfaz as condições definidas no caderno de especificações e obrigações.
- O uso da Denominação de Origem protegida (DOP), Indicação Geográfica Protegida (IGP) e Especialidade Tradicional Garantida (ETG) obriga:
 - a que no caso da “Castanha de Marvão”, “Cereja de São Julião”, “Maçã de Portalegre” e “Queijo de Nisa” sejam produzidos de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações, o qual inclui, designadamente, as condições de produção, colheita e acondicionamento do produto.
 - a que no caso do mel do Alentejo não seja permitida a alimentação artificial das abelhas. As colmeias utilizadas têm de ser de quadros móveis, com menos de 5 anos de uso. A colheita do mel tem de ser feita de favos completamente operculados e isentos de criação e desfasada de modo a obter um máximo de polinização correspondente à espécie de mel nomeada. O desabelho tem de ser feito por jacto de ar ou pelo sistema tradicional de escova das abelhas. É proibido o uso de repelentes. A desoperculação dos quadros pode ser feita pelo sistema tradicional, com facas e água a ferver, sistemas eléctricos ou a vapor desde que estes não alterem os factores do mel. A extracção tem de ser feita exclusivamente por centrifugação. Para proceder à decantação e centrifugação de um mel cristalizado será permitido fundi-lo a uma temperatura que não ultrapasse 45° C. Deve ainda ser acondicionado em frascos de vidro onde conste a menção “Mel do Alentejo – Denominação de Origem”.
 - a que no caso de produtos de salsicharia sejam obtidos de acordo com as regras constantes do Caderno de Especificações, o qual inclui designadamente as condições de criação dos animais, as condições de abate e desmancha, bem como as regras de transformação, marcação e acondicionamento; o produto final deve apresentar-se pré-embalado de origem e inteiro.
 - a que no caso das carnes esta seja produzida de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações, o qual inclui, designadamente, a identificação dos animais, o saneamento e a assistência veterinária, o sistema de produção, a alimentação, as substâncias de uso interdito e as condições a observar no abate e conservação das carcaças.

- a que o azeite seja produzido de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações, o qual inclui, designadamente, variedades de azeitona, condições de apanha e transporte para o lagar, condições de laboração e as características do produto final.
- A rotulagem deve cumprir a legislação em vigor e mencionar obrigatoriamente a Denominação de Origem ou Indicação Geográfica. Deve ainda ostentar a Marca de Certificação, aposta pela respectiva entidade certificadora.

8.1.4 Grupo IV – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

8.1.4.1 Medida 4.1. Preservação do património construído

Fundamentação:

O facto de se tratar de um Parque muito humanizado (São Mamede é o Parque de montanha que em Portugal apresenta maior densidade demográfica), e de o Homem ter sabido manter, no passado, uma relação de equilíbrio com o território, permite considerar quer a diversidade quer o equilíbrio, como as principais potencialidades deste Parque. A variedade de Recursos Patrimoniais (natural, monumental, construído e sócio-cultural) permite a realização de um conjunto variado de actividades complementares para visitantes com interesses específicos. Assim prende-se com esta medida contribuir para a preservação, recuperação e valorização dos elementos do património construído existentes, designadamente através do seu aproveitamento numa óptica de integração com o meio envolvente.

Objectivos:

- Preservação de estruturas arquitectónicas populares de características históricas e tradicionais, de grande valor paisagístico e ambiental.
- Revitalização dos usos tradicionais a elas associadas.

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Ser beneficiário no mínimo de uma medida deste Plano Zonal.
- Apresentar plano de recuperação aprovado pelas entidades competentes, visando a manutenção das características específicas do património a preservar.

Compromissos dos beneficiários:

- Manter as condições de acesso.
- Conservar a traça tradicional de todas as construções rurais e outro património relacionado com actividades agro-ambientais na área intervencionada.
- Adaptar ou demolir qualquer construção que pela sua traça, ou materiais empregues não se enquadre no meio envolvente.
- Manutenção da actividade agrícola tradicional da região.
- Manter o ordenamento do espaço agrícola tradicional em toda a área da parcela.

8.1.5 Grupo V – MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PECUÁRIA EXTENSIVA

8.1.5.1 Medida 5.1. Manutenção dos Sistemas de Pecuária Extensiva

Fundamentação:

O papel da actividade agrícola na gestão e dinâmica da paisagem tem sido o ponto central na conservação da biodiversidade do espaço confinado ao PNSSM. Para colmatar o efeito das reduzidas áreas agrícolas, o agricultor promoveu a utilização das áreas de baldio como forma de assegurar a alimentação do seu efectivo pecuário, promovendo em simultâneo a

manutenção dos sistemas agro-pastoris tradicionais. Assim, o homem rural, através da gestão equilibrada do espaço agrícola para cultivo e pastoreio, da utilização de matos para lenha e para a cama dos animais e da utilização das pastagens espontâneas situadas em terrenos de usufruto comunitário, conseguiu manter um equilíbrio sustentável na sua actividade produtiva, promovendo em simultâneo a valorização do património paisagístico e a manutenção de habitats com elevado interesse para a conservação da biodiversidade. No entanto, a redução do número de pessoas residentes associada ao acréscimo de população envelhecida têm conduzido a um sucessivo abandono de terras agrícolas, à falta de limpeza das áreas de matos e bosquetes, à degradação dos muros de suporte e à alteração do maneio dos animais. Estas mudanças, além de provocarem uma ruptura nos sistemas de produção tradicionais, têm tido implicações significativas na degradação do património paisagístico, nos habitats naturais, com consequente redução da biodiversidade. Esta medida perspectivou-se tendo em conta a necessidade de aproveitar de forma equilibrada dos recursos forrageiros disponíveis. Este tipo de sistemas de pastoreio é também uma importante forma de gerir a paisagem, no sentido de manter uma adequada compartimentação das unidades de vegetação e de reduzir a carga combustível originada pelo desenvolvimento da vegetação natural, ajudando a diminuir o risco de incêndio na época de estio.

Objectivos:

- Promoção da fixação da população rural.
- Promoção da gestão sustentável dos recursos.
- Manutenção de sistemas de pecuária extensiva promotores da preservação do ambiente.

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Candidatar toda a área de SAU da Unidade de Produção (UP).
- Explorar uma área máxima de 2,5 ha de SAU da UP
- Explorar uma área mínima de 0,3 ha de SAU da UP.
- Possuir, no mínimo, uma Cabeça Normal de uma das quatro espécies (bovinos, ovinos, suínos e caprinos).
- Declarar todo o efectivo pecuário da UP.
- Encabeçamento total inferior ou igual a 1,4 CN/ha de superfície forrageira total (incluindo a área de baldio ou equiparado que utiliza).
- O total do efectivo bovino, expresso em cabeças normais, não pode exceder o resultado do produto de 8,22 pela superfície forrageira da UP (nota: para efeitos deste cálculo não pode ser considerada a área de baldio ou equiparado que utiliza).

Compromissos dos beneficiários:

O beneficiário compromete-se durante 5 anos a:

- Manter as condições de acesso.
- Permanência dos bovinos na UP ou em locais previamente comunicados e aceites pela Estrutura Local de Apoio do Plano Zonal, de 15 de Novembro a 15 de Fevereiro (podem ser considerados outros períodos comprovadamente decorrentes dos usos e costumes definidos pelos órgãos gestores dos baldios e/ou equiparados e aceites pela ELA do Plano Zonal).
- Respeitar as limitações definidas pelo PNSSM no âmbito da restrição de zonas e períodos de pastoreio em áreas prioritárias de recuperação ambiental.
- Manter em bom estado sanitário todo o efectivo pecuário da UP.
- Manter a actividade agrícola em toda a área da UP.
- Aplicação de estrumes sem exceder as 20t/ha.

- Frequência das acções de formação, que vierem a ser instituídas no âmbito do Plano Zonal.

8.1.5.2 Medida 5.2. Incentivo à actividade de pastoreio

Fundamentação:

Os valores naturais do Parque e a sua humanização encontram-se intimamente associados à actividade de pastoreio e à figura tradicional e imprescindível do pastor. A criação de gado, na medida em que permite o aproveitamento de terrenos sem outras possibilidades de utilização pode constituir um dos fundamentos económicos para o repovoamento do PNSSM. Com efeito, a fraca qualidade dos solos, muitas vezes pedregosos traduz-se numa redução drástica da capacidade produtiva agrícola de grandes extensões do PNSSM. Nestas condições e apesar da actividade de pastorícia se apresentar como a mais adequada a este meio natural, mesmo assim, houve desde sempre a necessidade de deslocar os rebanhos por diferentes áreas de pastagem, nomeadamente áreas de matos e incultos, em função das disponibilidades forrageiras ao longo do ano. Para além do acompanhamento dos rebanhos, o pastor desenvolve sempre um conjunto de tarefas associadas à actividade de pastoreio (ordenha, armação dos bardos, preparação das camas, observação dos animais) o que exige uma disponibilidade total daquele. A dureza desta actividade e a cada vez menor compensação financeira pelo serviço prestado pelo pastor tem conduzido a um fenómeno social de degradação da figura de pastor e redução dos recursos humanos disponíveis para esta actividade crucial.

A preservação de prados e pastagens espontâneos com interesse florístico e conseqüente manutenção da diversidade dos diferentes habitats, para além de outras práticas (corte mecânico, fogo controlado), depende em grande medida do seu pastoreio por pequenos ruminantes e conseqüentemente da existência de pastores. Por outro lado, a possibilidade de sustentação de actividades económicas, como é o caso da produção de leite de ovinos na área do Parque, a qual depende da existência de pastores, é fundamental para a estratégia de manutenção da ocupação humana. Ainda noutra perspectiva, os pastores enquanto proprietários de animais de raças locais acabam por ser os verdadeiros detentores e responsáveis pela conservação "in situ" da diversidade biológica animal associada e dos recursos genéticos disponíveis para o desenvolvimento de acções de melhoramento, selecção genética, contraste leiteiro, alimentação e qualidade do leite (eventual estabelecimento de grelhas qualitativas). Neste contexto, justifica-se que estes agentes da agricultura local possam ser compensados pelos serviços prestados decorrentes da utilização dos recursos genéticos conservados no âmbito dos sistemas agrícolas por eles praticados e colocados à disposição da comunidade em geral, caso aceitem colaborar em trabalhos no âmbito acima referido.

Objectivos:

- Manutenção da actividade de pastorícia em áreas de matos e incultos, associada ao sistema extensivo de produção ovinos/leite, como forma de manter os valores de conservação da natureza, culturais, paisagísticos e económicos nestas áreas;
- Dignificação do serviço prestado pelo pastor;

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Ser detentor dum efectivo mínimo de 5 CN (33 animais) de pequenos ruminantes de raças tradicionais locais;
- Prova de que é detentor do livro de existências de pequenos ruminantes e do boletim sanitário devidamente preenchidos e actualizados;
- Propor-se pastorear um efectivo mínimo de 15 CN (99 animais) de pequenos ruminantes;
- Prova de que todos os animais em pastoreio são alvo da aplicação do plano nacional de saúde animal (documento de saneamento);
- Apresentação de quadro discriminativo e respectivos documentos de identificação das parcelas e áreas que vão ser pastoreadas.
- No caso de pastorear outros animais para além daqueles dos quais é proprietário, deverá apresentar:
 - Declaração dos outros proprietários confirmando o compromisso assumido pelo destinatário da ajuda;
 - Prova de que os outros proprietários de animais são detentores do livro de existências e boletim sanitário dos rebanhos, devidamente preenchidos e actualizados;
 - Prova de que os rebanhos em pastoreio colectivo possuem todos o mesmo estatuto sanitário;

Compromissos dos beneficiários:

- Manter os animais em boas condições de saúde e bem estar animal;
- Manter o número de CN em pastoreio declaradas na candidatura, durante o ano a que diz respeito a candidatura, excepto em casos de força maior;
- Confirmação anual da renovação da candidatura e no caso de alterações à situação do ano anterior, reformulação da candidatura em conformidade com as novas condições de áreas pastoreadas e/ou número de CN a conduzir em pastoreio.
- No caso de aderirem a acções a desenvolver pelo Ministério da Agricultura no âmbito de trabalhos de melhoramento genético da raça, do seu maneio, alimentação, qualidade do leite ou outras, o detentor dos animais deverá incondicionalmente colocar os animais necessários à disposição dos trabalhos a desenvolver e cumprir com as orientações estabelecidas pelos técnicos.

8.1.5.3 Medida 5.3. Conservação de Raças Autóctones

Fundamentação:

As raças autóctones de pecuária representam um património genético valioso, possuindo um grande potencial de valorização económica (e de conservação) se associado ao fomento de produtos tradicionais de qualidade. A importância da manutenção das raças autóctones é múltipla, podendo-se salientar o seu papel nos agro-ecossistemas, permitindo uma utilização eficiente dos recursos disponíveis, tanto genéticos como materiais, contribuindo para a manutenção de sistemas de produção sustentáveis (nomeadamente porque utilizam sub-produtos agrícolas que dificilmente teriam outro aproveitamento) e para a fixação das populações rurais. É igualmente importante do ponto de vista da conservação da diversidade genética, uma vez que cerca de metade das diferenças genéticas são únicas para cada raça e a outra metade é comum a todas as raças da mesma espécie. Estas raças autóctones, exploradas na sua maioria com fins económicos, apesar de bem adaptadas ao meio, não são frequentemente as mais adequadas para o fim para o qual são exploradas. Foi esta falta de adaptação às exigências do mercado e às alterações sócio-económicas que levou a que, durante o século XX, e sobretudo nos anos setenta, os efectivos de muitas das raças autóctones portuguesas baixassem de forma significativa, tendo-se receado que algumas destas se viessem a perder. É

necessário considerar, que a manutenção deste património genético terá de passar pela criação de condições de auto-sustentabilidade (valorização dos produtos, como seja da carne) e/ou pelo pagamento de serviços aos agricultores que as mantenham, compensando-os pelas perdas de rendimentos que obteriam se tivessem animais mais produtivos.

Objectivos:

- Preservação do património genético autóctone.
- Promoção de raças adaptadas aos sistemas tradicionais de pastoreio.
- Promoção da gestão sustentável dos recursos.

Zona de Aplicação:

- Toda a área do território do PNSSM

Beneficiários:

- Agricultores em nome individual ou colectivo

Condições de acesso:

- Ser beneficiário da medida "Manutenção das Raças Autóctones", prevista no Programa de Desenvolvimento Rural.
- Possuir, no mínimo, uma fêmea adulta das seguintes raças autóctones: Bovinos: Alentejana, Mertolenga ou Bovina Preta; Ovinos: Merino Branco, Caprinos: Serpentina ou Charnequeira; Suíno: Alentejano.
- Animais inscritos nos livros genealógicos ou no registo zootécnico das respectivas raças.
- Declarar todo o efectivo pecuário da UP.
- Encabeçamento total inferior ou igual a 1,4 CN/ha de superfície forrageira total.
- O total do efectivo bovino e equino, expresso em cabeças normais, não pode exceder o resultado do produto de 8,22 pela superfície forrageira da UP (nota: para efeitos deste cálculo não pode ser considerada a área de baldio).

Compromissos dos beneficiários:

O beneficiário compromete-se durante 5 anos a:

- Manter as condições de acesso.
- Manter os animais em linha pura.
- Comunicar à entidade responsável do livro genealógico ou registo zootécnico todas as alterações do respectivo efectivo.
- Permanência dos bovinos na UP ou em locais previamente comunicados e aceites pela ELA do Plano Zonal, de 15 de Novembro a 15 de Fevereiro (podem ser considerados outros períodos comprovadamente decorrentes dos usos e costumes definidos pelos órgãos gestores dos baldios e/ou equiparados e aceites pela ELA do Plano Zonal).
- Respeitar as limitações definidas pelo Plano de Ordenamento do PNSSM ou, quando for o caso, as limitações previstas no âmbito da restrição de zonas e períodos de pastoreio em áreas prioritárias de recuperação ambiental.
- Frequência das acções de formação, que vierem a ser instituídas no âmbito do Plano Zonal.

Tendo em consideração que os sistemas agrícolas da região se baseiam numa lógica de complementaridade entre as várias culturas agro-pecuárias e florestais, os candidatos às medidas propostas terão que concorrer com toda a sua exploração, a todas as medidas presentes neste plano zonal que seja possível elegeer no âmbito da sua actividade.

8.1.6 Sistema de Gestão do Plano Zonal

A aplicação, o sucesso e o resultado final do Plano Zonal, depende fortemente da existência duma estrutura de suporte responsável pela divulgação, acompanhamento, implementação e monitorização do Plano e da demonstração da mais valia da intervenção proposta. Nestes termos, considera-se necessário a existência de uma Estrutura Local de Apoio (ELA) e de uma Comissão de Acompanhamento (CA), através das quais será

possível dinamizar e melhorar a eficácia do Plano e a eficiência do aproveitamento dos recursos disponíveis, quer em termos humanos quer em termos materiais e financeiros. Considera-se também que a aplicação e elaboração dos programas Agro-ambientais deverá envolver diferentes actores, e não, exclusivamente, pessoas ligadas ao sector agrícola. É ainda necessário que estudos e avaliações passem a fazer parte integral das diferentes Medidas Agro-Ambientais implementadas. Só assim estaremos aptos a saber quais as medidas mais eficientes, quais as que necessitam de alterações, quais as que devem ser abandonadas, e como devem ser formulados as novas medidas.

De notar que a composição e competências da ELA e CA seguem o que já é proposto pelo ICN para os Planos Zonais já existentes.

Propõe-se que a **Estrutura Local de Apoio** tenha a seguinte composição:

- 2 representantes do ICN/PNSSM
- 1 representante da DRA-Alentejo
- 2 representantes das organizações de produtores

As **competências da Estrutura Local de Apoio** deverão ser:

- Apresentar o calendário anual e promover as acções de divulgação das medidas do plano;
- Prestar esclarecimento aos potenciais destinatários das ajudas;
- Proceder à recepção e aprovação das candidaturas;
- Prestar assistência técnica aos beneficiários do Plano Zonal para melhor implementação das medidas;
- Apoiar a gestão e monitorização da execução do Plano Zonal;
- Incentivar e apoiar a implementação das medidas do Plano Zonal;
- Fixar anualmente as datas e as técnicas a aplicar no corte das forragens e ceifa dos cereais;
- Aprovar as restrições de zonas e períodos de pastoreio em áreas prioritárias de recuperação ambiental propostas pelo PNSSM;
- Aprovar quais as espécies de plantas aromáticas, medicinais e/ou condimentares a cultivar no âmbito da medida 1.5. "*Plantas aromáticas, medicinais e condimentares*"
- Aprovar os planos de gestão, manutenção ou erradicação para as áreas candidatas à medida 2.1. "*Preservação de matos*," medida 2.2. "*Preservação de maciços arbóreos e/ou arbustivos autóctones integrados em explorações agrícolas*", medida 2.3. "*Manutenção e Recuperação de Bosques Naturais*" e medida 2.4. "*Controlo de Núcleos de Infestantes Lenhosas*".
- Aprovar os planos de manutenção ou recuperação de infra-estruturas de elevado valor social e histórico relativo à medida 3.1. "*Preservação do património construído*".

No que se refere à **Comissão de Acompanhamento**, a sua composição deverá ser a seguinte:

- 1 representante da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR), que preside

- os membros da Estrutura Local de Apoio (ELA)
- 1 representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo (CCDRA)

A Comissão de Acompanhamento pode solicitar a participação consultiva de representantes de **outras entidades**, nomeadamente:

- Representantes das Organizações de Agricultores sedeados na área dos concelhos que integram o PNSSM
- Representantes das Associações Florestais que integram o território do PNSSM
- Representantes de cada Câmara Municipal da área geográfica de aplicação das medidas
- Representantes de Associações de Desenvolvimento Local
- Representantes Organizações Não Governamentais do Ambiente legalmente reconhecidas
- Representantes de Associações de Caça e Pesca dos concelhos do PNSSM

As competências da Comissão de Acompanhamento deverão ser:

- Elaborar e aprovar o respectivo regulamento interno;
- Proceder à avaliação do impacto estrutural resultante da aplicação do Plano Zonal;
- Proceder à recolha e registo sistemático dos indicadores de acompanhamento e monitorização;
- Propor adaptações ou revisões, tendo em conta os objectivos definidos para o Plano Zonal.

A contratação e o pagamento das ajudas previstas no Plano Zonal serão efectuados pelo IFADAP.

Incompatibilidades e acumulações de ajudas

Para o conjunto de medidas proposto neste Plano Zonal seguem-se a tabela das incompatibilidades e acumulações destas medidas com as medidas Agro-Ambientais do Programa Nacional.

Tabela XXXIX. Incompatibilidades e acumulações entre as medidas propostas para o Plano Zonal do PNSSM e as medidas em vigor do Plano Nacional

Plano Zonal do PNSSM		Plano Nacional	
		Acumulável	Incompatível
Grupo I	Medida 1.1. Cereais, leguminosas de sequeiro, forragens e pastagens naturais	Medida 18 – Sistemas Forrageiros Extensivos Medida 10 – Sistemas Arvenses de Sequeiro	
	Medida 1.2. Soutos Tradicionais	Medida 35 – Pomares tradicionais – Castanheiros	
Grupo II	Medida 2.2. Preservação de maciços arbóreos e/ou arbustivos autóctones integrados em explorações agrícolas		Medida 41 – Preservação de Bosquetes ou Maciços Arbustivo/Arbóreo com Interesse Ecológico/Paisagístico
Grupo III	Medida 3.1. Olival tradicional		Medida 34 – Olival Tradicional
Grupo V	Medida 5.3. Conservação de Raças Autóctones	Medida 51 – Manutenção de Raças Autóctones	

8.2 Medidas e gestão da qualidade ambiental e biodiversidade

A actividade agrícola tem desempenhado e continua a desempenhar, no nosso país, um importante papel na diversidade dos ecossistemas e na criação e manutenção de ecossistemas semi-naturais. O relativo atraso de muitos dos sistemas agrícolas tradicionais em termos de intensificação agrícola permitiram-lhes serem repositórios de comunidades animais e vegetais com uma diversidade específica com grande importância nacional e nalguns casos europeia e mundial. A sua continuidade está, em muitos casos, dependente da manutenção de características de coberto, fontes de alimentação, pontos de água, áreas húmidas, garantida pelos sistemas agrícolas ou agro-florestais tradicionais (IDRHa, 2004). Além disto a Rede Natura 2000 que inclui os habitats e as espécies da flora e da fauna consideradas de interesse comunitário obriga cada Estado Membro a manter num estado favorável de conservação os habitats e as espécies neles presentes. As paisagens agrícolas e florestais do PNSSM contêm alguns dos mais importantes e mais bem preservados habitats nacionais, com muitas espécies dependentes desta interligação entre a agricultura e a natureza. Assim com o objectivo de “conservar a natureza”, reconhece-se a necessidade de implementar políticas e medidas específicas, nomeadamente com a designação de áreas que “obedecem a objectivos tanto de natureza biológica como paisagística, tendo em consideração critérios de raridade, valor estético, científico, cultural e/ou social” (Direcção-Geral do Ambiente, 2000). A implementação de medidas que visem a prevenção e erradicação das causas da redução significativa ou perda de biodiversidade terá de ser tomada em conta. Assim as espécies e habitats dependentes de determinadas práticas agrícolas e florestais deverão ser alvo de medidas especiais de conservação, algumas delas expostas no Capítulo 4.5 – *Avaliação da importância da gestão agrícola e florestal na conservação das espécies e habitats*, que deverão ser articuladas com as medidas do Plano Zonal Agro-Ambiental e medidas Agro-Ambientais do Plano Nacional. Para além das medidas relacionadas com a manutenção dos biótopos onde estas espécies ocorrem, a realização de programas de monitorização destas espécies deverão ser elaborados, por formar a avaliar, ao longo do tempo, o estado das suas populações nesta Área Protegida. Estes programas de monitorização deverão incidir nas épocas ou nas áreas em que estas espécies apresentem maior dependência, como na época de reprodução, nos locais de abrigo ou de reprodução, e em parâmetros da sua dinâmica populacional, como sejam taxas de reprodução, mortalidade e sobrevivência de juvenis, entre outros. Os programas de monitorização deverão, ainda, ser articulados com trabalhos deste tipo que existam a nível nacional e/ou transfronteiriço.

Estes trabalhos deverão ser realizados por membros do ICN-PNSSM que em articulação com os membros da Estrutura Local de Apoio e Comissão de Acompanhamento do Plano Zonal, deverão antever qual a melhor forma de integrar as medidas de preservação, manutenção e conservação da Natureza com as medidas do Plano Zonal e então comunicá-las, explicá-las aos chefes de exploração que poderão vir a estar envolvidos e prestar a ajuda técnica necessária para a implementação dessas medidas.

8.3 Incentivo a novas funções da paisagem rural

A agricultura e os produtos por si gerados, já não são um garante da vitalidade das comunidades rurais. O desenvolvimento, dinamização e manutenção destas áreas rurais marginais do interior de Portugal passa pelo aproveitamento de outras funções que não a agricultura embora com ela relacionados. É necessário uma maior aposta e incentivo noutras formas de rendimento derivadas de outras funções, algumas destas já com alguma expressão na região do PNSSM.

8.3.1 Função recreativa/turística

Uma das funções que tem mais expressão na área em estudo é o turismo. Apesar dos diversos estrangulamentos que o território apresenta, tanto a nível demográfico como sócio-económico, é importante referir que existem potencialidades que podem ser utilizadas no desenrolar da actividade turística, proporcionando assim uma nova dinâmica ao território. O turismo é actualmente um dos sectores que pode criar um efectivo potencial de atracção e de desenvolvimento de novas actividades económicas, como o artesanato, a gastronomia, pequenas e médias empresas, os serviços, etc. A adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável por parte do PNSSM, é uma prova da aposta na actividade turística, procurando aproveitar as suas potencialidades de uma forma sustentada (ICN, 2001).

A principal potencialidade deste Parque Natural reside na sua diversidade global e não tanto num factor distintivo em particular. A variedade de recursos patrimoniais (natural, monumental e construído e sócio-cultural) permite a realização de um conjunto variado de actividades complementares para visitantes com interesses específicos (ICN, 2001).

No entanto tal como está descrito pelo ICN no Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza do PNSSM de 2001, será necessário a intervenção em alguns vectores essenciais, tais como:

- Melhoria da rede e infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, de forma a atenuar a repulsão demográfica, quer a nível da satisfação de necessidades fundamentais da população, quer ao nível de apoio às actividades económicas;
- Promoção do aproveitamento dos recursos turísticos;
- Aprovação de projectos de desenvolvimento económico que estejam em consonância com os princípios da área protegida;
- Criação de emprego para os recursos humanos existentes, permitindo a fixação populacional, em particular dos jovens (ICN, 2001).

Estas intervenções quando incidirem em áreas agrícolas ou florestais abrangidas pelo Plano Zonal deverão ser realizadas em articulação com os membros da Estrutura Local de Apoio e Comissão de Acompanhamento do Plano Zonal. Por exemplo, no caso de ser necessário intervir numa determinada propriedade no sentido de contribuir para a preservação, recuperação e valorização de elementos do património construído aí existentes, a ELA e CA deverão antever qual a melhor forma de intervir, informando os chefes de exploração, procurando envolvê-los no processo, e

prestando a ajuda necessária para a concretização dessas intervenções. Para além disto, dever-se-á na medida do possível, associar a interpretação do espaço e das estruturas ao seu uso, o que passa muitas vezes, pela revitalização de práticas e de actividades económicas tradicionais. Só através de uma dinamização da exploração, ou com base nela, com a introdução de novas actividades, através por exemplo de uma valorização dos seus próprios produtos, promovendo os seus valores culturais, e por arrastamento proporcionando-lhes a criação de rendimentos complementares à produção, se conseguirá envolver os chefes de exploração, aumentando o grau de sucesso das intervenções.

8.3.2 Instrumentos de incentivo a outras funções e à dinamização da agricultura do concelho de Marvão

Incentivo à transformação e comercialização de produtos agrícolas

Outra dificuldade com que se deparam muitos agricultores da zona é a transformação e comercialização dos seus produtos e incapacidade para competir com os produtos vindos de Espanha. Quanto a esta problemática, existe também uma medida dentro do Programa AGRO Medida 2. **TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS** – que visa essencialmente o reforço da competitividade do sector da transformação e comercialização de produtos agrícolas, nomeadamente através do apoio a estratégias empresariais integradas; reforço do desempenho empresarial, através do apoio ao desenvolvimento e inovação no domínio da qualidade, da organização e do marketing; redução dos efeitos negativos da actividade produtiva sobre o ambiente; e promoção da qualidade, da inovação e da diferenciação ao nível dos produtos, respondendo às novas exigências da procura em matéria de qualidade e de segurança alimentar.

Apoios à produção e comercialização de produtos da apicultura

A apicultura de acordo com os inquiridos teve outrora grande expressão na área do PNSSM. Esta actividade deixou de ser praticada, pelo menos por alguns dos agricultores inquiridos por ser pouco rentável. Sendo um produto que pode vir a ser incluído no conjunto do que se considera produto certificado "Mel do Alentejo", e por o facto de ser uma actividade para a qual as espécies florísticas espontâneas têm grande importância, esta seria uma actividade a incentivar na área do PNSSM, uma vez que podia trazer uma nova forma de rendimento às explorações. Para incentivar esta actividade existem algumas medidas, presentes, como o programa Apícola, "Programa de Acções de Melhoria das Condições de Produção e Comercialização de Produtos da Apicultura" e a Medida Agro-Ambiental, Medida 27 – "Apoio à Apicultura". Através destes Programas direccionados para associações/cooperativas e apicultores obtém-se essencialmente o apoio à comercialização e produção do mel. Os objectivos gerais destes são: aumentar a eficácia da produção através da aplicação de melhores técnicas de manejo, de produção, de comercialização; de divulgação de técnicas para a diversificação dos produtos da colmeia e da regulamentação do sector,

através de apoio técnico e informatização do sector; redução dos custos de produção; melhoria da qualidade dos produtos da apicultura, e luta contra a Varrose e doenças associadas.

Apoios aos produtos de “qualidade” (certificados e biológicos)

A protecção eficiente de nomes de produtos e de modos de produção que podem ser diferenciados e valorizados comercialmente, pode criar condições para a manutenção de determinadas actividades agrícolas que de outro modo poderiam estar ameaçadas. É esperado que o futuro da agricultura, na área em estudo, passe pela sua diversificação e por uma agricultura de qualidade que garanta a sua rentabilidade económica. Esta agricultura de qualidade deve, necessariamente, assentar em produtos de “qualidade”, nomeadamente os reconhecidos pela União Europeia com Denominação de Origem, como é o caso da Castanha de Marvão. Este tipo de classificação contribui, obviamente, para uma melhoria dos rendimentos dos produtores. Também para o desenvolvimento e produção destes produtos existem mecanismos de suporte e apoio. A Acção 2 – DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS DE QUALIDADE do Programa AGRIS que integra duas subacções (Subacção 2.1 - Criação e modernização de unidades produtivas e Subacção 2.2 - Incentivos a produtos de qualidade) que têm como objectivos o apoio à criação e modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos de qualidade com marcada vinculação ao território ou ao saber fazer tradicional, limitando-se aos produtos que beneficiam de menções DOP, IGP, DO, IG, ETG, ETG-RP, AB, PI e outras que venham a ser legalmente consignadas; o apoio à aquisição e ao desenvolvimento dos meios e sistemas necessários à melhoria da comercialização dos produtos de qualidade; bem como o apoio à caracterização e controlo dos produtos e dos seus modos de produção e respectiva certificação.

Também com o mesmo objectivo que os produtos certificados com DOP, IGP, etc., também a agricultura biológica, poderá servir como fonte de rendimentos para os agricultores. Estando estes produtos a ganhar cada vez maior importância nos mercados, e uma vez que este tipo de agricultura é ecologicamente adaptado ao ambiente, faz todo o sentido uma maior aposta na produção destes produtos. A medida Agro-Ambiental, “Grupo I – Protecção e Melhoria do Ambiente, dos Solos e da Água – Medida 14 – Agricultura Biológica” tem como objectivo o incentivo à produção biológica.

Incentivos e apoios a Jovens Agricultores

Como foi possível constatar mediante a caracterização sócio-económica do concelho de Marvão e através dos inquéritos realizados, confirma-se que este se caracteriza por uma população agrícola envelhecida. Este facto, juntamente com o rápido processo de abandono a que se assiste, e não havendo perspectivas para contrariar esta tendência, aumenta a necessidade de incentivar e atrair os mais jovens a estabelecerem-se nesta região. Os principais incentivos existentes neste campo estão patentes no Programa AGRO – Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural. O Programa AGRO, nomeadamente a Medida 1 – MODERNIZAÇÃO,

RECONVERSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES que integra duas acções, (Acção 1.1. Instalação de Jovens Agricultores e Acção 1.2. Investimento das Explorações Agrícolas) visa essencialmente a concessão de apoios específicos aos jovens agricultores que se instalem pela primeira vez como chefes de uma exploração agrícola, e o apoio ao investimento nas explorações agrícolas visando nomeadamente a redução dos custos de produção; a melhoria e a reorientação da produção; a diversificação de actividades e rendimentos; a promoção do desenvolvimento de actividades e práticas culturais potenciadoras do aproveitamento das condições edafo-climáticas regionais; e a optimização da qualidade, a preservação e melhoria do ambiente, das condições de higiene e do bem-estar dos animais. Para além destas medidas também a medida **REFORMA ANTECIPADA** do Programa **RURIS** pode ser de grande importância uma vez que muitos agricultores idosos já não garantem a viabilidade económica e sustentabilidade das explorações. Esta medida tem como objectivos primordiais: proporcionar um rendimento adequado aos agricultores (cessantes) que decidam cessar a sua actividade agrícola e favorecer a substituição desses agricultores idosos por agricultores (cessionários) que possam melhorar a viabilidade económica das explorações resultantes.

Incentivos às médias e pequenas explorações

De acordo com muitos dos inquiridos a pequena dimensão das propriedades é também um factor marcante para a falta de competitividade da agricultura da região. O Programa **AGRIS** contém uma acção cujo objectivo é precisamente contrariar esta falta de competitividade e rendimentos destas explorações. A Acção 1 – “**DIVERSIFICAÇÃO NA PEQUENA AGRICULTURA**” que Integra três Subacções (Subacção 1.1 - Apoio à pequena agricultura; Subacção 1.2 - Diversificação de actividades na exploração agrícola e Subacção 1.3 - Incentivo às actividades turísticas e artesanais). Esta Acção e subacções têm como objectivos principais: melhorar os rendimentos agrícolas e as condições de vida, de trabalho e de produção; manter e reforçar o tecido económico e social das zonas rurais; promover o desenvolvimento de actividades e de práticas potenciadoras do aproveitamento das condições edafo-climáticas regionais; diversificar as actividades em pequenas explorações agro-florestais de modo a viabilizar e desenvolver modelos de agricultura baseados na pluriactividade e plurirendimento familiar; e promover ocupações múltiplas e rendimentos alternativos para famílias agricultoras que dão um contributo essencial à manutenção do ambiente e do tecido social das zonas rurais.

Mecanismo de apoio para correcção da deficiente estrutura fundiária

Outra situação referenciada pelos agricultores, é o impedimento a um maior desenvolvimento e competitividade agrícola causado pela excessiva divisão e separação das parcelas agrícolas. Também para estes casos está em vigor um mecanismo de apoio para corrigir estes impedimentos. Este mecanismo encontra-se integrado no Programa **AGRIS**, Acção 5 – **GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E EMPARCELAMENTO** - Subacção 5.3. Emparcelamento rural. Esta Subacção promove o reordenamento do espaço

rural através de operações de emparcelamento integral em zonas de grande potencial agrícola e com uma deficiente estrutura fundiária, ao nível da fragmentação e dispersão da propriedade ou da exploração; e operações de emparcelamento de exploração, com ou sem redimensionamento da exploração, associados ou não a processos de reconversão tecnológica, visando a melhoria das condições de produção no conjunto da exploração ou em alguma das suas vertentes produtivas, em zonas onde a deficiente estrutura da exploração possa ser limitativa destas alterações.

Reconversão de áreas agrícolas abandonadas ou ardidadas em áreas florestais

Outro facto que se constatou de acordo com os inquiridos foi a tendência para um maior abandono do uso agrícola, essencialmente nas áreas de solos com menor aptidão agrícola, nas áreas mais inacessíveis como as áreas de cotas mais elevadas e declives acentuados e nas áreas ardidadas. Estão em vigor também vários instrumentos de apoio que podem garantir a viabilidade e sustentabilidade destas áreas. Deste modo, pode ser proposta uma reconversão dessas áreas agrícolas abandonadas ou ardidadas em áreas florestais com a utilização de espécies autóctones. Existem várias medidas destinadas a esse fim, nomeadamente a medida FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS incorporadas no Plano RURIS. Esta medida tem como objectivos primordiais, promover a expansão florestal em terras agrícolas com arborizações de qualidade e ambientalmente bem adaptadas; contribuir para a reabilitação de terras degradadas e para a mitigação dos efeitos da desertificação, favorecendo a recuperação da fertilidade dos solos e a regularização dos recursos hidrológicos; e promover a diversificação de actividades nas explorações agrícolas, reforçando a sua multifuncionalidade. Para além desta medida existe também o Programa AGRO nomeadamente a Medida 3 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS FLORESTAS que incorpora uma série de acções (Acção 3.1. Apoio à Silvicultura, Acção 3.2. Restabelecimento do Potencial de Produção Silvícola, Acção 3.3. Apoio à Produção de Plantas e Sementes, Acção 3.4. Colheita, Transformação e Comercialização da Cortiça, Acção 3.5. Exploração Florestal, Comercialização e Transformação de Material Lenhoso e de Gema de Pinheiro e Acção 3.6. Promoção de Novos Mercados e Qualificação dos Produtos Florestais) e que pode revelar-se de grande utilidade para o desenvolvimento sustentado. Os objectivos principais destas acções são a valorização e expansão das superfícies florestais, tendo em vista as suas funções económicas, ecológicas e sociais; o restabelecimento do potencial de produção silvícola danificado por desastres naturais e por incêndios; a produção de materiais de reprodução de qualidade e beneficiação de materiais de base; a modernização das condições de colheita, transformação e comercialização de produtos florestais e da cortiça; e finalmente a diversificação e promoção da qualidade dos produtos florestais e certificação da gestão florestal sustentável. Existe ainda o Programa AGRIS – Acção 3: “GESTÃO SUSTENTÁVEL E ESTABILIDADE ECOLÓGICA DAS FLORESTAS” que integra cinco subacções (Subacção 3.1. Instalação de organizações de produtores florestais; Subacção 3.2. Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais; Subacção 3.3. Apoio à

prestação de serviços florestais; Subacção 3.4. Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos; Subacção 3.5. Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público). Os principais objectivos desta acção e respectivas subacções são a promoção e consolidação do associativismo florestal e a melhoria do desempenho das estruturas organizativas dos baldios; o desenvolvimento de serviços de natureza florestal especializados, diversificados e de qualidade; o aumento da sustentabilidade e a rentabilidade da floresta pelo uso racional dos seus recursos, nomeadamente através da profissionalização da gestão florestal; o ordenamento dos espaços florestais e dotá-los de instrumentos de prevenção que diminuam as probabilidades de ocorrência de incêndios ou outras situações provocadas por pragas e doenças; e a conservação e valorização dos espaços florestais de alto valor ecológico.

Apoio à reconversão e reestruturação da vinha

Outra questão importante na região é o progressivo aumento da vinha, e a sua crescente importância na economia da região. Também para estes casos existem instrumentos de apoio que fornecem ajudas à instalação e reestruturação de vinhas. Estes apoios encontram-se no Programa VITIS – REGIME DE APOIO À RECONVERSÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS VINHAS.

Indemnizações Compensatórias para Zonas Desfavorecidas

Outro instrumento importante para a manutenção das práticas agrícolas tradicionais nestas áreas marginais e desfavorecidas são as Indemnizações Compensatórias para Zonas Desfavorecidas. Os chefes de exploração das Zonas Desfavorecidas estão muito limitados a mudanças nas suas práticas, e sem a ajuda de subsídios deixa de fazer sentido a sua manutenção devido à falta de competitividade destas explorações. O apoio às Zonas Desfavorecidas através da intervenção Indemnizações Compensatórias, integrada no Plano de Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por RURIS, contribui para a manutenção de comunidades rurais viáveis e do espaço natural, e a manutenção e promoção de métodos de exploração sustentáveis que respeitem as exigências da protecção do ambiente. As Indemnizações Compensatórias contribuem ainda para a coesão social, reduzindo as desigualdades e assimetrias de rendimento entre os agricultores das diferentes regiões do País. Em 1999 em Portugal, cerca de 42% da superfície (3,86 milhões de hectares) correspondia à Superfície Agrícola Utilizável (SAU), dos quais 86% foram classificados como Zona Desfavorecida (CONFAGRI, 2006). De notar que todo o território do PNSSM está incluído na considerada Zona Desfavorecida. Os pagamentos compensatórios nas Zonas Desfavorecidas são agora concedidos em função da superfície e não da produção. Para serem elegíveis, os agricultores comprometem-se a continuar a sua actividade durante 5 anos, recorrendo às boas práticas agrícolas habituais, compatíveis com a protecção do ambiente, o espaço natural e a agricultura sustentável (Comissão Europeia & Direcção Geral de Agricultura, 2003). O montante destas indemnizações compensatórias deve contribuir, de modo eficaz, para a compensação das

desvantagens e para evitar as compensações excessivas. A Agenda 2000 associou às zonas desfavorecidas as «regiões com condicionantes ambientais», nas quais os agricultores estão sujeitos a restrições relativas a certos usos agrícolas (Beaufoy, 2005). Essa medida incide nas zonas abrangidas pela rede NATURA 2000 (Comissão Europeia & Direcção Geral de Agricultura, 2003). Os agricultores das regiões com condicionantes ambientais poderão igualmente beneficiar das Indemnizações Compensatórias, neste caso destinado a compensar os custos e as perdas de rendimento resultantes da aplicação das disposições comunitárias ambientais (Comissão Europeia, 2005b).

Os membros da ELA e CA do Plano Zonal, deverão antever qual a melhor forma de integrar e comunicar as medidas anteriormente referidas, para então prestar o apoio necessário aos chefes de exploração para a sua implementação.

9 Reflexões Finais

Um planeamento eficaz e a longo prazo de forma a proteger e a qualificar a paisagem rural, implica necessariamente a identificação e avaliação do seu carácter e dos processos de transformação em curso. Assim, foi um dos objectivos principais deste trabalho avaliar as tendências de transformação dos sistemas tradicionais de uso do solo e da estrutura agrícola no Parque Natural da Serra de S. Mamede e proceder à identificação dos problemas que se levantam à sua manutenção. Mediante o cruzamento de vários tipos de informação recolhida, foi possível compreender a dinâmica dos sistemas de uso do solo, caracterizados pela sua variedade e pela pequena dimensão da propriedade e das parcelas, que qualificam esta área, formando uma unidade de paisagem diversificada e de características particulares. Outro dos objectivos passava por compreender o papel fulcral da agricultura para a preservação da paisagem rural, habitats e espécies. Para áreas como esta, com características de agricultura tradicional, em pequena propriedade e sistemas de uso mistos, ou em grande propriedade e sistemas de uso extensivos, foi possível compreender através da informação disponível e do cruzamento dessa mesma informação que os agricultores/agricultura têm um papel fulcral na preservação da paisagem, habitats e espécies, podendo tornar-se uma mais valia a ser tomada em consideração na dinamização do sector agrícola e paisagens rurais. Para que tal suceda, é fundamental uma intervenção mais activa do Parque, e uma real interacção com os agricultores e cooperativas locais, informando-os das mais valias que podem advir da manutenção da biodiversidade.

Um terceiro objectivo prendia-se com a avaliação das tendências de transformação da paisagem, por via da transformação da agricultura. Em relação à viabilidade dos sistemas de uso que condicionaram as características diversificadas da paisagem, outra das principais ilações que se retiram é a falta de competitividade dos agricultores do concelho, e a forma como isso condiciona a progressiva e conseqüente decadência da agricultura e espaço rural. Regista-se uma falta de dinâmica que seria necessária para permitir aos agricultores competir com os produtos vindos de Espanha. Por outro lado, pode também referir-se a falta de desenvolvimento de novas formas de promoção da actividade e dos produtos agrícolas, passando pelo associativismo, marketing, comercialização, etc. A proximidade da fronteira poderia ser o motor para promover essa dinâmica, no entanto não é isso que sucede. No futuro alguns factores serão fundamentais, sobretudo um maior apoio técnico dado localmente aos agricultores, e a dinamização da comercialização e marketing dos produtos locais e certificados, que podem ser valorizados pelo tipo de exploração donde provêm. Um maior envolvimento das Cooperativas Agrícolas locais, juntamente com outras estruturas ligadas à agricultura, parece também ser fundamental. É ainda importante uma maior ligação e interacção com entidades semelhantes do lado espanhol, que deveriam ser vistas como parceiras e não como opositoras.

Em relação às tendências de transformação da paisagem, outro dos resultados que a análise mostra, é o perigo de abandono agrícola com que

esta região se debate, que pode ser justificado pelo elevado número de população envelhecida, que deixa de ter ambição em continuar a apostar em melhorar ou renovar determinados tipos de ocupação. É urgente nesta região, criar uma nova dinâmica quer pelo incentivo a jovens agricultores, quer pela aposta em novas funções e formas de rendimentos, aproveitando a multifuncionalidade da paisagem. Para tal é necessária a manutenção do padrão tradicional ou de um outro, que parta de uma reflexão de conjunto e que seja igualmente diversificado e rico em termos das características da paisagem.

Finalmente, pretendia-se compreender de que forma as medidas no âmbito da PAC, que pretendem apoiar o papel da agricultura tradicional para a qualidade da paisagem, a biodiversidade e a conservação da mesma, são ou não eficientes na manutenção destes sistemas. O contexto em que as actuais medidas Agro-Ambientais foram concebidas sofreu alterações importantes, de entre os quais se salienta a introdução dos regimes de pagamentos de ajudas desligados da produção. O modelo europeu de desenvolvimento rural tem vindo a procurar consolidar o carácter multifuncional da agricultura e sistemas florestais, exigindo que estes se afirmem, com racionalidade económica, numa tripla valência: económica (produtora de bens de mercado), ambiental (gestora de recursos e territórios) e social (integradora de actividades e rendimentos). Assim, através da análise e compreensão destas problemáticas, dinâmicas e principais tendências que envolvem as questões agrícolas, verificou-se que medidas pensadas como específicas e adequadas à área seriam a melhor forma de atenuar os problemas e situações, que tendem a ser agravadas com o tempo, atingindo-se com maior eficácia os objectivos pretendidos. A aplicação de um Plano Zonal para esta área protegida, seria a melhor forma de conseguir sucesso. Foi neste contexto que se estruturaram as medidas propostas para um futuro Plano Zonal a aplicar para a área de estudo. As medidas e propostas desenvolvidas, devem ser compreendidas como ideias e/ou sugestões, no sentido de fortalecer e incentivar a agricultura e outras funções, que se encontram enraizadas naquele espaço. Desta forma, nas medidas propostas neste trabalho procurou-se propor mecanismos de incentivo a sistemas de produção mais capazes de responder às novas exigências ambientais e de mercado, nomeadamente a produção de produtos de qualidade e certificados, a promoção da conservação e valorização da área protegida, seu património natural, cultural e social, bem como das áreas classificadas ao abrigo do processo da Rede Natura 2000, com o desenvolvimento de acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats. As propostas pretendem ainda aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local, e envolver diferentes actores e não exclusivamente, pessoas ligadas ao sector agrário. Na descrição das medidas propostas para o Plano Zonal tentou-se, o mais possível, que estas fossem realistas. Assim, estas medidas foram inspiradas nas propostas já definidas pelo ICN, mas completadas com sugestões resultantes do desenlace deste trabalho. Pensa-se que a implementação destas medidas, poderia ser um importante contributo para a manutenção e valorização da diversidade desta paisagem, e também para uma

dinamização do espaço rural e fixação das populações, potenciando ao mesmo tempo outras funções para além da agricultura, que garantissem assim outras formas de rendimento. Portanto não poderão ser esquecidas as funções que o ambiente e a paisagem podem desempenhar no âmbito da criação de novas actividades e empregos, através designadamente do turismo rural e de natureza, das actividades de animação, etc.

Quanto às principais limitações que surgiram no decorrer deste trabalho prenderam-se, essencialmente, com a dificuldade em aceder a determinada informação. Por exemplo, em relação às medidas Agro-Ambientais não se conseguiu ter acesso ao número de candidaturas no concelho, desde o início da aplicação das medidas em Portugal, necessária para uma comparação entre os vários períodos. Apesar desta situação, tentou-se, ao máximo, não perder informação tentando que as análises e posterior construção de medidas não fossem de algum modo grosseiras e simplistas. Outra dificuldade, prendeu-se com a falta de informação disponível para caracterizar os valores naturais na área, e a complexidade das suas relações com as actividades agrícolas e florestais, sobretudo a nível regional e local. Este é um problema muito recorrente em estudos de caso, pois pode haver sempre uma falta de estudos a nível local não permitindo a comparação e utilização desses estudos como base (Yin, 2003). Foi assim necessário recorrer a informação mais geral, proveniente da bibliografia especializada. No entanto, com base na informação obtida, foi possível delinear algumas orientações de gestão para a conservação destes valores naturais. Por outro lado, a principal dificuldade sentida ao longo da realização deste trabalho prendeu-se com a própria natureza do tema, pois durante a realização do mestrado e mesmo da licenciatura, foram poucas as abordagens sobre ele realizadas, constituindo também por isso um interessante desafio. A abordagem a um novo tema e novos conceitos levaram-nos a um maior empenho para obter uma compreensão mais completa de todo o conjunto.

Quanto à necessária pesquisa bibliográfica, sobre as relações agricultura extensiva/sistemas tradicionais/biodiversidade, e sobre a importância da manutenção da paisagem rural tradicional, nomeadamente em regiões como o Alentejo, são questões ainda pouco tratadas quer em Portugal quer na maioria dos países mediterrânicos, daí haver pouca informação, poucos dados, pouco desenvolvimento metodológico e poucos trabalhos que sirvam de base de comparação. De qualquer maneira apesar das dificuldades encontradas, foi-nos permitido tirar conclusões bastante interessantes. A integração de diferentes áreas, conceitos e métodos é cada vez mais uma condição necessária para numa perspectiva territorial se conseguir gerir sustentavelmente a conservação da natureza em interligação com outras funções da paisagem, como a produção agrícola e florestal, o recreio e o turismo, a qualidade ambiental, etc. Para além disto a introdução a novas temáticas principalmente da área das ciências sociais por mim desconhecidas até então revelou-se de grande interesse alertando-me para a importância cada vez maior da articulação entre diferentes áreas,

metodologias e temáticas abrindo novas e interessantes perspectivas em termos pessoais.

Espero que este trabalho sirva de incentivo a futuros estudos neste concelho, e principalmente que sirva de incentivo e de base de apoio para a construção e aplicação de um Plano Zonal Agro-Ambiental para o PNSSM. O PNSSM é um lugar de características únicas em termos ecológicos, paisagísticos e biológicos, que necessita de um maior acompanhamento para poder ser preservado. É urgente conhecer com maior rigor o PNSSM, para então melhor saber como o preservar.

Referências bibliográficas

AEFPR, 2003. Prospects and key issues for the next Common Agriculture Policy. Agriculture food and countryside. AEFPR, training association of CPE With the Support of the European Commission- DG AGRI. March 2003.

AJAP, 2006. Evolução, Situação Actual e Perspectivas Futuras para as agriculturas Europeia e Portuguesa. Dossier, Versão integral. Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP).

Allart, E., 2001. Successful collaboration factors between local communities and protected areas in Europe towards sustainable tourism development: A case study of Abruzzo National Park in Italy, Peak District National Park in the United Kingdom and Hohe Tauern National Park in Austria. MA European Tourism Management. Bournemouth University.

Álvares, C. P. & Colaço, D., 2000. Contributo para a Implementação do Plano de Acção da Carta Europeia de Turismo Sustentável no Parque Natural da Serra de S. Mamede. Instituto de Conservação da Natureza. pp.123-136.

Anderson, S., Lowe, K., Preece, K. & Crouch, A., 2001. Incorporating Biodiversity into environmental Management Systems for Victorian Agriculture. A discussion paper on developing a methodology for linking performance standards and management systems. The State of Victoria, Department of Natural Resources And Environment. Published by Parks, Flora and Fauna Division.

Antrop, M., 2000. Background Concepts for integrated landscape analysis. Agriculture, Ecosystems and Environment 77: pp. 17-28.

Araújo, I., 1994. Considerações Sobre a Gestão das Paisagens in Paisagem. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOT-DU) Lisboa.

Araújo, M., 2004. O estado da política de conservação em Portugal. Revista - Ambiente 21, nº14.

Avillez, F., S.D. A Reforma da PAC de Junho de 2003 e o Futuro da Agricultura em Portugal.

<http://www.agroges.pt/Pdfs/artigo1FA.pdf>.

Avillez, F., 2004. Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal /evolução recente, situação actual e perspectivas futuras. Almedina, Coimbra.

- Baldock, D. & Lowe, P., 1996. The development of european agri environment policy", in: The european environmental and CAP reform: Policies and prospects for conservation, M. Whitby (ed.), CAB International, pp. 8-25.
- Banks J. E., 2004. Divided culture: integrating agriculture and conservation biology. *Front Ecol Environ*, 2(10):537-545.
- Baudry, J., 1989. Interactions Between Agricultural and Ecological Systems at the Landscape Level. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 27: 119-130.
- Beaufoy, G., Baldock, D. & Clark, J., 1994. The Nature of Farming. Low Intensity Farming Systems in nine European Countries. IEEP, London.
- Beaufoy, G., 2005. The LFA scheme: how important is it for the future of High Nature Value farming and how should it be reformed? *La Cañada. European Forum on Nature Conservation and Pastoralism*. Nº 19 Summer 2005 ISSN 1027-2070.
- Signal, E., 2002. The Mid-term Review of the CAP and High Nature Value farming systems. *La Cañada. European Forum on Nature Conservation and Pastoralism*. Nº 16 Winter ISSN 1027-2070.
- Signal, E. & Jones, G., 2003. Editorial- Recent Seminars in Brussels. *La Cañada. European Forum on Nature Conservation and Pastoralism*. Nº 17 Spring 2003. ISSN 1027-2070.
- Borrvalho, R., Carvalho, C., Stoate, C., Araújo, M. & Reino, L., 1999. Avaliação intermédia do impacte do Plano Zonal de Castro Verde na avifauna. *Actas do II Congresso de Ornitologia da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves* (eds P. Beja, P. Catr & F. Moreira), pp. 52-54. SPEA, Faro.
- Brundtland, G. H., 1987. *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. Oxford: Oxford University Press.
- Buller, H., 1999. Regulation 2078: patterns of implementation. *Agri-environmental Policy in the European Union. Perspectives on Europe. Contemporary Interdisciplinary Research*.
- Campanhola, C., 1997. Biodiversidade e Oportunidades para a Agricultura. *Meio Ambiente e Agricultura – ano V nº 19 jul/ago/set*.
- Carvalho C., 2006. *Conservação da Natureza em Acção – a Política Europeia de Desenvolvimento Rural*. ERENA. Naturlink.
<http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=13068&iLingua=1>

<http://www.naturlink.pt/canais/artigo.asp?iCanal=35&iSubCanal=68&iArtigo=13068&iLingua=1>

Chape, S., Harrison, J., Spalding, M. & Lysenko, I., 2005. Measuring the extent and effectiveness of protected areas as an indicator for meeting global biodiversity targets. In: Philosophical transactions of the Royal Society B. 360: 443-455.

Clark, W., & Young, R., 1986. Crop damage by small mammals in no-till cornfields. Journal of Soil and Water Conservation 41: 338-340.

Comissão Europeia, 1999a. State of Application of Regulation (EEC) nr.2078/92: Evaluation of Agri-Environmental Programmes. DG VI Commission Working Document, VI/7655/98, Brussels.

Comissão Europeia, 1999b. Agenda 2000. Para uma União reforçada e alargada. Projecto de brochura informativa da Comissão sobre a Agenda 2000 destinada ao público em geral. Programa Prioritário de Publicações 1999, X/D/5. Versão final 31.8.

http://ec.europa.eu/agenda2000/public_pt.pdf

Comissão Europeia, 2003a. CAP Reform Summary. Newsletter Special Edition. European Commission - Directorate-General for Agriculture. July 2003.

http://ec.europa.eu/agriculture/publi/newsletter/capreform/special_en.pdf

Comissão Europeia, 2003b. Agricultura e Ambiente. Comissão Europeia – Direcção-Geral da Agricultura. Dezembro de 2003.

http://europa.eu.int/comm/agriculture/publi/fact/envir/2003_pt.pdf

Comissão Europeia (2004). Reforma da Política agrícola Comum (PAC). Rural Development in the EU. Brussels.

<http://www.gppaa.min-agricultura.pt/ReformaPAC/>

Comissão Europeia, 2005a. Agri-environment Measures. Overview on General Principles, Types of Measures, and Application. Directorate General for Agriculture and Rural development. Unit G-4 Evaluation of Measures applied to Agriculture, Studies.

Comissão Europeia, 2005b. Apoio ao Desenvolvimento Rural.

<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60026.htm>

CONFAGRI, 2006. O Olhar de Bruxelas – Como a Comissão vê a Agricultura portuguesa. Tradução do Departamento Técnico da CONFAGRI.

<http://www.confagri.pt/Publicacoes/Documentos/destaquecomissao.htm>

Correia, F., 2005. Discurso do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional na sessão de abertura do 30º Aniversário do Instituto da Conservação da Natureza. http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MAOTDR/Comunicacao/Intervencoes/20051123_MAOTDR_Int_ICN.htm

Dias C., 2006. Falta de verbas coloca em risco ecossistema de Castro Verde. In Público. 27 de Fevereiro. pp. 48-49.

Direcção Geral do Ambiente, 2000. Relatório do Estado do Ambiente 1999.

D'Abreu, A., Pinto-Correia, T. & Oliveira, R., 2004. Contributos para a Caracterização da Paisagem em Portugal continental. Universidade de Évora – Coordenação / DGOTDU.

Eden, P. & Vieira, M., 1999. Portugal: agri-environmental policy and the maintenance of biodiversity-rich extensive farming systems. In: Buller H., Wilson G. and Holl A. (Eds.), Agri-environmental Policy in the European Union, pp.203-217. Ashgate. England.

Figueiredo, J., Orfão, J. & Silva, L., 2006. Projecto e Desenvolvimento de Materiais de Carbono para Catálise Ambiental. POCTI/EQU/33331/99. FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Fry, G., 2001. Multifunctional Landscapes – towards transdisciplinary research. Landscape and Urban Planning, 57: 159-168

Garcia-Torres, L., Martinez-Vilela, A., Holgado-Cabrera, A. & Gonzalez-Sanchez E., 2002. Conservation agriculture, environmental and economic benefits. European Conservation Federation (ECAE), Brussels, Belgium & Spanish Association for Conservation Agriculture/ Living Soils (AEAC/SV), Cordoba, Spain.

Grilo, L. M., 1995. Elaboração das cartas de: Classes de dificuldade de supressão do fogo. Informação florestal. Informação rodoviária. Relatório Técnico. P.N.S.S.M.

Gulink, H., 2003. Neo-rurality and multifunctional landscape. Multifunctional Landscapes Volume I: Theory, Values and History. pp. 63-73.

Heitor, A., 2005. Agricultura e Conservação dos recursos naturais. A agricultura e a Biodiversidade. Departamento técnico da CONFAGRI. <http://www.confagri.pt/Caca/OutrosDocumentos/outrosdoc4.htm>

Henriques, P., 2006. Áreas protegidas de Portugal continental, estatutos de conservação (áreas protegidas citadas de norte para sul; legislação essencial por ordem cronológica). Instituto de Conservação da Natureza.

Hodge, I., 2001 Beyond agri-environmental policy: towards an alternative model of rural environmental governance. Department of Land Economy, University of Cambridge. Elsevier. Land Use Policy 18: 99-111.

Hole, D., Perkins, A., Wilson, J., Alexander, I., Grice, P. & Evans, A., 2005. Does organic farming benefit biodiversity? Biological Conservation, Volume 122, Issue 1, pp. 113-130.

ICN, 2001. Turismo de Natureza – Enquadramento Estratégico. Parque Natural da Serra de S. Mamede. Instituto de Conservação da Natureza.

ICN, 2005. Áreas protegidas – PNSSM. Instituto de Conservação da Natureza.
www.icn.pt/areas_protegidas/s_mamede/

ICN, 2006a. Plano Sectorial Rede Natura 2000. Volume I – Relatório.

ICN, 2006b. Plano Sectorial Rede Natura 2000. Volume II – Valores Naturais. Fichas de caracterização ecológica e de gestão.

ICN, 2006c. Plano Sectorial Rede Natura 2000. Volume III – Sítios da Lista Nacional e Zonas de Protecção Especial. São Mamede.

ICN/ISCTE, 2004. Parques Visão XXI. Estratégias e Modelo de Gestão para os Parques Naturais.

ICN-SIPNAT, 2004. Sistema de Informação Do Património Natural ICN-SIPNAT. <http://www.icn.pt/sipnat/sipnat1.html>

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRha), 2004. Programa Nacional Leader+.

Instituto Nacional de Estatística, 2000. Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados comparativos 1989 – 1999.

Jacobson, S., Sieving, K., Jones, G. & Van Doorn, A., 2002. Assessment of farmer attitudes and Behavioural Intentions toward bird conservation on Organic and conventional farms. Department of wildlife Ecology and Conservation, University of Florida. Conservation Biology, Volume 17, No 2. pp. 595-606.

Kidston, D., 2001. Conserving biodiversity in agricultural areas by building a green network. Landscape Ecology and Agriculture.

Kleijn, D. & Sutherland, W. J., 2003. How effective are European Agri-Environment Schemes in conserving and promoting biodiversity? *Journal of Applied Ecology* 40, pp. 947-969.

Kristensen L. & Primdahl J., 2004. Potential for environmental cross-compliance to advance agri-environment objectives. Danish Centre for Forest, Landscape and Planning, The Royal Veterinary and Agricultural University, Denmark.

Kvale S., 1996. *Interviews. An Introduction to Qualitative Research Interviewing*. Sage Pub., London

LPN, S.D. O Estado do Ambiente em Portugal- Perspectiva da LPN.
<http://www.portalflorestal.com/canais/article.asp?id=4357>

LPN, 2003. Planos Zonais Para Áreas Protegidas Novamente Adiados. Importantes valores naturais em risco de ameaça. Comunicados de Imprensa. Lisboa 18 de Novembro.
<http://www.lpn.pt/#35-PT>

LPN & CEAI, 2004. Parecer Relativo ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede (POPNSSM).

LPN/SPEA, 2002. Posição conjunta LPN/SPEA sobre a Revisão Intercalar Da Política Agrícola Comum. Novembro.
http://www.lpn.pt/Revisão_intercalar_pac.htm

Marti, A., 2004. España ante la reforma de la Política Agrícola Comum (PAC). Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales Y Estratégicos. DT Nº 50.

MADRP/IDRHa, 2003. Medidas Agro-Ambientais. Plano de Desenvolvimento Rural – Ruris. Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas/Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica.

MADRP, 2006a. Ministério da Agricultura prolonga por mais um ano Medidas Agro-Ambientais e Indemnizações Compensatórias. Agroportal, Agronoticias. Comunicado de Imprensa. 16 de Fevereiro Lisboa.
<http://www.agroportal.pt/x/agronoticias/2006/02/17d.htm>

MADRP, 2006b. Desenvolvimento Rural 2007-2013. Política Agro-Ambiental. 7 de Abril.
<http://www.agroportal.pt/x/dossiers/refpac/dr/dtagroambienatis.pdf>

Moreira, F., Pinto, M., Teresa, M. & Henriques I., 2004. Importância dos Sistemas Agrícolas Extensivos e da Gestão Florestal para espécies da Flora, Fauna e Habitats da “Directiva Habitats” e da “Directiva Aves”. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Nowotny H., Scott P. and Gibbons M., 2004. Re-thinking Science – Knowledge and the Public in an Age on Uncertainty. Polity Press, Cambridge.

OECD, 2001. Environmental Indicators for Agriculture Methods and Results. Part IV - Environmental Impacts of Agriculture. Volume 3: 331-364.

OECD, 2003. Joint Working Party on Agriculture and the Environment. Agri-Environmental Policy Measures: Overview of Developments. Directorate For Food, Agriculture and Fisheries. Environment Directorate. Unclassified 06-Nov.

<http://www.oecd.org/dataoecd/25/46/18987100.pdf>

Oliveira L. & Cunha, 2002. Uma perspectiva para a gestão integrada de áreas Protegidas. Millenium – Revista do ISPV. n° 25. Janeiro.

http://www.ipv.pt/millenium/Millenium25/25_25.htm

Olson, R.A., and M.J. Brewer. 2003. Small mammal populations occurring in a diversified winter wheat cropping system. Agriculture, Ecosystems and Environment 95: 311-319.

Oñate, J., Malo, J., Suárez F. & Peco B., 1998. Regional and Environmental aspects in the implementation of Spanish agri-environmental shemes. Journal of Environmental Management. 52: 227-240.

Ostermann O. P., 1998. The need for management of nature conservation sites designated under Natura 2000. Forum: Biodiversity & High-Nature-Value Farming. Journal of Applied Ecology, 35: 968-973.

Palmeirim, J.M. & L., Rodrigues., 1992. Plano nacional de conservação dos morcegos cavernícolas. Estudos de Biologia e Conservação da Natureza, 8, 165 pp.

Park G., 2003. Biodiversity in agricultural landscapes: a spectrum of views and understandings. Conference on Rural Land Use Change.

Patton M., 1990. Qualitative Evaluation and Research Methods. Sage Pub., London

Pinto A. S., S.D. A Integração Europeia da Agricultura Portuguesa. AGRO.GES. Sociedade de estudos e Projectos.

<http://www.agroges.pt/asp3.htm>

Pinto-Correia, T., 2000a. As medidas Agro-Ambientais como instrumento integrado para a preservação da paisagem rural: a importância da sensibilização dos técnicos locais e dos chefes de exploração. Número 1-2000 – “Desenvolvimento Sustentável: um novo paradigma para as áreas rurais”.

Revista do Departamento de Geografia e Planeamento regional da Universidade Nova de Lisboa.

Pinto-Correia, T., 2000b. Future development in Portuguese rural areas: how to manage agricultural support for landscape conservation? *Landscape and Urban Planning* 50, 95-106. ELSEVIER.

Pinto-Correia, T., 2002. A importância do envolvimento a nível local na implementação e impacto das medidas agro-ambientais: avaliação de quatro experiências europeias. 1º Congresso de Estudos Rurais. Sociedade, Conhecimento E Política.

Pinto-Correia, T. & Vos W., 2004. Multifunctionality in Mediterranean Landscapes – Past and future. In: Jongman R. (Ed.), *The New Dimensions of the European Landscape*, Wageningen EU Frontis Series, Springer.

Pinto-Correia T., Breman, B.C., Jorge, V., Dneboska, 2006. Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental – Análise das dinâmicas da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural. Tipologia de Áreas Rurais. Universidade de Évora / Ministério da Agricultura, Lisboa.

Ploeg J., Werry F., Blom J. & Silvis H. (1998). *The European Agricultural Model: Perspectives, Prospects and Research Needs*. Wageningen University and Research Center position paper.

Poeta, M.I., & Marta, A. A., S.D. Considerações Sobre As Medidas Agro-Ambientais Em Algumas Regiões europeias. Secção Agricultura e Ambiente. 3º Congresso Nacional de Economistas Agrícolas.

POPNSSM, 2005. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.

PDMM, 1993. Plano Director Municipal de Marvão.

Rainho, A., Rodrigues, L., Bicho, S., Franco, C. & Palmeirim J.M., 1998. Morcegos das Áreas Protegidas Portuguesas (I). *Estudos de Biologia e Conservação da Natureza*, 26, ICN, Lisboa.

Rosas C., 2006. Síntese do Plano Sectorial Para a Rede Natura 2000. Gabinete Técnico da CONFAGRI.

<http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/ConsNatureza/documento/s/doc115.htm>

Rosas C., S.D.. Brometo de Metilo na Agricultura. Gabinete Técnico da CONFAGRI.

<http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/Ar/Documentos/doc43.htm>

Santos, C., 2001. Um novo rumo para a agricultura europeia. Contributo português para a reforma da PAC. MADRP.

http://europa.eu.int/constitution/futurum/documents/speech/sp090501_pt.pdf

Serrano, P., S.D. A Nova Política de Desenvolvimento Rural na UE. Artigo publicado na Gazeta das Aldeias. <http://www.agroges.pt/ArtigoPS.htm>.

Sequeira, E., 2003. Agro-ambientais: Desenvolvimento Rural com menos apoios. Quercus Ambiente nº 1 (Agosto).

Schmid E. & Sinnabel F., 2004. Effects of the EU's Common Agricultural Policy Reforms on the choice of Management Practices. Overview of the linkages between farm management practices and the environment. OECD Expert Meeting on Farm Management Indicators for Agriculture and the Environment. 8-12 March. Palmerston North, New Zealand.

Schramek J., Bielh D., Buller H. and Wilson G., 1999. Implementation and Effectiveness of Agri-Environmental Schemes Established under Reg. 2078/92. Project FAIR1 CT95-274, Frankfurt.

Silva, G., Antunes, A., Escada, I., Marques, J., Santos, C., Loureiro M., Pais, C., Sequeira, H., Avelar, T. & Brito Da Luz P., 2002. Plano de Acção 2000-2002. Relações Agricultura / Floresta e Ambiente. Versão final. Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA) do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Lisboa, Dezembro de 2002.

Stolton, S., 2002. Organic Agriculture and Biodiversity. Dossier 2. IFOAM World Board. IFOAM-Growing Organic Program.

Teles, G., S.D. A perda de complexidade da Paisagem Portuguesa in Paisagem.

The Heritage Council, 1999. Impact of Agriculture Schemes and Payments on Aspects of Ireland's Heritage. Cap.4 - Agricultural Impacts on Biodiversity and Natural Resources in Ireland. An Chomhairle Oidhreachta / The Heritage Council.

Tress, B. & Tress, G., 2001. Capitalising on multiplicity: a transdisciplinary systems approach to landscape research. Landscape and Urban Planning 57: 143-157.

Tress B., Tress G. & Fry G., 2005. Integrative Studies on rural landscapes: policy expectations and research practice. Landscape and Urban Planning, 70: 177-191

União Europeia | FEDER, 2003. QCA III – Programa Operacional do Ambiente 2000-2006. Relatório Anual 2003.

United Nations, 2003. Organic Agriculture: The Challenge of Sustaining Food Production While Enhancing Biodiversity. United Nations Thematic Group. Sub-Group Meeting on Wildlife, Biodiversity and Organic Agriculture. Ankara, Turkey, 15-16 April.

Van Doorn A. & Pinto-Correia T., 2006. Towards meaningful mapping of land cover in the agro-silvo pastoral landscapes of the Mediterranean: reflections from South Portugal. Agro-Forestry Systems (accepted for publication August 2006).

Wickramasinghe, L., Harris, S., Jones, G. & Vaughan, N., 2003. Bat activity and species richness on organic and conventional farms: impact of agricultural intensification. School of Biological sciences, University of Bristol. Journal of Applied Ecology. 40: 984-993.

Wickramasinghe, L., Harris, S., Jones, G. & Vaughan, N., 2004. Abundance and species Richness of Nocturnal Insects on Organic and Conventional Farms: Effects of Agricultural Intensification on Bat Foraging. University of Bristol. Journal of Applied Ecology. Conservation Biology. Volume 18, No. 5. pp. 1283-1292.

Yin R., 2003. Case Study Research, Design and Methods. 3rd Ed. Applied Social Research Methods Series, vol. 5, Sage Pub., London

LEGISLAÇÃO REFERENCIADA :

- Artigos 22º a 24º do Regulamento (CE) nº 1257/1999: Relativo às medidas Agro-Ambientais.
- Decreto-Lei nº 121/89, de 14 de Abril: Cria o Parque Natural da Serra de São Mamede.
- Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro: Estabelece o regime jurídico das Áreas Protegidas.
- Decreto-Lei nº 226/97 de 27 de Agosto: Directiva Habitats (92/43/CEE), transposta para a legislação nacional.
- Decreto Regulamentar nº 20/2004, de 20 de Maio: Reclassifica a Área Protegida (PNSSM) mantendo o estatuto anterior mas redefinindo os seus limites.
- Portaria nº 1212/2003: Aprova o Regulamento de Aplicação da Intervenção «Medidas Agro-Ambientais», do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS). Diário da Republica – I Série- B Nº 240- 16 de Outubro de 2003.
- Regulamento (CEE) nº 797/85 do Conselho, de 12 de Março de 1985: Relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas e encorajamento da «extensificação» da produção.

- **Regulamento (CEE) 2078/92 de 30 de Junho de 1992:** Relativo a métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e à preservação do espaço natural (medidas Agro-Ambientais).
- **Regulamento (CE) n.º 1257/1999:** Relativo ao Plano de Desenvolvimento Rural, denominado RURIS, co-financiado pelo FEOGA-Garantia e que comporta as: Medidas Agro-Ambientais, Indemnizações Compensatórias, Florestação de Terras Agrícolas e Reforma Antecipada.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, 28 de Agosto:** Cria o Sítio “São Mamede” (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000).
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2005 de 21 de Março.** Diário da República I Série B. n.º 56 de 21 de Março de 2005: Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (POPNSSM) e respectivo Regulamento

Sítios da Internet Referenciados:

<http://www.inga.min-agricultura.pt/ajudas/agroamb.html>

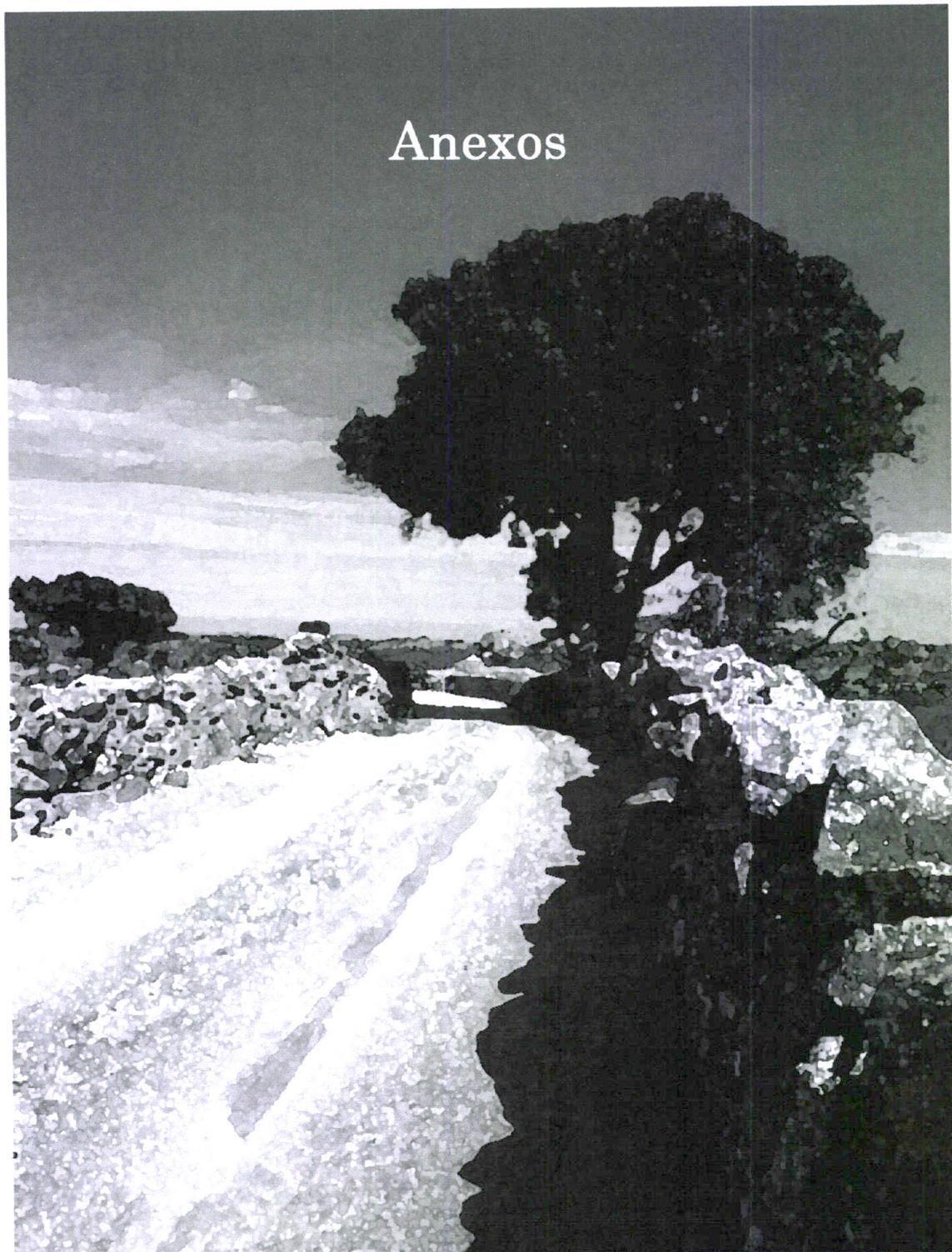
<http://snig.igeo.pt/>

<http://www.ine.pt>

<http://www.iambiente.pt>

<http://www.icn.pt/sipnat>

www.icn.pt



Anexo 1

Guião dos Inquiridos para os chefes de exploração e técnicos

Projecto ALEX **Data:** _____ **Local:** _____ **Entrevistador:** _____

Chefes de exploração

1. Caracterização do inquirido

Nome

Ano de nascimento

Escolaridade

Não sabe ler nem escrever, sabe ler e escrever, 4ª classe, escolaridade básica / 9º /, secundária, superior

Actividade agrícola

Principal /secundária

Residência

Na propriedade / no concelho / outra...

2. Caracterização da propriedade

Dimensão: Classes de SAU

Sem SAU	
0-5 ha SAU	
5-20 ha SAU	
20 – 100 ha SAU	
100 +	

Qual o principal produto da exploração?

Tipos de uso do solo (por tipo , por hectares)

Montado	Sem uso sobcoberto	Com pastagens	Com culturas arvenses sob coberto	Quais
Castiçal	Sem uso sobcoberto	Com pastagens	Com culturas arvenses sob coberto	Quais
Olival	Sem uso sobcoberto	Com pastagens	Com culturas arvenses sob coberto	Quais
Área agrícola aberta		Pastagens	Culturas	Quais
Floresta				Novas plantações
Matos	Pastagens naturais	Baixos – arbustivos	Altos /densos – Matagal	
Pecuária				
Cabeças	bovino	ovino	caprino	suíno

3. Opinião face a multifuncionalidade

Para além da produção, que outras funções no espaço rural acha importantes?

Enuncie e ordene as três funções que considera mais importantes para a sua propriedade/São Mamede/Marvão?

	Conservação da Natureza (espécies, habitats...)
	Preservação da qualidade ambiental (águas, ar, solo...)
	Recreio e turismo
	Caça
	Preservação da identidade (carácter da paisagem, história e memória, folclore)
	Preservação do património paisagístico, arquitectónico e arqueológico
	Outras (qual)

Considera a paisagem como um recurso importante para o turismo nesta área?

Considera o património arquitectónico e arqueológico como um recurso importante para o turismo nesta área?

4. Usos e gestão

Para além da produção, que outros usos não produtivos se praticam ?

Usos	Na área ?	Na propriedade ?
Caça		
Apicultura		
Turismo e recreio		
- Habitação (estadia: TER, turismo aldeia, agroturismo...		
- Percursos (+ passeios pedestres, btt, educativos ...)		
- Piqueniques		
Recolha de cogumelos		
Plantas aromáticas, culinárias e medicinais		
Outros		

Na gestão da sua propriedade tem em consideração as funções e usos acima referidos?

Quais concretamente?

Como?

5. Relação com a fronteira e PNSSM

Vê a proximidade da fronteira como facilitadora ou obstáculo à agricultura da zona?

Como obstáculo ou suporte de desenvolvimento?

No desenvolvimento deste espaço rural vê o Parque Natural da Serra de São Mamede como facilitador ou obstáculo?

Porquê?

O Papel das Medidas Agro-Ambientais na Gestão da Paisagem Rural do Concelho de Marvão no PNSSM

A existência do Parque Natural de Serra de São Mamede influencia de alguma forma a gestão da sua propriedade?

6. Futuro

Qual a evolução da paisagem rural e seus usos no concelho e perspectivas para este espaço rural nos próximos dez anos?

Acha, que se o Marvão for nomeado a património mundial mudará algo no seu território envolvente?

Pode a paisagem do Marvão influenciar a sua candidatura? Como?

7. Medidas agro-ambientais

Recebe (recebeu) algum tipo de apoio relativo às medidas Agro-Ambientais ou outras?

SIM / NÃO

Agro-ambientais – quais	área	período
Outras – quais	área	período

1. Para os agricultores que recebem este tipo de apoios

2. Para os agricultores que não receberam este tipo de apoios

1 e 2. Obteve informação suficiente sobre as medidas? Através de quem /qual entidade?

1. Houve uma grande alteração nas suas práticas agrícolas após aplicação das medidas?

1. Qual é a mais valia na utilização das agro-ambientais?

1. Nota uma melhoria na qualidade dos seus produtos?

1. Nota uma melhoria dos recursos naturais (solos, água)?

1. Notou um aumento do nº de espécies ou aparecimento de novas após aplicação das medidas?

2. Qual a razão da não candidatura às agro-ambientais?

1. e 2. Acha as medidas adequadas à sua propriedade?

1. e 2. Que medidas acha que faltam?

1. e 2. Qual o problema nas medidas existentes?

1. e 2. Tem conhecimento de medidas do lado espanhol?

Técnicos

1 Caracterização do inquirido

Nome

Idade

Escolaridade/ ramo de formação

Origem e residência no concelho/longe

Cargo desenvolvido

2 Opinião face a multifuncionalidade

Para além da produção, que outras funções no espaço rural acha importantes?

Escolha e ordene as três funções que considera mais importantes para a zona de São Mamede / Marvão

	Conservação da Natureza (espécies, habitats...)
	Preservação da qualidade ambiental (águas, ar, solo...)
	Recreio e turismo
	Caça
	Preservação da identidade (carácter da paisagem, história e memória, folclore)
	Património paisagístico, arquitectónico e arqueológico

3 Usos e gestão

Para além da produção que outros usos não produtivos se praticam na área – S. Mamede/Marvão?

Caça	
Apicultura	
Turismo e recreio	
- Habitação (estadia: TER, turismo aldeia, agroturismo...)	
- Percursos (+ passeios pedestres, btt, educativos ...)	
- Piqueniques	
Recolha de cogumelos	
Plantas aromáticas, culinárias e medicinais	
Outros	

4 Relação com a fronteira e PNSSM

A proximidade da fronteira influencia de alguma forma a agricultura da zona?

Como obstáculo ou suporte de desenvolvimento?

No desenvolvimento deste espaço rural vê o PNSSM como facilitador ou obstáculo?

Porque?

6 Futuro

Como acha que vai evoluir paisagem e vida neste espaço rural nos próximos dez anos?

Acha, que se for Marvão nomeado o património mundial mudará algo no seu território envolvente?

Pode a paisagem do Marvão influenciar a sua candidatura?

4 Medidas agro-ambientais

Qual o impacte das medidas Agro-Ambientais na paisagem do concelho do Marvão?

Tipos de razões de adesão dos agricultores?

Qual é a mais valia na utilização das agro-ambientais?

Acha as medidas adequadas ao seu território?

Que medidas acha, que deveriam existir / faltam?

Qual o principal problema nas medidas existentes? Porque razão não aderem os agricultores?

Tem conhecimento de medidas e subsídios de lado espanhol?

Anexo 2

Listagem dos Habitats da Directiva constantes do Sítio de São Mamede

Habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei nº 49/2005 que ocorrem no Sítio de São Mamede	
Código	Designação
3170*	Charcos temporários mediterrânicos
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranuncion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus spp.</i>
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6210*	Prados secos seminaturais e facies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco-Brometalia</i>) (*importantes habitats de orquídeas)
6220*	Substepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachyodietea</i>
6310	Montados de <i>Quercus spp.</i> de folha perene
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinion-Holoschoenion</i>
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
6431	Comunidades pioneiras de ervas altas de orlas de cursos de água em planície
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>

A negrito e asteriscado: habitats prioritários (Fonte: <http://www.icn.pt/sipnat>)

Anexo 3

Listagem das espécies da Directiva constantes do Sítio de São Mamede

Aves do Anexo I (Directiva 79/409/CEE)			
Nome científico	Nome comum	Fenologia	Efectivos
<i>Aegypius monachus</i> *	Abutre-negro	Passagem	Presente
<i>Alcedo atthis</i>	Guarda-rios	Residente	Presente
<i>Anthus campestris</i>	Petinha-dos-campos	Nidificante	Raro
<i>Aquila chrysaetos</i>	Águia-real	Residente	1-5 pares
<i>Bubo bubo</i>	Bufo-real	Residente	11-50 pares
<i>Burhinus oediconemus</i>	Alcaravão	Residente	Presente
<i>Calandrella brachydactyla</i>	Calhandrinha	Nidificante	Presente
<i>Caprimulgus europaeus</i>	Noitibó-europeu	Nidificante	51-100 pares
<i>Ciconia ciconia</i>	Cegonha-branca		
<i>Ciconia nigra</i>	Cegonha-negra	Nidificante	6-10 pares
<i>Circaetus gallicus</i>	Águia-cobreira	Nidificante	Presente
<i>Circus pygargus</i>	Tartaranhão-caçador	Nidificante	Presente
<i>Coracias garrulus</i>	Rolieiro	Nidificante	Presente
<i>Egretta garzetta</i>	Garça-branca-pequena	Residente	11-50 pares
<i>Elanus caeruleus</i>	Peneireiro-cinzento	Residente	Presente
<i>Falco naumanni</i> *	Francelho-das-torres	Nidificante	1-5 pares
<i>Galerida theklae</i>	Cotovia-escura	Residente	Presente
<i>Glareola pratincola</i>	Perdiz-do-mar		
<i>Grus grus</i>	Grou-comum	Invernante	501-1000 ind.
<i>Gyps fulvus</i>	Grifo	Residente	1-5 pares
<i>Hieraaetus fasciatus</i> *	Águia-de-Bonelli	Residente	1-5 pares
<i>Hieraaetus pennatus</i>	Águia-calçada		
<i>Lullula arborea</i>	Cotovia-dos-bosques	Residente	Comum
<i>Melanocorypha calandra</i>	Calhandra-real	Residente	Presente
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre-preto	Residente	Raro
<i>Milvus milvus</i>	Milhafre-real	Residente	1-5 pares
<i>Neophron percnopterus</i>	Abutre-do-Egipto	Residente	1-5 pares
<i>Oenanthe leucura</i>	Chasco-preto	Residente	Raro
<i>Otis tarda</i> *	Abetarda	Passagem	Presente
<i>Pernis apivorus</i>	Falcão-abelheiro	Nidificante	Presente
<i>Pterocles orientalis</i>	Cortiçol-de-barriga-negra	Residente	Raro
<i>Sylvia undata</i>	Toutinegra-do-mato	Residente	Comum
<i>Tetrax tetrax</i> *	Sisão	Residente	Raro
Mamíferos do Anexo II (Directiva 92/43/CEE)			
Nome científico	Nome comum	Fenologia	Efectivos
<i>Rhinolophus mehelyi</i>	Morcego-de-ferradura-mourisco	Invern. e Passag.	11-50 (Inv.) 51-100 (Pas.)
<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Morcego-de-ferradura-pequeno	Nidif. e Invern.	251-500 (Nid.) 51-100 (Inv.)
<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Morcego-de-ferradura-grande	Invernante	101-250
<i>Rhinolophus euryale</i>	Morcego-de-ferradura-mediterrânico	Invernante	101-250
<i>Myotis blythi</i>	Morcego-rato-pequeno	Passagem Nidif.,	Muito Raro >10000 (Nid.)
<i>Miniopterus schreibersii</i>	Morcego-de-peluca	Invern. e Passagem	>10000 (Inv.) 501-1000 (Pas.)

Mamíferos do Anexo II (Directiva 92/43/CEE) (continuação)			
Nome científico	Nome comum	Fenologia	Efectivos
<i>Myotis emarginatus</i>	Morcego-lanudo	Passagem	Muito Raro
<i>Myotis bechsteinii</i>	Morcego-de-Bechstein	Inver. e passag.	Raro (Inv.) 11-50 (Pas.) 1001-10000
<i>Myotis myotis</i>	Morcego-rato-grande	Nidif., Invern. e Passagem	(Nid.) 51-100 (Inv.) 101-250 (Pas.)
<i>Microtus cabrerae</i>	Rato-de-Cabrera	Residente	Muito Raro
<i>Canis lupus*</i>	Lobo-ibérico	Residente	Presente
<i>Lutra lutra</i>	Lontra	Residente	Comum
<i>Lynx pardina*</i>	Lince-ibérico	Residente	Raro
Anfíbios e Répteis do Anexo II (Directiva 92/43/CEE)			
Nome científico	Nome comum	Fenologia	Efectivos
<i>Emys orbicularis</i>	Cágado-de-carapaça- estriada	Residente	Raro
<i>Mauremys leprosa</i>	Cágado	Residente	Comum
<i>Lacerta schreiberi</i>	Lagarto-de-água	Residente	Comum
Peixes do Anexo II (Directiva 92/43/CEE)			
Nome científico	Nome comum	Fenologia	Efectivos
<i>Chondrostoma polylepis</i>	Boga-comum	Residente	Comum
<i>Rutilus alburnoides</i>	Bordalo	Residente	Comum
<i>Rutilus lemmingii</i>	Boga-de-boca-arqueada	Residente	Presente
<i>Anaocypris hispanica</i>	Saramugo	Residente	Muito Raro
<i>Barbus comiza</i>	Cumba	Residente	Presente

A negrito e asteriscado: espécies prioritárias Fonte: <http://www.icn.pt/sipnat>

Anexo 4

Habitats dependentes da gestão agrícola e florestal que ocorrem no Sítio de São Mamede

Para cada habitat são indicados, o seu código e designação, os factores de ameaça e acções de gestão.

Habitats naturais e semi-naturais constantes do Anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005		Medidas de gestão
Código e designação	Ameaças	
3170* – Charcos temporários mediterrânicos	Mobilizações dos solos, dragagem, nomeadamente a criação de bebedouros para gado. Drenagem para instalação de agricultura e plantações florestais. Pastoreio intensivo. Eutrofização provocada pela acumulação de nutrientes provenientes das actividades agrícolas e pecuárias, alterações da fisiogeografia das margens de linhas de água.	Interditar drenagem e dragagem. Condicionar mobilizações. Vedar ou delimitar sazonalmente os charcos localizados em terrenos cultivados por alturas da lavoura. Diminuir ou interditar a aplicação de fertilizantes. Condicionar a instalação de plantações florestais em áreas contíguas. Condicionar pastoreio. Condicionar alterações da fisiogeografia das margens de linhas de águas. Promover o estabelecimento de contratos de gestão com proprietários
3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculus fluitantis</i> e da <i>Callitriche-Butrachion</i>	Aumento ou redução da profundidade. Eutrofização. Agricultura intensiva	Controlo do despejo de efluentes agrícolas. Condicionar alterações de uso dos solos indutoras de alterações na qualidade da água. Condicionar captações de água. Redução do uso de agro-químicos. Condicionar obras hidráulicas. Adopção de boas práticas agrícolas.
3290 – Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>	Agricultura intensiva. Práticas de correção torrencial.	Manutenção de práticas agrícolas e pastoris extensivas. Redução da carga de poluentes domésticos e agro-pecuários. Redução da utilização de fertilizantes. Adopção de boas práticas agrícolas.
4020* – Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>	A queima, drenagens e sobrepastoreio. Práticas silvícolas destrutivas.	Interdição de drenagens. Ordenamento do pastoreio. Controlo de perturbações decorrentes do fogo. Condicionamento de actividades agrícolas e silvícolas.
5210 – Matagais arborescentes de <i>Juniperus spp.</i>	O desadensamento com fins pastoris ou agrícolas. Actividade cinegética (excesso de trânsito). Pastoreio excessivo e descanso do gado. Incêndios. Instalação de projectos turísticos.	Ordenação da pastorícia. Reduzir risco de incêndio. Interditar arborizações e plantios de novas vinhas na área ocupada pelo habitat. Reconverter áreas agrícolas ou florestais com potencial de recuperação dos zimbrais-carrascais. Avaliação dos projectos turísticos em curso. Condicionar as limpezas de mato nos montados confinantes ou em mosaico com zimbrais. Monitorizações do estado de conservação do habitat.
5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos	Arroteamentos para expansão agrícola e silvícola. Incêndios. Pastoreio intensivo e regressão do pastoreio extensivo.	Condicionar alterações de uso dos solos. Promover o pastoreio extensivo. Redução dos riscos de incêndios. Condicionar operações de desmatação. Travar progressão sucessional.

Habitats naturais e semi-naturais constantes do Anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005

Medidas de gestão

Ameaças

Código e designação

<p>6210* – Prados secos seminaturais e facies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco-Brometalia</i>) (*importantes habitats de orquídeas)</p>	<p>Incêndios. Pastoreio excessivo. Nitrofilização por gado bovino.</p>	<p>Travar sucessão ecológica. Manutenção do pastoreio extensivo por gado ovino. Condicionar pastoreio por bovinos e localização dos currais.</p>
<p>6220* – Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachyodietea</i></p>	<p>Expansão das formações arbustivas. Mobilização do solo. Pastoreio intensivo. Agricultura intensiva. Redução do pastoreio extensivo. Abandono agrícola.</p>	<p>Uso de fogo controlado para manutenção de habitat. Gestão de matos. Condicionamento à mobilização dos solos, fazendo contratos com proprietários. Manutenção e promoção do pastoreio extensivo. Valorização de produtos animais associados à pastorícia. Políticas de apoio directo ao pastoreio.</p>
<p>6310 – Montados de <i>Quercus spp.</i> de folha perene</p>	<p>Envelhecimento e desadensamento por ausência de regeneração. Pragas e doenças. Conversão em área agrícola/olival. Desinteresse por agentes económicos e consequente abandono. Arborização com espécies estranhas ao montado (e.g. <i>pinus sp.</i>)</p>	<p>Combater pragas e doenças. Ordenamento do pastoreio. Em áreas pouco viáveis economicamente reordenar com vista à reconversão em áreas de sobreiral e azinhal e nas áreas mais férteis manutenção do pastoreio. Promover a sustentabilidade económica de actividades tradicionais ligadas ao montado.</p>
<p>6420 – Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinion-Holoschoenion</i></p>	<p>Conversão em agricultura de regadio. Drenagens. Perturbação excessiva pelo pastoreio.</p>	<p>Condicionamento à drenagem. Condicionamento à passagem a agricultura de regadio. Promover pastoreio extensivo.</p>
<p>6430 – Comunidades de ervas altas higrofilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino</p>	<p>Redução das actividades rurais (agricultura e pastorícia).</p>	<p>Manutenção dos níveis de pastoreio com bovinos e de circulação dos animais em manada.</p>
<p>91B0 – Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i></p>	<p>Desadensamento sucedido por pastoreio. Uso como área de descanso de gado miúdo. Desfolha e desrama para alimentação animal. Substituição de freixiais por espécies de crescimento rápido.</p>	<p>Gestão da sucessão ecológica. Redução da carga animal. Ordenamento da extracção de material lenhoso.</p>
<p>91E0* – Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>)</p>	<p>Abandono da gestão tradicional dos amieais localizados na margem de terrenos agrícolas. Limpeza desregrada das margens dos cursos de água. Construção de obras de hidráulica.</p>	<p>Melhoria do grau de conservação, através da recuperação dos amieais degradados. Condicionamento das práticas de limpeza dos cursos de água. Contratualização orientada para a gestão dos amieais antropizados, reduzidos a uma estreita linha de árvores. Interdição ao pastoreio na área de ocupação do habitat.</p>

Habitats naturais e semi-naturais constantes do Anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005

Medidas de gestão

Código e designação	Ameaças	Recuperações de carvalhais e promoção da regeneração natural. Eliminação do pastoreio. Redução do risco de incêndio. Inclusão de carvalhais em ambiente rural em programas de desenvolvimento integrado do território, no sentido de valorizar a sua persistência como fonte de serviços directamente associado a valias económicas (turismo e valor paisagístico). Valorização dos produtos associados a uma exploração sustentável da floresta (e.g. certificação, criação de DOP). Apoio do estado na reconstrução de bosques climáticos e contratualização da gestão com os proprietários. Promover a inclusão deste habitat, nas situações melhor conservadas, em redes de micro-reservas integrais a criar.
9230 – Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	Incêndios. Pastoreio. Intensificação florestal. Arborizações no âmbito de programas de apoio à floresta.	Intedição do corte ou limpeza. Desenvolvimento de instrumentos financeiros de apoio à conservação deste habitat. Combate ás doenças da tinta e do cancro do castanheiro. Promover a inclusão deste habitat, nas situações melhor conservadas, em redes de micro-reservas integrais a criar.
9260 – Florestas de <i>Castanea sativa</i>	Corte ou limpeza. Doença da tinta. Cancro do castanheiro.	Promoção da transformação de áreas de montado (plantação, protecção da regeneração e interdição absoluta do uso agro-pastoril). Interditar alterações ao uso dos solos (e.g. expansão agrícola e florestação com espécies de crescimento rápido). Promover a inclusão deste habitat, nas situações melhor conservadas, em redes de micro-reservas integrais a criar. Reduzir risco de incêndio. Condicionar o trânsito de pessoas, veículos e animais domésticos. Divulgar importância do habitat para conservação. Promoção através de incentivos ou contratualização com os proprietários, devendo ser mantida uma orientação e monitorização estreita das acções de gestão. Os sobreiros e azinhais em ambiente "rural" devem ser incluídos em programas de desenvolvimento integrado do território, no sentido de potenciar e valorizar a sua persistência como fonte de serviços directamente associados a valias económicas (turismo, ecoturismo, valor paisagístico).
9330 – Florestas de <i>Quercus suber</i>	Alteração de uso dos solos (e.g. expansão urbana, transformação em montado, agricultura etc.). Planeamento florestal desadequado. Pastoreio. Substituição por espécies de crescimento rápido.	Intedição do corte ou limpeza. Desenvolvimento de instrumentos financeiros de apoio à conservação deste habitat. Combate ás doenças da tinta e do cancro do castanheiro. Promover a inclusão deste habitat, nas situações melhor conservadas, em redes de micro-reservas integrais a criar. Reduzir risco de incêndio. Condicionar o trânsito de pessoas, veículos e animais domésticos. Divulgar importância do habitat para conservação. Promoção através de incentivos ou contratualização com os proprietários, devendo ser mantida uma orientação e monitorização estreita das acções de gestão. Os sobreiros e azinhais em ambiente "rural" devem ser incluídos em programas de desenvolvimento integrado do território, no sentido de potenciar e valorizar a sua persistência como fonte de serviços directamente associados a valias económicas (turismo, ecoturismo, valor paisagístico).
9340 – Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	Incêndios. Escassez de informação sobre a naturalidade e o valor do habitat para a conservação. Características culturais atávicas (limpeza como prova de cuidado).	Intedição do corte ou limpeza. Desenvolvimento de instrumentos financeiros de apoio à conservação deste habitat. Combate ás doenças da tinta e do cancro do castanheiro. Promover a inclusão deste habitat, nas situações melhor conservadas, em redes de micro-reservas integrais a criar.

A negrito e asteriscado: habitats prioritários Fonte: ICN, 2006

Anexo 5

Espécies da Flora e Fauna dependentes da gestão agrícola e florestal que ocorrem no Sítio de São Mamede

Espécies da Flora dependentes da gestão agrícola e florestal que ocorrem no Sítio de São Mamede. Para cada espécie é indicado o seu código e designação, os factores de ameaça e acções de gestão.

Espécies da Flora constantes do Anexo B-II do Dec. Lei N.º 49/2005 de 24/02

Orientações de gestão

Código e designação

Ameaças

Devido à sua exposição encontra-se sujeita a fragmentação por acção mecânica. Alteração do habitat devida à sucessão ecológica, com a ocupação do espaço por vegetação herbácea. Excesso de pastoreio. Apanha para colecções botânicas.

1290* – *Marsipella profunda*

Alteração do habitat por degradação das margens de cursos de água. Eventualmente corte de varas para cestaria. Corte para redução de efectivos avifaunísticos prejudiciais à agricultura em campos vizinhos.

1434 – *Salix salvifolia*
ssp. australis

Aprofundar o conhecimento da biologia, ecologia e corologia da espécie. Prospecção da espécie e delimitação de núcleos populacionais. Controle da sucessão ecológica, favorecendo a manutenção do espaço vital para a espécie. Estabelecimento de microreservas. Assegurar que os proprietários e agricultores estão devidamente alertados da importância da conservação desta espécie e para uma correcta gestão do habitat onde esta espécie se encontra.

Conservar a vegetação ribeirinha autóctone. Adensamento dos povoamentos e manutenção de elevados níveis de naturalidade sem intervenção do subcoberto. Condicionar trabalhos de limpeza de regularização de linhas de água. Redução da utilização de agro-químicos. Interdição do pastoreio nas margens dos rios. Promover a divulgação do valor da espécie e do seu habitat para a conservação. Sensibilizar as populações locais para a protecção da flora ripícola.

A negrito e asteriscado: espécie prioritária Fonte: ICN, 2006b

Espécies de Aves dependentes da gestão agrícola e florestal que ocorrem no Sítio de São Mamede Para cada espécie é indicado, o nome científico e comum, os factores de ameaça e acções de gestão.

Espécies de Aves do Anexo A-I do Dec. Lei n.º 49/2005

	Medidas de gestão
	Ameaças
Designação	A fomento e valorização das práticas agro-silvo-pastoris e do mosaico agro-florestal através da aplicação de medidas agro-ambientais. Ampliar as sanções legais para a perseguição/abate de espécies protegidas. Condicionar o acesso e a realização de actividades turísticas e recreativas. Compatibilizar a gestão cinegética com a conservação da espécie. Monitorizar o impacto e corrigir e sinalizar traçados da rede de distribuição de electricidade. Condicionar a instalação de parques eólicos. Construir plataformas artificiais de nidificação. Condicionar a intensificação agrícola e florestal. Regular o uso de agro-químicos e pesticidas e adoptar técnicas de controlo alternativas. Promover planos de reflorestação com espécies autóctones e de gestão sustentável da floresta. Implementar um programa nacional de erradicação do uso de venenos. Realizar uma campanha nacional de sensibilização e educação ambiental da população rural relativamente às aves de rapina. Estabelecer uma rede de campos de alimentação de aves necrófagas. Promover o reordenamento da floresta portuguesa de acordo com uma moderna filosofia florestal.
<i>Aegyptius monachus</i> * (Abutre-negro)	A mortalidade por colisão e electrocussão. A perseguição humana. Redução da disponibilidade trófica. Intensificação da agricultura e pecuária (estabulação e intensificação). O abandono da agricultura tradicional. Perda do mosaico agro-florestal. A diminuição do aproveitamento pecuário extensivo resulta em redução de gado morto e das plantas nos campos. Construção de infra-estruturas. Instalação de regadios. Incêndios. Destruição das florestas autóctones. Extracção de inertes. Perturbação humana. Utilização de agro-químicos. Falta de sensibilidade ambiental.
<i>Alcedo atthis</i> (Guarda-rios)	Alterações do uso das margens e leitos dos cursos de água. A poluição da água. Utilização de adubos, pesticidas e herbicidas. A perturbação nas áreas de nidificação e de alimentação.
<i>Anthus campestris</i> (Petimha-dos-campos)	A florestação e o cultivo de lenhosas de áreas abertas, nomeadamente de pastagens. A intensificação da agricultura. Conversão das pastagens em terrenos cultivados. Abandono agrícola e do pastoreio extensivo. Utilização de agro-químicos.
<i>Aquila chrysaetos</i> (Águia-real)	Mesmo que <i>Aegyptius monachus</i> (Abutre-negro) + O abandono e alteração de diversas práticas agro-pecuárias tradicionais. Diminuição das populações de presas.
<i>Bubo bubo</i> (Bufo-real)	Mesmo que <i>Aegyptius monachus</i> (Abutre-negro) + O abandono e alteração de diversas práticas agro-pecuárias tradicionais.
	Mesmo que <i>Aegyptius monachus</i> (Abutre-negro) + Estabelecer programas de recuperação das populações de coelho-bravo. Promover as práticas agro-pecuárias tradicionais, como a cerealicultura e pastoreio extensivos.
	Mesmo que <i>Aegyptius monachus</i> (Abutre-negro) + Estabelecer programas de recuperação das populações de coelho-bravo. Promover as práticas agro-pecuárias tradicionais, como a cerealicultura e pastoreio extensivos.
	Converter terrenos agrícolas abandonados em pastagens. Condicionar ou proibir a florestação e expansão de cultivos lenhosos. Condicionar ou proibir a intensificação agrícola. Manter o uso de práticas de pastoreio extensivas, mediante a aplicação de medidas Agro-Ambientais. Regular o uso de pesticidas. Monitorizar anualmente as populações.

Espécies de Aves do Anexo A-I do Dec. Lei n.º 49/2005

Medidas de gestão

Ameaças

Designação	Ameaças	Medidas de gestão
<i>Burhinus oedicnemus</i> (Alcaravão)	A intensificação da agricultura. O incremento dos tratamentos agrícolas. Redução da disponibilidade alimentar. A transformação do sequeiro em regadio. O abandono agrícola e do pastoreio extensivo. A florestação das terras agrícolas. A expansão de cultivos lenhosos. A florestação de áreas abertas. A ceifa e lavoura efectuadas no período de nidificação. Utilização de maquinaria agrícola na época de nidificação. O sobrepastoreio. A instalação de vedações para gado. A colisão com linhas aéreas de transporte de energia. Predadores de ovos e crias. A construção de infra-estruturas. A expansão urbano-turística. Perturbação humana.	Promover a cerealicultura extensiva com rotação de culturas, e manter o mosaico agrícola, mediante aplicação de medidas Agro-Ambientais e/ou Indemnizações Compensatórias. Elaboração de Planos Zonais em zonas prioritárias para a conservação das aves estepárias. Promover o pastoreio extensivo e condicionar o encabeçamento. Minimizar a perda do habitat estepário, impedindo a sua conversão para outros usos agrícolas, florestais ou outros. Proibir ou condicionar a instalação de vedações. Regular o uso de agro-químicos. Retardar a ceifa e condicionar a lavoura de pousios e restringir a utilização de maquinaria agrícola durante o período de nidificação. Proibir a florestação e o cultivo de lenhosas. Incrementar a sustentabilidade económica das áreas estepárias através da certificação de produtos provenientes de áreas “amigas da avifauna estepária”. Controlar as populações de cães assilvestrados. Ordenar a actividade turística. Regular a actividade cinegética. Informar a comunidade rural e a população em geral sobre os valores naturais das áreas agrícolas extensivas de sequeiro e sobre as necessidades de conservação das espécies delas dependentes.

<i>Calandrella brachydactyla</i> (Calhandrinha)	Mesmo que <i>Burhinus oedicnemus</i> (Alcaravão)	Mesmo que <i>Burhinus oedicnemus</i> (Alcaravão)
<i>Caprimulgus europaeus</i> (Noitibó-cinzento)	O aumento das áreas de povoamentos florestais densos (eucalipto e pinheiro). A intensificação da agricultura. Utilização de agro-químicos.	Proporcionar um mosaico de habitats de transição, entre zonas abertas, de vegetação esparsa e zonas florestais, apoiando os sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais e a agricultura extensiva. Restringir o uso de pesticidas. Monitorizar os parâmetros populacionais e efectuar estudos sobre requisitos de habitat.
<i>Ciconia ciconia</i> (Cegonha-branca)	A drenagem e destruição de pastagens e zonas húmidas e caniciais. A má gestão dos recursos hídricos. As alterações do uso do solo. Abandono da cultura de arroz ou conversão para a cultura de sequeiro. A perturbação nas áreas de nidificação. A poluição da água. A utilização de adubos, pesticidas e herbicidas.	Recuperar zonas húmidas, conservando e recuperando a vegetação palustre e condicionando a drenagem. Manter e melhorar a qualidade da água. Restringir o uso de agro-químicos e adoptar técnicas alternativas. Melhorar eficácia de fiscalização. Proibir a instalação de linhas eléctricas e equipar as já existentes, com sinalizadores anti-colisão. Condicionar a instalação de parques eólicos. Monitorizar os efectivos nidificantes da espécie. Informar e sensibilizar.
<i>Ciconia nigra</i> (Cegonha-negra)	A contaminação das águas. As actividades recreativas. As actividades agro-florestais na época de nidificação. A perturbação causada pelo pastoreio. A construção de infra-estruturas. Actividades cinegéticas. Mortalidade por colisão e electrocussão.	Reduzir a perturbação causada pelas actividades humanas através do ordenamento. Reduzir os focos de poluição e melhoria da qualidade das linhas de água. Não autorizar a construção de parques eólicos. Prevenir a mortalidade por colisão e electrocussão. Aumentar a disponibilidade de presas. Aumentar a disponibilidade de estruturas de suporte de ninhos. Monitorização e pesquisa. Sensibilização e divulgação.

Espécies de Aves do Anexo A-I do Dec. Lei n.º 49/2005

Medidas de gestão

Ameaças

Designação

<p><i>Circaetus gallicus</i> (Águia-cobreira)</p>	<p>A redução da área de pinhal. As podas severas em áreas extensas de montados e o corte e a rarefacção de pinheiros-bravos de grande porte. A intensificação da agricultura. O abate a tiro. A destruição e roubo de ninhos. A destruição de sebes. O aumento da utilização de agro-químicos.</p>	<p>Condicionar as plantações de elevada densidade de eucalipto ou pinheiro nos espaços abertos. Ordenar as podas nas áreas de montado. Limitar a densidade de plantação nas acções de adensamento/beneficiação ou de arborização. Manter alguns pinheiros-bravos de elevado porte dispersos. Reduzir o risco de incêndios. Regular o uso de pesticidas. Implementar normas de gestão cinegética. Sensibilização e divulgação.</p>
<p><i>Circus pygargus</i> (Tartaranhão-caçador)</p>	<p>Mesmo que <i>Burhinus oediconemus</i> (Alcaravão)</p>	<p>Mesmo que <i>Burhinus oediconemus</i> (Alcaravão)</p>
<p><i>Coracias garrulus</i> (Rolieiro)</p>	<p>Mesmo que <i>Burhinus oediconemus</i> (Alcaravão) + A perda de habitat de nidificação devida à obstrução e destruição de cavidades em construções humanas. Estado de degradação dos edifícios que albergam colónias.</p>	<p>Mesmo que <i>Burhinus oediconemus</i> (Alcaravão) + Manter as estruturas que albergam colónias. Criar novos locais de nidificação.</p>
<p><i>Egretta garzetta</i> (Garça-branca-pequena)</p>	<p>Mesmo que <i>Ciconia ciconia</i> (Cegonha-branca).</p>	<p>Mesmo que <i>Ciconia ciconia</i> (Cegonha-branca).</p>
<p><i>Elanus caeruleus</i> (Peneireiro-cinzentos)</p>	<p>A redução da capacidade de regeneração e destruição dos montados e a instalação de maciços florestais de produção ou o adensamento dos existentes sem cultura arvense associada. A intensificação da agricultura através de monoculturas cerealíferas. Transformação do sequeiro em regadio. O abandono agrícola. O abate ilegal e a pilhagem dos ninhos. Utilização de agro-químicos.</p>	<p>Manter/melhorar as manchas de montado aberto já existentes ou instalação de novos povoamentos autóctones com esta configuração, assim como criar condições para a regeneração natural dos montados. Promover cerealicultura extensiva com rotação de culturas, mediante a aplicação de medidas agroambientais e/ou indeminizações compensatórias. Fiscalizar as actividades cinegéticas. Desenvolver campanhas de sensibilização junto a proprietários e gestores agro-florestais e cinegéticos, bem como da restante população. Regular o uso de pesticidas e adoptar técnicas de pestes alternativas. Monitorizar as populações nidificantes e os requisitos de habitat.</p>
<p><i>Falco naumanni</i>* (Francelho-das-torres)</p>	<p>Mesmo que <i>Burhinus oediconemus</i> (Alcaravão) + Obstrução e destruição de cavidades em construções humanas. O estado de degradação de edifícios que albergam colónias. A competição interespecífica, entre gralha e francelho.</p>	<p>Mesmo que <i>Burhinus oediconemus</i> (Alcaravão) + Melhorar o habitat em torno das colónias de francelho, num raio de 4 km, através da introdução de faixas não semeadas e do incentivo ao pastoreio ovino nos pousios. Manter as estruturas que albergam colónias. Diminuir a perturbação exercida sobre as colónias devido a obras de recuperação de edifícios. Acções de disponibilização de paredes artificiais, cavidades e ninhos artificiais.</p>
<p><i>Galerida theklae</i> (Cotovia-escura)</p>	<p>Mesmo que <i>Burhinus oediconemus</i> (Alcaravão) + A florestação dos terrenos agrícolas (espécie evita as áreas florestais).</p>	<p>Mesmo que <i>Burhinus oediconemus</i> (Alcaravão) + Restringir a florestação e as irrigações. Manter a vegetação arbustiva de dimensão média através de pastoreio extensivo. Condicionar o encabeçamento em áreas de estepe cerealífera.</p>

Espécies de Aves do Anexo A-I do Dec. Lei n.º 49/2005

Medidas de gestão

Designação	Ameaças	Medidas de gestão
<p><i>Glaucola pratincola</i> (Perdiz-do-mar)</p>	<p>Práticas decorrentes do uso agrícola durante a nidificação (e.g. lavoura, rega, pulverização). Regimes de intensificação agrícola. A utilização inadequada de produtos fitossanitários para controlo de insectos. A perda de habitat de nidificação favorável por drenagem de zonas húmidas. A perturbação nos locais de nidificação. Gado em elevadas densidades.</p>	<p>Manter usos agrícolas extensivos. Incrementar a sustentabilidade económica das áreas de agricultura extensiva através da certificação de produtos. Sempre que possível, manter em pousio o terreno ocupado pela colónia. Restrição do uso de produtos fitossanitários (protecção integrada e agricultura biológica). Implementação de medidas financeiras de compensação dos prejuízos aos agricultores, recorrendo a financiamentos no âmbito da nova PAC. Conservar ou recuperar áreas de vegetação natural e reservas de águas (lagunas, esteiros, canais, arrozais). Interditar a drenagem nas áreas de sapal. Restringir o livre acesso das áreas mais vulneráveis. Realizar acções de sensibilização dirigidas aos proprietários/usufrutuários, de modo a adequar o manejo do gado nos locais de instalação das colónias. Realizar estudos de bio-ecologia, monitorização e conservação.</p>
<p><i>Grus grus</i> (Grou)</p>	<p>Mesmo que Burhinus oedichenemus (Alcaravão) + A eliminação dos povoamentos de azinho dispersos, por conversão em outros usos. A extração de areia e cascalho nos cursos de água. A poluição da água. A alteração das condições hidrológicas dos cursos de água.</p>	<p>Mesmo que Burhinus oedichenemus (Alcaravão) + Manter/melhorar as manchas de montado aberto, associado à promoção do pastoreio extensivo. Regular o uso dos locais utilizados como dormitórios (em cursos de água ou em açudes/charcas). Condicionar a utilização dos açudes por gado, as novas construções, a instalação de cercas, as plantações arbóreas, as alterações da morfologia das margens e o crescimento excessivo da vegetação nas margens. Impedir a degradação da qualidade da água. Recuperar zonas húmidas.</p>
<p><i>Gyps fulvus</i> (Grifo)</p>	<p>Mesmo que Aegypius monachus (Abutre-negro)</p>	<p>Mesmo que Aegypius monachus (Abutre-negro)</p>
<p><i>Hieraetus fasciatus*</i> (Águia de Bonelli)</p>	<p>Mesmo que Aegypius monachus (Abutre-negro) + A rarefacção das populações de Coelho-bravo. A mortalidade de juvenis por doenças (Tricomoniase dos pombos). A falta de conhecimento.</p>	<p>Mesmo que Aegypius monachus (Abutre-negro) + Estabelecer programas de recuperação das populações de coelho-bravo. Recuperar, repovoar, manter e proceder ao acompanhamento sanitário de pombais. Fornecimento de alimentação suplementar aos casais e núcleos com maior carência e maior risco de desaparecimento. Aumentar o conhecimento com estudos e monitorizações.</p>
<p><i>Hieraetus pennatus</i> (Águia-calçada)</p>	<p>A destruição de áreas florestais (abate de árvores, fogo, podas desregradas, urbanização e construção de infra-estruturas). A arborização com eucalipto de terrenos abertos. As acções de adensamento excessivo dos montados. O abate ilegal. A pilhagem de ninhos. Utilização de agro-químicos.</p>	<p>Manter/melhorar as manchas de montado aberto já existentes ou instalação de novos povoamentos, assim como criar condições para a regeneração natural dos montados. Condicionar as plantações florestais de elevada densidade (e.g. de eucalipto ou pinheiro). Proceder à gestão correcta das podas. As práticas florestais devem ser realizadas fora da época de nidificação. Promover a manutenção e recuperação de sistemas de agricultura e ovinicultura tradicionais. Reordenamento da floresta portuguesa de modo a preservar e criar espaços florestais diversificados. Fiscalizar as actividades cinegéticas. Modificar os traçados das linhas eléctricas se necessário. Regular o uso de pesticidas e adoptar técnicas de pestes alternativas.</p>

Espécies de Aves do Anexo A-I do Dec. Lei n.º 49/2005

Medidas de gestão

Designação

Ameaças

Mesmo que *Burhinus oedicnemus* (Alcaravão) + Manter/melhorar as manchas de Quercíneas intercaladas com terrenos abertos já existentes ou instalação de novos povoamentos, assim como criar condições para a regeneração natural daqueles povoamentos florestais. Identificar as áreas florestais de nidificação, e garantir que a gestão dessas áreas permita a existência de sequências de clareiras e plantações jovens de forma a proporcionar um habitat adequado.

Mesmo que *Burhinus oedicnemus* (Alcaravão) + A florestação de grandes áreas com espécies exóticas.

Melanocorypha calandra (Calhandra-real)

Mesmo que *Burhinus oedicnemus* (Alcaravão)

Mesmo que *Burhinus oedicnemus* (Alcaravão)

Milvus migrans (Milhafre-preto)

Mesmo que *Aegypius monachus* (Abutre-negro)

Mesmo que *Aegypius monachus* (Abutre-negro)

Mesmo que *Aegypius monachus* (Abutre-negro) + O corte de mato florestais ou de árvores isoladas de grande porte.

Mesmo que *Aegypius monachus* (Abutre-negro) + Proibir o corte de mato florestais ou de árvores isoladas de grande porte (lameiros, carvalhais, azinhais, pinhais).

Neophron percnopterus (Abutre do Egito)

Mesmo que *Aegypius monachus* (Abutre-negro) + A rarefacção das populações de Coelho-bravo. A falta de conhecimento.

Mesmo que *Aegypius monachus* (Abutre-negro) + Estabelecer programas de recuperação das populações de Coelho-bravo. Aumentar o conhecimento com estudos e monitorizações.

Oenanthe leucura (Chasco-preto)

A falta de conhecimento. A alteração das práticas agrícolas e pecuárias tradicionais. O desaparecimento de edifícios em ruínas e de grutas abandonadas. Utilização de agro-químicos (ave insectívora).

Monitorizar anualmente as populações nidificantes e realizar estudos sobre a ecologia e biologia da espécie. Preservar os mato rochosos e habitats rupícolas. Proteger planaltos rochosos áridos, desfiladeiros e ravinas da florestação. Preservar os edifícios velhos e degradados e grutas abandonadas. Ordenar práticas de desporto de natureza. Proteger as cavidades acima do nível do solo para defesa contra predadores. Regular o uso de agro-químicos.

Otis tarda * (Abetarda)

Mesmo que *Burhinus oedicnemus* (Alcaravão)

Mesmo que *Burhinus oedicnemus* (Alcaravão) + Manter manchas de olival tradicional.

Pernis apivorus (Falcão-abelheiro)

A destruição de áreas florestais autóctones maduras. A plantação mono-florestal. A perseguição humana. A colisão e electrocussão. O abandono da agricultura tradicional e o aumento da carga de pastoreio por parte de bovinos.

Manter/melhorar as manchas de floresta autóctone intercaladas com terrenos abertos já existentes ou instalação de novos povoamentos, assim como criar condições para a regeneração natural desses mato. Corrigir e sinalizar os traçados eléctricos. Condicionar a instalação de parques eólicos. Ampliar as sanções legais para os prevaricadores em matéria de perseguição/abate de espécies protegidas. Fiscalizar as principais áreas de nidificação, assim como as actividades cinegéticas. Promover os sistemas de agricultura e ovicultura tradicionais.

Pterocles orientalis (Cortícol-de-barriga-preta)

Mesmo que *Burhinus oedicnemus* (Alcaravão)

Mesmo que *Burhinus oedicnemus* (Alcaravão) + Manutenção de um mosaico em que ocorram terrenos lavrados é fundamental para a nidificação desta espécie.

Espécies de Aves do Anexo A-I do Dec. Lei n.º 49/2005

Medidas de gestão

Ameaças

Designação <i>Tetrax tetrax</i> * (Sisão)	Mesmo que <i>Burhinus oedicnemus</i> (Alcaravão)	Mesmo que <i>Burhinus oedicnemus</i> (Alcaravão)
--	--	--

A negrito e asteriscado: espécie prioritária Fonte: ICN, 2006b

Espécies de Mamíferos dependentes da gestão agrícola e florestal que ocorrem no Sítio de São Mamede. Para cada espécie é indicado o nome científico e comum, os factores de ameaça e acções de gestão.

Espécies de Mamíferos constantes do Anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

Orientações de gestão

Ameaças

Planos de gestão do habitat nas áreas envolventes aos abrigos. Consolidar, as galerias de minas importantes. Impedir o encerramento de minas ou grutas com dispositivos inadequados. Em abrigos muito perturbados, colocar vedações que evitem a entrada de visitantes, mas permitam a passagem de morcegos. No caso de grutas, a entrada dos visitantes deve ser restringida na(s) época(s) do ano em que o abrigo é ocupado. Preservar a floresta autóctone naturalmente bem desenvolvida. Prevenção de incêndios florestais. Conservação e/ou recuperação da vegetação ribeirinha autóctone. A criação de um mosaico de habitats, com bosquetes, sebes e matos, intercalados com zonas mais abertas de pastagens e zonas agrícolas. Incentivar práticas agropecuárias extensivas. Reduzir a utilização de agro-químicos (protecção integrada e métodos biológicos). Reduzir a mortalidade accidental por atropelamento. Evitar a utilização de vedações com arame farpado. Desenvolver campanhas de sensibilização e educação ambiental. Proteger legalmente os abrigos de criação e hibernação.

Designação

A destruição e perturbação dos abrigos. Bloqueio das entradas de minas ou grutas por vegetação, derrocadas ou colocação de gradeamentos inadequados. **A destruição de florestas de folhosas autóctones bem desenvolvidas e das galerias ripícolas**, bem como de outras estruturas arbóreas, em bordaduras de caminhos e em parcelas agrícolas. **Intensificação da utilização de produtos químicos (pesticidas e fertilizantes). Perseguição directa.**

Rhinolophus mehelyi
(Morcego-de-ferradura-mourisco)

Rhinolophus hipposideros
(Morcego-de-ferradura-pequeno)

Rhinolophus ferrumequinum
(Morcego-de-ferradura-grande)

Mesmo que *Rhinolophus mehelyi* (Morcego-de-ferradura-mourisco)

Mesmo que *Rhinolophus mehelyi* (Morcego-de-ferradura-mourisco)

Mesmo que *Rhinolophus mehelyi* (Morcego-de-ferradura-mourisco) + Apoiar tecnicamente a recuperação de edifícios que sejam utilizados por colónias.

Mesmo que *Rhinolophus mehelyi* (Morcego-de-ferradura-mourisco) + Apoiar tecnicamente a recuperação de edifícios que sejam utilizados por colónias.

Espécies de Mamíferos constantes do Anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

Orientações de gestão

Ameaças

Designação	Ameaças	Orientações de gestão
<i>Rhinolophus euryale</i> (Morcego-de-ferradura-mediterrânico)	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco)	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco)
<i>Myotis blythii</i> (Morcego-rato-pequeno)	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco)	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco)
<i>Miniopterus schreibersii</i> (Morcego-de-peluche)	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco) + Colisão com eólicos.	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco) + Evitar a construção parques eólicos num raio de 5 Km a 10 Km de abrigos de hibernação e criação de importância nacional.
<i>Myotis emarginatus</i> (Morcego-lanudo)	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco) + diminuição de florestas de folhosas naturalmente bem desenvolvidas (espécie cria quase exclusivamente em cavidades de árvores antigas).	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco) + Apoiar a recuperação de edifícios que sejam utilizados. Manter árvores velhas com cavidades. Instalar caixas-abrigo. Assegurar que os planos de gestão florestal tenham em conta estes princípios.
<i>Myotis bechsteini</i> (Morcego de Bechstein)	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco) + diminuição de florestas de folhosas naturalmente bem desenvolvidas (espécie cria quase exclusivamente em cavidades de árvores antigas).	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco) + Manter árvores velhas com cavidades. Instalar caixas-abrigo. Assegurar que os planos de gestão florestal tenham em conta estes princípios. Favorecendo a criação de corredores de ligação entre zonas florestadas.
<i>Myotis myotis</i> (Morcego-rato-grande)	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco) + Colisão com eólicos.	Mesmo que <i>Rhinolophus mehelyi</i> (Morcego-de-ferradura-mourisco) + Evitar a construção parques eólicos num raio de 5 Km a 10 Km de abrigos de hibernação e criação de importância nacional.
<i>Microtus cabreræ</i> (Rato de Cabrera)	Destruição e fragmentação do seu habitat. A intensificação das práticas agrícolas e a extensão da superfície cultivada. Destruição da vegetação herbácea e arbustiva nos montados. A limpeza de galerias ripícolas e as florestações. Obras de abertura ou alargamento de estradas e caminhos. florestais e destruição das margens dos caminhos. O pastoreio intensivo, de gado bovino. As queimadas.	Identificar e preservar os locais onde ocorrem colónias. Condicionar a intensificação agrícola e a florestação. Condicionar o pastoreio intensivo. Não efectuar queimadas. Promover prados e pastagens, intercalando gramíneas perenes altas com arbustos. Criação de um mosaico de habitats, intercalando zonas de pastoreio extensivo com áreas agrícolas extensivas, associadas a áreas florestais, com abundante estrato herbáceo. Assegurar a conectividade entre áreas favoráveis. Estabelecimento de contratos de gestão com proprietários/gestores desses terrenos. Condicionar as intervenções nas margens das linhas de água. Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e limpezas de taludes. Promover estudos e monitorizações. Informar e sensibilizar.

Espécies de Mamíferos constantes do Anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

Orientações de gestão

Designação	Ameaças	
<i>Canis lupus</i> * (Lobo-ibérico)	Escassez de presas naturais. A regressão da criação de gado em regime extensivo. A destruição/substituição da vegetação autóctone. Fogos florestais. Os atrasos no pagamento dos prejuízos. A ausência de medidas que visem fomentar uma protecção mais eficaz dos animais domésticos face a ataques de lobo. A implementação de grandes infra-estruturas. Fragmentação do habitat. A mortalidade resultante do furtivismo dirigido para outras espécies. Atropelamento. Perseguição directa. Perturbação humana. Cães vadios/assilvestrados.	Promover a conservação e o fomento das presas selvagens. Manutenção/recuperação do coberto vegetal autóctone e de áreas de mosaico formadas por bosquetes, alternados com zonas mais abertas de matos e prados. Condicionar a florestação mono-específica. Reduzir o risco de incêndio. Pagamento atempado dos prejuízos atribuídos ao lobo. Implementar medidas que minimizem o impacto do lobo sobre a pecuária. Condicionar a implementação de grandes infra-estruturas. Reduzir a mortalidade accidental por atropelamento. Promover o envolvimento dos pastores/criadores de gado e caçadores na conservação do lobo. Informar e sensibilizar. Melhorar a eficácia de fiscalização na actividade cinegética. Condicionar a abertura/utilização de novos acessos em áreas sensíveis. Nas áreas mais sensíveis, interditar circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos.
<i>Lutra lutra</i> (Lontra)	A destruição da vegetação rípica. A poluição da água. Utilização de pesticidas e fertilizantes na agricultura. Contaminação das águas interiores por metais pesados através das explorações mineiras. A regularização dos sistemas hídricos. A mortalidade accidental por atropelamento. A morte por afogamento em artes de pesca. A perseguição directa (furtivismo). A sobre-exploração dos recursos hídricos.	Promover a conservação e/ou recuperação da vegetação ribeirinha autóctone. Favorecer locais de refúgio, mantendo os silvados e outros arbustos. Promover, na periferia das zonas húmidas, as sebes e bordaduras de vegetação natural. Assegurar o caudal dos cursos de água. Restringir o uso de agro-químicos (protecção integrada e outros métodos biológicos). Condicionar a captação de água. Implementar medidas/estruturas preventivas que reduzam a mortalidade accidental por atropelamento. Implementar dispositivos dissuasores da passagem e entrada da espécie nas infra-estruturas de produção piscícola. Melhorar a eficácia de fiscalização sobre captura, abate e envenenamento. Promover estudos. Sensibilização e educação ambiental.
<i>Lynx pardinus</i> * (Lince-ibérico)	A destruição e fragmentação do habitat. Substituição de áreas de vegetação natural por monoculturas florestais intensivas. Abandono da actividade agrícola extensiva. Implementação de grandes infra-estruturas. Incêndios florestais. A regressão das populações de coelho-bravo. Destruição do habitat de abrigo e alimentação do coelho-bravo. A mortalidade por causas não naturais (atropelamento). O abate ilegal, dirigido ou não especificamente à espécie. A mortalidade por causas naturais. Patologias.	Recuperar áreas de matagal mediterrânico. Promover o estabelecimento de corredores ecológicos. Conservação da vegetação ribeirinha autóctone. Prevenção de incêndios. Realizar acções de reintrodução/repovoamento de coelho-bravo. Monitorizar o estado sanitário das populações de coelho-bravo. Promover programas para controlo de cães e gatos ferais. Compatibilizar a conservação da espécie com a gestão agro-florestal e com a actividade cinegética. Estabelecer contratos de colaboração com gestores agro-florestais. Manter usos agrícolas e práticas de pastoreio extensivos. Assegurar um mosaico de habitats, alterando áreas de abrigo com áreas de alimentação. Aplicar Planos Zonais a áreas prioritárias. Reduzir os impactos causados pela construção de infra-estruturas. Minimização dos riscos de atropelamento. Informar e sensibilizar. Desenvolver estudos.

A negrito e asteriscado: espécie prioritária Fonte: ICN, 2006b

Espécies de Répteis dependentes da gestão agrícola e florestal que ocorrem no Sítio de São Mamede. Para cada espécie é indicado o nome científico e comum, os factores de ameaça e acções de gestão.

Espécies de Répteis constantes do Anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

Orientações de gestão

Designação	Ameaças
<i>Emys orbicularis</i> (Cágado-de-carapaça-estriada)	Alteração e destruição de zonas palustres, as capturas intencionais e a introdução de espécies exóticas. A drenagem e aterro de zonas húmidas. A destruição da vegetação ripícola. A regularização de sistemas hídricos. A sobre-exploração dos recursos hídricos (captações de água). A extração de materiais inertes. O pisoteio e pastoreio não controlado. A construção de empreendimentos hidráulicos e hidroeléctricos. A poluição resultante de descargas de efluentes. Intensificação da utilização de pesticidas e fertilizantes. A crescente procura das zonas húmidas para o estabelecimento de novos centros turísticos. Mortalidade acidental devida às redes e outras artes de pesca. Espécies vegetais exóticas infestantes.

<i>Mauremys leprosa</i> (Cágado-mediterrânico)	Mesmo que <i>Emys orbicularis</i> (Cágado-de-carapaça-estriada)
<i>Lacerta schreiberi</i> (Lagarto-de-água)	A regularização dos sistemas hídricos. A construção de barragens. A poluição resultante de descargas de efluentes. Intensificação da utilização de pesticidas e fertilizantes. Destruição da vegetação ripícola. Os fogos florestais. A implantação de infra-estruturas.

Conservação/recuperação das zonas húmidas. Condicionar as acções de drenagem.
Conservação e/ou recuperação da vegetação ripícola autóctone. Condicionar a extração de inertes e a regularização dos sistemas hídricos, promovendo a renaturalização das margens. Condicionar a captação de água. Assegurar o caudal dos cursos de água que respeite as variações naturais dos regimes hidrológicos. Manter ou melhorar a qualidade da água. Restringir o uso de agro-químicos. Fiscalização sobre a emissão de efluentes. Ordenar a expansão urbano-turística e as actividades de recreio e lazer. Salvaguardar de pastoreio nas áreas mais sensíveis. Reduzir a mortalidade por causas não naturais. Informar e sensibilizar. Controlar introduções furtivas de espécies animais não autóctones. Controlar ou erradicar as populações das espécies já introduzidas. Controlar a expansão das espécies vegetais exóticas infestantes e promover a sua remoção progressiva.

Mesmo que <i>Emys orbicularis</i> (Cágado-de-carapaça-estriada)	Mesmo que <i>Emys orbicularis</i> (Cágado-de-carapaça-estriada)
Promover a conservação e/ou recuperação da vegetação ribeirinha autóctone. Condicionar a regularização dos sistemas hídricos, promovendo a renaturalização das margens. Implementar a construção de pequenos açudes, em detrimento de grandes barragens. Manter ou melhorar a qualidade da água. Restringir o uso de agro-químicos (protecção integrada e outros métodos biológicos). Melhorar a eficácia de fiscalização sobre a emissão de efluentes. Acções de translocação e reintrodução. Informar e sensibilizar. Promover estudos das populações.	

Fonte: ICN, 2006b

Espécies de Peixes dependentes da gestão agrícola e florestal que ocorrem no Sítio de São Mamede. Para cada espécie é indicado o nome científico e comum, os factores de ameaça e acções de gestão.

Espécies de Peixes constantes do Anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

Orientações de gestão	
Designação	Ameaças
<i>Chondrostoma polylepis</i> (Boga-comum)	Intensificação da utilização de pesticidas e fertilizantes. Aumento da área de regadio. Poluição resultante de unidades de pecuária, dos lagares de azeite e vinho, bem como por ocorrências de explorações mineiras. A sobre-exploração dos recursos hídricos (captações de água, transvases). A captação de água a partir dos pegos no período de estiagem. A regularização dos sistemas hídricos e a extração de materiais inertes. A destruição da vegetação ribeirinha. A introdução de espécies animais não autóctones. A construção de barragens e açudes provocando a conversão de um sistema lótico em lêntico, a fragmentação das populações, a alteração do regime de caudais e a retenção de sedimentos a montante.
<i>Rutilus alburnoides</i> (Bordalo)	Mesmo que <i>Chondrostoma polylepis</i> (Boga-comum)
<i>Rutilus lemmingii</i> (Boga-de-boca- arqueada)	Mesmo que <i>Chondrostoma polylepis</i> (Boga-comum)
<i>Anaecypris hispanica</i> (Saramugo)	Mesmo que <i>Chondrostoma polylepis</i> (Boga-comum)
<i>Barbus comiza</i> (Cumba)	Mesmo que <i>Chondrostoma polylepis</i> (Boga-comum)

Fonte: ICN, 2006b

Anexo 6

Valores dos parâmetros climáticos da Estação Climatológica de Marvão

Tabela I. Valores de temperatura média mensal, média máxima e média mínima, registados na estação climatológica de Marvão.

Meses	Temperatura média mensal (°C)	Temperatura média máxima (°C)	Temperatura média mínima (°C)
Janeiro	5,8	8,4	3,5
Fevereiro	6,4	9,2	3,6
Março	8,0	11,3	4,7
Abril	10,2	14,0	6,5
Maio	13,6	17,7	9,6
Junho	17,3	22,0	12,6
Julho	21,5	26,8	16,2
Agosto	21,8	26,9	16,7
Setembro	19,0	23,3	14,6
Outubro	13,8	17,2	10,4
Novembro	8,9	11,7	6,2
Dezembro	6,3	8,7	3,9
<i>Ano</i>	12,7	16,4	9,0

Tabela II. Valores de precipitação total e máxima diária registados na estação climatológica de Marvão.

Meses	Precipitação total (mm)	Precipitação máxima (diária) (mm)
Janeiro	150,2	69,4
Fevereiro	123,3	91,0
Março	110,3	82,0
Abril	59,4	50,0
Maio	55,5	44,4
Junho	42,2	49,5
Julho	5,4	31,4
Agosto	7,7	23,8
Setembro	38,9	114,4
Outubro	107,1	60,8
Novembro	101,3	70,0
Dezembro	107,7	74,0
<i>Ano</i>	909,0	114,4

Tabela III. Valores de humidade relativa registados na estação climatológica de Marvão.

Meses	Humidade relativa (%)	
	9 h	18 h
Janeiro	86	86
Fevereiro	84	82
Março	81	76
Abril	75	68
Maió	71	66
Junho	72	63
Julho	64	54
Agosto	62	52
Setembro	67	58
Outubro	73	70
Novembro	78	78
Dezembro	81	82
<i>Ano</i>	<i>74</i>	<i>69</i>